

Alessandra Dias Mendes

A Política da Política de Esporte: uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr Adriano Codato – Departamento de Ciência Política da UFPR, Brasil

Co-orientador: Prof. Dr Barrie Houlihan – School of Sports, Exercise and Health Sciences from Loughborough University, United Kingdom

Curitiba, 09 de março de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Mendes, Alessandra Dias

Política da política de esporte: uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura / Alessandra Dias Mendes. - 2017.

260 f.

Orientador: Adriano Codato

Co-orientador: Barrie Houlihan.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Defesa: Curitiba, 2017.

1. Políticas públicas – Esportes. Campanha eleitoral – Financiamento. I. Codato, Adriano Nervo. II. Houlihan, Barrie. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. IV. Título.

CDD 353.78

TERMO DE APROVAÇÃO DE DEFESA DA TESE



Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas



DECLARAÇÃO

Declaramos que **ALESSANDRA DIAS MENDES** completou os requisitos necessários para obtenção do Grau Acadêmico de DOUTORADO no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ofertado pela Universidade Federal do Paraná.

Para obtê-lo, concluiu os créditos didáticos previstos no Regulamento do Programa e apresentou sua Tese intitulada "**A POLÍTICA DA POLÍTICA DO ESPORTE: UMA ANÁLISE DA FRENTE PARLAMENTAR DO ESPORTE E DA COMISSÃO DO ESPORTE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 54ª LEGISLATURA**".

A tese foi defendida no dia 09 de março de 2017 e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: ADRIANO NERVO CODATO (Presidente/Orientador/UFPR), BRUNO WILHELM SPECK (Examinador/USP) ENEIDA DESIREE SALGADO(Examinadora-UFPR) VILDE GOMES DE MENEZES(Examinador-UFPE)NOELA INVERNIZZI CASTILLO (Examinadora/UFPR).

Curitiba, 09 de março de 2017



Barbara Paes Spridigo
Barbara Paes Spridigo

Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 - Jardim Botânico
CEP 80210-170 – Curitiba/PR - Fone: (41) 3360-4354

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos meus supervisores acadêmicos Prof. Adriano Codato e Prof. Barrie Houlihan, pela sua orientação contínua, apoio generoso e encorajamento ao longo da duração deste projeto. Considero um privilégio ter tido a oportunidade de trabalhar com eles e compartilhar seus valiosos conhecimentos e experiência.

Durante este estudo, tive a colaboração de muitos colegas e especialistas acadêmicos pelos quais tenho grande consideração. Desejo expressar os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram e apoiaram. Meus agradecimentos aos funcionários e colegas de ambos os meus programas acadêmicos - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (Brasil) e Escola de Esportes, Exercício e Ciências da Saúde da Universidade de Loughborough (Reino Unido). Gostaria de agradecer especialmente a Bruno Wilhelm Speck (USP/Brasil), Eneida Desiree Salgado (UFPR/Brasil), Noela Invernizzi (UFPR/Brasil) e Vilde Menezes (UFPE/Brasil) por suas primorosas observações, críticas e orientação durante a avaliação desta tese.

Gostaria também de agradecer a todos aqueles que me ajudaram com os dados e com o aconselhamento estatístico. Meus agradecimentos vão para: Clarice Nader, Leonardo Barbosa, Rodrigo Macedo e Thiago Cortez do Congresso Nacional brasileiro; Prof. Dalson Figueiredo Filho (UFPE/Brasil); Prof. Paul Downward (Universidade de Loughborough/Reino Unido); Richard Buxton (Loughborough University); Prof. Vicente Cassep-Borges (UFF/Brasil).

Um agradecimento final vai para a minha família, amigos e colegas pesquisadores. Um agradecimento especial aos meus pais por sua inestimável ajuda. Por último, mas não menos importante, devo meus agradecimentos a Jodi Smith, Keith Morrison, Darcy e Dexter por sua hospitalidade, pelo seu precioso encorajamento e apoio; e aos meus amigos de Brasília, Curitiba, The Climbing Station e Loughborough Mountaineering Sport Club por me fornecerem a tão necessária distração do trabalho.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to express my sincere thanks to my academic supervisors Prof. Adriano Codato and Prof. Barrie Houlihan, for their continual guidance, generous support and encouragement throughout the duration of this project. I consider it a privilege to have had the opportunity to work with them and share their valuable knowledge and expertise.

During this study, I have collaborated with many colleagues and academic experts for whom I have great regard. I wish to extend my warmest thanks to all those who have helped and supported me. My thanks goes to staff and colleagues from my both academic programmes - Postgraduate Programme in Public Policy of Federal University of Paraná (Brazil) and School of Sports, Exercise and Health Sciences of Loughborough University (UK). I would like to especially thank Bruno Wilhelm Speck (USP/Brazil), Eneida Desiree Salgado (UFPR/Brazil), Noela Invernizzi (UFPR/Brazil) and Vilde Menezes (UFPE/Brazil) for their superb observations and guidance during the evaluation of this thesis.

I would also like to thank all those who helped me with data and statistics advice. My thanks goes to: Clarice Nader, Leonardo Barbosa, Rodrigo Macedo and Thiago Cortez from the Brazilian National Congress; Prof. Dalson Figueiredo Filho (UFPE/Brazil); Prof. Paul Downward (Loughborough University/UK); Richard Buxton (Loughborough University); Prof. Vicente Cassep-Borges (UFF/Brazil).

A final thanks goes to my family, friends and fellow researchers. A special thanks to my parents for their invaluable help. Last but not the least, I owe my loving thanks to Jodi Smith, Keith Morrison, Darcy and Dexter for their hospitality, continual encouragement and support; and to my climbing friends from Brasília, Curitiba, The Climbing Station and Loughborough Mountaineering Sport Club for providing me with the much needed distractions from work.

RESUMO

A Política da Política de Esporte: uma análise da frente parlamentar do esporte e da comissão do esporte da câmara dos deputados na 54ª Legislatura

A pesquisa sobre políticas públicas de esporte no Brasil iniciou em 1985 e ainda é incipiente, há muito a ser explorado. Sendo as políticas públicas produto de instituições políticas, o objeto desta tese são atores políticos com prerrogativa de legislar sobre esporte no Congresso Nacional Brasileiro (CN) durante a 54ª Legislatura, os quais compuseram a instituição informal Frente Parlamentar do Esporte (FPE) e a instituição formal Comissão de Turismo e Desporto (CTD) e Comissão de Esporte (CESPO) na Câmara dos Deputados (CD). Utiliza-se uma combinação de técnicas inaugurando um método de estudo destas instituições com o objetivo de desvelar seu potencial político sobre a política de esporte. Analisamos a efetividade de articulação da FPE (198 deputados e 8 senadores) a partir de dois métodos: prosopografia dos integrantes e análise da rede formada por eles a partir das instâncias decisórias que ocupam no CN. Encontramos uma rede composta, em sua maioria, por partidos de direita e políticos profissionais. Por questões regimentais, consideramos apenas os deputados para formar quatro constructos teóricos (variáveis *proxy*: expertise política; credibilidade partidária; especialização no tema esporte; e associativismo em relação ao esporte) que foram correlacionados à centralidade na rede. Assim, os fatores expertise política e especialização no tema esporte foram associados aos três tipos de centralidade. Destacaram-se oito membros mais centrais, reforçando o argumento da existência de um núcleo operativo nas frentes, que reflete a bancada diluída na frente. Quanto a CTD e CESPO, analisamos os 45 deputados que as compuseram utilizando a análise de rede e dados de: (1) financiamento das campanhas eleitorais de 2010 e 2014 (empresas e valor doado), para fins empíricos de observação de algum padrão de financiamento; (2) emendas orçamentárias feitas às Leis Orçamentárias Anuais de 2012 a 2015 (valor e área de governo); e (3) valores dos contratos públicos adquiridos pelas empresas financiadoras no período pós-eleitoral. Buscamos identificar se estes deputados priorizaram emendas para o esporte ou para as áreas das empresas doadoras. Entre os resultados, destacamos: (1) 574 empresas financiaram as campanhas de 2010 e 2014, sendo que 21 empresas se repetiram em ambas, e 10 deputados foram reeleitos e continuaram atuando na CESPO; (2) os maiores montantes em emendas foram destinados à saúde (por regra regimental), infraestrutura e esporte respectivamente; (3) 198 empresas tiveram contratos com o governo, sendo que em 121 delas o valor contratual era superior ao valor doado. Os dados sugerem uma relação entre atividade legislativa e financiamento de campanha como investimento empresarial. Por fim, analisamos a influência política propriamente dita dos deputados da FPE, CTD e CESPO: (1) eles foram autores de 94 (61,43%) das 153 propostas de legislação na área do esporte; (2) neste período apenas 30 proposições legislativas se tornaram leis; o Poder Executivo foi o autor de 25 destas proposições (83,33%); das 09 proposições legislativas com participação do Poder Legislativo, 05 (16,66%) envolviam parlamentares da FPE/CT/CESPO, representando uma efetividade legislativa de 55%; (3) quanto à tramitação da LRFE/PROFORTE, a atuação dos deputados foi pró clubes de futebol e, portanto, contrária ao esporte. **Palavras-chave:** frente parlamentar; comissão permanente; deputados; financiamento de campanha eleitoral; emendas orçamentárias; empresas; análise de rede; prosopografia.

ABSTRACT

The politic of Brazilian Sport Policy: an analysis of the Parliament Front of Sport and the Committee on Sport of the House of Representatives in the 54th Legislature

The research on Sport Policy in Brazil began in 1985 and is still incipient; there is much to be explored. Since public policies are the product of political institutions, the object of this thesis are political actors with the prerogative to legislate on Sports in the Brazilian National Congress (BNC) during the 54th Legislature, which comprised the informal institution Parliamentary Sports Front (PFS) institution and the formal institution Committee on Tourism and Sport (CTS) and Committee on Sport (CS). A combination of techniques was used inaugurating a method of study of these institutions with the objective of unveiling their political potential on Sports policy. We analyse the effectiveness of political articulation of the PFS (198 deputies and 8 senators) by two methods: prosopography of the members and analysis of the network formed by them from the decision-making bodies they occupy in the National Congress. We found a network composed, for the most part, of right-wing parties and professional politicians. For regimental reasons, we consider only the deputies to form four theoretical constructs (proxy variables: political expertise, partisan credibility, specialization in the theme Sports, and associativism in relation to Sport) that were correlated to the centrality in the network. Thus, the political expertise and specialization factors in the Sport theme were associated to the three types of centrality. Eight central members were highlighted, reinforcing the argument of the existence of an operative nucleus in the parliamentary fronts, that reflects the diluted bench in the front. Regarding CTS and CS, we analysed the 45 deputies who composed them using the network analysis and data on: (1) campaign financing in 2010 and 2014 elections (companies and donated value), for empirical purposes of observing some standard of financing; (2) budget amendments made to the Annual Budget Laws from 2012 to 2015 (value and area of government); and (3) values of public contracts acquired by financing companies in the post-election period. We sought to identify whether these MPs prioritized amendments to Sport or to the areas of donor companies. Among the results, we highlight: (1) 574 companies financed the campaigns of 2010 and 2014, 21 companies were repeated in both, and 10 deputies were reelected and continued to work at CS; (2) the largest amounts of amendments were allocated to Health (required by law), Infrastructure and Sport, respectively; (3) 198 companies had contracts with the government, and in 121 of them the contractual value was higher than the amount donated. The data suggest the relationship between legislative activity and campaign finance as business investment. Finally, we analyse the political influence of the PFS, CTS and CS deputies. There were 153 proposals for legislation in the area of Sport and (1) they were responsible for 94 (61.43%); (2) in this period only 30 legislative proposals have become laws, 25 (83.33%) of which are authored by the Executive Power; from the 09 legislative proposals with participation of the Legislative Power in the 54th Legislature, the MPs of PFS/CTS/CS were authors of 5 of these propositions, contextualizing, it represents a legislative effectiveness of 55%; (3) Regarding the LRFE / PROFORTE bill, the FPE/CTD/CESPO's members acted pro-football clubs and consequently contrary to Sport. **Keywords:** Brazilian parliament front; permanent committee; deputies; financing of the electoral campaigns; budget amendments; enterprises; network analysis; prosopography.

Sumário

TERMO DE APROVAÇÃO DE DEFESA DA TESE	iii
AGRADECIMENTOS	v
ACKNOWLEDGEMENTS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
Lista de Siglas	xi
Lista de Quadros	xii
Lista de Figuras.....	xiv
Lista de Anexos	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 A Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE) no Congresso Nacional Brasileiro: perfil dos atores e estrutura da rede	11
1.1 Questões preliminares sobre Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas	14
a) O poder de articulação política das Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas.....	14
b) Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas	18
1.2 A Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE)	24
1.3 Método	28
1.4 Resultados e Discussão	37
a) Resultados do Perfil dos Membros da FPE	37
b) Resultados da Análise da Rede FPE	43
c) Resultados do Teste de Hipóteses	47
1.5 Considerações Finais	53
CAPÍTULO 2 Comissão Parlamentar do Esporte e “Deputados do Esporte”: entre financiamento de campanha e emendas parlamentares	55
a) Comissões Parlamentares.....	55
b) Estudos sobre financiamento de campanha eleitoral no Brasil.....	57
c) Emendas Parlamentares ao Orçamento Anual Nacional	59
2.1 Método	64
2.2 Resultados e Discussão	65
2.2.1 Resultados sobre Financiamento de Campanha Eleitoral e contratos de empresas financiadoras com o Governo no período pós-eleitoral	66
a) Resultados sobre financiamento de campanha eleitoral 2010.....	66
b) Resultados sobre financiamento de campanha eleitoral 2014.....	71
c) Resultados sobre financiamento de campanha em 2010 e 2014	76
2.2.2 Resultados sobre Emendas Orçamentárias Individuais feitas pelos deputados da CTD/CESPO	81
2.2.3 Resultados sobre Empresas Financiadoras de Campanha e Contratos com o Governo	87
2.3 Considerações Finais	92

CAPITULO 3 – Mensuração da influência política dos “Deputados do Esporte”	96
3.1 Análise da Influência Política dos “Deputados do Esporte” quanto à Eficácia Legislativa	99
3.1.1 Proposição de Legislação de Esporte pelos membros da FPE, CTD e CESPO	99
3.1.2 Produção de Legislação de Esporte a partir de projetos de lei dos membros da FPE, CTD e CESPO	112
3.1.3 Considerações Finais sobre a Influência Política dos “Deputados do Esporte” quanto à Eficácia Legislativa	115
3.2 Análise da Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação do Projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) e do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE).....	117
3.2.1 Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação da LRFE e PROFORTE	117
3.2.2 Considerações Finais sobre a Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação da LRFE e PROFORTE.....	152
3.2.3 “Deputados do Esporte” e a Bancada da Bola	156
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS.....	229

Lista de Siglas

CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CD	Câmara dos Deputados
CN	Congresso Nacional
CESPO	Comissão de Esporte
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
FP(s)	Frente Parlamentar(es)
FPE	Frente Parlamentar do Esporte
LRFE	Lei de Responsabilização Fiscal do Esporte – Projeto de Lei nº 5201 de 2013
PROFORTE	Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – Projeto de Lei nº 6753 de 2013
Lei nº 13.255 de 2015 com origem na Medida Provisória nº 671/2015	Lei de Responsabilização Fiscal do Esporte

Lista de Quadros

<u>Quadro A - Tipologia da literatura sobre políticas de esporte e o problema teórico dela advindo.</u>	7
<u>Quadro 1.1 - Deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Contrato da Nike com a Confederação Brasileira de Futebol criada em 2001.</u>	25
<u>Quadro 1.2 - Instâncias decisórias nas casas legislativas do Congresso Nacional brasileiro</u>	30
<u>Quadro 1.3 - Desenho de pesquisa sobre FPE (Capítulo 1).</u>	35
<u>Quadro 1.4 - Comissões nas quais estão distribuídos os membros da Frente Parlamentar do Esporte em relação ao total de comissões no Congresso Nacional Brasileiro.</u>	48
<u>Quadro 1.5 - Resultados dos fatores “Expertise política”, “Credibilidade partidária”, “Especialização no tema esporte” e “Associativismo à instituições de esporte fora do Congresso” para os membros da FPE (n=206)</u>	50
<u>Quadro 2.1 - Síntese do Financiamento de Campanha dos “Deputados do Esporte” na Eleição de 2010, por ordem de quem recebeu maior montante em financiamento empresarial.</u>	66
<u>Quadro 2.2 - Síntese do Financiamento de Campanha dos “Deputados do Esporte” na Eleição de 2014, por ordem de quem recebeu maior montante em financiamento empresarial.</u>	72
<u>Quadro 2.3 - As dez empresas com maior montante doado para campanha eleitoral de 2014.</u>	75
<u>Quadro 2.4 - “Deputados do Esporte” e valor destinado em emendas durante a 54ª Legislatura (emendas apresentadas entre 2011-2014 para LOAs 2012-2015), discriminando o valor total em emendas e que parte desse valor foi destinado a emendas para o Esporte.</u>	81
<u>Quadro 2.5 - Áreas de Governo e respectivo valor de emendas orçamentárias destinadas pelos 45 “Deputados do Esporte” durante a 54ª Legislatura (2011-2015).</u>	85
<u>Quadro 2.6 - Empresas por setor econômico, conforme valores doados às campanhas eleitorais dos “Deputados do Esporte” em 2010, e respectivos valores de contratos obtidos com o governo entre 2011 e 2014. As empresas estão dispostas por ordem de valor dos contratos obtidos.</u>	88
<u>Quadro 2.7 - “Deputados do Esporte” mais centrais na rede - mais financiados por empresas e que destinaram maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura.</u>	91
<u>Quadro 3.1. - Proporção de “Deputados do Esporte” na autoria de proposições legislativas para o esporte propostas na 54ª Leg.</u>	103
<u>Quadro 3.2.- Síntese da Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de Esporte produzida na 54ª Legislatura.</u>	113
<u>Quadro 3.3.- Síntese em números da Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de Esporte produzida na 54ª Legislatura.</u>	114
<u>Quadro 3.4.- Tramitação do Projeto de Lei nº 5201 de 2013 (LRFE)</u>	121
<u>Quadro 3.5. - Tramitação do Projeto de Lei nº 6753 de 2013 (PROFORTE)</u>	128
<u>Quadro 3.6 - Parlamentares envolvidos na tramitação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte) e nº 6753/2013 (Programa de</u>	

<u>Fortalecimento dos Esportes Olímpicos).</u>	143
<u>Quadro 3.7 - Bancada da Bola na 54ª Legislatura</u>	158
<u>Quadro 3.8 - Bancada da Bola na 55ª Legislatura</u>	161

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Sexo, Idade, Profissão, Nível e Área de Escolaridade (n=206).	37
Figura 1.2 - Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Região (n=206).	40
Figura 1.3 - Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Partido Político (n=206). Quantidade de parlamentares da FPE por partido e a respectiva quantidade total de parlamentares de cada casa por partido. Fonte: Elaboração própria baseada nos dados.	41
Figura 1.4 - Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Bloco Ideológico (n=206).	42
Figura 1.5 - Sub-rede FPE: membros da FPE que estão ligados às comissões relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura (n=66).	45
Figura 2.1 - Desenho de Pesquisa sobre deputados na CTD e CESPO (Capítulo 2)... ..	64
Figura 2.2 - Os dez deputados da CTD/CESPO mais bem financiados em 2010.	68
Figura 2.3 - Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2010 conforme setor econômico	69
Figura 2.4 - As dez empresas com maior montante doado para campanha eleitoral de 2010 para os 45 “Deputados do Esporte”.	70
Figura 2.5 - Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral em 2010 filtrada por <i>betweenness centrality</i>	71
Figura 2.6 - Os dez deputados da CESPO mais bem financiados em 2014. Fonte: elaboração própria baseada nos dados	73
Figura 2.7 - Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2014 conforme setor econômico.	74
Figura 2.8 - Os dez Deputados que foram os únicos a atuar nas Comissões Permanentes de Esporte (CTD e CESPO) na 54ª e 55ª Legislaturas. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.	77
Figura 2.9 - As 21 Empresas que foram doadoras das Campanhas Eleitorais de 2010 e 2014 dos Deputados da CTD/CESPO. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.	78
Figura 2.10 - Rede de “Deputados do Esporte” e Áreas de Governo para as quais destinaram emendas durante a 54ª Legislatura.	83
Figura 2.11 - Rede de “Deputados do Esporte” que destinaram emendas para Área de Governo Esporte (n=39) durante a 54ª Legislatura.	84
Figura 2.12 - Empresas por Setor Econômico que foram financiadoras da campanha eleitoral dos “Deputados do Esporte” em 2010 e obtiveram contratos com o governo entre 2011 e 2014.	89
Figura 2.13 - Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2010, “Deputados do Esporte” na 54ª Leg., e áreas de governo para as quais estes destinaram emendas.	90
Figura 3.1 - Temáticas (Categorias) das Proposições Legislativas (n=153) apresentadas no Congresso Nacional na 54ª Leg.	100
Figura 3.2 - Autoria das Proposições Legislativas (n=153) apresentadas no Congresso Nacional na 54ª Leg.	101
Figura 3.3 - Envolvidos na tramitação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 e nº 6753/2013.	141

Lista de Anexos

<u>Anexo 1 - Lista dos Parlamentares do Esporte</u>	169
<u>Anexo 2 - Lista dos Membros da CESPO na 1ª Sessão Legislativa da 55ª Leg. (n=26)</u>	175
<u>Anexo 3 - Lista dos Membros da Comissão de Turismo e Desporto (CTD) e Comissão de Esporte na 54ª e 55ª Legislatura (n=10)</u>	176
<u>Anexo 4 - Lista das 21 empresas que se repetiram como financiadoras de campanha dos Deputados do Esporte nas eleições de 2010 e 2014. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.</u>	177
<u>Anexo 5 - Lista das proposições legislativas na área de esporte, apresentadas durante a 54ª Legislatura (2011-2014)</u>	179
<u>Quadro A.1 - Projetos de Lei relacionados ao esporte propostos NA 54ª Legislatura (2011-2014). Fonte: Elaboração própria</u>	179
<u>Anexo 6 - Lista da Legislação na área de esporte produzida durante a 54ª Legislatura (2011-2014)</u>	186
<u>Quadro A.2 - Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de esporte produzida na 54ª Legislatura.</u>	186
<u>Anexo 7 - Projeto de Lei nº 5201 de 2013 proposta original do deputado André Figueiredo PDT/CE</u>	191
<u>Anexo 8 - Projeto de Lei nº 6753 de 2013 proposta original do deputado Renan Filho PMDB/AL</u>	197
<u>Anexo 9 - Modelo Estatístico utilizado no Capítulo 1 sobre a FPE</u>	209
<u>Quadro A.3 - Medidas de Centralidade (Variável Dependente).</u>	209
<u>Quadro A.4 - Variáveis prosopográficas (Variável Independente).</u>	210

INTRODUÇÃO

A reativação dos Jogos Olímpicos em 1896 e o advento de outras competições esportivas mundiais conduziram à inserção do esporte como tema político até mesmo em nível constitucional. O primeiro país a fazê-lo foi a Suíça em 1874. O Brasil foi o 13º país a constitucionalizar o esporte em 1988 (Tubino, 1987). Desde então o Brasil tem efetuado diversos investimentos tanto na produção de uma vida saudável quanto na transformação do Brasil em uma potência olímpica (Brasil, 2013a; Brasil, 2013b; Brasil, 2013c; Rimmer & Marques, 2012).

Alvo de políticas públicas, o esporte passou a ser tutelado e fomentado pelos governos, com diferentes objetivos, seja de diplomacia (Suppo 2004), capital social (Nicholson & Hoye 2008), controle e coesão social, saúde, ou desenvolvimento econômico (Houlihan 2006).

O campo de estudos em políticas públicas se estabeleceu sob forte influência da economia na ciência política (Sartori, 1970; Lowi, 1994; Houlihan 1997b; Houlihan 1997a; Houlihan 2003; Houlihan 2006; Hoye et al. 2010; Andreff & Szymanski 2008), culminando na definição da política pública como variável dependente, e os fatores envolvidos em seu processo decisório como variável independente (Faria, 2003). E estes fatores são vastos (Goodin, Rein, & Moran, 2009; Lowi, 1964) constituindo a área de políticas públicas como um amplo campo de pesquisa.

Esta tese tem por objetivo examinar uma seara inexplorada nos estudos de política de esporte no Brasil, o *locus* e *modus operandi* de elaboração da política de esporte, as instituições políticas com seus respectivos atores. E mais ainda, sob um foco singular, o aspecto político da política pública. Portanto, o objeto de estudo dessa tese são os deputados integrantes das instituições legislativas responsáveis pela legislação de esporte na Câmara dos Deputados, uma informal, a Frente Parlamentar do Esporte (FPE), e outra formal, a Comissão Parlamentar pertinente ao tema esporte (Comissão de Turismo e Desporto - CTD, que posteriormente se tornou Comissão de Esporte - CESPO) durante a 54ª Legislatura (2011-2015). Dessas três instituições fizeram parte 237 parlamentares diferentes, visto que muitas vezes o mesmo deputado esteve presente nas três instâncias. Trata-se, portanto, uma pesquisa exploratória e empírica, a qual não esgotou todas as possibilidades do tema, mas propiciou um primeiro olhar para estas instituições, seus atores e sua ação política.

A legislação (Tubino, 2002) e a estrutura institucional de gestão da política de esporte no Brasil sofreram inúmeras modificações ao longo do tempo (Mendes & Codato 2014; Mendes & Codato 2015), denotando uma dificuldade de gestão da temática, o que não é uma prerrogativa exclusivamente brasileira, mas um problema que vem sendo enfrentado por outros países – como Taiwan (Tan et al. 2009), Zâmbia (Banda 2010), Suíça (Chappelet 2010), Espanha (Puig et al. 2010), Noruega (Skille & Safvenbom 2011), Portugal (Fernandes et al. 2011), Venezuela (D'amico 2012), Japão (Yamamoto 2012), Irã (Dousti et al. 2013) e outros (Chalip et al. 1996; Bergsgard et al. 2007; Houlihan & Green 2007; Hallmann & Petry 2013).

Com a restrição fiscal e a adoção do gerencialismo pelos Estados nacionais a partir da década de 1990, a eficiência das políticas públicas passou a ser o objetivo das instituições políticas a fim de maximizar os investimentos do Estado (Souza 2012). Nesse ínterim, o que dizer das instituições políticas responsáveis pela legislação sobre o esporte no Brasil?

Embora o estudo de políticas públicas tenha sido iniciado na década de 1950 (Faria 2003), chegando ao Brasil no final dos anos 1970 (Hochman *et al.*, 2012), o primeiro estudo de políticas públicas de esporte no Brasil de que se tem registro surgiu apenas às vésperas da constitucionalização do Esporte no país, em 1985, o artigo “O Esporte e a Nova República” de Castellani Filho (1985).

Este artigo de Castellani Filho (1985), bem como os demais trabalhos posteriores que compõem as revisões sistemáticas feitas por Castro *et al.* (2012), Sousa et al. (2013), Souza (2014) e Amaral et al. (2014), evidenciam o tom da maioria das pesquisas em políticas públicas de esporte produzidas pela área de Educação Física no Brasil: concentração na avaliação subjetiva de políticas específicas (Miguel & Starepravo 2008; Mezzadri & Starepravo 2008; Mata 2011; Starepravo 2011; Lemes 2011) numa avaliação crítica de sua ideologia política (Veronez 2005; Athayde 2009; Eiras 2011); invariavelmente com falta de clareza quando a aspectos metodológicos, tendo a combinação entre análise documental, entrevista e observação em pesquisa de campo como modalidade mais frequente (Castro *et al.*, 2012); e utilizando como foco, proveniente da “sociologia do esporte”, a “teoria dos jogos competitivos” de Norbert Elias (Starepravo, Souza, & Marchi Junior, 2012) ou a “teoria dos campos” de Bourdieu (Starepravo et al. 2011;

Starepravo et al. 2012; Souza et al. 2012; Starepravo et al. 2013; Mezzadri & Silva 2014).

Tal foco ignora aspectos da política que são objeto de pesquisa em políticas públicas, como instituições, regras, grupos de interesse, a agenda, a formulação da política, o processo decisório, o financiamento, a implementação e avaliação da política (Howlett et al. 2013). Só recentemente tem surgido pesquisas analíticas e baseadas em dados quantitativos sobre financiamento do esporte (Boudens, 2002), contudo ao abordar a correspondência paradoxal entre financiamento do esporte no Brasil e a proposta legal de desenvolvimento de esporte no país, se torna mais um estudo que foca no aspecto político ideológico e não explora aspectos específicos da gestão do financiamento, por exemplo (Veronez, 2005; Veronez, 2007; Almeida & Marchi Jr., 2011).

Meira, Bastos, & Bohme (2012) afirmam que as pesquisas sobre a gestão da política de esporte no Brasil são ausentes. Na revisão sistemática bibliográfico-documental, na qual analisou teses, dissertações, artigos, grupos e linhas de pesquisa entre 2007 e 2012, Sousa et al. (2013) verificaram que o tema de “gestão” da política de esporte ocupa de 8 a 9% das pesquisas encontradas. Entretanto, estas pesquisas são qualitativas e sem um método específico, como afirma Castro *et al.* (2012) e Sousa et al. (2013).

São raras as pesquisas que abordam a estrutura institucional e de gestão voltada à política de esporte. Os estudos em proximidade com este tema no Brasil simplesmente apresentam uma descrição da legislação e da estrutura institucional voltada à execução da política de esporte no país ou “sistema esportivo” – muito embora não tenhamos ainda um sistema esportivo estabelecido e ele continua a ser uma meta do Ministério do Esporte. DaCosta (1996), da área de Educação Física, foi o primeiro destes estudos e apresentou o estabelecimento da intervenção estatal e do surgimento da legislação de esporte. Bueno (2008), da área de Ciência Política, traz o panorama evolutivo do estabelecimento da legislação e do financiamento do esporte, abordando os grupos em disputa à época por meio da *Advocacy Coalition Framework*. Meira et al. (2012), da área de Educação Física, visando analisar a estrutura organizacional e as ações realizadas para o desenvolvimento de esporte

de alto rendimento com base nos indicadores¹ do Pilar 2 – “Organização e Estrutura de Políticas para o Esporte” do modelo *Sports Policy factors Leading to International Sporting Success* (SPLISS) de Bosscher *et al.* (2010), avaliaram a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e o Comitê Olímpico Brasileiro, constatando: sobreposição de tarefas e ações isoladas e sem diretriz norteadora comum. Esta sobreposição e re-trabalho entre as instituições também foi abordada em perspectiva histórico-documental por Mendes & Codato (2014) e Mendes & Codato (2015), das áreas de Educação Física e Ciência Política respectivamente. Godoy (2013), da área de Educação Física, descreveu a legislação e algumas instituições criadas para executar a política de esporte, o que já havia sido feito por DaCosta (1996) e Bueno (2008). E Couto *et al.* (2013) baseado na legislação também descreve a estrutura institucional de execução da política de esporte, descrição já feita por DaCosta (1996), Bueno (2008) e Godoy (2013).

No Brasil, apenas a dissertação de Lorenzo (2008) sobre o Conselho Nacional de Esporte aborda diretamente uma instituição em profundidade. O método de pesquisa utilizado pela autora contou com entrevistas, observação e exame de documentos, mediante análise de conteúdo. Lorenzo (2008) constatou uma atuação dependente da iniciativa estatal e voltada a segmentos específicos do esporte, configurando esta instituição política de esporte como um espaço sem potencial de influência na política de esporte, ineficaz na ampliação da participação e controle social desta política pela sociedade, não incorporando portanto as demandas à política de esporte. O oposto do que ocorre com o Conselho Nacional de Saúde em relação à política de saúde (IPEA, 2012) por exemplo.

Os objetivos almejados pelo Brasil na área de esporte, como ser uma potência olímpica e possuir uma população fisicamente ativa, são produtos de fatores diversos e relacionados à trajetória cultural, histórica e política de um país. Contudo, a forma de gestão da política de esporte, isto é, a estrutura política disponibilizada por um país para o desenvolvimento de sua política de esporte, é um destes fatores.

Portanto, considerando as políticas públicas como produto da entropia de instituições políticas, estudar estas instituições e seus atores é crucial para

¹ Indicador 1: Existe uma forte coordenação entre todas as instituições de esporte de elite, com clara definição e sem sobreposição das diferentes tarefas? Indicador 2: Existe simplicidade de administração? Indicador 3: Os recursos são focados em um número relativamente pequeno de esportes que possuem chances reais de sucesso internacional? Indicador 4: Comunicação eficaz: existe uma linha ininterrupta entre os diferentes níveis das instituições esportivas?

apreender dimensões do fenômeno políticas públicas que passariam despercebidas, nos permite refletir os dilemas e desafios na formulação de políticas de esporte no Brasil.

Na série de estudos empíricos sobre políticas públicas sob o foco do Neoinstitucionalismo Histórico (Hall & Taylor, 2003; Skocpol, 1985; Souza, 2012; Houlihan, 2012), o estudo de Ellen Immergut publicado em 1992, sobre a política de atenção à saúde na Europa buscava responder: “Por que alguns países em desenvolvimento possuem ‘um sistema nacional de saúde abrangente’ enquanto outros possuem ‘programas de seguro descentralizados e fragmentados’?”. Depois de analisar a política e a história destes países europeus, a autora concluiu que os resultados foram determinados pela estrutura das instituições políticas de cada país, pois as instituições dispunham de diferentes grupos de interesse, formas de veto e negociações, o que gerou obstáculos às escolhas políticas e um menu de opções disponíveis em diferentes regimes políticos.

No Brasil, exceto o estudo de Lorenzo (2008) sobre o Conselho Nacional de Esporte, as instituições responsáveis por legislar o esporte não são estudadas.

Mesmo quando analisamos a literatura científica internacional, em estudos comparados de política de esporte, à semelhança de estudos brasileiros, encontramos apenas uma descrição de quais são as instituições que executam a política de esporte na estrutura governamental de outros países (Chalip et al. 1996; Bergsgard et al. 2007; Houlihan & Green 2007; Hallmann & Petry 2013a). Não há estudos aprofundados sobre alguma instituição, sua evolução histórica, seu funcionamento e seus atores. Apenas apresentam as instituições que executam a política de esporte, isto é, as que compõem o chamado “sistema esportivo” e analisam as políticas esportivas existentes, principalmente àquelas voltadas ao esporte de alto rendimento.

A política de esporte da Alemanha embora seja considerada de excelência e referência mundial, em relação a gestão, treinamento e resultados esportivos em diversos esportes, havendo vasta publicação a respeito, não conta com estudos sobre suas instituições políticas de esporte e seus respectivos atores. Sobre a Alemanha, encontramos apenas o histórico do esporte e sua institucionalização pelo Estado, trabalho de Heinemann (1996) e Naul & Hardman (2002). Petry et al. (2008) aborda brevemente as instituições e ações políticas desenvolvidas em prol do esporte de alto rendimento. Hallmann & Petry (2013b) trazem um breve panorama

da legislação de esporte na Alemanha, financiamento, políticas de esporte e participação esportiva da população.

A maior parte dos estudos encontrados sobre política de esporte, em nível internacional, são originados no e sobre o Reino Unido. Bergsgard et al. (2007) num estudo comparado entre Reino Unido, Alemanha, Noruega e Canadá, compara estes países tendo em conta seu sistema político, diferenças culturais, relações entre executivo e legislativo, bem como os grupos de interesse e coalização na formulação de políticas de esporte. Houlihan (1996), Houlihan (2005) Harris & Houlihan (2014) enumera as organizações governamentais e não-governamentais responsáveis pela gestão do esporte no Reino Unido, e a função delas mas não suas evolução histórica, funcionamento e atores políticos. Harvey (2004) faz um apanhado histórico do envolvimento do Estado no esporte desde a antiga Grã-Bretanha até o início do século XXI. Gratton et al. (2013) apresentam um panorama da legislação a respeito da institucionalização do esporte no Reino Unido, financiamento, políticas de esporte e participação esportiva da população. E Lindsey & Houlihan (2010) abordam a política de esporte no Reino Unido antes e após 1990, quando John Major, líder do Partido Conservador e primeiro-ministro, gerou um divisor de águas na política desportiva britânica, início de um período prolongado de investimento público e relevância política ao esporte. As prioridades do investimento público em esporte por parte do Reino Unido são analisadas especificamente por Green (2007).

A literatura sobre políticas de esporte é recente em todo o mundo, sendo os primeiros estudos da década de 1990, assim, podemos, apenas para fins didáticos, resumir a literatura existente sobre política de esporte em nível mundial na seguinte tipologia (Quadro 1): Estudos do Tipo A, os quais buscaram compreender as razões para o sucesso esportivo de determinados países (sucesso este entendido como boa colocação no *ranking* olímpico), sendo em sua maioria comparativos e focados em políticas para o esporte de alto rendimento (profissional), como é o caso da metodologia do SPLISS (*Sports Policy factors Leading to International Sporting Success*); Estudos do Tipo B, que “avaliam” de certa forma as políticas propriamente ditas, produto das instituições políticas de esporte; Estudos do Tipo C, que apresentam as instituições que compõem o sistema esportivo, mas sem analisá-las; e Estudos do Tipo D, os quais estudam instituições políticas de esporte, sem contudo ter um método para tal.

Quadro A – Tipologia da literatura sobre políticas de esporte e o problema teórico dela advindo.

Tipos de Estudo	Breve descrição	Alguns exemplos na literatura
Estudos do Tipo A – Sucesso Esportivo	Estudos que buscam compreender que fatores determinam o sucesso dos países em competições esportivas ou de um país específico. Em geral estudos comparativos. O primeiro deles a incluir o Brasil foi publicado em 2015.	Shibli, Westerbeek, Bosscher, & Bottenburg (2015) Shibli et al. (2015) Shibli, Bingham, & Henry (2010) Houlihan & Green (2008)
Estudos do Tipo B – Políticas Públicas	Discussões qualitativas de cunho teórico sobre método de análise de políticas de esporte ou análise em políticas públicas de esporte específicas, sendo estas análises: no caso brasileiro, uma leitura crítico-ideológica das políticas existentes; no caso internacional, políticas voltadas ao esporte de alto rendimento. Recentes estudos quali-quantitativos sobre orçamento voltado ao esporte.	Castellani Filho (1985) Castro, Moro, Silveira, & Mezzadri (2012) Amaral, Ribeiro, & Silva (2014) Souza (2014) Provenzano, Schwartz, Rodrigues, & Tavares (2014) Starepravo, Souza, & Marchi Júnior (2013) Mezzadri & Silva (2014) Starepravo, Souza, & Marchi Junior (2012) Starepravo, Souza, & Marchi Junior (2011) Houlihan (2012) Athayde (2009) Ganjera (2007) Veronez (2007) Almeida & Marchi Jr., (2011)
Estudos do Tipo C – Sistema Esportivo	Apresenta o “sistema” esportivo brasileiro e/ou internacional sem, no entanto, discutir de forma aprofundada seu devir histórico, sua configuração institucional e seus atores.	Chalip, Johnson, & Stachura (1996) Godoy (2013) Hallmann & Petry (2013) Bergsgard, Houlihan, Mangset, Nodland, & Rommetvedt (2007)
Estudos do Tipo D – Instituições	Estudos que analisam instituições que gestam a política de esporte no Brasil.	Lorenzo (2008)

Fonte: Elaboração própria

Temos aqui então, um problema teórico e também um problema empírico, a ausência de pesquisas sobre instituições que legislam sobre o esporte. Estudar estas instituições e os sujeitos políticos envolvidos com o esporte é central para entender com que nível de profissionalismo se trata a questão, ainda mais no caso brasileiro, visto que a análise da constituição histórica das instituições políticas de esporte e seus agentes neste país denotam um grande personalismo na questão, colocando o futebol em um patamar diferenciado em relação aos outros esportes (Mendes, 2013; Mendes & Codato, 2014; Mendes & Codato, 2015).

A tese aqui em questão propõe aprimorar os estudos sobre instituições que lidam com a política de esporte, como o de Lorenzo (2008), com a finalidade de suprir, em parte, essa lacuna (Mendes, 2013; Mendes & Codato 2014; Mendes & Codato, 2015). A proposta é estudar os agentes responsáveis por legislar sobre o esporte em instituições legislativas na Câmara dos Deputados, utilizando dados

empíricos e teorias analíticas. Deste modo, esperamos ampliar o conhecimento e contribuir para constituição de teorias e os métodos de pesquisa na área de políticas de esporte no Brasil.

Conforme apregoado por Lakatos & Marconi (2003: p.118) “o fato inicia a teoria”, assim, partimos da premissa exploratória dos dados, mas tendo como norte:

(a) para análise dos agentes políticos (*policy makers*) – a análise do perfil da elite política (Perissinotto & Codato, 2015) de modo a verificar do perfil político dos agentes dessas instituições;

(b) a teoria da análise de redes sociais (Wasserman & Faust, 1994) para compreensão das conexões entre estes atores nas instâncias decisórias que ocupam no Congresso Nacional;

(c) dados – correspondentes ao financiamento de campanha deputados e respectivos contratos com o governo obtidos pelas empresas financiadoras, as emendas orçamentárias feitas por eles, as proposições legislativas apresentadas e efetivadas por eles, e a atuação deles na tramitação de um projeto de lei na área do esporte.

O método escolhido foi elaborado buscando adequar o objetivo da análise conforme cada tipo de instituição analisada. No caso da Frente Parlamentar do Esporte (FPE), cujo objetivo é aprimorar a legislação de esporte por meio do exercício da influência política e persuasão dos demais parlamentares, buscou-se: mensurar a ocupação de espaços decisórios, analisar o capital político individual e coletivo de seus integrantes e também a ação política efetiva destes parlamentares no pertinente a formulação da legislação esportiva no país para verificar o potencial dessa frente realmente fazer o que se propõe a fazer. No caso da Comissão Permanente voltada ao esporte (CTD e CESPO) analisamos o financiamento de campanha dos deputados, as áreas de governo das emendas ao orçamento realizadas por eles, e os contratos com governo feitos por suas empresas financiadoras de campanha. E em relação aos membros de ambas as instituições, FPE e Comissão Permanente, analisamos sua atuação política na proposição de leis na área de esporte e na tramitação de um projeto de lei específico na área do esporte. Desse modo, a tese está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo é o estudo aprofundado de uma das instituições políticas de esporte, uma instituição informal no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar do Esporte. Demarcamos as possibilidades de articulação política de uma frente parlamentar bem como sua diferenciação entre Frente Parlamentar Mista do Esporte

(FPE) e Bancada da Bola (bancada temática). Apresentamos uma análise da rede de articulação política da FPE no Congresso Nacional em durante a 54ª Legislatura (2011-2015) a partir do perfil político de seus membros e das instâncias decisórias ocupadas por eles no Congresso Nacional. O objetivo foi verificar em que medida estes deputados teriam capital político como frente parlamentar para promover a legislação de esporte no congresso nacional, numa legislatura que foi entremeada pela Copa do Mundo de Futebol 2014 e pelos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Para fins deste capítulo, a expressão “Deputados do Esporte” é utilizada para se referir aos deputados membros da FPE.

O segundo capítulo é o estudo de outra das instituições políticas de esporte existentes na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, a instituição formal configurada na comissão permanente responsável pela temática esporte na Câmara dos Deputados durante a 54ª Legislatura (2011-2015), a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) até fevereiro de 2014 e a Comissão do Esporte (CESPO) após fevereiro de 2014. Analisamos o financiamento de campanha dos membros titulares destas comissões, as áreas de destino das emendas parlamentares geradas por eles, e os posteriores contratos com o governo obtidos pelas empresas que financiaram suas campanhas. Como um exercício empírico, analisamos também o financiamento de campanha da eleição de 2014 dos Deputados que atuaram na CESPO no início da 55ª Legislatura (janeiro a dezembro de 2015), apenas para averiguar se haveria predomínio de mesmas empresas como doadoras a estes deputados ou mesmo um predomínio de deputados que permaneceriam na CESPO. Entretanto, o objetivo deste capítulo foi verificar em que medida estes deputados utilizam suas emendas individuais numa atuação em prol do esporte ou em prol de seus financiadores de campanha. Para fins deste capítulo, a expressão “Deputados do Esporte” é utilizada para se referir aos deputados membros da CTD e CESPO.

O terceiro capítulo são feitos dois exames da legislação de esporte durante a 54ª Legislatura (2011-2015), de modo a mensurar efetivamente a influência política dos deputados que se dizem advogar pelo esporte, isto é, os membros da FPE e os membros da CTD e CESPO, denominados neste capítulo “Deputados do Esporte”. Para tanto, primeiramente analisamos todas as proposições legislativas apresentadas no período bem como as proposições legislativas que foram efetivadas como leis no período, identificando se elas eram de autoria de membros da FPE, CTD ou CESPO. Como segundo exercício de mensuração da influência política dos Deputados do Esporte, analisamos a tramitação de dois controversos

Projeto de Lei (PL): o PL nº 5201/2013 apensado ao PL 6753/2013, conhecidos respectivamente como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) e Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE). Estes projetos foram controversos por tratar das dívidas de clubes de futebol com o erário público e por alterar a Lei nº 11.345/2006 que estabelece a Timemania, uma loteria quase exclusiva do futebol brasileiro – com exceção de 3% que é destinado ao Ministério do Esporte para repasse a confederações e federações esportivas. Para fins deste capítulo, a expressão “Deputados do Esporte” é utilizada para se referir aos deputados membros da FPE, CTD e CESPO.

CAPÍTULO 1

A Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE) no Congresso Nacional Brasileiro: perfil dos atores e estrutura da rede

Frentes Parlamentares são instituições suprapartidárias e informais criadas pelos próprios parlamentares no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) com a finalidade de se articular politicamente a fim de promover o aprimoramento da legislação federal sobre um tema específico (Câmara dos Deputados 2005a). Atuam, assim, como instâncias capazes de influenciar o processo decisório legislativo (Sena, 2007:2). Este tipo de instituição possui a configuração de uma rede. As relações entre os parlamentares que a compõem se dão com base em intercâmbios de vários tipos, tais como acesso e troca de informações, negociação de cargos e recursos orçamentários, prestígio, votos, etc., a fim de atingir o objetivo comum à rede, relacionado a uma legislação específica (Gould 1989; Burt 1995; Ansell *et al.*, 2016).

Embora o primeiro registro sobre a existência de frentes parlamentares seja datado de 1945 (Sena, 2007:3), estas instituições foram reconhecidas junto ao Congresso Nacional brasileiro somente em 2005. A partir de então tem se multiplicado o número de frentes parlamentares (Coradini, 2010; Parreira, 2012), atingindo na 54ª Legislatura (2011-2015) o número recorde de 210 Frentes Parlamentares acerca dos mais diversos assuntos, desde a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais até a Frente Parlamentar em Defesa dos Proprietários e Condutores de Veículos sobre Duas Rodas.

A despeito desse crescimento, encontramos apenas treze trabalhos sobre frentes parlamentares, publicados a partir de 2001 (Vigna 2001; Vogel 2005; Vigna 2007; Coradini 2010; Dantas 2011; Duarte 2011; Intini & Fernandes 2012; Duarte 2012; Parreira 2012; Machada 2013; Lopes 2013; Trevisan 2013; Silva 2013). Alguns desses estudos assimilam, de forma equivocada, “frente parlamentar” e “bancada” temática. Discutiremos esses estudos na próxima seção, na qual destacaremos o método por eles utilizado e a diferença entre frentes parlamentares e bancadas.

O esporte, tema advogado pela Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE), tem pautado frequentemente a agenda de discussões do Congresso Nacional no Brasil nos últimos anos em função de uma série de fatores: o investimento no esporte nos últimos anos relacionado à execução da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016); os escândalos relacionados ao

futebol, como a inconclusa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o contrato da Confederação Brasileira de Futebol com a Nike em 2001 (Bombig 2014) e o escândalo em 2015 envolvendo a Federação Internacional de Futebol e a Confederação Brasileira de Futebol (Carta Capital 2015; Globo 2015; Câmara Dos Deputados 2015). Contudo, mesmo tendo sido registrada desde 2003, a FPE não foi estudada até o momento. Além disso, como enfatizou Guimarães (2009:1), há a necessidade de pesquisas empíricas sobre o esporte no Brasil. Assim, estudar as instâncias que deliberam sobre a política esportiva possibilita, por um lado, uma melhor compreensão do arcabouço administrativo, jurídico e político, que pode explicar, em parte, o patamar atual de desenvolvimento do esporte brasileiro, e por outro lado, possibilita, num segundo momento, apontar novos caminhos para seu aprimoramento (Mendes, 2013; Mendes e Codato, 2014).

Assim, este capítulo visa analisar em profundidade a FPE, composta por 206 parlamentares (198 deputados e 8 senadores). Considerando que o objetivo declarado da FPE é aprimorar a legislação de esporte e, para isso, seus membros buscam atuar de modo a influenciar o processo decisório sobre política de esporte, este capítulo busca: (1) avaliar quem são os parlamentares que compõem essa rede, de modo a verificar não só sua *expertise* política em geral, mas principalmente o quão especializados eles são na temática esporte; e (2) como esses parlamentares se articulam nas instâncias decisórias do Congresso Nacional, principalmente àquelas relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura do Congresso Nacional brasileiro; (3) e como eles efetivamente influenciam a legislação de esporte.

A partir de dados dos integrantes da FPE obtidos junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal, desenhamos e analisamos esta rede de influência utilizando três procedimentos aplicados sucessivamente. O primeiro é uma análise sociográfica de elites políticas (Mosca 1939; Stone 2011; Perissinotto & Codato 2015); o segundo está baseado na análise de rede (Wasserman & Faust 1994; Ansell *et al.* 2016) e o terceiro, na análise do processo legislativo – esta terceira análise corresponde ao terceiro objetivo deste estudo e estará presente no terceiro capítulo desta tese.

Na análise do perfil da elite utilizamos o método prosopográfico (Stone, 2011). Através dele identificamos o perfil de cada um dos integrantes da FPE. Apresenta-se a caracterização geral da população e de sua carreira política [idade; sexo; região; partido; bloco ideológico; nível e área de escolarização; profissão; número de

legislaturas; número de filiações e mandatos partidários; mandatos eletivos anteriores; participação em instâncias decisórias (comissões) e envolvimento com associações esportivas fora do Congresso].

O segundo método empregado foi a análise da rede de atores (Gould 1989; Wasserman 1994; Powell & Smith-Doerr 1994; Tichy *et al.* 2009; Ansell *et al.* 2016), com foco na “estrutura da rede”, ou seja, buscando mapear como ocorre a articulação política dos parlamentares da FPE através das instâncias decisórias que ocupam no Congresso Nacional. Por meio da densidade das relações entre os membros da rede, determinamos quem são os atores centrais na rede.

De modo a confrontar o primeiro e o segundo método, isto é, identificar que fatores seriam relevantes para centralidade nessa rede, agrupamos em fatores as características do perfil político, identificadas com a prosopografia, de modo a correlacionar perfil político e centralidade na rede. É importante pontuar que, devido a diferenças estruturais do regimento de ambas as casas legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal), esta correlação foi realizada apenas com os deputados (n=198). Deste modo, a partir das variáveis da prosopografia foram gerados 4 fatores, os quais correlacionamos às 3 medidas de centralidade da análise de rede para testar se: (H₁) parlamentares com mais *expertise* política, (H₂) com maior credibilidade partidária, (H₃) com maior conhecimento especializado, e (H₄) associados a instituições da área de esporte são atores centrais na rede.

Essa análise evidencia a capacidade de articulação política desse grupo em função dos atributos de seus membros individuais e deles enquanto grupo no congresso, além de comprovar quem seriam os membros centrais. Deste modo, criamos um método para o estudo de frentes parlamentares que torna possível uma comparação entre elas em estudos futuros.

Os dois primeiros métodos, por analisarem os membros individualmente e enquanto grupo, permitem inferir o “potencial de influência política” desse grupo. Assim, utilizamos um terceiro método para mensurar se os membros da FPE *de fato exerceram influência política na legislação de esporte*. Para tanto, a fim de mensurar a influência política do grupo, aplicamos um dos três procedimentos sugeridos por Lopes (2013), qual seja: a análise da eficácia legislativa da FPE (proporção entre projetos de lei relacionados ao esporte propostos e efetivamente aprovados). Entretanto essa análise será apresentada somente no terceiro capítulo dessa tese.

Portanto, este capítulo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção é feita uma breve caracterização das frentes parlamentares e “bancadas temáticas”¹, de modo a pontuar sua potencialidade para a atuação política; em seguida, apresentamos e discutimos os trabalhos existentes sobre este assunto no Brasil, de modo a distinguir frente parlamentar e “bancada” parlamentar e pontuar a originalidade deste estudo. Na segunda seção é apresentado o histórico específico da Frente Parlamentar Mista do Esporte. Na terceira seção é detalhado o método de pesquisa adotado neste capítulo. Na quarta seção é feita uma análise dos resultados referentes à rede e seus membros, destacando os resultados encontrados.

1.1 Questões preliminares sobre Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas

a) O poder de articulação política das Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas

A Frente Parlamentar (FP) é uma instituição política suprapartidária e informal, de livre criação e adesão por deputados e senadores² destinada a aprimorar a legislação referente a um tema específico (Câmara dos Deputados 2005a), exercendo uma espécie de “lobby interno” ao Congresso Nacional (Sena, 2007:2). É suprapartidária por ser uma instituição de livre iniciativa e livre adesão por parte dos parlamentares de quaisquer partidos. E é informal porque não consta do regimento interno, nem da Câmara dos Deputados nem do Senado Federal (Parreira, 2012:37).

Quanto à origem das Frentes Parlamentares, Sena (2007:3) registra entre 1945 e 1964 a existência da Frente Parlamentar Nacionalista e, posteriormente, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a figura do bloco chamado de “Centrão”. Parreira, (2012:40-41) traz dados de 2003 do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, no qual havia o registro de 50 Frentes Parlamentares nesta câmara. Apesar destas referências à existência de Frentes Parlamentares no Congresso Nacional a partir de 1945 elas somente foram reconhecidas pelo

¹ Grupo de parlamentares que se une em torno de um tema. Também é uma instituição suprapartidária e informal, mas diferentemente da frente parlamentar, sequer tem registro junto ao congresso nacional. Falaremos dela no tópico a seguir ao diferenciá-la da frente parlamentar.

² Contudo, surpreendentemente há frentes parlamentares que contam com membros que não são parlamentares, como é o caso da Frente Parlamentar Mista da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano, composta por 218 deputados, na qual consta como membro o Secretário-executivo do Conselho Regional de Educação Física do DF (Lúcio Rogério Gomes dos Santos - CREF 000001-G/DF). Fonte: http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2011/N40_JUNHO/11_FRENTE_PARLAMENTAR.pdf. Disponível em: 19/08/2014. Para saber mais, veja: http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/433.asp e http://www.fpdatividadefisica.com.br/wp/?page_id=22.

Congresso Nacional em 2005 quando o Ato Nº 69/2005 da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados determinou o registro formal das Frentes Parlamentares junto à esta câmara. Não há este tipo de registro no Senado Federal.

O Ato nº 69/2005 da Mesa Diretora da CD apenas estabelece um registro simples da FP, no qual deve constar o estatuto, os parlamentares integrantes e um responsável por essa instituição, que seria o presidente da FP. Para efetivar o registro de uma FP é preciso reunir assinaturas de 1/3 dos parlamentares do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) ou o mesmo número de deputados. A FP deve ser reinstalada a cada nova legislatura – procedimento adotado também para comissões não permanentes no Congresso – porque alguns parlamentares podem não se reeleger, alterando assim o requisito referente ao número mínimo de parlamentares para que a FP seja registrada.

As FPs podem requerer a utilização de espaço físico da CD para a realização de reuniões – desde que não haja interferência nos trabalhos do Congresso e a requisição seja aprovada pela Mesa Diretora da CD. Ainda, as atividades da FP não podem implicar na contratação de pessoal ou fornecimento de passagens aéreas. Ou seja, não podem gerar despesas para a CD. O Ato nº 69/2005 garante o direito à publicidade, isto é, que as atividades da FP sejam amplamente divulgadas pela TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e na página da Câmara dos Deputados na Internet (Câmara dos Deputados, 2005a; Câmara dos Deputados, 2005b).

Como advertem Coradini (2010) e Parreira (2012), nos últimos anos tem se multiplicado o número de FP no Congresso Nacional brasileiro, visto que não há um limite estabelecido para a sua quantidade (Câmara dos Deputados, 2005a). Coradini (2010:244) menciona que, durante o período analisado em seu estudo (2002-2007), havia um forte ritmo de crescimento das FP, o qual foi desacelerado dada a exigência da formalidade de registro junto a Câmara dos Deputados a partir de 2005. Ainda assim, durante a 54ª Legislatura (2011-2015) foi atingido o número recorde de 210 Frentes Parlamentares no Congresso. Somente no primeiro ano da 54ª Legislatura foram criadas ou recriadas mais Frentes Parlamentares do que em todos os anos das legislaturas anteriores, representando um salto de 121% em relação às duas legislaturas anteriores (Parreira, 2012: p.37, 39-40).

Mas qual seria o poder de articulação e a capacidade de atuação política destas instituições no Congresso Brasileiro?

O trabalho legislativo depende, fundamentalmente, de relações interpessoais. Contudo, essas relações são, ao mesmo tempo, colaborativas e assimétricas.

Colaborativas porque a produção legislativa exige negociações (com base em trocas) e persuasões (com base, teoricamente, em razões) a fim de formar maiorias e vencer votações. Por outro lado, essas relações são também assimétricas, visto que os atores que delas participam não têm o mesmo *quantum* de poder, nem podem mobilizar os mesmos tipos de recursos pessoais e/ou institucionais. Frentes Parlamentares são, assim, modos institucionais de compensar a fraqueza política de membros do Parlamento graças à unificação de forças diferentes e desiguais em torno de uma questão de política pública.

O objetivo manifesto de uma Frente Parlamentar é influenciar uma política e isso pode ser conseguido de diferentes maneiras: incluindo um determinado tema de política no processo legislativo; modificando, segundo os interesses em jogo, o conteúdo de uma proposição legislativa; ou mesmo impedindo que ela chegue à votação. Nesse sentido, seria preciso estudar o próprio processo legislativo para avaliar se e *quando* determinados objetivos da FPE foram, de fato, atingidos. Neste capítulo procuramos fazer o que a grande maioria dos estudos políticos não faz, isto é, estipulamos um modelo para aferir a *capacidade de articulação política* dos *membros* de uma Frente Parlamentar. São esses atributos individuais que estão na base da influência potencial sobre a fabricação de leis.

Dessa forma, *poder* de atuar, com graus variados de sucesso, sobre o processo decisório legislativo é uma decorrência da faculdade de *influenciar* os atores politicamente relevantes. Essa influência é, segundo o modelo estipulado neste capítulo, uma das resultantes da capacidade de *articulação política* dos parlamentares envolvidos na Frente Parlamentar³.

Todavia, é importante notar que não se pretende medir empiricamente a força, ou mais propriamente, o poder da FPE no Congresso Nacional brasileiro a partir da taxa de sucesso de suas iniciativas políticas, embora realizemos uma análise de influência política da FPE mais adiante, ela não esgota a questão. Uma pesquisa nesse sentido seria complexa, considerando que cada iniciativa legislativa envolve vários atores e pode perdurar por anos no processo legislativo até se tornar uma lei ou não.

Coradini (2010) foi o primeiro a destacar o vertiginoso crescimento de Frentes Parlamentares (FP) no Congresso brasileiro e a problematizar as interpretações correntes deste fato. A interpretação recorrente é de que a participação nestas

³ Para a diferença entre poder real e influência potencial, ver (ARON, 1986).

instituições suprapartidárias ocorria devido a uma frágil fidelidade partidária. Tendo como universo empírico os deputados pertencentes a 66 das 148 FPs vigentes no período de 2003 a 2007, Coradini (2010) relacionou a participação exclusiva em determinadas frentes com patrimônio pessoal, escolaridade, ocupação profissional, orientação política, associativismo e filiação partidária. Coradini (2010:241) argumentou que as FP não são o produto da baixa institucionalização dos partidos políticos, mas de uma configuração específica dos modos de relacionamento e atuação de grupos de interesse no espaço político. Contudo, considerando sua natureza suprapartidária, as frentes são menos hierarquizadas e institucionalizadas que os partidos, e até mesmo menos do que as bancadas temáticas (cujas diferenças serão pontuadas no tópico seguinte). Além disso, a participação nas frentes parlamentares é utilizada como um insumo de capital político pelos seus integrantes. Considerando a realidade multipartidária do Congresso brasileiro, implicando em legendas com poucos integrantes, este tipo de associação se torna necessário para articulação política. Coradini (2010, p:246) sustenta que a maior participação em frentes parlamentares está relacionada a menores recursos políticos, isto é, partidos pequenos e menos expressivos no Congresso tendem a participar mais das FPs.

Avaliando a importância política das FPs, Vogel (2005:6) pontuou como limite de atuação das Frentes Parlamentares os fatores relacionados a própria natureza da relação jurídica entre Legislativo e Executivo quando se trata de “iniciativa legislativa”. Pois as regras institucionais conferem grande poder ao Executivo na definição da agenda de trabalho do Legislativo (Figueiredo & Limongi, 1995). Outro fator limitante à atuação das Frentes Parlamentares, segundo Vogel (2005:7), é a baixa inserção social e consequente mobilização dos partidos devido a uma elitização da política, o que inviabiliza uma mobilização conjunta com a sociedade civil, o que seria um dos argumentos usados pelos parlamentares para criação das FPs. Coradini (2010:255) segue este argumento ao afirmar que as FPs não necessariamente implicam politização de interesses da sociedade civil.

Apesar disso, não se deve menosprezar o poder de influência tanto das frentes parlamentares quanto das bancadas. De acordo com Vigna (2001: p.5), a Bancada Ruralista “patrocina” as indicações para o Ministério da Agricultura e elege, a cada ano, o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Machado (2013), que também estudou a Bancada Ruralista, traz argumentos que indicam relação entre financiamento de campanha e comportamento legislativo dos

integrantes desta bancada. Intini & Fernandes (2012), em estudo também sobre a Bancada Ruralista, ressaltaram um núcleo operativo de 20 parlamentares entre mais de 200 parlamentares. Neste caso, é indicado que a “Bancada Ruralista” (uma bancada temática) atuaria como um núcleo de decisão e de articulação da Frente Parlamentar Agropecuária, cuja atuação legislativa centra-se em temas de interesse específico, como questões ligadas à definição do que seria “trabalho escravo” e do Código Florestal.

b) Frentes Parlamentares e Bancadas Temáticas

A Frente Parlamentar (FP) é comumente confundida com Bancada temática (Sena, 2007; Machado, 2013) numa suposição de que a FP formalizou a Bancada temática, pois passou a haver um registro público de parlamentares que se engajam numa causa política específica. Essa confusão ocorre porque tanto as FP quanto as Bancadas temáticas fazem a intermediação entre grupos de interesse e o espaço político, com atuação ligada a cunho ideológico, corporativo e em defesa de interesses comuns, profissionais ou econômicos (Coradini 2010:p.243; Parreira 2012:p.39).

O registro formal da FP junto à Câmara dos Deputados permitiu a realização de estudos sobre estas instituições com uma metodologia mais precisa, visto que seus integrantes passaram a ser publicamente identificados (Coradini, 2010; Parreira, 2012; Silva, 2013; Vigna, 2007; Vogel, 2005). Inclusive essa identificação pública dos parlamentares com a causa a que defendem pode ser utilizada pelos deputados em prol da imagem política com a qual querem ser relacionados.

As Bancadas temáticas (bancadas) foram grupos informalmente criados durante a Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu a Constituição de 1988, com o objetivo de inserir na Carta disposições que atendessem a interesses de grupos de interesse específicos (Sena, 2007). Portanto, este termo se refere a um grupo de parlamentares cuja composição numérica é de número reduzido e não fixo (Cruz 2014; Bombig 2014; Sampaio 2014). Ainda, as bancadas não têm registro público de seus integrantes, como tem a frente parlamentar, assim, nem todos os parlamentares que dela fazem parte, assumem publicamente seus interesses, provavelmente por algum receio de associação com atividade ilegal. O lobby não é

regulamentado no Brasil e, portanto, dá margem a relação com crimes previstos no Código Penal, como a corrupção, advocacia administrativa e tráfico de influência⁴.

Devido a sua informalidade, os estudos sobre Bancadas são baseados em inferências a respeito de quem são seus integrantes (Rodrigues, 2009; Silva Jr. *et al.* 2003; Parreira, 2012; Gomes, 2011; Sena, 2007; Alcoforado, 2010:41; Wolf 2008:78) numa dedução automática entre a origem ocupacional principal do congressista (proprietários rurais = bancada ruralista; pastores = bancada evangélica, etc.), ou a origem da sua fonte de renda, ou sua manifestação pública em púlpito no plenário ou em comissões em favor do tema, ou seu posicionamento em votações e projetos no Congresso, ou sua associação externa a determinadas entidades com seu pertencimento a uma bancada temática. Os estudos sobre Bancadas, bem como os estudos sobre Frentes Parlamentares, são confrontados a seguir, e ao final, estabelecemos a diferença entre estas instituições.

Encontramos treze estudos a respeito de frentes parlamentares e bancadas temáticas: cinco relacionados à questão rural (Vigna 2001; Vigna 2007; Sena 2007; Intini & Fernandes 2012; Machado 2013); cinco relacionados à questão religiosa (Dantas 2011; Duarte 2011; Duarte 2012; Lopes 2013; Trevisan 2013); um relacionado à área de saúde (Parreira 2012); um relacionado a direitos humanos (Vogel 2005); e um sobre frentes parlamentares e bancadas de um modo geral (Coradini 2010).

Os estudos de Duarte (2011; 2012), Dantas (2011) e Trevisan (2013) apresentaram dados qualitativos (entrevistas e estudo etnográfico) que não contribuíram para compreensão das frentes parlamentares enquanto rede, nem analisaram sua atuação e influência política. Dos outros estudos, sintetizamos a seguinte contribuição:

- Evidência da relevância política (Sena 2007) e da necessidade dessas instituições no multipartidário Congresso brasileiro (Coradini 2010);
- Embora as frentes parlamentares sejam compostas por muitos integrantes devido a exigência de 1/3 de membros do Congresso para seu registro, elas possuem um núcleo operativo menor, a bancada (Intini & Fernandes 2012; Silva 2013; Machado 2013);

⁴ Corrupção envolve oferecer vantagem indevida a funcionário público, para que este pratique, omita ou retarde qualquer ato de ofício. Advocacia administrativa consiste em patrocínio de interesse privado, na qualidade de funcionário público, perante à administração pública. Tráfico de influência significa solicitar, exigir ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

- Utilização de diferentes métodos para o estudo de Bancadas, haja vista sua maior informalidade, o que exige o estabelecimento de critérios para identificação de seus membros (Vigna 2001; Vigna 2007; Sena 2007; Intini & Fernandes 2012; Machado 2013; Silva 2013);
- Métodos para a análise da atuação e influência política das Frentes Parlamentares. Lopes (2013) mensurou isto de três formas: coesão dos membros em votações de matérias de interesse; eficácia legislativa (proporção entre leis propostas e leis aprovadas); e embarreiramento (estratégias de obstrução de matérias contrárias aos interesses da frente). Uma análise semelhante em relação à produção legislativa, porém descritiva, foi feita por Vogel (2005).

Dos estudos realizados, gostaríamos de destacar três aspectos dos apontados acima, nos quais esta pesquisa visa agregar conhecimento. Primeiro, as bancadas temáticas como núcleo operativo das frentes parlamentares. Segundo, a mensuração da influência política de uma frente parlamentar. Terceiro, a análise de rede como método de estudo para frentes parlamentares. Vamos explorar a seguir cada um destes três aspectos nos estudos até então existentes.

Intini & Fernandes (2012:88) que estudaram a Bancada Ruralista em 2011, constataram que a Frente Parlamentar da Agropecuária era registrada junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados como formada por 161 deputados e 11 senadores. Se fossem considerados outros critérios, como votação e defesa da temática em plenário, esta seria formada por mais de 200 parlamentares. Um em cada três parlamentares da 54ª Legislatura (2011-2015) é proprietário ou sócio de algum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços relacionados à agropecuária, e cuja taxa de reeleição nas eleições de 2010 foi de 79% (Intini & Fernandes, 2012:88). Apesar dessa possível composição de mais de 200 parlamentares, os autores apontaram 20 deputados como núcleo operativo da Frente Parlamentar da Agropecuária, o que reflete os que seriam os integrantes da “Bancada Ruralista”:

Do conjunto de 161 membros da FPA, destaca-se um núcleo operativo, influente, que se apresenta cotidianamente como porta voz dos temas de interesse do setor. Este núcleo faz a orientação política para os outros membros e também estabelece a conexão com entidades de representação, tal como a Confederação Nacional da Agricultura. As diretrizes de atuação dos ruralistas partem, portanto, de um entendimento entre estas entidades e o núcleo operativo, implementando, então, as estratégias de intervenção no

Legislativo e também no Executivo. Este núcleo é composto por aproximadamente 20 deputados, alguns no primeiro mandato, outros com mais de três ou quatro mandatos. Este conjunto se distribui nas estruturas do Legislativo, assumem atribuições dentro das suas respectivas bancadas, como líderes ou vice-líderes, orientam as negociações dos temas a serem lançados na pauta da Câmara dos Deputados e seus desdobramentos. Por fim, a Comissão de Agricultura constitui o espaço parlamentar privilegiado de atuação da bancada ruralista, onde detém a ampla maioria, e consegue implementar ações a despeito do governo. (Intini & Fernandes, 2012: p.90-91)

Como pontuado por Intini & Fernandes (2012) ainda que não esteja atrelada à burocracia do Congresso Nacional, a Bancada possui suas próprias regras e é reconhecida como uma forma de organização burocrática. Esta organização burocrática inclui que as votações por parte de seus membros sigam majoritariamente a indicação do líder da bancada (Vigna, 2001:1), desenvolvendo estratégias de ocupação de espaços políticos possíveis, pois a força do grupo consiste justamente não no número absoluto de seus integrantes, mas em sua capacidade de mobilização junto a diversos grupos, partidos e outras bancadas, além de sua representação política em âmbito federal (Vigna, 2007:5).

Ainda na questão agrária temos o estudo de Machado (2013) acerca dos deputados que compõem a Bancada Ruralista, no qual relacionou o financiamento de campanha dos deputados eleitos em 2010 com sua atuação legislativa. A autora identificou um financiamento maior e concentrado em poucos atores por sua maior influência no processo legislativo seja pela elaboração de projetos seja pela atuação em plenário e votações. Em sua análise, dos 24 deputados mais bem financiados da Frente Parlamentar da Agropecuária, 7 frequentemente eram autores de proposições prioritárias na área agrária.

Silva (2013) teve o objetivo de identificar parlamentares que compõem a Bancada da Bola na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro. O autor encontrou 11 integrantes da Bancada da Bola no total de 51 vereadores.

Pelo exposto até aqui sobre Frentes Parlamentares e Bancadas, nota-se que a única semelhança entre elas é sua forma de atuação, qual seja, a de articulação, mobilização, ocupação de espaços decisórios com o fim de materializar sua influência em determinado tema político, e o que as diferencia é seu grau de formalidade e publicidade. Fica evidente por estas três referências que a bancada é composta por um número reduzido de integrantes, que está diluído entre os diversos integrantes de uma Frente Parlamentar, sendo as Bancadas o núcleo operativo das Frentes Parlamentares. Uma evidência disso é a própria ata de aprovação do Ato nº

69/2005 da Mesa Diretora da CD, que regula o registro das frentes parlamentares (Câmara dos Deputados 2005b: p.54583), nesta ata fica evidente o debate em torno do estabelecimento de um limite no número de frentes parlamentares e no número de membros que deveriam ter essas instituições. A decisão de não limitar o número de frentes parlamentares e o estabelecimento de 1/3 do legislativo como número mínimo de membros para o registro da frente pode ter ocorrido como forma de diluir a bancada na frente parlamentar ou como forma indireta de limitar o número de frentes. Se a intenção era limitar o número de frentes parlamentares com este critério, não funcionou.

No que toca ao segundo aspecto, a mensuração da influência política de uma frente parlamentar, o estudo de Lopes (2013) apresentou um método para aferição dessa influência. A autora analisou a Frente Parlamentar Evangélica no período correspondente à 53ª (2007-2010) e 54ª legislaturas (2011-2015), e mediu: (1) a eficácia na produção legislativa (projetos de lei de interesse da frente que foram aprovados); (2) a coesão nos votos de seus membros em matérias de interesse da frente; e (3) as estratégias de obstrução aos projetos de lei que contrariam os valores defendidos pela frente. Quanto à eficácia na produção legislativa, a autora constatou que 3 projetos de lei propostos foram aprovados no período analisado. Em relação à coesão nos votos de seus membros, a autora examinou três projetos de lei e observou que em um destes projetos de lei, todos os parlamentares votaram em conjunto, por sua direta relação com os temas defendidos pela Frente Parlamentar Evangélica (vida, família, liberdade religiosa e outros). No que tange às estratégias de obstrução às matérias que contrariam os valores defendidos pela Frente Parlamentar Evangélica, a autora mostra que elas foram bem sucedidas em quatro projetos de lei específicos, nos quais os membros da Frente tiveram sucesso, conseguindo no mínimo, adiar a votação da legislação. Estes quatro projetos são: Projeto de Lei nº 7.672/2010 (Lei da Palmada - proibição de castigos físicos); "Kit-gay" para escolas; Projeto de Lei na Câmara nº 122/2006 (criminalização da homofobia); e Projeto de Lei nº 1.057/2007 (infanticídio indígena).

Nenhum dos trabalhos referidos acima estudaram frentes parlamentares ou bancadas temáticas como redes. Entretanto, encontramos um estudo sobre o Congresso Nacional brasileiro na perspectiva de redes, mas não sobre frentes ou bancadas (Wolf 2008). A análise de redes sociais é um método ainda pouco utilizado (Wolf, 2008: p. 40). Esta análise depende da escolha do ponto de partida para formação da rede, ou seja, do que será o elemento constitutivo da rede, a partir da

perspectiva do autor. No caso de Wolf (2008), a formação da rede se deu a partir das interações entre os deputados autores e os deputados relatores de projetos de lei – relator é o parlamentar responsável por analisar o projeto, formular um parecer sobre ele e apresentá-lo para votação da comissão ou plenário, conforme o caso. Desse modo, Wolf (2008) admite que sua escolha "não possui o condão de revelar todo o complexo *logrolling*⁵ presente no Congresso Nacional, deixando certamente de lado interações menos visíveis, menos acessíveis aos pesquisadores". Segundo Wolf (2008), "a análise de rede denota interações mais facilmente rastreáveis, mas que não são o suficiente para fornecer informações relevantes sobre o processo político congressional" (Wolf, 2008: p.43), pois sozinhas não permitem uma análise conclusiva, por isso devem ser utilizadas com outras técnicas de pesquisa.

Exatamente o método que aqui inauguramos em relação ao estudo de frentes parlamentares, neste capítulo. Nosso estudo alia a análise de rede às técnicas de prosopografia (Stone, 2011) e à análise de influência política (Lopes 2013). Desse modo, a análise de rede que propomos aqui, visa justamente contribuir para reduzir esse hiato de reflexão sobre a capacidade e as práticas de articulação política de parlamentares ao nível do Congresso. Em nenhum dos estudos anteriores foi feito o que se propõe nesta pesquisa, qual seja, uma análise que propicia identificar um núcleo operativo com base em dados individuais (prosopografia) e relacionais (análise de rede). Apenas Intini & Fernandes (2012) apresentaram um núcleo operativo ao estudar a Frente Parlamentar Agropecuária, mas não com base em uma análise de rede, e sim, em quem mais se posicionou no plenário em defesa do tema. Coradini (2010) faz uma relação entre participação em frentes parlamentares e critérios como gênero, escolarização, renda e filiação partidária, mas não se configura uma análise prosopográfica. Os demais trabalhos fizeram uma análise da atuação das frentes, mas não falaram nem estabeleceram um método de mensuração do perfil dos atores e da estrutura da rede.

O estudo recente de Araújo & Silva (2016) que buscaram apresentar uma agenda de pesquisa com uma proposta teórico metodológica para o estudo de frentes parlamentares. Inicialmente os autores exploram a evolução do número de frentes na Câmara, comparando-a ao número de partidos na Câmara dos Deputados e no Senado no período de 2003 a 2018. De acordo com esta proposta, as frentes seriam estudadas a partir de: sua temporalidade (tempo de duração); sua

⁵ *Logrolling* refere-se à troca de favores, especialmente votos em momentos de votação na legislação.

abrangência e focalização temática, por exemplo, Frente Parlamentar Agropecuária>Frente Parlamentar em Defesa da Lavoura Cacaueira>Frente Parlamentar da Avicultura; sua Natureza de Atuação (advocacy ou lobby); suas Categorias de Abrangência (ampla ou focalizada); e pela demanda artificial ou real proveniente da sociedade (endógena ou exógena).

1.2 A Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE)

A Frente Parlamentar do Esporte (FPE) foi registrada mesmo antes de oficializado o registro das Frentes Parlamentares pelo Ato Nº 69/2005 da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 2005a; Câmara dos Deputados, 2005b). Assim, o primeiro registro da FPE é de 2/12/2003 durante a 52ª Legislatura sob a presidência do deputado federal Ivan Ranzolin (PPB-SC). O registro foi mantido em 21/05/2006 durante a 53ª Legislatura sob a presidência da deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB/RS). A FPE foi relançada em 17/8/2011⁶ tendo como presidente o ex-boxeador e deputado federal Acelino Popó (PRB/BA) e como vice-presidente a deputada federal Manuela d'Ávila (PCdoB-RS). Em 2011 a FPE estava composta por mais de 200 deputados e 7 senadores⁷, embora não haja data de registro da FPE no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados.

Na 54ª Legislatura, consta o registro da FPE em 02/09/2013⁸ tendo o deputado federal Acelino Popó (PRB-BA) na presidência e a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) na vice-presidência, com a composição inicial de 301 deputados e 25 senadores⁹, finalizando o ano de 2014 com o registro de 198 deputados federais e 8 senadores¹⁰.

Esta frente foi instituída com o objetivo de fazer proposições de políticas e ações relacionadas à valorização do esportista e das modalidades esportivas. Não se tem notícias das atividades atuais da FPE desde seu relançamento, e o sítio

⁶ Conforme consta do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados no link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/201102-FRENTE-PARLAMENTAR-DO-ESPORTE-SERA-RELANCADA-HOJE.html>. Disponível em: 14/08/2014.

⁷ Conforme consta no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados no link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/201102-FRENTE-PARLAMENTAR-DO-ESPORTE-SERA-RELANCADA-HOJE.html>. Disponível em: 14/08/2014.

⁸ Conforme consta no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados no link: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>. Disponível em: 14/08/2014.

⁹ Relançamento da Frente Parlamentar do Esporte conforme consta no link: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/popoprelanca-frente-parlamentar-para-valorizar-o-esporte>. Disponível em: 14/08/2014

¹⁰ Conforme consta no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados no link: http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53396.asp. Disponível em: 15/12/2014

eletrônico apontado como sendo da entidade se encontra desativado, apesar de a frente ter sido registrada novamente na 55ª Legislatura (2015-2019)¹¹. Ainda, embora sejam exigidos, para seu registro na Câmara dos Deputados, a relação de membros e o estatuto, apenas a relação de membros consta disponível.

A FPE muitas vezes é referida como “Bancada da Bola”, numa materialização da relação entre futebol e um grupo de interesse (Hirata, 2011; Leão Júnior, 2004; Bueno, 2008; Veronez, 2005). Entretanto, como vimos, a Frente Parlamentar não é o mesmo que “Bancada”, e o mais provável é que a Bancada da Bola seja o núcleo operativo da Frente Parlamentar Mista do Esporte.

Em 2001, a Bancada da Bola no Congresso Nacional seria formada por 18 parlamentares dos 25 integrantes da CPI¹² sobre o contrato entre CBF e Nike finalizada sem relatório em 2001 (Bombig, 2014), os integrantes desta CPI estão arrolados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 1.1 – Deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Contrato da Nike com a Confederação Brasileira de Futebol criada em 2001.

n	Membros Titulares CPI sobre contrato CBF e Nike	Membros Suplentes CPI sobre contrato CBF e Nike
1.	Aldo Rebelo PCdoB/SP, Presidente da CPI da CBF/Nike e ligado ao Palmeiras	Antônio do Valle PMDB/MG
2.	Alex Canziani PSDB/PR	Basílio Villani PSDB/PR
3.	Alexandre Santos PSDB/RJ	Expedito Júnior PFL/RO
4.	Chico Sardelli PFL/SP	Fernando Gonçalves PTB/RJ
5.	Coraci Sobrinho PFL/SP	Geraldo Magela PT/DF
6.	Darcísio Perondi PMDB/RS, presidente do Santa Cruz, e irmão de Emídio Perondi, presidente da Federação Gaúcha de Futebol; na 54ª Leg. foi membro da FPE	Herculano Anghinetti PPB/MG
7.	Dr. Rosinha PT/PR	Ildefonso Cordeiro PFL/AC
8.	Eduardo Campos PSB/PE	João Magalhães PMDB/MG; na 54ª Leg. foi membro da FPE
9.	Eurico Miranda PPB/RJ, presidente do Vasco e 3º Vice Presidente da CPI da CBF/Nike	Jorge Pinheiro PMDB/DF
10.	Geovan Freitas PMDB/GO	José Borba PMDB/PR
11.	Iris Simões PTB/PR	José Genoíno PT/SP
12.	Jaime Martins PFL/MG; na 54ª Leg. foi membro da FPE	José Múcio Monteiro PFL/PE
13.	José Janene PPB/PR, ligado ao Londrina	José Sampaio PDT/RJ
14.	José Lourenço PMDB/BA	Juquinha PSDB/GO
15.	José Mendonça Bezerra PFL/PE, ex-presidente do Vitória	Luis Barbosa PFL/RR
16.	José Rocha PFL/BA, presidente do Sport (Recife); na 54ª Leg foi membro da CTD	Pedro Chaves PMDB/GO na 54ª Leg. foi membro da FPE e CESPO
17.	Jurandir Juarez PMDN/AP	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE; na 54ª Leg foi membro da FPE
18.	Léo Ancântara PSDB/CE	Regis Cavalcante PPS/AL

¹¹ Conforme consta no sítio eletrônico do Ministério do Esporte <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/50200-em-lancamento-de-frente-parlamentar-ministro-defende-dialogo-com-congresso> Disponível em: 24/05/2016

¹² Para ver os integrantes da CPI Nike/CBF 2001 e o relatório final cuja votação não foi concluída ver o link: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/cedime/cpiFutebol/camara/relatorioNike.pdf> Disponível em: 11/01/2017.

19.	Luciano Bivar PSL/PE, torcedor do Bahia e homem próximo da CBF	Roberto Pessoa PFL/CE
20.	Max Rosenmann PSDB/PR	Sérgio Reis PSDB/SE
21.	Nelo Rodolfo PMDB/SP, conselheiro do Palmeiras e 1º Vice Presidente da CPI da CBF/Nike	Tânia Soares PCdoB/SE
22.	Olimpio Pires PDT/MG	Telmo Kirst PPB/RS
23.	Pedro Celso PT/DF, 2º Vice Presidente da CPI da CBF/Nike	Valdeci Paiva PSL/RJ
24.	Rubens Furlan PPS/SP	Yeda Crusius PSDB/RS
25.	Silvio Torres PSDB/SP, Relator da CPI da CBF/Nike; na 54ª Leg foi membro da CESPO	1 vaga do PCdoB não ocupada.

Fonte: Elaboração própria

Legenda: CTD (Comissão de Turismo e Desporto) comissão permanente responsável pelo tema esporte até fevereiro de 2014; CESPO (Comissão Permanente do Esporte), comissão permanente responsável pelo tema esporte após fevereiro de 2014. Destaque para aqueles que, 10 anos depois, durante a 54ª Legislatura (2011-2015), permaneceram ligados ao esporte via participação na CTD, CESPO ou FPE.

A mesma Bancada da Bola ressurgiu em 2014, durante a votação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 e 6753/2013, também conhecidos respectivamente como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) e Projeto de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE), na denúncia do Deputado Federal Romário¹³ e seria composta por sete deputados¹⁴ (Cruz 2014; Sampaio, 2014), são eles:

1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) – ex-presidente e atual conselheiro da Portuguesa; Membro Suplente da Comissão Especial para julgar os PLs e da FPE na 54ª Leg.; deputado federal constituinte e está em seu 8º mandato (55ª Leg); titular em várias comissões, com destaque para Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi titular da CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE;
2. Guilherme Campos (PSD/SP) – vice-presidente da Federação Paulista de Futebol; também foi vice-presidente da Ponte Preta de Campinas; teve doações para sua campanha eleitoral em 2010 do Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e do Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016); 2º mandato como deputado federal durante a 54ª Leg.; foi titular e suplente em diversas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e SUBSEGCO - CSPCCO-SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA; foi Titular da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE
3. José Rocha (PR/BA) – É conselheiro nato e ex-presidente do Esporte Clube Vitória; **na 54ª Leg foi membro da CTD**; 6º mandato como deputado federal (na 55ª Leg.); sua campanha

¹³ Romário de Souza Faria é ex-jogador de futebol profissional e campeão do mundo do futebol pela seleção brasileira em 1994. Ele foi eleito como deputado para a 54ª Legislatura (2011-2015) e reeleito como senador para 55ª Legislatura (2015-2018). Nesta última campanha, ele foi financiado por uma das empresas (Ambev) as quais ele criticava anteriormente por financiarem outros políticos, clubes de futebol e a Confederação Brasileira de Futebol (Perrone 2013).

- eleitoral em 2010 foi financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro e da CBF) e da Construtora Camargo Correia (envolvida na Operação Lava Jato da Polícia Federal); foi titular de diversas comissões na 54ª Leg. com destaque para a CTD; Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES. Adiou andamento do processo com requerimentos de audiências públicas com atores que já haviam sido contemplados anteriormente;
4. Jovair Arantes (PTB/GO) – presidente da Comissão do Proforte é vice-presidente do Atlético Goianense; não teve doadores de campanha em 2010 e 2014 que tenham relação direta com o futebol; foi Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; está no 6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); foi membro de algumas comissões como titular na 54ª Leg.; ao mesmo tempo em que contribuiu para o andamento dos PLs LRFE/PROFORTE em 02/04/2014 via o coletivo Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência, o deputado atuou de modo a adiar o andamento do processo com requerimento de audiência pública equivocada; enquanto presidente não examinou a matéria por 8 reuniões quase todas consecutivas e sempre por encerramento da sessão, ainda, em 12/03/2015 assinou requerimento de retirada de pauta dos PLs LRFE/PROFORTE, junto com outros Líderes Partidários;
 5. Sarney Filho (PV/MA) – É irmão de Fernando Sarney, vice-presidente da CBF para o Nordeste. Não teve financiamento de campanha de patrocinadores de futebol nas eleições de 2010 e 2014, porém declarou maior parte do seu patrimônio constante nos Bancos Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); atualmente foi reeleito e está em seu 9º mandato como deputado Federal;
 6. Valdivino Oliveira (PSDB/GO) – Presidente do Atlético Goianense; na 54ª Leg foi membro da FPE. Em 2010 teve sua campanha financiada pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol);
 7. Vicente Cândido (PT/SP) – Primeiro vice-presidente da Comissão do Proforte é vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF; a prestação de contas de seu financiamento de campanha em geral era de si para si ou proveniente da campanha de outros candidatos, o que não possibilitou rastrear empresas doadoras; está no 2º mandato como deputado Federal na 55ª Leg.; foi também titular de outras comissões durante a 54ª Leg. com destaque para as comissões PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. A comissão do PL 5201/2013 foi criada em 20/03/2013 e somente em 27/11/2013 ele, que era o 1º Vice-Presidente, foi solicitar 16 requerimentos solicitando audiências públicas com diversos atores, embora pertinentes, vieram tarde.

As poucas referências que temos à “Bancada da Bola” sempre apontam que ela é composta por poucos parlamentares, entre 18 e 7 integrantes (Bueno, 2008:p.248; Paulo, 2012; Cruz, 2014; Damato & Resende, 2014; Rebello & Cruz,

2014; Silva, 2013) e, portanto, não pode refletir a FPE, que atualmente conta com 206 integrantes. Contudo, pode ser englobada pela FPE. Dentre os nomes constantes destas denúncias que não foram anteriormente mencionados, está o nome do deputado Renan Filho PMDB/AL (Rebello & Cruz, 2014) o qual foi autor do Projeto de Lei 6753/2013 (Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos), que embora tenha sido apensado ao Projeto de Lei 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte), visava embarreirar o mesmo. Mas falaremos sobre estes projetos de lei de forma mais aprofundada no Capítulo 3 dessa Tese.

A “Bancada da Bola” surgiu em 1991 à época da tramitação do que veio a ser a Lei n. 8.672 de 6 de Julho de 1993 (conhecida como Lei Zico)¹⁵, e consiste em deputados e senadores que têm sua campanha financiada por clubes de futebol, pela própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ou seus patrocinadores em troca de votação e projetos de lei favoráveis ao futebol e à CBF no Congresso Nacional, conforme investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do contrato entre CBF e Nike (Câmara dos Deputados, 2001). Esta relação entre financiamento de campanha e atuação política favorável a um tema por parte dos parlamentares no Congresso também foi constatada por Machado (2013) em relação à Bancada Ruralista. O estudo excepcional de Boas, Hidalgo, & Richardson (2014) corrobora os achados de Machado, ao analisar as eleições de 2006 para o cargo de deputado federal, e as relações entre empresas financiadoras de campanha e os respectivos contratos que estas obtiveram com o governo no período pós- eleição. Figueiredo Filho (2009) em sua investigação sobre grupos de interesse, financiamento de campanha e comportamento congressual, constatou que a literatura se baseia em estudos de caso, e em 60,5% destes foram reportados efeitos estatisticamente significativos entre do financiamento e comportamento parlamentar. Mas falaremos sobre a Bancada da Bola de forma mais aprofundada no Capítulo 3 dessa Tese.

1.3 Método

Considerando que o objetivo de uma Frente Parlamentar é influenciar o conteúdo de um tema político específico, toda Frente Parlamentar se constitui em

¹⁵ Esta foi a primeira Lei que regulamentou propriamente o Futebol no Brasil, conhecida pelo nome de seu defensor, o ex-jogador da seleção brasileira de futebol, Zico (Arthur Antunes Coimbra), esta lei transformou os clubes de futebol em empresas e regulou as relações trabalhistas entre jogadores e clubes. É uma das mais importantes leis sobre o esporte no Brasil, juntamente com a Lei n. 9.615 de 24 de Março de 1998 (conhecida como Lei Pelé – também famoso ex-jogador da seleção brasileira de futebol, primeiro ministro do Ministério Extraordinário do Esporte, órgão precursor do Ministério do Esporte, criado em 2003) e Lei n. 10.264 de 16 de Julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Estas duas leis, Lei Zico e Lei Pelé são reflexo da centralidade da legislação esportiva no futebol.

uma rede de atores articulados para essa finalidade. Assim, caracterizar a Frente Parlamentar do Esporte (FPE) como uma rede envolve analisar não só quem são seus integrantes, mas também como se articulam entre si, a partir de sua distribuição em diferentes instâncias decisórias relacionadas ao esporte no Congresso Nacional e como atuam para influenciar a política de esporte.

A pesquisa foi realizada com dados dos integrantes da FPE fornecidos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

a) **Análise prosopográfica: o perfil sociopolítico dos Membros da FPE**

Para uma apresentação geral de quem compõe a rede, são inicialmente apresentados os dados prosopográficos referentes ao perfil de todos os membros, sejam eles deputados (n=198) ou senadores (n=8). As variáveis mobilizadas são: sexo; idade; região geográfica que representa; partido; ideologia política; nível e área de escolarização; profissão; número de legislaturas; número de filiações partidárias; número e tipo de mandatos partidários; mandatos eletivos anteriores; mandatos em comissões (instâncias decisórias), especificamente participação em comissões relacionadas ao esporte; e associação às instituições de esporte fora do Congresso Nacional. Essa caracterização é importante para evidenciar a participação dos senadores nessa frente, pois não são comuns as frentes parlamentares mistas. Em geral, elas são compostas somente por deputados. Além disso, essa caracterização torna possível observar uma série de fatores que nos permitem, por inferência, verificar o potencial da rede para influenciar a política de esporte.

b) **Análise de Rede**

Sendo a FPE uma rede em busca de influência política, a avaliação da estrutura desta rede, tendo como base a relação entre os deputados da FPE e as instâncias decisórias ocupadas por eles no Congresso Nacional, serve para avaliar a efetividade desta instituição (Gould 1989; Ansell et al. 2016).

As instâncias decisórias a que nos referimos são os espaços de poder e deliberativos da Câmara dos Deputados e do Senado, também chamados de comissões. Cada uma destas Casas Legislativas possui Comissões Parlamentares, Permanentes ou Temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Federal e nos seus Regimentos Internos. No cumprimento dessas duas funções básicas, de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas, no âmbito do Poder Executivo, as Comissões promovem, também, debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre

todos os temas ou assuntos de seu interesse. É também no âmbito das comissões que se apresentam e se estudam todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto. Nas Comissões se possibilita que esses aspectos sofram ampla discussão e haja mais liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da Comissão, irá orientar o Plenário na apreciação da matéria. São duas as formas de apreciação: a conclusiva, quando os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário; e a realizada pelo Plenário propriamente dita, quando este é quem dá a palavra final sobre o projeto, após a análise das comissões. O Regimento estabelece (art. 24, II) quando o projeto será conclusivo nas Comissões ou se deverá também ser apreciado pelo Plenário. De forma geral, os projetos que afetam direitos constitucionais mais delicados, como o direito à vida e à liberdade, entre outros, deverão passar pelo crivo do Plenário.

Estas instâncias decisórias são expostas no Quadro 3 e denominadas genericamente de “comissões”. Elas conferem poder de barganha, prestígio e capacidade de articulação política aos parlamentares. O número de vagas em cada comissão não é equânime e varia até entre comissões de mesmo tipo, com a distribuição de vagas seguindo a proporção de partidos da Casa. Ainda, a composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa. Deste modo, a participação em qualquer uma destas instâncias decisórias durante a 54ª Legislatura foi considerada para fins desta pesquisa.

Quadro 1.2 – Instâncias decisórias nas casas legislativas do Congresso Nacional brasileiro

Casas do Congresso Nacional brasileiro	Tipo de Instâncias Decisórias	Subtipo	Observação
Câmara dos Deputados	Comissões Permanentes	-----	Tratam de temas de interesse de estado (educação, saúde, economia, etc.), de forma permanente. Nunca são dissolvidas, em geral são transformadas. Exemplo: Comissão de Turismo e Desporto que foi desmembrada em Comissão de Turismo e Comissão de Esporte.
	Comissões Temporárias	Especiais	Emitir pareceres sobre proposições em situações especiais (Proposta de Emenda à Constituição, Códigos etc.) ou oferecer estudos sobre temas específicos. Exemplo: Reformulação da Legislação do Esporte.
		Externas	Acompanhar assunto específico em localidade situada fora da sede da Câmara dos Deputados. Exemplo: Acompanhamento das ações sobre o Zika Vírus.
		Parlamentares de Inquérito	Investigar fato determinado e por prazo certo. Exemplo: Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol.
	Comissões Mistas	-----	Formadas por deputados e senadores mas com jurisdição na Câmara dos Deputados. Exemplo: Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
	Grupos de Trabalho	-----	Formados por deputados e senadores, mas com jurisdição na Câmara dos Deputados. Exemplo: Consolidação da Legislação Brasileira

Senado	Comissão Permanente	Subcomissões	Tratar de temas de essencial interesse de estado, de forma permanente. Nunca são dissolvidas. Exemplo: Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Subcomissão de Esporte.
	Comissão Temporária	-----	Todas elas se extinguem ao final da legislatura em que são criadas, ou expirado o prazo fixado quando da sua criação ou, quando alcançada a sua finalidade. As Comissões Temporárias ainda apreciam denúncias contra crimes de responsabilidade cometidos por Presidente da República, Vice-Presidente da República ou Ministro de Estado. Exemplo: Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei Geral do Desporto
	Comissão Parlamentar de Inquérito	-----	Investigar fato determinado e por prazo certo. Exemplo: Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol
	Comissão de Veto	-----	Discute projetos de lei específicos sobre os quais têm poder de veto. Exemplo: Veto Parcial nº 5/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 166 de 2010 – Reforma do Código de Processo Civil.
	Comissão de Medida Provisória	-----	Discute a aprovação de Medidas Provisórias (MPs) – as MPs são instrumento com força de lei, adotados pela Presidência da República, em casos de relevância e urgência, cujo e vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Exemplo: Comissão Mista da Medida Provisória nº 712 de 2016 - sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde devido ao Vírus da Dengue, Vírus Chikungunya e Zika Vírus

Fonte: Elaboração própria, baseado no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Website: www2.camara.leg.br/ e www12.senado.leg.br/. Data da consulta: 26 de maio de 2016.

A análise de redes surgiu da preocupação de sociólogos e antropólogos com a forma como os indivíduos estão ligados uns aos outros e como estes laços proporcionam ordem e significado para vida social. A atenção a esta associação em rede iniciou-se na década de 1970 e trouxe novos elementos para compreensão do dinamismo da estrutura social, oferecendo um método e uma teoria (Tichy, Tushman & Fombrun, 2009). Segundo a teoria de redes, há diferentes possibilidades de relacionamento entre os atores de uma rede. Por isso, analisar os posicionamentos estrutural e relacional dos atores permite compreender seu funcionamento, e possivelmente, as estratégias adotadas pelos atores para atingir seus objetivos (Masquietto, Sarcomano Neto & Giuliani, 2011; Mesquita et al., 2008; Ribeiro & Corrêa, 2013; Tomaél & Marteleto, 2006; Wolf, 2008; Zurbriggen, 2006).

Wasserman & Faust (1994) indicam como medidas estruturais principais a “densidade” e a “centralidade”. A densidade da rede diz respeito ao número de vínculos existentes entre os atores, a centralidade refere-se aos vínculos que cada ator possui com outros em relação ao número de vínculos possíveis entre os atores da rede. Assim a centralidade é extraída da densidade, que corresponde à posição relativa dos atores em uma rede a partir de sua maior densidade de relações.

A estrutura da rede FPE, formada pelos parlamentares e as comissões em que eles participam, foi analisada com uso do Programa Gephi versão 0.9.1, o qual nos forneceu as medidas de centralidade para cada parlamentar. Foram calculadas três medidas de centralidade: grau de centralidade; grau de proximidade relativa e grau de intermediação.

O grau de centralidade (*centrality degree*) representa com quantos atores o ator i é conectado em relação ao número total de atores. O grau de proximidade relativa (*closeness centrality*) está relacionado à proximidade das relações entre atores, ou seja, se um ator i é conectado diretamente a outro j , a distância entre i e j é 1. Se i e j não são conectados, mas ambos são conectados a um terceiro ator k , existe um caminho de i para j que passa por k . Assim, a distância entre i e j é dois, ou seja, duas conexões são necessárias para ligar i e j . Assim, o grau de proximidade vai somar todas as “distâncias mais curtas” entre i e todos os outros atores e fará uma ponderação. Já o grau de intermediação (*betweenness centrality*) considera se o ator i é um ator que “conecta” outros atores, ou seja, se dados outros atores j e k , a conexão mais curta entre j e k envolve passar por i ou não. Quando a intermediação é alta, significa que esse ator é uma “ponte” entre vários outros atores. Os vértices da rede são as comissões, e seu tamanho varia conforme o número de integrantes que ela possui.

O critério de participação em comissões foi adotado como forma de identificar não só as relações entre os integrantes da rede, mas principalmente, elucidar a rede de influência política formada por eles no congresso a partir dos espaços decisórios por eles ocupados. Sabemos que há relações informais que podem não ter captadas nessa análise, e que a participação em comissões se dá com restrições institucionais, haja vista que o assento em comissões é proporcional a cada partido que compõe o congresso, o qual escolhe que deputado o representará. Entretanto, são feitas negociações nessas composições entre os partidos, e a composição das comissões pode ser alterada a cada sessão legislativa (ano legislativo).

Numa análise à parte, fizemos uma partição da rede, uma sub-rede, analisando apenas os integrantes da Rede FPE que participavam de comissões relacionadas ao esporte vigentes no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura. Isto implica na construção de uma sub-rede também bimodal na qual existem dois tipos de vértices: os parlamentares e as comissões de esporte nas quais eles participavam.

c) Teste de Hipóteses

Os dados da análise prosopográficas, tabulados no software SPSS versão 22, foram agrupados em quatro fatores (variáveis proxy): *expertise* política; credibilidade partidária; especialização no tema esporte; participação em instituições de esporte fora do Congresso Nacional (associativismo). Estes fatores foram relacionados com as medidas de centralidade da rede (grau de centralidade; grau de proximidade relativa; grau de intermediação) através de uma análise de regressão binária. Estes fatores estão explicitados no Quadro 4.

Essa análise de regressão teve o objetivo de testar quatro hipóteses: (H1) parlamentares com maior “*expertise*” política (*políticos profissionais*) são mais centrais na rede; (H2) parlamentares com maior experiência partidária (“credibilidade”) são mais centrais na rede; (H3) parlamentares mais atuantes em comissões de esporte e, portanto, com maior conhecimento e “especialização” na área de esporte são mais centrais na rede; e (H4) parlamentares com associativismo à instituições de esporte (fora do Congresso) possuem maior centralidade na rede.

Contudo, neste nível de análise foram considerados somente os deputados, devido a dois fatores: (1) o regimento diferente das casas legislativas não permitiria uma análise conjunta e coerente; (2) e o fator base da estruturação da rede foi a participação em comissões, e há poucas comissões mistas (de deputados e senadores) no Congresso Nacional.

As variáveis de “*expertise*” e “credibilidade” foram elaboradas com base no estudo de Silva Jr. *et al* (2013), mas não se restringiram a ele, sendo feitas alterações para adequabilidade ao objeto e às variáveis específicas tratadas nesta pesquisa.

Em seu estudo, Silva Jr. *et al* (2013) buscaram identificar os fatores que explicam a seleção dos parlamentares que ocupam três tipos de cargos de liderança dentro da Câmara dos Deputados – presidente de comissão, integrante da Mesa Diretora e líder partidário – durante a 51ª legislatura (1999-2003). Reconhecendo este ser um problema de agência¹⁶, devido aos vários fatores envolvidos, os autores

¹⁶ Nas áreas de Ciência Política e Economia, o termo “problema do agente-principal” ou “problema dilema/agência” refere-se ao conflito de interesses inerente que pode surgir em qualquer relacionamento em que há condições de informação assimétricas e incompletas. Em outras palavras, onde se espera que uma parte (agente) aja no melhor interesse da parte contratante (principal), o problema surge porque o agente, que supostamente deveria tomar as decisões que melhor servem o interesse do principal, é naturalmente motivado por interesse próprio, e os interesses do agente diferem dos interesses do principal. O problema de agência também é conhecido como o “problema do agente principal” (Ross 1973). Vários mecanismos podem ser utilizados para tentar alinhar os interesses do agente com os do principal, tais como pagamentos em comissões, participação nos

partiram da hipótese de que a racionalidade dos congressistas pode culminar em mecanismos informais de seleção, permitindo um perfil homogêneo de liderança que atende a dois fatores. O primeiro fator é a “*expertise*” política, que significa possuir um maior conhecimento do funcionamento técnico da casa legislativa, sendo uma variável *proxy* formada pelos indicadores de: antiguidade congressual (número de legislaturas no Congresso); experiência política (cargos eletivos já exercidos); e *status* do mandatário (primeiro mandato ou reeleito). O segundo fator seria a “credibilidade” partidária, que corresponde a um maior compromisso com a organização partidária para atingir metas coletivas, sendo uma variável *proxy* formada pelos indicadores de: antiguidade partidária (anos de filiação ao partido em questão); migração partidária pós eleição (eleição de 1998 no caso); e experiência partidária (cargos no partido). Esta hipótese se funda no argumento de que parlamentares medianos preferem representantes experientes para negociar suas demandas com o Executivo, contudo, que tenham fidelidade partidária. No teste de hipóteses para os três cargos de liderança analisados, os autores encontraram que *expertise* é o fator mais pronunciado para ocupação dos cargos de presidente de comissão e membro da mesa diretora, enquanto credibilidade é o fator que mais influencia a ocupação líder de bancada quando comparados com deputados medianos (não ocupantes de cargos dessa natureza).

Em nossa análise, acrescentamos mais dois indicadores à variável *proxy* “*expertise*” política: a atividade parlamentar do deputado, isto é, os mandatos em comissões (espaços decisórios ocupados por ele); e também a presença em quatro comissões chave no Congresso Nacional (Mesa Diretora; Comissão de Constituição e Justiça; e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; e Procuradoria Parlamentar). Na variável *proxy* “credibilidade” partidária ao invés de considerarmos antiguidade partidária e migração partidária após a eleição, consideramos fidelidade partidária (migração ou enraizamento partidário) durante toda carreira política, e mantivemos a experiência partidária (cargos no partido) durante toda carreira política do candidato. Ainda, acrescentamos mais duas variáveis *proxy*. A variável *proxy* “especialização” no tema esporte, formada pelos indicadores de: escolaridade na

lucros, medição de desempenho ou medo de demissão. O problema do “principal–agente” é encontrado na maioria das relações empregador–empregado, por exemplo, quando acionistas contratam executivos no topo de corporações. Este problema foi identificado em Ciência Política, pela observação dos problemas inerentes a delegação de autoridade legislativa em agências burocráticas. Outro exemplo é a aplicação da legislação, a qual está aberta a interpretação burocrática, que cria oportunidades e incentivos para o burocrata como agente desviar-se das intenções ou preferências dos legisladores.

área de saúde, por essa ser correlacionada ao esporte; exclusividade ou não de participação na FPE, visto que o parlamentar pode participar de quantas frentes parlamentares quiser; e atuação em comissões ligadas ao esporte no Congresso Nacional. Também acrescentamos a variável *proxy* “associativismo” ao esporte, buscando evidenciar relações com o tema do esporte para além da atuação parlamentar.

Desse modo, espera-se que a rede seja composta por políticos profissionais (com expertise e credibilidade) que tenham especialização e relações com o tema esporte, e à semelhança do estudo de Wolf, deputados com maiores conexões e, portanto, centrais na rede e mais influentes politicamente (Wolf, 2008: p.38), no pertinente à legislação de esporte.

Quadro 1.3 – Desenho de pesquisa sobre FPE (Capítulo 1).

Caracterização da População (n = 198 deputados e 8 senadores)				
Membros da FPE durante a 54ª Legislatura do Congresso Nacional Brasileiro (n=206)				
Idade; sexo; região; partido; bloco ideológico; nível e área de escolarização; profissão; número de legislaturas; número de filiações e mandatos partidários; mandatos eletivos anteriores; participação em instâncias decisórias (comissões), com destaque para aquelas relacionadas ao esporte; e envolvimento com associações esportivas fora do Congresso				
Análise de Métodos Mistos: Prosopografia e Análise de Rede				
Deputados da FPE durante a 54ª Legislatura do Congresso Nacional Brasileiro (n=198)				
Unidade de observação	Técnica	Variável Proxy (Fatores)	Indicadores	Medidas
Indivíduos (deputados e senadores n=206)	Análise do Perfil (Prosopografia)	1. <i>Expertise</i>	A. Antiguidade congressional B. Experiência política C. <i>Status</i> do candidato D. Atividade Parlamentar ¹⁷ E. Presença em comissões-chave no Congresso Nacional	a) Nº de legislaturas do congressista b) Nº de cargos eletivos anteriormente ocupados c) Se está no primeiro mandato ou é reeleito d) Nº de mandatos em comissões e) Mandatos em 4 comissões chave da Câmara dos Deputados: Mesa Diretora; na Comissão de Constituição e Justiça; na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; e na Procuradoria Parlamentar
		2. <i>Credibilidade</i>	F. Enraizamento partidário G. Experiência partidária	f) Enraizamento partidário ou Migração partidária g) Cargos na executiva do partido

¹⁷ O Senado não disponibilizou este dado específico sobre os senadores, ou seja, o número de comissões nas quais eles participaram durante a 54ª Legislatura. Eles forneceram apenas os comitês nos quais eles estavam presentes em 2014, momento de coleta de dados. De todo modo, os dados a respeito dos 8 senadores da FPE são apresentados apenas para vislumbrar todos os membros da rede, visto que não foram considerados para os testes de hipótese. Os dados da Câmara e do Senado foram fornecidos tendo como referência a data de 02 de junho de 2014

		3. Especialização	H. Escolaridade na Área de Saúde I. Exclusividade de participação na FPE J. Atuação em comissões ligadas ao esporte*	h) Algum nível de educação (diploma) na área de saúde (na qual se encontra o esporte) i) Exclusividade de participação na FPE ou atua em outras frentes j) Participação (nº de mandatos em comissões relacionadas ao esporte)
		4. Associativismo	K. Atividade sindical, representativa de classe e associativa relacionada ao esporte	k) Associação externa com o esporte (presidente de clube esportivo ou ex-atleta por exemplo)
Grupo (n=206)	Análise da rede	Centralidade	Atores apontados como centrais na rede formada por parlamentares em comissões de esporte**	1. Grau de centralidade 2. Grau de proximidade 3. Grau de intermediação
Teste de Hipóteses (Deputados > n=198)	(H1) parlamentares com maior <u>"expertise"</u> política (políticos profissionais) são mais centrais na rede	(H2) parlamentares com maior experiência partidária (<u>"credibilidade"</u>) são mais centrais na rede,	(H3) parlamentares mais atuantes em comissões de esporte e, portanto, com maior conhecimento e <u>"especialização"</u> na área de esporte são mais centrais na rede	(H4) parlamentares com <u>associativismo</u> a instituições de esporte (fora do Congresso) possuem maior centralidade na rede

Fonte: Elaboração própria

* Com a finalidade de identificar os parlamentares especializados em esporte, consideramos o número de comissões de esporte nas quais o parlamentar atua para formar a variável proxy especialização.

** A rede foi formada por deputados que atuam em comissões de esporte. A qual foi posteriormente correlacionada às variáveis proxy de modo a testar hipóteses como a hipótese 3: "Um deputado mais especializado no tema (variável proxy especialização) seria mais central na rede de deputados que atuam em comissões de esporte".

É importante esclarecer que em nossa análise, para compor o fator (variável proxy) especialização, utilizamos 3 variáveis, entre estas variáveis, a variável "participação (número de mandatos) em comissões relacionadas ao esporte". Esta variável não pode ser ignorada neste fator, visto que queremos averiguar a especialidade dos parlamentares com o tema esporte. Esta mesma variável "participação (número de mandatos) em comissões relacionadas ao esporte" é utilizada para formação da rede, visto que é preciso se ter um parâmetro para identificar os "parlamentares que atuam no tema esporte". A rede é posteriormente relacionada a cada um dos fatores, entre eles o fator especialização, porém este fator é tomado aqui como um score (formado por 3 variáveis) e portanto não configura endogenia na mensuração.

1.4 Resultados e Discussão

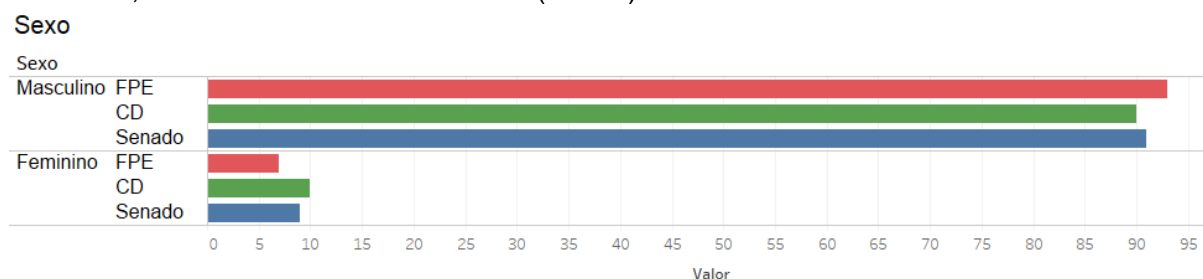
Os resultados apresentados nesta seção se referem: (a) ao perfil dos parlamentares que compõem a FPE; (b) à estrutura da rede formada por eles nas instâncias decisórias do Congresso Nacional Brasileiro (CN); (c) ao teste de hipóteses entre os fatores relacionados ao perfil político desses parlamentares e suas respectivas posições na rede; e (d) à análise preliminar da influência política da FPE na legislação de esporte produzida no período. Nos resultados são considerados todos os membros, com exceção do teste de hipóteses, que envolve as variáveis prosopográficas e a centralidade na rede apenas dos deputados federais (n=198).

a) Resultados do Perfil dos Membros da FPE

A relação de deputados (n=198) e senadores (n=8) que compuseram a FPE na 54ª Legislatura consta do Anexo 1 dessa ao final desta Tese. A seguir apresentamos os resultados do Perfil dos Membros da FPE seguidos de gráficos que situam os membros da FPE no universo total do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) para cada categoria.

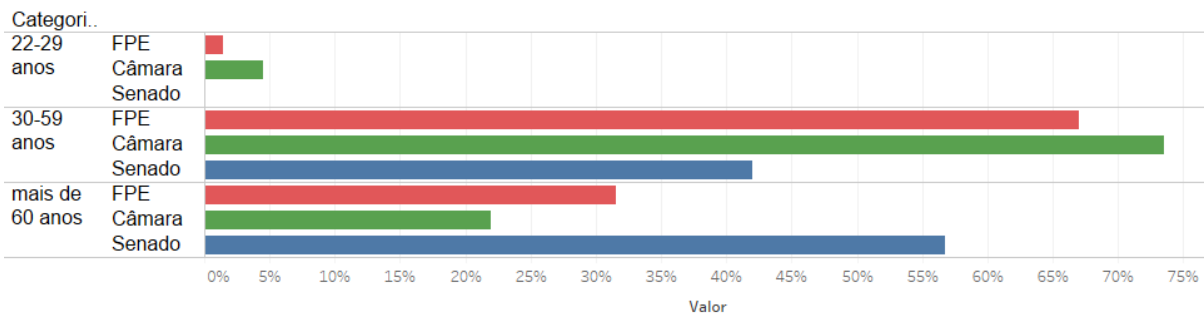
Dos 206 membros da FPE, a maioria são homens (93%♂), profissionais liberais (61%) com curso superior completo na área de Humanidades (32%) ou Direito (30%), cuja média de idade é de 54 anos, com variação entre 22 anos [Alexandre Leite (DEM/SP), Hugo Mota (PMDB/PB) e Wilson Filho (PTB/PB)] e 91 anos [Camilo Cola (PMDB/ES)]. A maioria dos membros se concentra nas faixas entre 46 a 55 anos (n=71) e 56 a 65 anos (n=67); apenas 42 deles tinham até 45 anos.

Figura 1.1 – Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Sexo, Idade, Profissão, Nível e Área de Escolaridade (n=206).



Membros da FPE, da Câmara dos Deputados e do Senado conforme o Sexo dos Parlamentares na 54a Legislatura. A FPE com 7% Feminino e 93% Masculino; CD 10% Feminino e 90% Masculino; e Senado 9% Feminino e 91% Masculino. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Idade



Membros da FPE, da Câmara dos Deputados e do Senado na 54ª Legislatura.

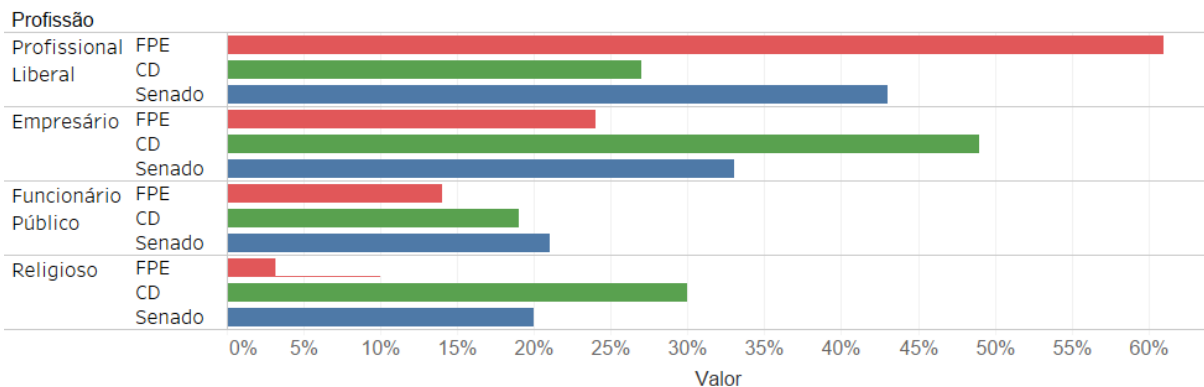
FPE possui 1% de membros com idade entre 22 e 29 anos; 67% de membros com idades entre 30 e 59 anos; e 32% membros com mais de 60 anos.

A CD possui 5% de membros com idade entre 22 e 29 anos; 74% de membros com idades entre 30 e 59 anos; e 22% de membros com mais de 60 anos.

O Senado por questão legal não possui membro com idade entre 22 e 29 anos; sendo 42% de seus membros com idades entre 30 e 59 anos; e 57% com mais de 60 anos.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Profissão

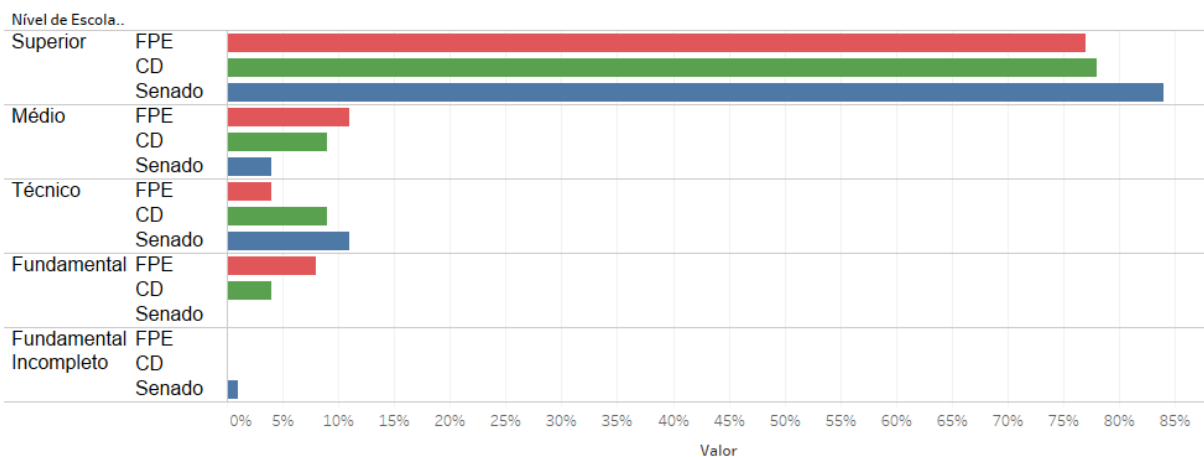


FPE está composta por Profissionais Liberais (61%), Empresários (24%), Funcionários Públicos (14%) e Religiosos (1%).

Enquanto a CD está distribuída entre Empresários (49%), Profissionais Liberais (27%), Funcionários Públicos (19%) e Religiosos (3%). Já o Senado, como a FPE possui predominância de Profissionais Liberais (43%), seguido de Empresários (33%), Funcionários Públicos (21%) e Religiosos (2%).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Nível de Escolaridade



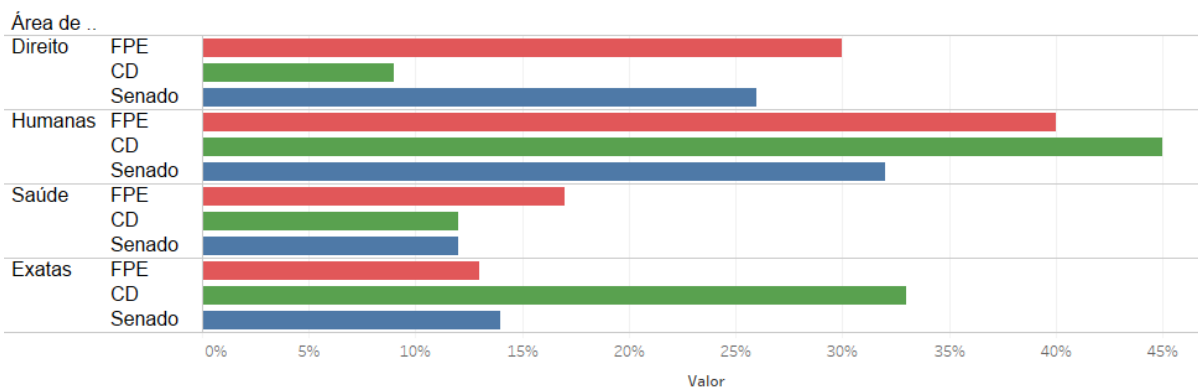
Quanto ao Nível de Escolaridade dos membros da FPE, 77% possui Nível Superior, 11% Nível Médio, 4% Nível Técnico e 8 % Nível Fundamental.

Na CD, 78% possui Nível Superior, 9% Nível Médio, 9% Nível Técnico e 4% Nível Fundamental.

No Senado 84% tem Nível Superior, 11% Nível Técnico, 4% Nível Médio e 1% Nível Fundamental Incompleto (o Senador Ivo Cassol PP/RO). Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Área de Escolaridade



Quanto a Área de Escolaridade daqueles que possuíam Nível Superior, entre os membros da FPE predominava a área de Humanas com 40%, com destaque para Direito 30% (não contabilizado em Humanas), Saúde 17% e Exatas 13%.

Na CD 45% dos Deputados é da área de Humanas, com destaque para Direito com 9% (não contabilizado em Humanas), 33% é de Exatas e 12% de Saúde.

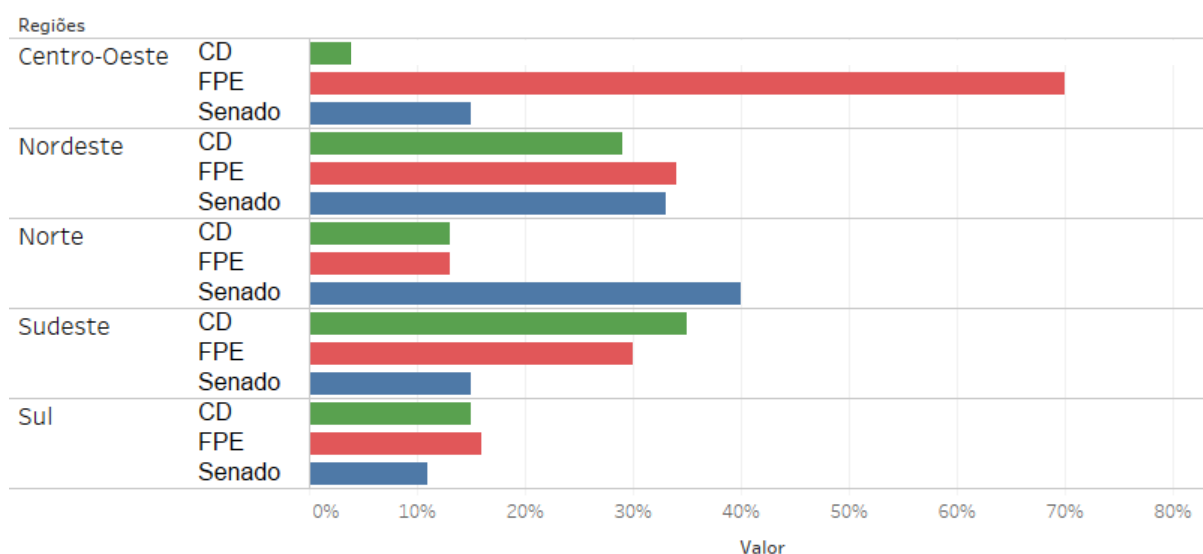
No Senado 32% é da área de Humanas, com destaque para Direito com 26% (não contabilizado em Humanas), Exatas com 14% e Saúde 12%.

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e Mucinhato (2014).

É interessante notar que mesmo havendo uma proporção pequena de membros da FPE com formação na área de saúde, ela supera a proporção existente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A FPE tem representantes em 26 Unidades Federativas. Quanto à representação regional, há um predomínio de políticos do Nordeste (34%) e do Sudeste (30%) sobre as demais regiões (Sul 16%, Norte 13% e Centro Oeste 7%). Este fato chama a atenção porque a não segue a proporção do Congresso. No caso dos deputados a proporção por regiões tem maioria no Sudeste (35%) e Nordeste (29%), seguido pelo Norte (13%), Sul (15%) e Centro Oeste (8%), visto que o número de deputados é proporcional por estados e as regiões tem diferentes números de estados. Do mesmo modo, no caso dos senadores embora a proporção seja equânime por estado, também há diferenças por haver regiões com mais estados.

Figura 1.2 – Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Região (n=206).
FPE, CD e Senado conforme Regiões

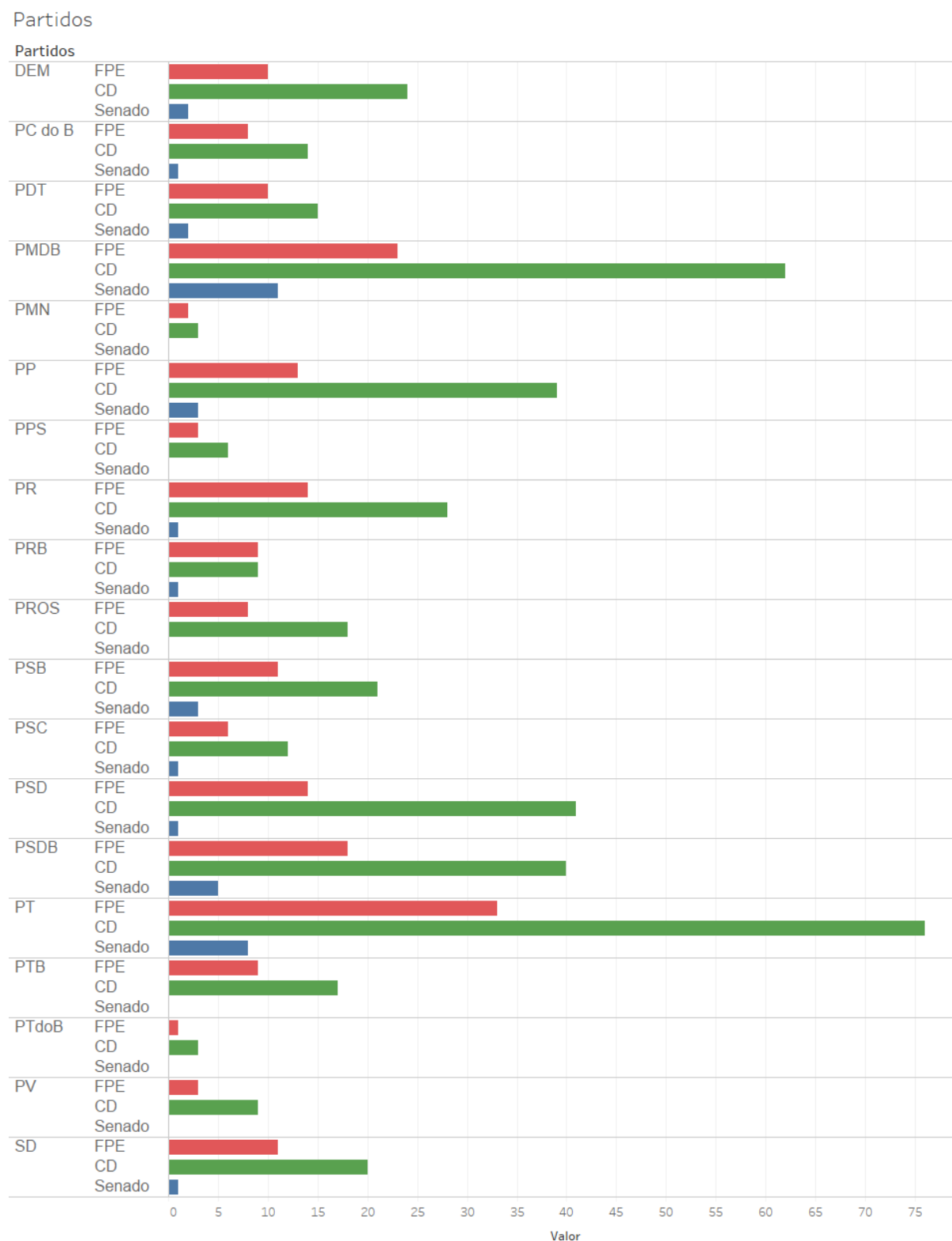


FPE está composta em sua maioria por membros do Nordeste (34%), Sudeste (30%), Sul (16%), Norte (13%), e Centro-Oeste (7%). Enquanto a CD está distribuída como Sudeste (35%), Nordeste (29%), Sul (15%), Norte (13%) e Centro-Oeste (8%). O Senado possui predominância do Nordeste (33%), seguido de Sudeste e Centro-Oeste ambos empatados com 15%, Sul com 11% e Norte com 4%.
Fonte: Elaboração própria baseada nos dados.

É importante notar que as regiões Nordeste e Sudeste são conflitantes em termos de infraestrutura esportiva, número de clubes esportivos e investimento estatal (DaCosta, 2006a, 2006b). A prevalência do Nordeste pode indicar alguma intenção para mudar esse quadro e prover estas regiões com uma melhor infraestrutura esportiva. Numa comparação com a Frente Parlamentar Agropecuária, a distribuição dos membros segue exatamente a distribuição da predominância do cultivo agrícola, com predominância das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Intini & Fernandes, 2012).

Outra questão pertinente na caracterização da população é a distribuição dos 206 integrantes em 19 partidos diferentes. Este espalhamento da FPE por 19 partidos tem ainda maior significância quando comparado aos dados da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Esta frente parlamentar é apontada como a frente de maior articulação política (Vigna 2001; Vigna 2007; Sena 2007; Intini & Fernandes 2012; Machado 2013), e durante a 54ª Legislatura contou com 17 partidos, com a participação de 202 parlamentares (191 deputados e 11 senadores) (Intini & Fernandes 2012). Ainda, durante a 54ª Legislatura o Senado era formado por 16 partidos políticos diferentes enquanto a Câmara era formada por 23 partidos políticos.

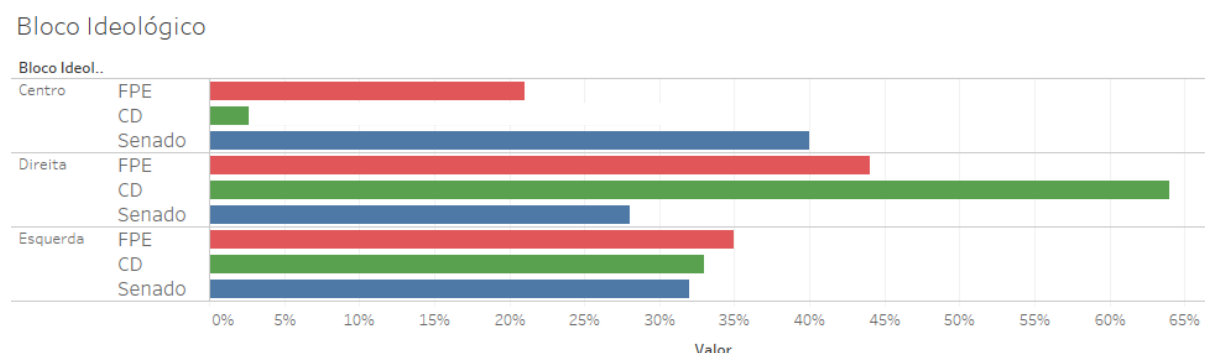
Figura 1.3 – Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Partido Político (n=206). Quantidade de parlamentares da FPE por partido e a respectiva quantidade total de parlamentares de cada casa por partido. Fonte: Elaboração própria baseada nos dados.



O gráfico mostra a distribuição dos membros da FPE por partido. Isto é, quantos deputados da FPE há em cada partido, e qual o total de deputados daquele partido na Câmara e no Senado respectivamente, a fim de comparar a proporcionalidade.

Estes 19 partidos que compõem a FPE foram classificados por blocos ideológicos (centro, esquerda e direita) conforme Codato *et al.* (2015). Na FPE há um predomínio do bloco ideológico de direita (44%), seguido do bloco ideológico de esquerda (35%).

Figura 1.4 – Perfil dos Membros da FPE, da CD e do Senado conforme Bloco Ideológico (n=206).



A FPE possui predominância do Bloco de Direita (44%), seguindo pelo de Esquerda (35%) e Centro (21%).
A CD possui predominância do Bloco de Direita (64%), seguindo pelo de Esquerda (33%) e Centro (3%).
O Senado possui predominância do Bloco de Centro (40%), seguindo pelo de Esquerda (32%) e Direita (28%).

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e Mucinhato (2014).

Considerando que o Ministério do Esporte é, desde sua criação, um reduto dos partidos políticos de esquerda, PT e do PCdoB¹⁸, a FPE ser composta em maior parte por partidos de direita é um dado inesperado. Entretanto, este dado está de acordo com o encontrado por Coradini (2010: p. 249-250) ao estudar 52^o Legislatura (2002-2006) enfatizou o predomínio de partidos de direita em frentes parlamentares que possuem forte caráter econômico, tendo mencionado o esporte dentre estes casos.

Ainda, numa tentativa comparativa, aplicamos esta classificação de blocos ideológicos à Frente Parlamentar da Agropecuária, na qual identificamos a predominância do bloco de direita (52%) e de centro (31%) sobre o bloco de esquerda (17%), o que diferencia a FPA da FPE. E embora a FPE siga a proporção de bloco ideológico existente na Câmara dos Deputados, ela segue a proporção inversa a existente no Senado.

¹⁸ Ministros do Esporte e respectivos partidos: Agnelo Queiroz do PT (2003-2006); Orlando Silva do PCdoB (2006-2011); Aldo Rebelo do PCdoB (2011-2015).

b) Resultados da Análise da Rede FPE

Para análise de rede, foi criada uma base de dados no programa Gephi 0.9.1 na qual os nós e arestas eram formados pelos membros da FPE e pelas diversas instâncias decisórias (comissões) ocupadas por eles no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado.

É fato que a participação em comissões se dá em função de restrições institucionais, haja vista que o assento em comissões é proporcional à bancada de cada partido. Entretanto, os partidos negociam estas vagas e a composição das comissões pode ser alterada a cada sessão legislativa (ano legislativo). Desse modo constatamos parlamentares na FPE um grande fluxo nessas nomeações, tendo parlamentares na FPE com mandatos em comissões que variaram de 3 a 88 mandatos durante a 54ª Legislatura, o que incluía até mesmo entradas e saídas diversas vezes em uma mesma comissão.

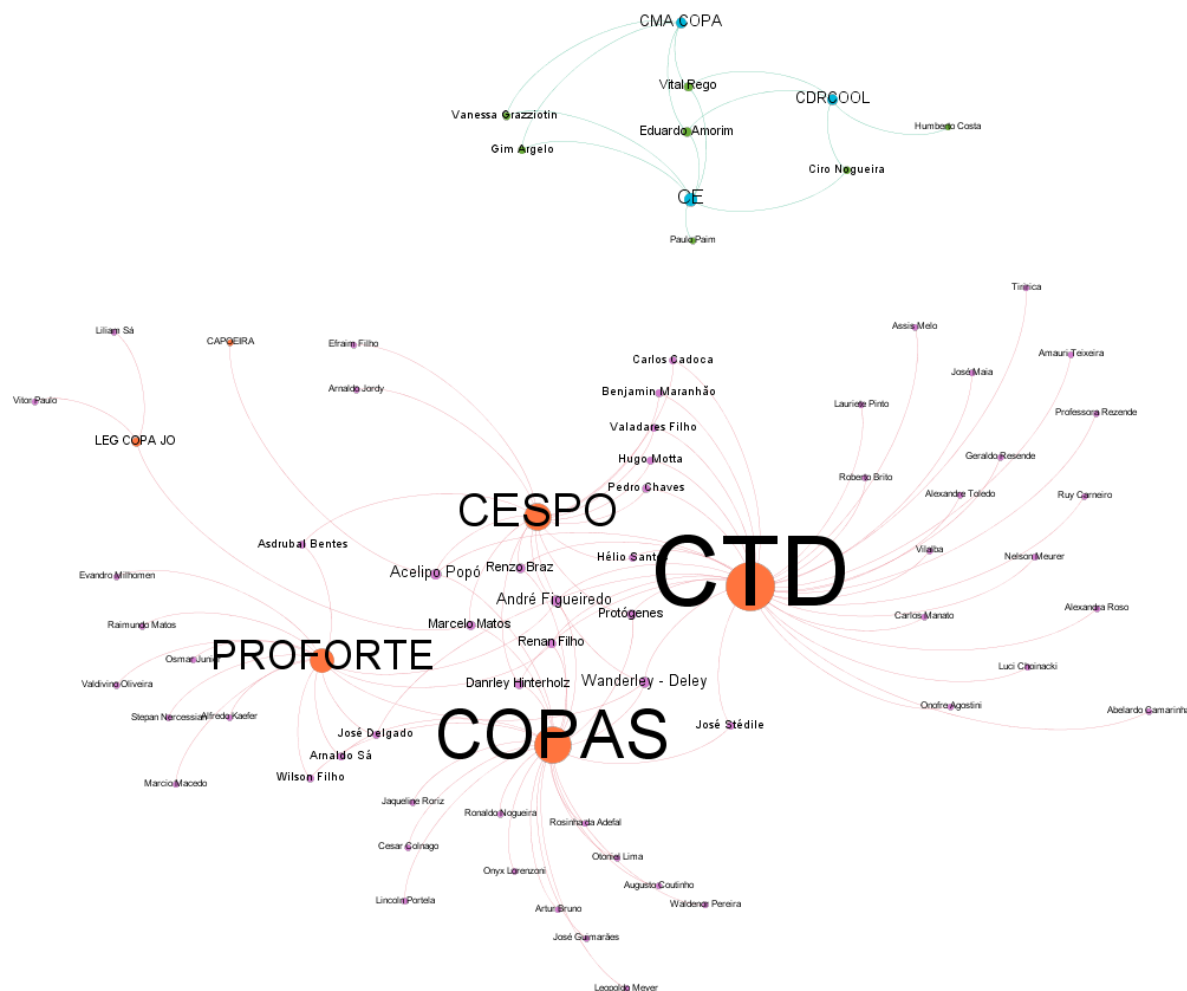
Deste modo, para analisar a rede, foi feita uma partição da mesma a fim de identificar os parlamentares que atuavam em comissões relacionadas somente ao esporte. Durante a 54ª Legislatura, foram identificadas dez comissões relacionadas ao esporte na Câmara dos Deputados (CD) e no Senado Federal (SD), os parlamentares da FPE que participam destas comissões são representados na Figura 1 para evidenciar a estrutura ou topografia da rede em relação às comissões de esporte.

Estas comissões estão representadas na Figura 1 como esferas de cor laranja (para comissões na Câmara dos Deputados) e azuis (para comissões do Senado Federal), e são as seguintes: (1) Comissão de Turismo e Desporto na CD (CTD); (2) Comissão de Esporte na CD (CESPO); (3) Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2330/2011 – Copas do Mundo e das Confederações na CD (COPAS); (4) Comissão Especial do Projeto de Lei nº 5201/2013 – Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos na CD (Proforte); (5) Comissão Externa sobre o Legado da Copa Mundial de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos 2016 na CD (LEG. COPA JO); (6) Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado (CE); (7) Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 no Senado (CDRCOOL); (8) Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Senado (CMACOPA ou CMACOPOLIM); (9) Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira, frente parlamentar mista com participação e parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado (CAPOEIRA); e (10) Frente Parlamentar do Esporte

(FPE), desta última, todos os parlamentares analisados faziam parte, portanto, ela não consta do gráfico.

Dentre os 206 parlamentares da FPE apenas 66 atuaram em alguma dessas 10 comissões de esporte. Quando analisamos a centralidade desta sub-rede, identificamos 22 parlamentares com um número maior de ligações (18 ligações) com outros membros na rede, resultado de sua atuação conjunta em outras instâncias decisórias. Destes 22 parlamentares, 13 estão ligados a mais de uma comissão relacionada ao esporte, e 8 destes são os mais centrais nesta sub-rede por estarem presentes simultaneamente em 3 e até 4 comissões relacionadas ao esporte. Esta sub-rede é apresentada na Figura 1 abaixo. Cabe ressaltar que cada comissão, representada por esferas laranjas e azuis na sub-rede FPE, constitui também uma rede ou uma comunidade específica de parlamentares voltados às suas respectivas discussões temáticas. E os parlamentares que participam em mais de uma comissão atuam como intermediários ou *bridges* entre essas diferentes redes ou comunidades, como proposto por Burt (1995). Essa intermediação determina tanto o grau de centralidade, ou de influência, desses atores quanto o nível de coesão da FPE disseminada em diferentes espaços de decisão do Congresso.

Figura 1.5 – Sub-rede FPE: membros da FPE que estão ligados às comissões relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura (n=66).



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados.

Legenda – Em relação aos deputados (esferas de cor lilás), as 06 comissões relacionadas ao esporte vigentes na Câmara dos Deputados durante a 54ª Legislatura (2011-2015) são representadas pelas esferas de cor laranja. Em relação aos senadores (esferas de cor verde), as 03 comissões relacionadas ao esporte vigentes no Senado Federal durante a 54ª Legislatura (2011-2015) são representadas pelas esferas de cor azul. O tamanho das esferas das comissões (esferas laranjas e azuis) é proporcional ao número de integrantes na comissão. O tamanho das esferas dos deputados e senadores (esferas lilás e verde) é proporcional ao número de ligações que o parlamentar tem com as comissões e os demais membros da rede. A 10ª Comissão não representada na Figura 1, mas que engloba todos parlamentares nela presentes, é a FPE.

Estas questões reavivam o argumento de que a Frente Parlamentar Mista do Esporte não é igual à Bancada da Bola, uma vez que 206 parlamentares não podem representar interesses tão estritos (Gould 1989; Intini & Fernandes 2012; Ansell *et al.* 2016). Entretanto, ela pode englobar a Bancada da Bola, pois os atores centrais da frente podem ser os titulares da Bancada. De acordo com algumas das denúncias formuladas sobre a Bancada da Bola, esta seria composta por um número reduzido,

entre 18 e 7 integrantes (Bueno, 2008:248; Paulo, 2012; Cruz, 2014; Damato & Resende, 2014; Rebello & Cruz, 2014; Silva, 2013). Encontramos 8 integrantes como centrais nesta análise da sub-rede, muito embora não correspondam exatamente aos mesmos deputados anteriormente nomeados nas denúncias feitas (Cruz, 2014; Damato & Resende, 2014; Rebello; Sampaio, 2014). Entretanto, há que se considerar uma provável variação e alteração na composição da “Bancada da Bola”.

É importante confrontar os parlamentares encontrados como centrais na rede e os denunciados. O deputado Renan Filho PMDB/AL foi o único encontrado como central na rede que coincidiu como um dos indicados nas denúncias sobre a Bancada da Bola (Rebello & Cruz, 2014).

Os 8 parlamentares centrais na sub-rede da FPE, todos deputados, estavam presentes em três e quatro comissões relacionadas ao esporte simultaneamente. Em três comissões relacionadas ao esporte, temos: Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Marcelo Matos (PDT/RJ), Renzo Braz (PP/MG), Renan Filho (PMDB/AL), Danrlei Hinterholz (PSD/RS) (ex-atleta). Em quatro comissões relacionadas ao esporte temos: Acelino Popó (PRB/BA) (tetra campeão mundial de boxe e ex-atleta), Wanderley Deley (PTB/RJ) (ex-atleta) e André Figueiredo (PDT/CE).

Dos parlamentares centrais na sub-rede, a maioria estava, na 54ª Legislatura, em seu primeiro mandato: Acelino Popó (PRB/BA), Danrlei Hinterholz (PSD/RS), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Marcelo Matos (PDT/RJ), Renzo Braz (PP/MG) e Renan Filho (PMDB/AL).

O deputado Wanderley Deley (PTB/RJ) estava já no terceiro mandato e o deputado André Figueiredo (PDT/CE) no segundo. O deputado Wanderley Deley (PTB/RJ) foi atleta e técnico de futebol em cinco clubes esportivos diversos, foi filiado a cinco partidos diferentes, foi Secretário Municipal de Esporte e Lazer em Volta Redonda/RJ (1997-2002), foi por duas vezes Vice-Líder partidário, exerceu 22 mandatos em 14 comissões diferentes no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura. O deputado André Figueiredo (PDT/CE) é autor do controverso Projeto de Lei nº 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte) o qual é examinado no capítulo 3 dessa tese, ele não possui envolvimento extraparlamentar declarado com o esporte, sempre foi filiado ao mesmo partido, exerceu por oito vezes cargos partidários, exerceu 31 mandatos em 20 comissões diferentes, incluindo o Conselho de Ética e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos do

Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura. Devido suas características, podemos dizer que além de ambos serem centrais na rede FPE, Wanderley Deley (PTB/RJ) é dotado de *expertise* política, e André Figueiredo (PDT/CE) é possuidor de *expertise* política e credibilidade partidária.

Entretanto, se a *expertise* política, a credibilidade partidária, a especialização no tema esporte e o associativismo a instituições de esporte são quatro fatores que influem para os parlamentares serem centrais na rede, é algo que só o teste de hipóteses poderia nos responder. Vejamos o resultado então na próxima seção.

c) Resultados do Teste de Hipóteses

Por meio da análise fatorial, a partir das variáveis prosopográficas da carreira política, formamos fatores que sintetizam o perfil político dos parlamentares da rede FPE, conforme apresentado e sumarizado no Quadro 6. Contudo, é importante lembrar que para o teste de hipóteses foram correlacionados apenas os fatores e medidas de centralidade dos deputados (n=198). Primeiramente apresentamos os resultados dos indicadores de cada fator.

Quanto ao fator “*expertise*” política, para o indicador (a) *antiguidade congressional*, 55% dos parlamentares está acima da segunda legislatura. Embora haja quem esteja na sétima legislatura [Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)]. Para (b) *experiência política*, 60% exerceu algum outro mandato, seja em nível municipal, estadual ou federal. Para (c) *status do parlamentar* 52% são reeleitos com duas ou mais legislaturas consecutivas¹⁹.

Para (d) *atividade parlamentar*, cada membro da FPE participou em média de 12 comissões durante a 54ª Legislatura. A variação no número de participação em comissões foi de no mínimo 3 [Dr. Adilson Soares (PR/RJ)] e no máximo 87 [Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)]. Em relação ao indicador (d), é importante ressaltar que: (1) apenas 5 parlamentares apresentaram presença na faixa acima de 30 mandatos em comissões; (2) a participação em qualquer instância decisória, seja uma Comissão Permanente ou Temporária (ver Quadro 5), foi considerada como elemento para contagem de participação no que denominamos genericamente de “comissão” para fins desta pesquisa; ainda, (3) tais comissões muitas vezes são feitas para discussão de um projeto de lei exclusivo o qual pode ser de assuntos correlatos à outra comissão em que atua o parlamentar ou de menor complexidade e duração. De todo

¹⁹ Para se ter ideia, nas eleições de 2014 a taxa de reeleição Câmara dos Deputados foi de 43,5%. Conforme o link: <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/JC20141007.pdf> Acesso em: 04 de fevereiro de 2017.

modo, a atuação dos parlamentares em um número considerável de comissões simultâneas constitui um dado que pode ser aprofundado por estudos posteriores.

Em ambas as casas do Congresso Nacional, há alterações constantes quanto ao número de comissões, principalmente temporárias, o que dificulta a precisão da comparação entre o número de comissões em que estão os membros da FPE em relação ao número total de comissões das casas. Neste respeito, os dados fornecidos pela Câmara dos Deputados e Senado Federal²⁰ (no Quadro 6) denotam essa imprecisão, visto que, os parlamentares da FPE se mostraram presentes em um maior número de comissões do que o número declarado como comissões vigentes naquela legislatura. Apesar disso, denota-se ocupação estratégica dos membros da FPE nas instâncias decisórias.

Para (e) *presença em comissões chave no Congresso*, pontos focais de articulação política:

- 50% (n=102 > 95 deputados e 7 senadores) compuseram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)²¹ esta que é a comissão central tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado;
- 13% (n=27; 22 deputados e 5 senadores) dos membros da FPE são da Comissão de Ética;
- 4% (n=8 > 7 deputados e 1 senador) compõe a Mesa Diretora da Casa Legislativa (CD e S), o órgão mais importante do Congresso Nacional Brasileiro;
- 2% (n=5; 4 deputados e 1 senador) são da Procuradoria Parlamentar.

Quadro 1.4 – Comissões nas quais estão distribuídos os membros da Frente Parlamentar do Esporte em relação ao total de comissões no Congresso Nacional Brasileiro.

	Membros da FPE em	Total de Comissões na Casa
Câmara dos Deputados	22 Comissões Permanentes	22 Comissões Permanentes
	209 Comissões Especiais*	101 Comissões Especiais*
	22 Comissões Externas	23 Comissões Externas
	17 CPIs*	4 CPIs*
	1 Comissão Mista	3 Comissões Mistas
	67 Frentes Parlamentares	210 Frentes Parlamentares
	11 Grupos de Trabalho	13 Grupos de Trabalho
	4 Conselhos *	1 Conselho*
	1 Procuradoria Parlamentar	1 Procuradoria Parlamentar

²⁰ Especificamente em relação aos 8 senadores membros da FPE, todos são participantes da Comissão Permanente de Serviços de Infraestrutura e da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos. A maioria deles (n=7) simultaneamente participa da Comissão Permanente de Constituição e Justiça, Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão Permanente de Assuntos Sociais, e Comissão Permanente de Meio Ambiente.

²¹ Depois da CCJ, as comissões que têm o maior número de deputados da FPE são a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia (n=64), Comissão Permanente de Educação (n=52), seguida pela Comissão Permanente de Agricultura (n=45), Comissão Permanente de Seguridade Social (n=45) e Comissão Permanente de Finanças e Tributação (n=45).

Senado Federal	Membros da FPE em	Total de Comissões na Casa
	11 Comissões Permanentes	23 Comissões Permanentes
	40 Subcomissões	81 Subcomissões
	8 Comissões Mistas	Sem informação*
	9 Conselhos	Sem informação*
	18 CPIs	57 CPIs
	20 Comissões Externas e outras temporárias	112 Comissões Externas e outras temporárias
	9 Comissões Representativas e outras (como a Procuradoria Parlamentar por exemplo)	Sem informação*
	38 Comissões de Veto	75 Comissões de Veto

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados fornecidos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

*As inconsistências entre o número de comissões em que estão membros da FPE e o número total de comissões no Congresso ocorre por inconsistência de informações pelo próprio Congresso, que informou o número de comissões criadas durante a legislatura ao invés de informar o número de comissões vigentes durante a legislatura. Em todo caso, mantivemos a informação para denotar o espriamento da FPE nas instâncias decisórias do Congresso.

O fator “*credibilidade*” partidária dos integrantes da FPE mostrou que o (f) *enraizamento partidário* ocorreu em 44% (n=90) dos parlamentares. Dos 56% (n=116) que tiveram diferentes filiações partidárias, esta ocorreu entre 2 e 9 partidos políticos diferentes²². Quanto à (g) *experiência partidária*, 82% (n=169) exerceu algum cargo no partido²³.

O fator “*especialização*” no tema esporte evidenciou que apenas (h) 17% (n=28) dos membros da FPE tem algum curso, em qualquer nível, relacionado à área de saúde. Apenas um dos parlamentares, o deputado Paulo Rubem Santiago PDT/PE, tem formação na área de Educação Física. Acerca da (i) *exclusividade de participação na FPE*, apenas 29% participam só da FPE, 71% (n=147) participam de outras frentes parlamentares, sendo que 24% (n=50) destes atuam como presidentes nestas outras frentes parlamentares, fato considerável para o perfil destes atores e estrutura da rede. Em relação a (j) *atuação em comissões relacionadas ao esporte* 32% (n=66) dos membros é de alguma comissão relacionada ao esporte.

No fator denominado “*associativismo*” à instituições de esporte fora do Congresso Nacional (k), apenas 5% (n=10) dos integrantes da FPE possuem algum envolvimento com o esporte, externo às atividades parlamentares, tendo sido atleta, membro de comissão técnica ou dirigente de clube esportivo por exemplo.

²² Sérgio Brito (PSD/BA) por exemplo foi filiado a 9 partidos diferentes.

²³ Os cargos partidários encontrados foram: Tesoureiro; Delegado de convenção do partido em nível Municipal, Estadual e/ou Federal; Líder de Partido; Líder de Bloco Partidário; Presidente de Diretório Partidário em nível Municipal, Estadual e/ou Federal.

Quadro 1.5 – Resultados dos fatores “Expertise política”, “Credibilidade partidária”, “Especialização no tema esporte” e “Associativismo às instituições de esporte fora do Congresso” para os membros da FPE (n=206)

Variáveis Proxy (Fatores)	Indicadores	Resultados	n	%
1. Expertise	A. Antiguidade congressual	1 Legislatura	99	48%
		2 Legislaturas	40	19%
		3 Legislaturas	31	15%
		4 Legislaturas	18	9%
		5 Legislaturas	12	6%
		6 Legislaturas	5	2%
		7 Legislaturas	1	0.5%
		Total	206	100%
	B. Experiência política	1 Mandato eletivo	33	16%
		2 Mandatos eletivos	31	15%
		3 Mandatos eletivos	24	12%
		4 Mandatos eletivos	15	7%
		5 Mandatos eletivos	12	6%
		6 Mandatos eletivos	8	4%
		Total	123	60%
		Dos 123 que já tiveram mandatos eletivos anteriores, tiveram mandatos:		
		Em nível Municipal	93	76%
		Em nível Estadual	74	60%
	Em nível Federal	9	7%	
	C. Status do parlamentar	Primeiro Mandato	98	48%
		Reeleito	108	52%
		Total	206	100%
	D. Atividade Parlamentar (Mandatos em Comissão durante a 54ª Legislatura)	Até 5 mandatos	2	1%
		6 a 10 mandatos	16	8%
		11 a 20 mandatos	71	36%
		21 a 30 mandatos	58	29%
		31 a 40 mandatos	35	18%
		41 a 50 mandatos	13	7%
		51 a 60 mandatos	1	1%
		61 a 70 mandatos	1	1%
		71 a 80 mandatos	0	0%
		81 a 90 mandatos	1	1%
		Total	198 ²⁴	
		Entretanto, o numero de comissões diferentes em que participaram foi:		
		Até 5 comissões	40	20%
		6 a 10 comissões	64	32%
		11 a 20 comissões	80	40%
		21 a 30 comissões	17	9%
		31 a 40 comissões	2	1%
		41 a 50 comissões	1	1%
		51 a 60 comissões	2	1%
		Total	206	100%
	E. Presença em comissões-chave no Congresso Nacional	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	8	4%
		Comissão de Constituição e Justiça	102	50%
		Comissão de Ética e Decoro Parlamentar	27	13%
		Procuradoria Parlamentar	5	2%
		Total	142	69%

²⁴ Esta informação específica não foi disponibilizada pelo Senado Federal no caso dos *senadores*. Deste modo, são apresentadas apenas as informações no caso dos deputados (ver nota 16). Importante relembrar, como dito anteriormente na apresentação do dado (d), que no caso deste dado, muitas vezes o *deputado* entrava e saía da mesma comissão durante a legislatura.

2. Credibilidade	F. Enraizamento partidário	Enraizamento Partidário	90	44%
		1 Filiação Partidária	90	44%
		Migração Partidária	116	56%
		2 Filiações Partidárias	36	17%
		3 Filiações Partidárias	38	18%
		4 Filiações Partidárias	18	9%
		5 Filiações Partidárias	15	7%
		6 Filiações Partidárias	2	1%
		7 Filiações Partidárias	4	2%
		8 Filiações Partidárias	2	1%
		9 Filiações Partidárias	1	0%
	G. Experiência partidária ²⁵	1 Cargo em Partido	48	23%
		2 Cargos em Partido	44	21%
		3 Cargos em Partido	18	9%
		4 Cargos em Partido	17	8%
		5 Cargos em Partido	13	6%
		6 Cargos em Partido	8	4%
		7 Cargos em Partido	5	2%
		8 Cargos em Partido	4	2%
		9 Cargos em Partido	4	2%
		10 Cargos em Partido	3	1%
		11 Cargos em Partido	1	0%
		12 Cargos em Partido	2	1%
		13 Cargos em Partido	2	1%
		Total	169	82%
3. Especialização	H. Escolaridade na Área de Saúde	Algum nível de escolaridade qualquer na área de saúde	28	17%
	I. Exclusividade de participação na FPE	Participa exclusivamente na Frente Parlamentar do Esporte, não atuando em outras frentes parlamentares	147	71%
	J. Atuação em comissões relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura (2011-2015) ²⁶		66	32%
4. Associativismo	K. Atividade sindical, representativa de classe e associativa relacionada ao esporte; qualquer outra relação externa com o esporte (presidente de clube esportivo ou ex-atleta, por exemplo)		10	5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Após agrupar as variáveis prosopográficas (indicadores) conforme estas dimensões teóricas (fatores *expertise*, credibilidade, especialização e associativismo) com uso da análise fatorial, utilizamos a regressão logística binária para testar as seguintes hipóteses:

(H₁) parlamentares com mais experiência política (*expertise*), ou seja, uma longa carreira política composta por antiguidade congressual, mandados eletivos anteriores, alta atividade parlamentar no Congresso e participação em comissões-chave no CN, portanto, um maior “conhecimento da máquina parlamentar” ocupariam as posições centrais na rede;

²⁵ Os cargos partidários em questão envolvem cargos do tipo: Tesoureiro; Delegado Municipal, Estadual e/ou Federal de convenção do partido; Líder de Partido; Líder de Bloco Partidário; Presidente de Diretório Partidário (Municipal, Estadual e/ou Federal).

²⁶ Estas comissões são as 10 comissões relacionadas ao esporte vigentes durante a 54ª Legislatura (2011-2015), e representadas na Figura 1.

(H₂) parlamentares com maior credibilidade partidária, isto é, enraizamento partidário e cargos no partido ocupariam as posições centrais na rede;

(H₃) parlamentares com maior conhecimento especializado, por sua formação na área de saúde, atuação em comissões de esporte e atuação exclusiva na FPE, possuiriam uma maior profissionalização política no tema e ocupariam as posições centrais na rede;

(H₄) parlamentares com associativismo a instituições da área de esporte, externas ao CN ocupariam as posições centrais na rede.

Em relação aos fatores e ao Grau de Centralidade (*Centrality Degree*) na rede, o teste qui-quadrado mostra que o modelo (conjunto das variáveis independentes = fatores) é significativo ($p < 0.01$) e explica de 28% a 38% da variável dependente (centralidade) e classifica corretamente 76% dos casos. As hipóteses H₁ ($p < 0.01$) e H₂ ($p < 0.01$) foram confirmadas, isto é, foi significativo estatisticamente que a *expertise* e a especialização estão relacionadas com o Grau de Centralidade na rede FPE para os deputados ($n=198$).

Quanto ao Grau de Proximidade Relativa (*Closeness Centrality*) na rede, o teste qui-quadrado mostra que o modelo (conjunto das variáveis independentes = fatores) é significativo ($p < 0.01$) e explica de 29% a 39% da variável dependente (grau proximidade relativa) e classifica corretamente 74% dos casos. As hipóteses H₁ ($p < 0.01$) e H₂ ($p < 0.01$) foram confirmadas, isto é, foi significativo estatisticamente que a *expertise* e a especialização estão relacionadas também com o Grau de Proximidade Relativa na rede FPE para os deputados ($n=198$).

Quanto ao Grau de intermediação (*Betweenness Centrality*) na rede, o teste qui-quadrado mostra que o modelo (conjunto das variáveis independentes = fatores) é significativo ($p < 0.01$) e explica de 19% a 26% da variável dependente (grau de intermediação) e classifica corretamente 69% dos casos. As hipóteses H₁ ($p < 0.01$) e H₃ ($p < 0.01$) foram confirmadas, isto é, foi significativo estatisticamente que a *expertise* e a especialização estão relacionadas também com o Grau de intermediação na rede FPE para os deputados ($n=198$).

Quanto à credibilidade partidária, esta não foi significativa para nenhum dos tipos de centralidade possivelmente porque a FPE se trata de uma arregimentação suprapartidária. Com relação ao associativismo, esperava-se que houvesse sua contribuição para algum dos três tipos de centralidade, mas não ocorreu provavelmente porque o índice de associação a instituições de esporte fora do Congresso foi baixo (5%).

Na análise das hipóteses, fica evidente, como no resultado de Silva Jr. *et al* (2013), que o conhecimento da máquina parlamentar (*expertise*) é o fator crucial, não só para ocupação de cargos na Câmara dos Deputados, mas também para a centralidade numa rede de relações como é a Frente Parlamentar do Esporte, ainda que o conhecimento técnico do ponto em pauta (especialização na área do esporte) também tenha sido considerado relevante.

1.5 Considerações Finais

Apesar da proliferação de frentes parlamentares no Congresso Nacional há poucos estudos sobre a efetividade na produção legislativa (Vogel 2005; Lopes 2013), influência política, atuação política e coesão de frentes parlamentares (Lopes 2013). Assim, pouco se sabe sobre sua real capacidade de articulação política para promover uma política pública específica.

O objetivo de uma frente parlamentar é desenvolver estratégias de ocupação de espaços políticos possíveis a fim de reforçar seu o poder de influência política, deste modo, estas arregimentações se constituem uma rede de atores. Este capítulo buscou identificar a estrutura da rede Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE) por meio da análise dos atributos dos indivíduos que a compõem, como se articulam politicamente e se posicionam nas instâncias decisórias do Congresso Nacional brasileiro e qual a sua influência na construção da legislação esportiva.

Descobrimos uma considerável capacidade de articulação da FPE no Congresso Nacional, principalmente quando comparamos nossos dados com os dados encontrados por Intini & Fernandes (2012) sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária e com os dados de Lopes (2013) sobre a Frente Parlamentar Evangélica.

Levando em conta a análise feita constatamos que a FPE: é formada por políticos profissionais, dotados de longa carreira política, e especialização no tema esporte; possui representação nacional (parlamentares de 26 das 27 unidades federativas do país); e ocupa posição estratégica em diversas instâncias decisórias (em função da presença dos integrantes da FPE em diferentes comissões, diferentes partidos e atividades internas e externas relacionadas ao esporte; bem como sua presença em comissões importantes como a Mesa Diretora, a Comissão de Constituição e Justiça e Comissões Parlamentares de Inquérito).

Quando analisadas as hipóteses concernentes aos fatores determinantes para centralidade de um membro na rede FPE, verificou-se que não só o

conhecimento técnico do tema esporte (especialização), mas principalmente o conhecimento da máquina congressual (*expertise*) se mostraram os fatores principais.

Dos 206 integrantes da Frente Parlamentar do Esporte, 66 tiveram envolvimento em instâncias decisórias relacionadas ao esporte (dez comissões). Destes 66, 8 foram identificados como centrais. Este dado indica que há outros fatores explicativos para a conexão de rede que não somente o interesse específico relacionado à promoção da legislação de esporte. Estes fatores podem estar relacionados à cooperação entre os atores da rede (Chaserant, 2003) envolvendo convivência (Balestrin & Vargas, 2004:209). Tal fato exige maior aprofundamento dos dados a fim de explicar esta cooperação, principalmente no atinente aos deputados apontados pela mídia como pertencentes à Bancada da Bola (Bombig, 2014; Sampaio, 2014) e aos apontados aqui como políticos profissionais, centrais na rede.

As conclusões deste estudo são limitadas pela escassez de estudos sobre frentes parlamentares que sirvam de parâmetro para análise inaugurada nesta tese. E suas principais contribuições foram: uma primeira análise da Frente Parlamentar de Esporte; um método de mensuração da capacidade de articulação política de uma frente parlamentar utilizando análise prosopográfica e análise de redes de forma combinadas. Inauguramos assim um método que permite sua replicação e comparação com estudos posteriores sobre outras frentes parlamentares.

A FPE possui uma alta capacidade de articulação política, cumprindo, assim, seu objetivo enquanto rede. Como vimos, o potencial dessa rede dependerá fundamentalmente não só da *expertise* técnica dos seus membros, mas mais ainda da *expertise* política dos seus líderes. É assim evidente que o capital político de seus membros propicia a articulação política que a frente busca, além de até mesmo exercer o papel de mascarar grupos de interesses menores como as bancadas.

Uma análise mais precisa da influência política da frente parlamentar de esporte será apresentada no Capítulo 3 desta tese.

CAPITULO 2

Comissão Parlamentar do Esporte e “Deputados do Esporte”: entre financiamento de campanha e emendas parlamentares

O que denominamos neste capítulo como “Deputados do Esporte” são aqueles deputados que atuaram em instituições políticas relacionadas ao tema esporte na Câmara dos Deputados, seja ela informal (frente parlamentar) ou formal (comissão permanente). No capítulo anterior estudamos os que fizeram parte da Frente Parlamentar do Esporte. Neste capítulo, estudaremos os deputados que fizeram parte de Comissão Parlamentar relacionada ao Esporte durante a 54ª Legislatura (2011-2015).

a) Comissões Parlamentares

As Comissões Parlamentares são órgãos permanentes ou temporários de caráter técnico-legislativo especializado, integrantes da estrutura institucional de cada uma das câmaras do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado), copartícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar e deliberar sobre as proposições submetidas ao seu exame, assim como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária dos planos e programas governamentais da União no âmbito de temas políticos específicos. As Comissões Parlamentares na Câmara dos Deputados são formadas por deputados federais eleitos pelos cidadãos e indicados por seus respectivos partidos para compor as comissões, as quais contam com assessoria nas temáticas discutidas, prestada pelos conselheiros legislativos. Esses conselheiros necessitam apenas ter nível educacional superior, mas não necessariamente na área de consultoria em que atuam. Assim, um consultor da política esportiva pode ser graduado em Direito ou Jornalismo, por exemplo.

As Comissões Parlamentares contemplam temas de interesse da sociedade, e sua evolução histórica reflete também, o histórico dos debates sobre políticas públicas realizados por parlamentares e representantes da sociedade civil organizada. De acordo com Brusco (2006), o surgimento dessas comissões ocorre no Brasil a partir de 1823 com a instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Ao longo do funcionamento do Congresso Nacional, foram promovidas constantes atualizações, inclusive as concernentes às comissões permanentes, buscando acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Só na Câmara dos Deputados, se tem o registro de que houve 129

comissões permanentes ao longo de 176 anos (1823-2004) (Brusco, 2006). Atualmente, em 2014, temos 22 Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados.

Apesar das comissões parlamentares existirem no Congresso Nacional brasileiro (CN) desde 1823, elas são pouco estudadas, possivelmente por sua complexidade e volatilidade constitutiva, bem como por seu limite decisório regimental, haja vista o controle do executivo no processo legislativo (Pereira & Mueller, 2000). Desse modo, não há na literatura brasileira referências substanciais a respeito, principalmente no escopo que será adotado neste capítulo, qual seja, a análise das relações entre deputados, empresas financiadoras de campanha eleitoral, emendas orçamentárias individuais e contratos de empresas financiadoras com o governo no período pós-eleição.

Há uma vasta literatura sobre o congresso americano, no entanto a contribuição destes estudos para uma teoria geral do legislativo é limitada, visto que estes são baseados em pressupostos comportamentalistas e desenvolvidos dentro de um contexto institucional que difere de outras democracias presidenciais, sendo a única similaridade entre os sistemas políticos norte-americano e brasileiro o fato de que ambos são bicamerais, presidencialistas e estruturados de acordo com um complexo sistema de comissões (Nascimento, 2013).

Ainda, os estudos existentes sobre as comissões dos E.U.A. que foram reproduzidos em relação ao congresso brasileiro, se referem ao sistema de tomada de decisão, predominando o modelo do Principal-Agente conforme as teorias distributiva, informacional ou partidária (Lima, 2009; Nascimento, 2013; Pereira & Mueller, 2000; Zampieri, 2013), o que também difere do escopo deste capítulo. De todo modo, Rocha & Barbosa (2008) constataram a coexistência destes três modelos de funcionamento nas comissões permanentes (CP) da Câmara dos Deputados (CD).

Brusco (2006) ao apresentar o histórico das comissões permanentes da Câmara dos Deputados desde a instituição do Congresso Nacional em 1823 até 2004, observou que a temática do esporte esteve presente somente a partir de 1983. Inicialmente denominada Comissão de Esporte e Turismo (1983), posteriormente com outras denominações como Comissão de Educação, Cultura e Desporto (1989), Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo (1989), e Comissão de Turismo e Desporto (2003). Durante a 54^a Legislatura, até fevereiro de 2014 a comissão permanente responsável pelo tema esporte era a Comissão de Turismo e Desporto

(CTD). A partir de fevereiro de 2014 esta comissão foi desmembrada em Comissão de Turismo (CTUR) e Comissão de Esporte (CESPO).

Este capítulo tem por escopo analisar os deputados que foram titulares das comissões permanentes responsáveis pela temática esporte com a finalidade de relacionar sua atuação em prol do esporte por meio da análise das emendas orçamentárias realizadas por eles. As questões que nortearam a pesquisa são: (1) Que empresas financiam as campanhas dos “Deputados do Esporte”?; (2) Estes deputados elegem o esporte como área prioritária das emendas orçamentárias individuais feitas por eles ou destinam as emendas às áreas das empresas financiadoras?; (3) As empresas que financiam as campanhas dos “Deputados do Esporte” obtêm algum retorno em contratos com o governo?; (4) Há um padrão de permanência relacionado à comissão de esporte, seja de empresas doadoras ou deputados que a compõe?

O período de análise selecionado foi a 54ª Legislatura (2011-2015). E apenas para um exercício empírico, em dado momento, quando falamos de financiamento de campanha, consideraremos também os deputados que participaram da Comissão de Esporte durante a 1ª Sessão Legislativa (ano de 2015) da 55ª Legislatura (2015-2019) do Congresso Nacional Brasileiro. Este período intencionalmente inclui duas eleições, a eleição de 2010 e a eleição de 2014, a fim de verificar em um teste confirmatório alguma predominância: seja das empresas financiadoras de campanha bem como de deputados que compunham a comissão relacionada ao esporte; bem como nos contratos destas empresas com o governo; e/ou as áreas para as quais os deputados direcionavam emendas conforme as áreas das empresas que financiaram suas campanhas.

b) Estudos sobre financiamento de campanha eleitoral no Brasil

Há considerável volume de estudos brasileiros sobre financiamento de campanha. Entretanto, o foco deles não é como o aqui proposto, o de mapear as áreas das empresas doadoras e relacionar com as emendas de seus financiados.

Mancuso (2014) faz uma síntese de todas as obras produzidas entre 2001 e 2012, incluindo livros, artigos em revistas, produção de encontros acadêmicos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso, e sistematizou esses trabalhos em três vertentes básicas: (i) a que trata da relação entre investimento e desempenho eleitoral; (ii) a que aborda a relação entre

investimento e concessão de benefícios para os investidores e (iii) a que focaliza os determinantes do investimento eleitoral.

Na vertente (i) acrescentamos à síntese de Mancuso (2014) o trabalho de Mancuso & Figueiredo Filho (2014) que analisa o papel da doação empresarial como determinante no sucesso eleitoral e conclui que, embora o financiamento empresarial importe, ele não é o único elemento que conta, pois concorre com outros elementos eleitoralmente importantes como o capital político, a estrutura partidária e o grau de escolarização do candidato.

No referente à vertente (ii), o autor cita apenas o estudo empírico de Boas, Hidalgo, & Richardson (2014) sobre as eleições de 2006, o qual denota a relação de obtenção de contratos com o governo por empresas financiadoras, ponto no qual este estudo visa contribuir. Considerando que as empresas no Brasil financiavam $\frac{3}{4}$ das campanhas eleitorais, tal questão se torna pertinente (Speck, 2016).

Na vertente (iii) sobre os determinantes do investimento eleitoral, podemos acrescentar à síntese de Mancuso, os trabalhos de Ilzuka (2015), Speck & Marciano (2015), e Speck & Pralon (2015).

Entre os trabalhos inovadores que extrapolam as vertentes de Mancuso (2014), temos o de Horochovski *et al.* (2015) constante do Dossiê Financiamento Eleitoral e Partidário no Brasil (2015), e Cervi, Horochovski, & Junckes (2015).

Horochovski *et al.* (2015), analisaram as transações financeiras entre doadores e receptores nas eleições de 2010, com uso da metodologia da análise estatística e de redes. Os autores constataram que as empresas juntamente com auxílio de agentes e direções partidárias, forjam a alocação de recursos com fins de formar coligações para coalizões de governo, isto é, os financiadores conectam diferentes partidos.

Cervi, Horochovski, & Junckes (2015), utilizaram também a análise de redes para identificar algum padrão de redes constituídas pelos doadores. Os autores encontraram: diferentes estratégias de arrecadação utilizadas pelos partidos (concentração de doações no candidato, no comitê ou no partido); maior consistência ideológica na formação da rede de doadores a partidos; maior consistência estratégica na rede de doadores a candidatos e comitês partidários, os quais visaram o desempenho eleitoral.

Por fim, temos a publicação financiada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2014), o qual aborda os aspectos de: (1) financiamento político e os escândalos de corrupção; (2) financiamento político no Brasil e no

mundo em termos de gastos e receitas de campanhas, subsídios públicos, prestação de contas, (Alemanha, Espanha, E.U.A., França, Itália, Japão e Reino Unido); (3) debate sobre financiamento público direto de campanhas; (4) perfil do financiamento político no Brasil; (5) legislação partidária e eleitoral no Brasil; (6) responsabilidade social e financiamento político; (7) como financiar campanhas com transparência e responsabilidade; e (8) o perfil dos gastos nas campanhas eleitorais de 2010 e 2012.

c) Emendas Parlamentares ao Orçamento Anual Nacional

A participação dos deputados na Lei Orçamentária Anual se dá por meio da aprovação de emendas que são de três tipos conforme os proponentes: individuais, coletivas e dos relatores.

Cada deputado federal (513 no total) e cada senador (81) pode apresentar até 25 emendas individuais para modificar a programação de despesa do orçamento da União. As comissões permanentes da Câmara e do Senado e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional podem apresentar 8 emendas cada. Já a quantidade de emendas de cada bancada estadual varia de 18 a 23, a depender da quantidade de parlamentares eleitos de cada estado (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, n.d.). Desde a Resolução nº 2 de 1995 do CN, as emendas individuais possuem um teto uniforme e fixo entre os parlamentares, o que retirou do relator geral a possibilidade de favorecimentos na distribuição de recursos. As emendas individuais são interpretadas por Figueiredo & Limongi (2002) como “o equivalente funcional” do sistema de comissões norte-americano na teoria distributiva, isto é, o instrumento por meio do qual os interesses especiais dos eleitores são atendidos pelos políticos, os quais têm a expectativa de que estes benefícios venham a ser convertidos em votos.

As emendas coletivas, por conseguinte, são de três tipos: de bancadas estaduais, de bancadas regionais e de comissões do Senado e da Câmara. A Resolução nº 2 de 1995 do CN regulamentou mais exigências para acolhimento das emendas coletivas, no caso de emendas de bancadas estaduais, por exemplo, a exigência de metade da bancada foi aumentada para $\frac{3}{4}$.

Já as emendas dos relatores, estas passaram a ter um caráter mais colegiado e restrito a correções e omissões identificadas no projeto original, desde a Resolução nº 2 de 1995 do CN. Tal mudança teve o objetivo de limitar a liberdade anterior destes relatores oferecerem suas próprias emendas sobre qualquer área e a qualquer momento durante o processo de apreciação da LOA.

Nas análises da relação Executivo-Legislativo, a prerrogativa de emendar o orçamento ocupa um espaço central na compreensão do *modus operandi* do sistema político brasileiro. Deste modo, as emendas individuais são vistas como um caminho no qual permite identificar aspectos cruciais desse *modus operandi*.

Os estudos inaugurais sobre emendas orçamentárias individuais surgiram em 2002. Figueiredo & Limongi (2002) com a intenção de verificar a participação dos legisladores no orçamento brasileiro e concluíram que esta ocorre efetivamente enquanto entes coletivos, que, no entanto, se agrupam como pró-governo ou oposição. Em suma, a participação partidária no orçamento depende das relações de partidos com o executivo, visto que são privilegiadas as emendas coletivas e de relatores.

Pereira & Mueller (2002) apresentaram a tese de que as emendas individuais exercem um papel central na coalização das relações Executivo-Legislativo, sendo utilizadas como moeda de troca. E Mognatti (2008) apresentou esta tese para as emendas em geral. Entretanto a tese de Pereira & Mueller (2002) é contestada por Figueiredo & Limongi (2002) e Limongi & Figueiredo (2005). No atinente ao uso das emendas individuais como moeda de troca entre parlamentares e eleitorado, esta é contestada por Mesquita (2008) e Mesquita *et al.* (2014).

Contestando a tese de Pereira & Mueller (2002), Figueiredo & Limongi (2002) e Limongi & Figueiredo (2005) demonstram que: as emendas individuais são invariavelmente aprovadas; as emendas individuais representam a menor parcela de emendas do orçamento, numa definição do próprio legislativo, evidenciando uma visão clientelista desse instrumento legislativo; a alocação de emendas é complementar e não contrária ao plano orçamentário; ainda, em sua análise das emendas individuais executadas (1996-2001) os autores deixaram claro que não há divergência entre os parlamentares quando esses são agrupados segundo sua relação política com o Executivo (Limongi & Figueiredo, 2005), reforçando novamente que as questões partidárias, estas sim, tem impacto de negociata em emendas coletivas (A. C. Figueiredo & Limongi, 2002; Limongi & Figueiredo, 2005).

Por sua vez, o argumento de que as emendas individuais exercem um papel de moeda de troca entre parlamentares e eleitorado, isto é, sua execução exerceria um papel nas chances de reeleição destes parlamentares, foi investigado e derrubado por Mesquita (2008) e Mesquita *et al.* (2014). Em ambos os estudos foram analisadas as emendas individuais executadas correspondentes às

legislaturas anteriores às eleições ocorridas entre 1994 e 2006, e se constatou que a execução das emendas individuais ao orçamento não produz retorno eleitoral.

Ainda neste aspecto, é digno de nota, o estudo de Amorim Neto & Santos (2003) que apresentaram dados da literatura (Limongi & Figueiredo, 2001a, 2001b; Samuels, 2002) de que os poucos projetos iniciados e aprovados pelos deputados além de terem baixo impacto buscam beneficiar suas regiões eleitorais. As emendas individuais seguem esta mesma linha. Foi o que demonstrou Mognatti (2008) ao analisar as emendas executadas de 2004 a 2007, nas quais as emendas individuais eram direcionadas pelos deputados a seus Estados, Municípios e Regiões eleitorais, respectivamente.

Entretanto, considerando que estes parlamentares representam seus estados e regiões, nada mais natural direcionarem estas emendas para as necessidades cujo próprio exercício do cargo lhes obriga ter conhecimento e atuar de modo a adequar o orçamento federal.

Rennó Junior & Pereira Filho (2013) não só apresentam evidências da literatura para ambas as interpretações do uso de emendas, como realizaram a primeira análise sobre a distribuição municipal de emendas orçamentárias de parlamentares e seu impacto sobre indicadores socioeconômicos municipais brasileiros de 1998 a 2010. Os autores utilizaram de técnicas estatísticas diversas para estimar se havia algum viés de seleção nos municípios beneficiados com emendas e para auferir o impacto das emendas em indicadores sociais e econômicos diversos, diagnosticando o papel do poder legislativo na definição do gasto público e na redução de desigualdades no Brasil, mensurada de diversas formas. Os resultados indicaram que, de fato, a alocação de emendas orçamentárias gera efeitos contundentes na melhora de diversos indicadores econômicos e sociais municipais. Isto é, quanto mais recursos aportados, maior o efeito das emendas na redução de desigualdades. Além disso, municípios que receberam recursos de emendas parlamentares por mais tempo reduziram a mortalidade infantil, aumentaram a geração de emprego formal e incrementaram o salário formal na esfera municipal. Por fim, os autores pontuaram que o sistema em si funciona, embora seja sempre possível pensar em mecanismos que aumentem a coordenação e planejamento sobre a alocação de tais recursos públicos.

Há ainda outros estudos que buscam avaliar outros aspectos relacionados às emendas. Batista (2015) analisou a influência ministerial nas emendas parlamentares. Menezes & Pederiva (2015) e Volpe & Cambraia (2015) discutiram

as verbações do orçamento impositivo e Carlomagno (2016) as emendas parlamentares propostas no pós-orçamento impositivo.

Batista (2015) ao analisar em que medida os ministros conseguiriam a aprovação de emendas de seu interesse ministerial junto à sua bancada no parlamento, verificou que isso ocorre, mas na mesma medida em que outros partidos da coalização também são beneficiados, não comprovando a hipótese do “governo ministerial” no caso brasileiro.

Volpe & Cambraia (2015) apresentam um excelente trabalho de análise referente às emendas individuais após a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, analisando inclusive as justificativas de seus impedimentos. Como mostra Volpe & Cambraia (2015), de acordo com as normas da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, as programações orçamentárias incluídas ou acrescidas por emenda individual ao projeto da Lei Orçamentária passaram a ser consideradas de execução obrigatória no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, isto é, serão acatadas em sua plenitude, exceto se: (a) a receita corrente líquida do projeto da lei orçamentária for inferior ao montante apurado do ano anterior; (b) verificada a necessidade de contingenciamento, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000; (c) constatado impedimento de ordem técnica. Isto implica uma mudança nas relações executivo-legislativo, bem como a tese de Pereira & Mueller (2002).

Entretanto, em sua análise, Volpe & Cambraia (2015) enfatizaram que embora a inserção do “Orçamento Impositivo das Emendas Individuais” tenha ocorrido com o objetivo de reduzir a interferência (discricionariedade) do Executivo nos trabalhos do Legislativo (evitando a dita barganha para obtenção de apoio político – com controvérsias na literatura), a via utilizada não foi a melhor por não atacar uma das principais causas do problema “o excesso de autorização constante do orçamento que permite ao Executivo realizar as despesas de acordo com sua conveniência e oportunidade” (Volpe & Cambraia, 2015: p.128). Menezes & Pederiva (2015) também são do argumento de Volpe & Cambraia (2015) de que o orçamento impositivo não foi uma solução e acreditam que o uso de capital político para aperfeiçoar os meios institucionais então existentes teria sido a melhor solução.

Carlomagno (2016) realizou uma análise exploratória das 6.714 emendas parlamentares propostas pelos deputados federais a LOA de 2016 com os objetivos de averiguar a distribuição partidária das emendas quanto às áreas temáticas contempladas (especificamente na área de direitos humanos, gênero e raça) e

modalidade de aplicação das verbas. Quanto aos resultados constatou que: (a) não há grandes distinções temáticas entre os partidos (embora PSDB invista mais em “desenvolvimento urbano”, enquanto PT e PSOL em “educação e cultura”); (b) transferências a municípios é a estratégia de modalidade de investimento mais adotada, em consonância com a literatura, (sendo o PT uma exceção neste aspecto); (c) PRB, PT e PSOL são os partidos mais destacados nos repasses a área de direitos humanos, gênero e raça, embora no caso do PRB os recursos se concentram em apenas dois parlamentares, não caracterizando comportamento partidário. Além disso, as áreas mais contempladas são respectivamente: Saúde com 52%, um pouco acima da exigência mínima de 50% conforme as novas regras do orçamento impositivo, que passou a vigorar a partir de 2016; Desenvolvimento Urbano com 16%; e um empate no terceiro lugar para “Educação e Cultura”, “Agricultura”, “Integração Nacional”, “Defesa e Justiça” e “Esporte”.

Até aqui apresentamos a literatura brasileira existente sobre comissões parlamentares permanentes, financiamento de campanha e emendas parlamentares. Como vimos, a proposta e contribuição deste estudo se configura original por analisar e correlacionar dados novos, quais sejam: (a) análise uma comissão até então não estudada, a comissão permanente responsável pelo esporte na Câmara dos Deputados; (b) análise do financiamento empresarial de campanha dos deputados desta comissão, agrupando as empresas por setor econômico, conforme classificação do DAAP/FGV¹; (c) análise das emendas aprovadas por estes deputados por área de governo; (d) contratos públicos obtidos pelas empresas financiadoras. Análises que nos permite verificar a correspondência entre área das empresas financiadoras de campanhas > área para qual os deputados destinaram emendas > área das empresas financiadoras de campanha que obtiveram contratos com o governo no período pós-eleição. O objetivo foi verificar em que medida estes deputados utilizam suas emendas individuais para temática de que são tão próximos (o esporte), ou as utilizam com a finalidade de investimento em áreas de governo que correspondem às empresas que financiaram suas campanhas. Como uma contraprova, investigamos se estas empresas tiveram algum tipo de retorno de seu financiamento de campanhas parlamentares na obtenção de contratos com o governo.

¹ Para mais informações sobre o mapa de doações para campanha eleitoral de 2014, feito pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAAP/FGV) ver o link: <http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/camara-transparente/#mapa-das-doacoes> Disponível em 12/01/2017.

2.1 Método

O objeto de estudo são os deputados que compuseram comissões permanentes responsáveis pela temática do esporte no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura (2011-2015) e durante a 1ª Sessão Legislativa (ano de 2015) da 55ª Legislatura (2015-2019) – para exercício empírico de verificação de padrão de empresas financiadoras na área do esporte. Durante este período tivemos duas comissões subsequentes, entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2014 se tratava da Comissão de Turismo e Desporto (CTD), a partir de fevereiro de 2014 passou a ser a Comissão de Esporte (CESPO). Foram 45 deputados na 54ª Legislatura e 26 deputados na 55ª Legislatura. Contudo, como 10 deputados se repetiram de uma legislatura para outra, foram reeleitos e permaneceram na CESPO. Portanto, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, 61 diferentes deputados foram titulares nestas comissões.

As redes formadas pelos atores “governo”, “empresas financiadoras”, “deputados” e “áreas de governo das emendas orçamentárias” foi analisada com o uso do software Gephi 0.9.1. e são ilustradas na Figura 2 abaixo.

Figura 2.1 – Desenho de Pesquisa sobre deputados na CTD e CESPO (Capítulo 2).



As empresas financiadoras de campanha foram classificadas por tipo de empresa conforme as categorias de classificação, por tipo de atividade econômica estabelecida pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAAP/FGV), de modo a termos como parâmetro comparativo o Mapa de Doações da DAAP/FGV, o qual mostra todo o financiamento de campanha eleitoral por empresas nas eleições de 2014. Para classificação das empresas realizamos consulta do CNPJ de cada empresa no site da Receita Federal.

O método utilizado é a análise de redes sociais, o qual nos permitiu realizar a análise das relações entre financiamento, emendas ao orçamento e contratos das empresas financiadoras com o governo. A investigação concentrou-se nos dados de: (1) prestação de contas divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relativos ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010 e 2014; (2) dados das emendas parlamentares individuais ao orçamento conforme área de governo que foram aprovadas para Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 a 2015, portanto, apresentadas entre 2011 e 2014, fornecidos pela Câmara dos Deputados; (3) e dados obtidos junto ao Portal da Transparência no referente a contratos de empresas com o governo federal.

As emendas orçamentárias analisadas foram as emendas individuais aprovadas e não as emendas propostas ou emendas executadas. No período analisado o teto orçamentário estabelecido previamente para as emendas individuais (por deputado) foi de: R\$15 milhões para emendas feitas nos anos de 2011 e 2012 para a LOA de 2012 e a LOA de 2013 respectivamente; R\$ 14.686.000,00 para as emendas feitas no ano de 2013 para LOA de 2014; R\$16.324.600,00 para as emendas feitas no ano de 2014 para a LOA de 2015. De todo modo foi considerado o montante por parlamentar por período de análise, isto é, o montante da 54ª Legislatura (LOA 2012 a LOA 2015).

Para verificação se a empresa possuía contratos com o governo, consultamos cada CNPJ no Portal da Transparência.

2.2 Resultados e Discussão

O foco deste capítulo são os deputados que atuaram em Comissões Permanentes de Esporte (CTD ou CESPO) na 54ª Legislatura. Entretanto, para fins empíricos, apenas no pertinente ao Financiamento de Campanha Eleitoral e contratos com o governo obtidos por empresas financiadoras no período pós-eleitoral, analisaremos o financiamento de campanha não só de 2010, mas também de 2014 de deputados que atuaram na CESPO (de janeiro a dezembro de 2015), a lista destes deputados consta do Anexo 1 dessa tese.

Desse modo, foram 45 deputados na 54ª Legislatura e 26 deputados na 55ª Legislatura. Totalizando 61 deputados diferentes, posto que 10 deles foram reeleitos e continuaram atuando na CESPO.

2.2.1 Resultados sobre Financiamento de Campanha Eleitoral e contratos de empresas financiadoras com o Governo no período pós-eleitoral

a) Resultados sobre financiamento de campanha eleitoral 2010

Em relação ao financiamento de campanha das eleições de 2010, foram 417 empresas financiadoras da campanha dos 45 deputados. O valor total de campanha e a discriminação do valor originário de financiamento empresarial estão no Quadro 2.1 abaixo.

Quadro 2.1 – Síntese do Financiamento de Campanha dos “Deputados do Esporte” na Eleição de 2010, por ordem de quem recebeu maior montante em financiamento empresarial.

n	Deputado 2010	Partido	UF	Total gasto Campanha 2010	Total de doação empresarial	% Correspondente da doação empresarial
1.	RENZO BRAZ	PP	MG	R\$ 3.617.512,60	R\$ 1.832.199,56	50,65%
2.	RODRIGO BETHLEM	PMDB	RJ	R\$ 3.222.820,34	R\$ 1.629.000,00	50,55%
3.	CIDA BORGHETTI	PP	PR	R\$ 1.436.415,43	R\$ 1.048.472,68	72,99%
4.	SILVIO TORRES	PSDB	SP	R\$ 1.552.679,10	R\$ 1.026.638,00	66,12%
5.	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ	R\$ 1.714.441,67	R\$ 898.000,00	52,38%
6.	DOMINGOS NETO	PROS	CE	R\$ 1.194.751,25	R\$ 795.000,00	66,54%
7.	CARLAILE PEDROSA	PSDB	MG	R\$ 774.576,70	R\$ 652.945,40	84,30%
8.	PAULO PIMENTA	PT	RS	R\$ 1.061.169,55	R\$ 616.850,00	58,13%
9.	ACELINO POPO	PRB	BA	R\$ 569.201,09	R\$ 568.076,09	99,80%
10.	ARNON BEZERRA	PTB	CE	R\$ 611.710,71	R\$ 550.000,00	89,91%
11.	NELSON MEURER	PP	PR	R\$ 966.812,43	R\$ 539.064,20	55,76%
12.	FABIO FARIA	PSD	RN	R\$ 1.415.087,20	R\$ 527.225,00	37,26%
13.	FRANCISCO ESCORCIO	PMDB	MA	R\$ 1.263.641,00	R\$ 475.000,00	37,59%
14.	AFONSO HAMM	PP	RS	R\$ 656.026,50	R\$ 388.480,00	59,22%
15.	PEDRO CHAVES	PMDB	GO	R\$ 1.258.679,26	R\$ 387.859,87	30,81%
16.	JONAS DONIZETE	PSB	SP	R\$ 1.005.318,41	R\$ 375.800,01	37,38%
17.	RENAN FILHO	PMDB	AL	R\$ 600.045,88	R\$ 340.500,00	56,75%
18.	EDINHO BEZ	PMDB	SC	R\$ 764.757,76	R\$ 340.345,00	44,50%
19.	CARLOS EDUARDO CADOCA	PCdoB	PE	R\$ 812.000,00	R\$ 273.000,00	33,62%
20.	JOSE ROCHA	PR	BA	R\$ 884.971,62	R\$ 245.482,88	27,74%
21.	ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	R\$ 632.092,47	R\$ 231.191,71	36,58%
22.	LUCI CHOINACKI	PT	SC	R\$ 536.387,37	R\$ 209.128,00	38,99%
23.	MAGDA MOFATTO	PTB	GO	R\$ 2.412.693,32	R\$ 202.573,32	8,40%
24.	PEDRO GUERRA	PSD	PR	R\$ 643.160,00	R\$ 187.000,00	29,08%
25.	PAULAO	PT	AL	R\$ 685.576,10	R\$ 165.000,00	24,07%
26.	JO MORAES	PCdoB	MG	R\$ 861.149,77	R\$ 143.000,00	16,61%
27.	ANDRE FIGUEIREDO	PDT	CE	R\$ 407.957,50	R\$ 137.957,50	33,82%
28.	RUBENS BUENO	PPS	PR	R\$ 383.340,26	R\$ 120.743,86	31,50%

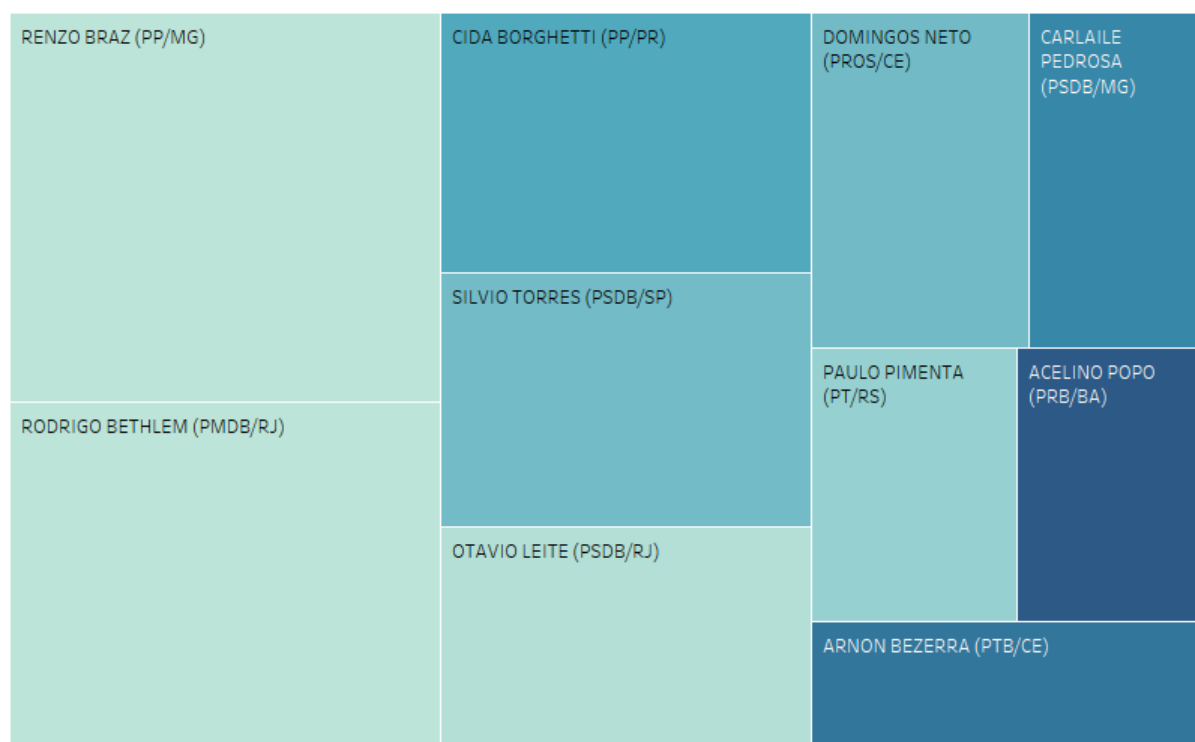
29.	WILSON FILHO	PTB	PB	R\$ 394.691,90	R\$ 115.000,00	29,14%
30.	JOAO ARRUDA	PMDB	PR	R\$ 1.083.523,70	R\$ 113.221,00	10,45%
31.	DANRLEY HINTERHOLZ	PSD	RS	R\$ 196.049,43	R\$ 109.655,44	55,93%
32.	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI	R\$ 497.874,71	R\$ 97.241,38	19,53%
33.	MARCELO MATOS	PDT	RJ	R\$ 245.069,86	R\$ 73.500,00	29,99%
34.	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	R\$ 436.410,00	R\$ 68.410,00	15,68%
35.	DELEY	PTB	RJ	R\$ 2.322.110,97	R\$ 68.198,70	2,94%
36.	ROMARIO	PSB	RJ	R\$ 308.992,15	R\$ 59.900,00	19,39%
37.	JOSE AIRTON	PT	CE	R\$ 372.914,70	R\$ 58.000,00	15,55%
38.	BENJAMIM MARANHÃO	PMDB	PB	R\$ 232.134,36	R\$ 33.800,80	14,56%
39.	VALADARES FILHO	PSB	CE	R\$ 362.223,12	R\$ 27.000,00	7,45%
40.	FABIO REIS	PMDB	SE	R\$ 429.294,16	R\$ 13.400,00	3,12%
41.	NEILTON MULIM	PR	RJ	R\$ 203.952,72	R\$ 12.400,00	6,08%
42.	SIMPLICIO ARAUJO	SD	MA	R\$ 130.310,00	R\$ 3.825,00	2,94%
43.	TIRIRICA	PR	SP	R\$ 678.243,13	R\$ 996,25	0,15%
44.	DAMIAO FELICIANO	PDT	PB	R\$ 509.150,00	R\$ 0,00	0,00%
45.	GERA ARRUDA	PMDB	CE	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	0,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Somente na 54^a Legislatura dois deputados, Damião Feliciano PDT/PB e Gera Júnior CE/PMDB, declararam não ter doação de empresas em suas campanhas. Note-se que Damião Feliciano PDT/PB foi um dos presidentes da CESPO na 54^a Legislatura. Os dez deputados mais bem financiados são destacados na Figura 2.2 abaixo.

Figura 2.2 – Os dez deputados da CTD/CESPO mais bem financiados em 2010.

Os dez Deputados da CTD/CESPO mais financiados por empresas em 2010



A intensidade da cor demonstra um maior % da Campanha cujo Financiamento foi Empresarial. O tamanho evidencia a magnitude do valor de Campanha cujo Financiamento foi Empresarial entre os 10 deputados da CTD/CESPO mais financiados por empresas em 2010.

*Deputados que estiveram na CESPO também na 55a Legislatura.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

O valor total de campanha dos 45 “Deputados do Esporte” eleitos em 2010 foi de R\$ 40.359.920, sendo que 39% desse valor foram de doações empresariais. Em síntese, para a campanha das eleições de 2010, tivemos como maiores financiadores de campanha as empresas do setor econômico: Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana; Indústria Automobilística e relacionados; Energia, Petróleo, Gás e Derivados. O valor de doação empresarial para campanha dos “Deputados do Esporte” na eleição de 2010 está detalhado na Figura 2.3 conforme setor de atividade econômica das empresas doadoras segundo a classificação da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV).

Figura 2.3 – Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2010 conforme setor econômico

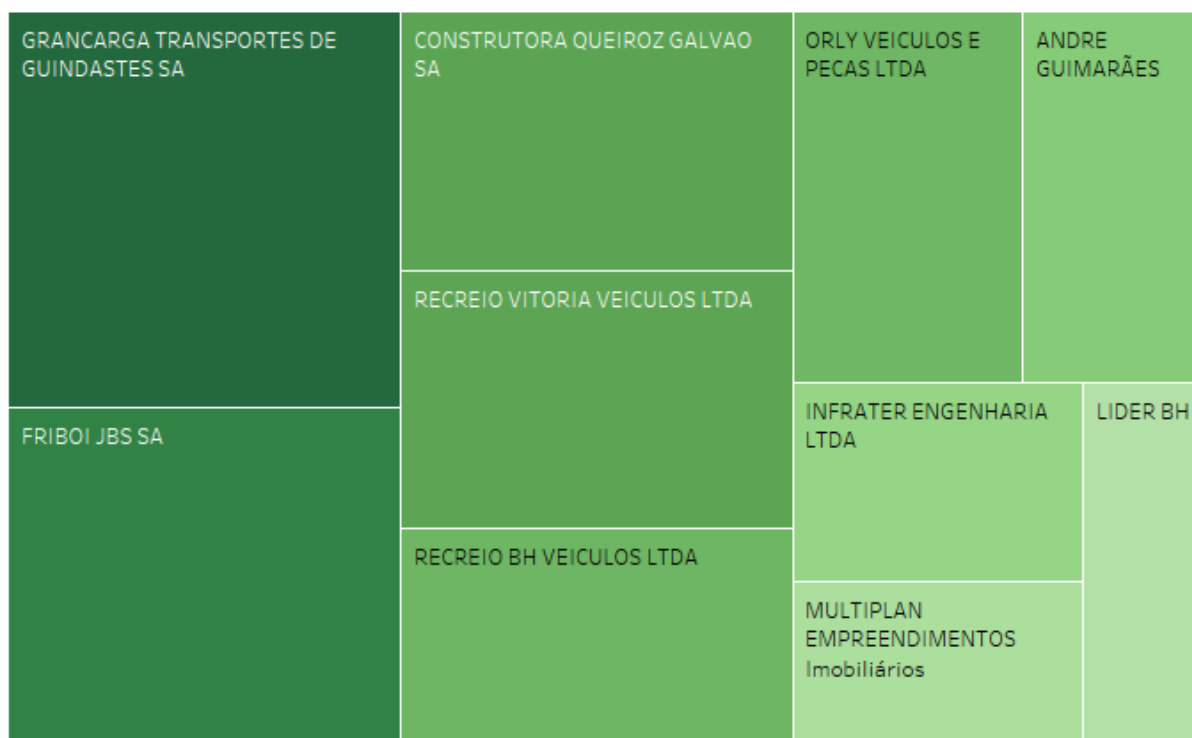


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Uma relação das dez empresas com maior montante doado à campanha dos “Deputados do Esporte” nas eleições de 2010 é apresentada na Figura 2.4 abaixo.

Figura 2.4 – As dez empresas com maior montante doado para campanha eleitoral de 2010 para os 45 “Deputados do Esporte”.

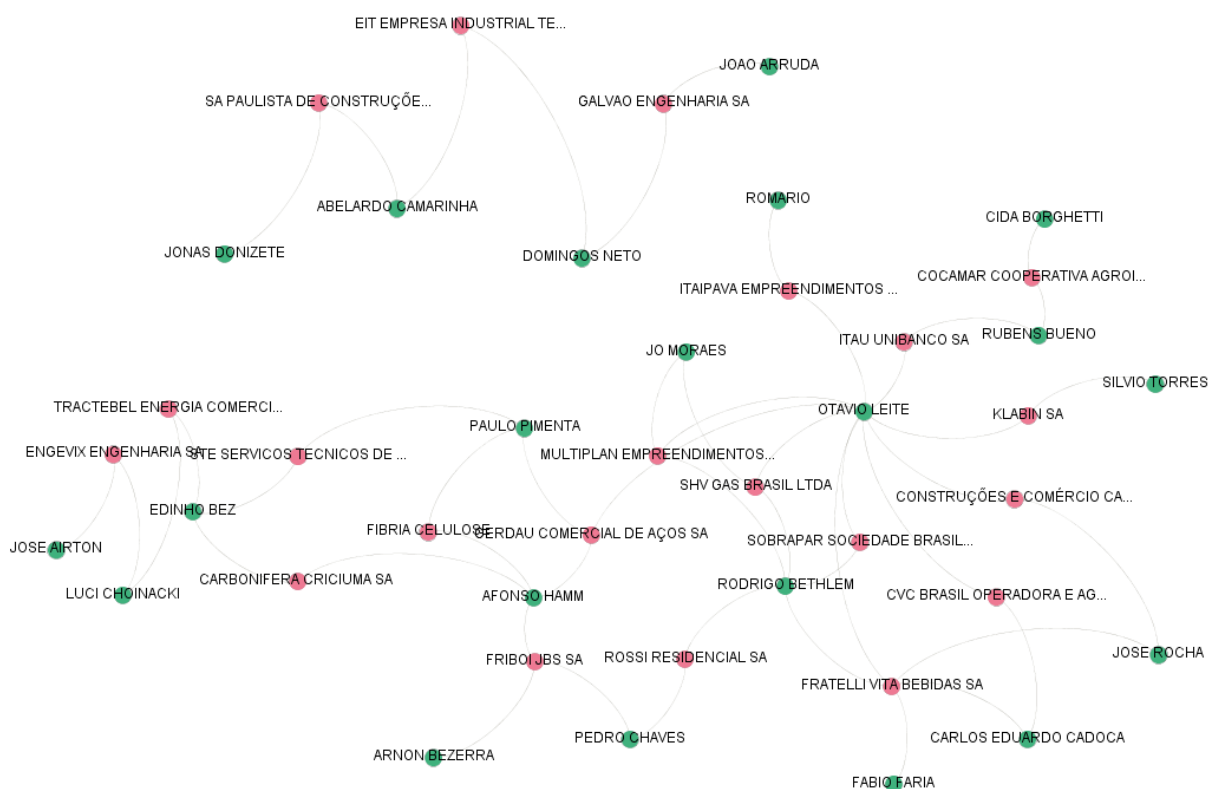
As 10 Empresas que doaram maior montante às campanhas eleitorais de 2010



A intensidade da cor e o tamanho dos quadros é proporcional ao montante doado pelas empresas a campanha eleitoral de 2010 dos Deputados que atuaram na CTD/CESPO durante a 54a Legislatura.

Utilizando como filtro a *betweenness centrality*, foi possível verificar quais empresas foram mais recorrentes no Financiamento de Campanha 2010, isto é, quais empresas eram partilhadas pelo maior número de deputados, sendo, portanto, doadora comum aos “Deputados do Esporte”. O destaque fica para empresas patrocinadoras do futebol brasileiro como: Fratelli Bebidas (Ambev), Banco Itaú Unibanco S/A, Cerveja Itaipava. E também empresas que financiaram em geral os deputados eleitos em 2010: JBS Friboi S/A, Construtora Camargo Côrrea, Engevix, Fibria Celulose, Rossi Residencial, SHV Gás Brasil Ltda. O resultado pode ser visto na Figura 2.5 abaixo.

Figura 2.5 – Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral em 2010 filtrada por *betweenness centrality*.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Em síntese, o financiamento de campanha eleitoral em 2010, tivemos como maiores financiadores de campanha as empresas do setor econômico de “Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana. Esta área corresponde justamente à área de governo “Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura”. Veremos na seção de Resultados sobre as Emendas Orçamentárias feitas pelos “Deputados do Esporte”, se esta área ou a área de esporte do governo teve a maior destinação de emendas, testando assim a hipótese deste capítulo.

b) Resultados sobre financiamento de campanha eleitoral 2014

Nas eleições de 2014 houve 157 empresas financiadoras de campanha dos 26 deputados que compuseram a CESPO na 1ª Sessão Legislativa (2015) da 55ª Legislatura (2015-2019). O valor total de campanha e a discriminação do valor proveniente de financiamento empresarial para cada um dos deputados estão no Quadro 2.2 abaixo.

Quadro 2.2 – Síntese do Financiamento de Campanha dos “Deputados do Esporte” na Eleição de 2014, por ordem de quem recebeu maior montante em financiamento empresarial.

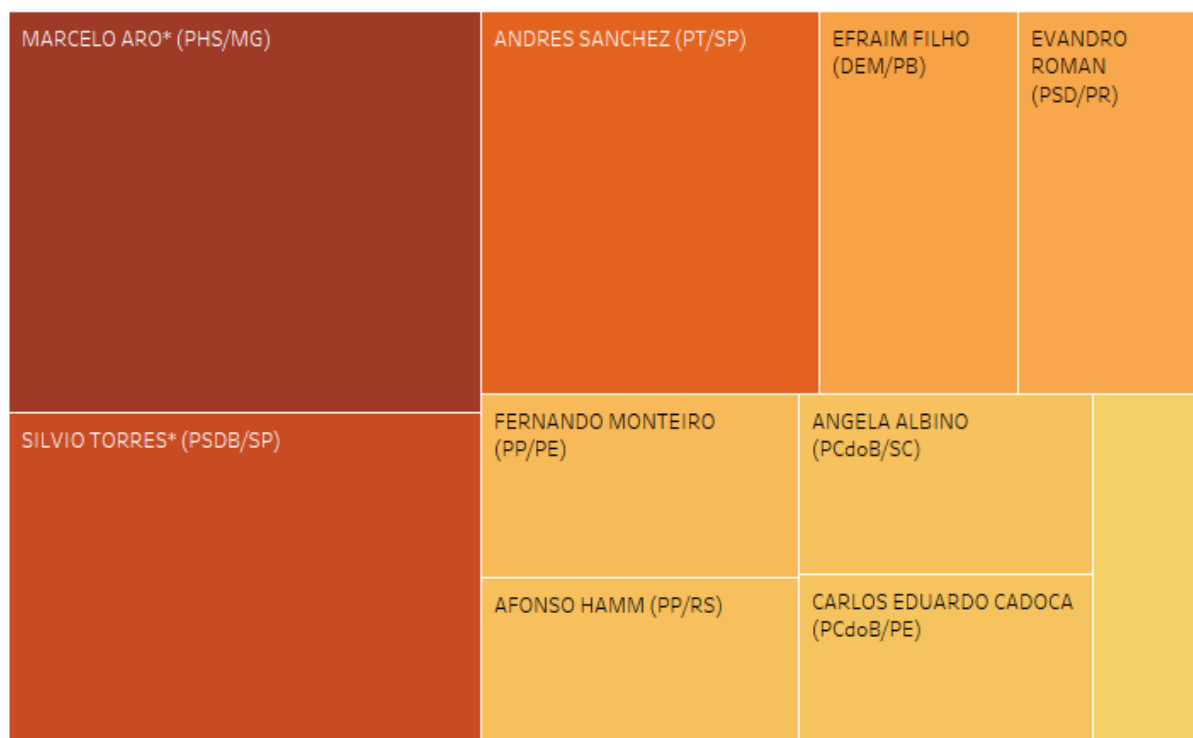
n	DEPUTADOS	PARTIDO	UF	Total gasto Campanha 2014	Total de doação empresarial	% Correspondente da doação empresarial
1.	MARCELO ARO*	PHS	MG	R\$ 1.132.727,32	R\$ 956.350,40	84,43%
2.	SILVIO TORRES*	PSDB	SP	R\$ 1.960.977,02	R\$ 796.025,00	40,59%
3.	ANDRES SANCHEZ	PT	SP	R\$ 2.134.926,67	R\$ 652.142,70	30,55%
4.	EFRAIM FILHO	DEM	PB	R\$ 882.050,00	R\$ 384.500,00	43,59%
5.	EVANDRO ROMAN	PSD	PR	R\$ 1.616.819,71	R\$ 361.734,96	22,37%
6.	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE	R\$ 2.958.955,89	R\$ 295.006,20	9,97%
7.	AFONSO HAMM	PP	RS	R\$ 1.463.548,54	R\$ 270.019,54	18,45%
8.	ANGELA ALBINO	PCdoB	SC	R\$ 1.088.649,87	R\$ 266.000,00	24,43%
9.	CARLOS EDUARDO CADOCA	PCdoB	PE	R\$ 773.577,78	R\$ 255.000,00	32,96%
10.	WADSON RIBEIRO	PCdoB	MG	R\$ 629.961,44	R\$ 199.885,95	31,73%
11.	TENENTE LÚCIO	PSB	MG	R\$ 998.330,88	R\$ 188.870,00	18,92%
12.	ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN	R\$ 835.840,00	R\$ 185.000,00	22,13%
13.	JOÃO DERLY*	REDE	RS	R\$ 372.436,67	R\$ 144.112,50	38,69%
14.	VALADARES FILHO	PSB	SE	R\$ 586.162,44	R\$ 143.300,00	24,45%
15.	FABIO REIS*	PMDB	SE	R\$ 317.058,09	R\$ 130.000,00	41,00%
16.	ALEXANDRE VALLE	PRP	RJ	R\$ 241.765,91	R\$ 117.515,91	48,61%
17.	RUBENS BUENO*	PPS	PR	R\$ 801.922,44	R\$ 116.000,00	14,47%
18.	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	R\$ 318.750,00	R\$ 110.000,00	34,51%
19.	JOSÉ AIRTON	PT	CE	R\$ 431.018,82	R\$ 107.250,00	24,88%
20.	MÁRCIO MARINHO	PRB	BA	R\$ 152.361,15	R\$ 59.672,15	39,16%
21.	HÉLIO LEITE	DEM	PA	R\$ 337.807,59	R\$ 55.270,00	16,36%
22.	BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB	R\$ 526.825,31	R\$ 45.000,00	8,54%
23.	DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PSD	RS	R\$ 391.550,00	R\$ 26.000,00	6,64%
24.	DELEY	PTB	RJ	R\$ 619.060,00	R\$ 20.650,00	3,34%
25.	HIRAN GONÇALVES	PMB	RR	R\$ 201.569,31	R\$ -	0,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Na 1ª Sessão Legislativa (ano de 2015) da 55ª Legislatura, o deputado Hiran Gonçalves PMB/RR foi o único que declarou não ter doação de empresas em sua campanha. Os dez deputados mais bem financiados nas eleições de 2014 estão destacados na Figura 2.6.

Figura 2.6 – Os dez deputados da CESPO mais bem financiados em 2014. Fonte: elaboração própria baseada nos dados

Os dez Deputados da CESPO mais financiados por empresas em 2014



A cor mostra % da Campanha cujo Financiamento foi Empresarial. O tamanho mostra o valor de Campanha cujo Financiamento foi Empresarial entre os 10 deputados da CESPO mais financiados por empresas em 2014.

O valor total de campanha dos 26 “Deputados do Esporte” eleitos em 2014, foi de R\$ 21.774.653, sendo que 27% desse valor foram de doações empresariais. O valor de doação empresarial para campanha dos “Deputados do Esporte” para eleição de 2014 está detalhado conforme a área de setor econômico das empresas doadoras segundo a classificação da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV), e é ilustrada na Figura 2.7 a seguir.

Figura 2.7 – Rede de “Deputados do Esporte” e Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2014 conforme setor econômico.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Nas eleições de 2014, o setor econômico de “Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana” foi o maior doador geral para candidatos eleitos à Câmara dos Deputados de acordo com a DAPP/FGV.

Para a campanha de 2014, as empresas que mais financiaram os “Deputados do Esporte” foram as empresas do setor econômico de: Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana; Borracha, Plástico, Papel, Celulose e Minerais não metálicos; Transporte Logística Armazenagem.

Ainda, quanto aos dados de 2014, estes podem ser comparados com o Mapa das Doações empresariais a deputados da DAPP/FGV².

Entretanto, não sabemos qual foi a metodologia utilizada por eles para determinar quais deputados considerar como sendo da Comissão de Esporte (CESPO) na 55ª Legislatura. É importante considerar que mesmo durante uma Sessão Legislativa (período de 1 ano) os deputados entram e saem da mesma comissão várias vezes, devido a mudança de filiação partidária entre outros. Para fins desta pesquisa consideramos todos os deputados que passaram como

² Para mais informações sobre o Mapa das Doações da DAPP/FGV ver o link: <http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/camara-transparente/#comissoes> Disponível em 12/01/2017.

membros titulares pela CESPO no período correspondente a 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura (janeiro a dezembro de 2015).

Em relação aos dados do DAPP/FGV acerca do financiamento empresarial na campanha eleitoral de 2014, quando selecionamos por comissão (CESPO) não é possível ver todos os setores econômicos, apenas os 10 setores econômicos que foram os maiores doadores. Quando selecionamos por setor econômico só é possível ver as 3 comissões que mais receberam doações daquele setor.

Seja como for, num comparativo do financiamento dos “Deputados do Esporte” com os dados do DAPP/FGV para Câmara dos Deputados de um modo geral em 2014, notamos que há peculiaridades no financiamento dos “Deputados do Esporte”, no que diz respeito ao setor econômico que os financia. Enquanto para Câmara dos Deputados de um modo geral os maiores doadores são uns, para os “Deputados do Esporte” são outros, como podemos ver no Quadro 13 abaixo.

Quadro 2.3 – As dez empresas com maior montante doado para campanha eleitoral de 2014.

n	Dez empresas com maior montante doado à campanha de deputados eleitos em 2014	n	Dez empresas com maior montante doado à campanha de “Deputados do Esporte” em 2014
1.	JBS S/A Friboi*	1.	Spiral do Brasil Ltda
2.	Construtora Andrade Gutierrez S/A	2.	Grancarga Transportes e Guindastes S/A*
3.	Construtora Queiroz Galvão S/A*	3.	Irga Lupercio Torres S/A
4.	Construtora OAS S/A	4.	Ação Contact Center Ltda
5.	UTC Engenharia S/A	5.	Sempre Editora Ltda
6.	Construtora Norberto Odebrecht S/A	6.	Via Engenharia S/A
7.	Bradesco Vida e Previdência S/A	7.	Metalsider Ltda
8.	CRBS S/A	8.	Cav Comercial Importação E Exportação Ltda
9.	Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A	9.	Itau Unibanco S/A*
10.	Amil Assistência Médica Internacional S/A	10.	Galvão Engenharia S/A

Fonte: Elaboração própria.

Destaque novamente para o Banco Itaú como financiador dos “Deputados do Esporte”, posto que: (1) este banco é patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia; (2) patrocinador responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014; (3) classificado como a 3ª empresa com maior montante doado para as campanhas de 2010 e 2014 dentre as 21 empresas que se repetiram em doações para “Deputados do Esporte”; (4) e como 12º considerando todas as 574 empresas doadores de 2010 e 2014; (5) sendo a 9ª empresa doadora em montante na campanha de 2014. Nota-se portanto a peculiaridade das empresas que financiam a campanha dos “Deputados do Esporte”.

c) Resultados sobre financiamento de campanha em 2010 e 2014

Analisando o financiamento de campanha destes dois períodos juntos, isto é, campanha eleitoral 2010 e campanha eleitoral 2014, como dito antes, nos permite identificar num teste confirmatório se há alguma predominância em relação a empresas financiadoras de campanha e deputados financiados por empresas. Deste modo, apenas para um exercício empírico consideramos aqui o financiamento de campanha para eleições 2010 e 2014 conjuntamente. Ou seja, o financiamento de campanha de deputados que compuseram CTD e CESPO na 54ª Legislatura (eleições 2010) e dos deputados que compuseram a CESPO na 1ª Sessão Legislativa (2015) da 55ª Legislatura. Como houve alteração legal em relação as emendas (orçamento impositivo), não analisaremos as emendas apresentadas em 2015 para LOA 2016, o que, não fosse essa alteração, seria um exercício empírico também interessante.

Portanto, numa análise do financiamento para os dois períodos, encontramos 61 deputados diferentes como tendo participado da CTD e/ou CESPO, sendo que 10 deles estiveram presentes nas duas legislaturas, isto é, foram reeleitos em 2014 e se mantiveram na CESPO (conforme pode ser visto nos Anexos 2 e 3 desta tese). É intrigante notar que eles pertenciam a 10 partidos diferentes, e é pertinente confrontar estes dados com os dados do capítulo anterior (presença deles na FPE) bem como dados que serão apresentados no próximo capítulo, sobre a ação política deles no processo legislativo de proposições na área de esporte. Estes 10 deputados podem ser vistos na Figura 2.8 a seguir.

Figura 2.8 – Os dez Deputados que foram os únicos a atuar nas Comissões Permanentes de Esporte (CTD e CESPO) na 54ª e 55ª Legislaturas. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Deputados na CTD/CESPO durante a 54a e 55a Legislaturas



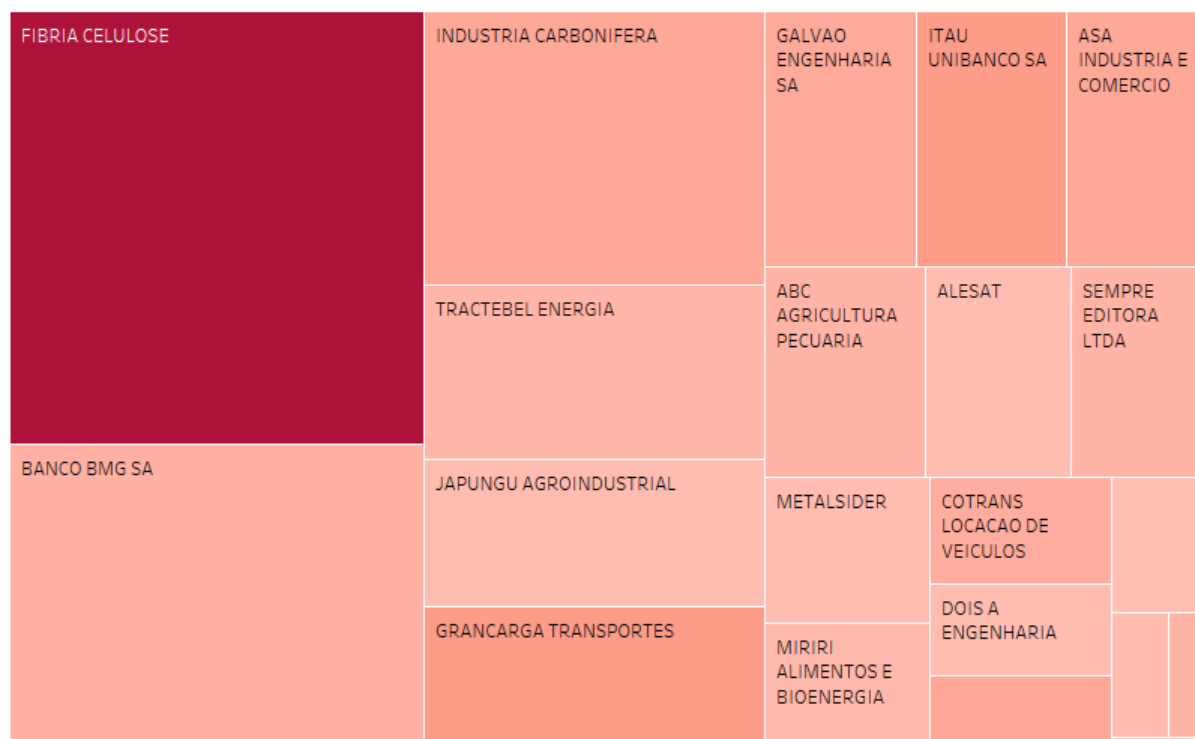
A cor está de acordo com o partido político ao qual pertencem os Deputados, o que quer dizer que os 10 deputados pertenciam a 10 partidos diferentes. O tamanho das esferas é igual pois todos estiveram presentes em ambas as comissões (CTD/CESPO) e em ambas as legislaturas (54a e 55a).

Ainda na análise conjunta do financiamento das eleições de 2010 e 2014, encontramos 574 empresas diferentes como financiadoras de ambas as campanhas. Entre estas empresas estão as construtoras Queiroz Galvão, Camargo Correia e Galvão Engenharia, citadas na Operação Lava Jato da Polícia Federal. E dentre estas 547 empresas, 21 se repetiram em 2010 e 2014 como financiadoras da campanha de deputados que ocupavam a CTD/CESPO. Na figura 2.9 apresentamos

estas empresas conforme o valor por elas doado para ambas as campanhas eleitorais.

Figura 2.9 – As 21 Empresas que foram doadoras das Campanhas Eleitorais de 2010 e 2014 dos Deputados da CTD/CESPO. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

As 21 Empresas financiadoras das campanhas 2010 e 2014 de Deputados que compuseram a CTD/CESPO. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.



Estas são as 21 Empresas financiadoras das campanhas de 2010 e 2014 de Deputados que compuseram a CTD/CESPO. A intensidade da cor denota a soma de Valor Doadado em 2010. O tamanho corresponde a soma de Valor Doadado em 2014.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Estas 21 empresas estão discriminadas no anexo 4 desta tese, no qual é possível ver as empresas classificadas por setor de atividade econômica, o valor doado por elas em 2010 e em 2014, bem como o valor dos contratos que elas obtiveram com o governo no período pós-eleitoral, lembrando que no caso de contrato pós-eleição de 2014, só verificamos contratos obtidos durante o ano de 2015, como complemento ao exercício empírico aqui proposto.

Como pode ser observado no Anexo 4, 11 destas 21 empresas possuíam contratos com o governo em período posterior a eleição de 2010, e 6 delas possuíam contratos com o governo em período posterior a eleição de 2014, durante o ano de 2015, os quais, em sua maioria, superaram os valores por elas doados. Somando-se os valores doados por estas 21 empresas nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014, destacamos: (1) o Banco Itaú (patrocinador do Futebol, do Futebol de

Areia, responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014), classificada como a 3ª empresa em montante doado para as campanhas de 2010 e 2014 dentre as 21 empresas e como 12º das 574 empresas; (2) a Construtora Galvão (citada na Operação Lava Jato da Polícia Federal) como a 4ª empresa em montante doado para ambas as campanhas dentre as 21 empresas, e como 14ª dentre as 574 empresas; (3) o Banco BMG (maior patrocinador do futebol brasileiro), foi arrolado como a 11ª empresa em montante doado dentre as 21 que se repetiram, e como a 39ª empresa em montante doado dentre o total de 574 empresas doadoras.

É importante notar que o montante doado pelo Banco Itaú e Banco BMG foi considerável para estabelecer estes bancos na colocação geral dentre as 574 empresas como as doadoras na 12ª e 39ª posições respectivamente. Ainda mais porque este montante no caso de ambos os bancos foi doado para um pequeno número de deputados.

Nas eleições de 2010, o Banco Itaú financiou a campanha de apenas dois deputados: Otávio Leite PSDB/RJ, que foi membro da Comissão de Turismo e Desporto na 54ª Legislatura; e Rubens Bueno PPS/PR membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura. Enquanto o Banco BMG financiou apenas o deputado Danrley Hinterholz PSD/RS, o qual foi membro da Comissão de Turismo e Desporto, da Comissão de Esporte e da Frente Parlamentar de Esporte durante a 54ª Legislatura.

Para as Eleições de 2014, o Banco Itaú manteve novamente sua doação para o deputado Rubens Bueno PPS/PR que foi membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura e permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura. Ainda, o Banco Itaú financiou mais dois outros deputados: Fábio Reis PMDB/SE, membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura, permanecendo membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; e João Derly REDE/RS, membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura. O BMG em 2014 novamente financiou apenas um deputado, o escolhido desta vez foi Marcelo Aro PHS/MG, o qual foi membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura sendo, dentre os “Deputados do Esporte”, o que mais recebeu financiamento empresarial (84,43%). Conforme pode ser visto no Quadro 10.

Os envolvimento do Banco Itaú e Banco BMG são dignos de nota, quando se considera que os escândalos que envolvem o Congresso e o Futebol remetem à “Bancada da Bola”, isto é, deputados financiados por financiadores do futebol para

atuarem em prol de seus interesses (Bombig, 2014; Cruz, 2014; Rebello & Cruz, 2014; Sampaio, 2014). Os escândalos mais famosos foram a inconclusa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o contrato entre Confederação Brasileira de Futebol e Nike em 2001, e a votação dos Projetos de Lei 5201/2013 e 6753/2013, também conhecidos como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) e Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE), os quais tramitaram em conjunto e tinham como objeto de discussão alterações na loteria Timemania (exclusiva do futebol) e renegociação do pagamento de dívidas de clubes de futebol. A LRFE e PROFORTE serão tratados no próximo capítulo desta tese, quando analisaremos efetivamente a influência política dos “Deputados do Esporte” na legislação de esporte durante a 54^a Legislatura. Note que o deputado Otávio Leite PSDB/RJ, financiado pelo Banco Itaú e membro da Comissão de Turismo e Desporto na 54^a Legislatura foi o relator dos citados Projetos de Lei 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE).

Ainda na análise do financiamento das campanhas eleitorais de 2010 e 2014, outra empresa digna de nota é a Itaipava, marca de cerveja que apareceu como doadora de campanha em 2010 e também é uma das patrocinadoras do futebol nacional. A Itaipava financiou em 2010 a campanha dos deputados: Otávio Leite PSDB/RJ, que foi membro da Comissão de Turismo e Desporto na 54^a Legislatura; e de Romário PSB/RJ, que foi membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54^a Legislatura.

Em suma, as empresas do setor econômico de construção, engenharia e infraestrutura urbana foram as que efetuaram o maior número de doações para financiamento de campanhas eleitorais dos “Deputados do Esporte” nas eleições de 2010 e 2014. Este setor econômico corresponde dentro a área de governo denominada Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura. Veremos como se deu as emendas direcionadas a este setor pelos “Deputados do Esporte” adiante. Será que eles destinaram emendas ao Esporte ou à área de governo correspondente ao setor econômico das empresas que mais os financiaram?

2.2.2 Resultados sobre Emendas Orçamentárias Individuais feitas pelos deputados da CTD/CESPO

Quanto à proposição de emendas orçamentárias, dois deputados na 54ª Legislatura, Pedro Guerra PSD/PR e Sílvio Torres PSDB/SP³, não propuseram qualquer emenda no período analisado.

Cabe lembrar que o deputado Sílvio Torres do PSDB/SP é também um dos cinco deputados que foram financiados pelas mesmas empresas em 2010 e 2014; e ainda, foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o contrato entre a Nike e a Confederação Brasileira de Futebol em 2001; e também foi um dos dez parlamentares a ser membro titular da CTD/CESPO na 54ª e 55ª Legislaturas.

O Quadro 2.4 abaixo mostra os 43 deputados que fizeram emendas na 54ª Legislatura, discriminando o valor total em emendas e que parte deste valor foi destinado ao esporte.

Quadro 2.4 – “Deputados do Esporte” e valor destinado em emendas durante a 54ª Legislatura (emendas apresentadas entre 2011-2014 para LOAs 2012-2015), discriminando o valor total em emendas e que parte desse valor foi destinado a emendas para o Esporte.

N	Autor	Partido	UF	Valor Total em emendas	Valor de emendas em Esporte
1	Romário	PSB	RJ	R\$ 61.010.600,00	R\$ 20.443.000,00
2	Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	R\$ 61.010.600,00	R\$ 16.250.000,00
3	Acelino Popó	PRB	BA	R\$ 61.010.600,00	R\$ 14.750.000,00
4	Marllos Sampaio	PMDB	PI	R\$ 61.010.600,00	R\$ 13.900.000,00
5	Jô Moraes	PC do B	MG	R\$ 61.010.600,00	R\$ 12.600.000,00
6	André Figueiredo	PDT	CE	R\$ 61.010.600,00	R\$ 11.200.000,00
7	Marcelo Matos	PDT	RJ	R\$ 61.010.600,00	R\$ 10.850.000,00
8	Tiririca	PR	SP	R\$ 61.010.600,00	R\$ 9.200.000,00
9	Wilson Filho	PMDB	PB	R\$ 61.010.600,00	R\$ 9.000.000,00
10	Valadares Filho	PSB	SE	R\$ 61.010.600,00	R\$ 8.833.000,00
11	Asdrubal Bentes	PMDB	PA	R\$ 44.686.000,00	R\$ 7.500.000,00
12	Jonas Donizette	PSB	SP	R\$ 30.000.000,00	R\$ 7.300.000,00

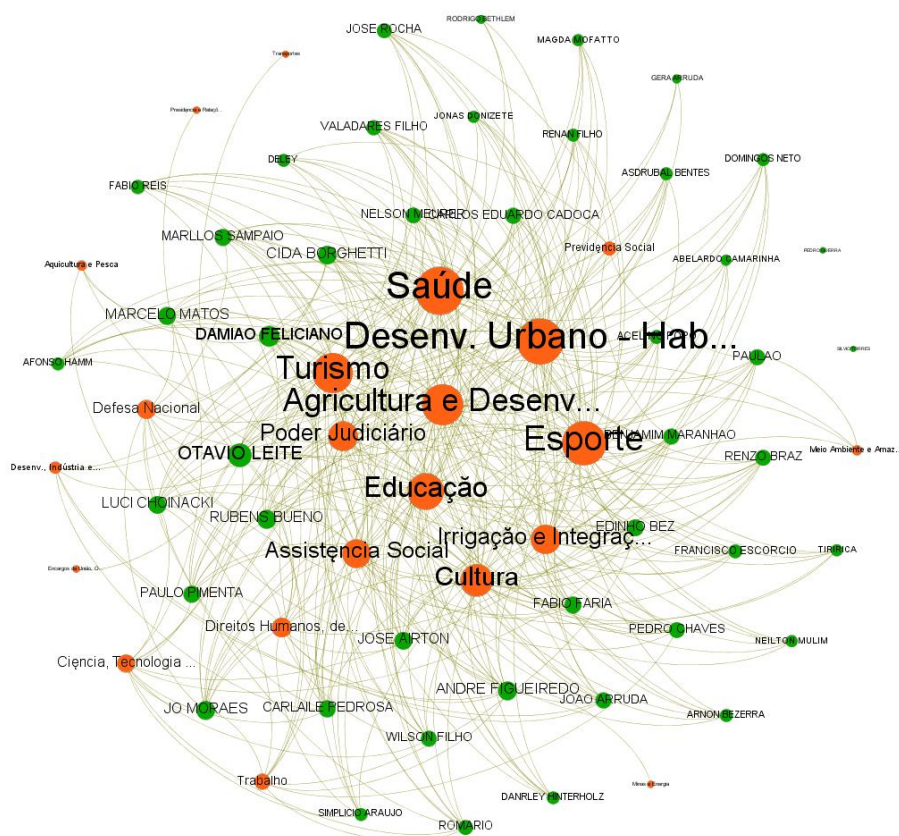
³ Pedro Guerra PSD/PR teve financiamento da empresa FINVEST ADM E PART LTDA em 2010. O deputado Sílvio Torres PSDB/SP em 2010 foi financiado pelas empresas: GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES S/A; BAURU PAINÉIS IND E COM LTDA; DEDO DE MOÇA PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA ME; ESTRE AMBIENTAL S/A; JUMA COM. E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA; KLabin S/A; LFL IMPORTAÇÃO, COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA; MIB GUINDASTES LTDA; PONTAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP; SANTA LUZ LOGÍSTICA E TRANSPORTE INTERMODAL LTDA; TOMÉ ENGENHARIA LTDA; UNIMED DO ESTADO DE SP FEDERAÇÃO EST. COOP. MÉDICAS. Em 2014 Sílvio Torres PSDB/SP foi financiado pelas empresas: GRANCARGA TRANSPORTES E GUINDASTES S/A; BASICAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA; GRÁFICA COPCENTRO LTDA ME; EMPRESA JORNALÍSTICA E GRÁFICA A FRONTEIRA LTDA ME; IRGA LUPÉRCIO TORRES S/A; JORNAL DEBATE NOTÍCIAS LTDA ME; MELISSA CAROLINE GONÇALVES BALERONI OQUIUCCI ME; SOLUÇÃO IMPRESSA GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP; SPIRAL DO BRASIL LTDA.

13	Deley	PSC	RJ	R\$ 29.686.000,00	R\$ 7.143.000,00
14	Renan Filho	PMDB	AL	R\$ 61.010.600,00	R\$ 6.962.300,00
15	João Arruda	PMDB	PR	R\$ 61.010.600,00	R\$ 6.950.000,00
16	Paulo Pimenta	PT	RS	R\$ 61.010.600,00	R\$ 6.600.000,00
17	Damião Feliciano	PDT	PB	R\$ 60.810.600,00	R\$ 6.312.300,00
18	José Rocha	PR	BA	R\$ 61.010.600,00	R\$ 6.150.000,00
19	Pedro Chaves	PMDB	GO	R\$ 61.010.600,00	R\$ 5.750.000,00
20	Afonso Hamm	PP	RS	R\$ 61.010.600,00	R\$ 5.530.000,00
21	Benjamin Maranhão	PMDB	PB	R\$ 61.010.600,00	R\$ 5.022.300,00
22	Carlaile Pedrosa	PSDB	MG	R\$ 30.000.000,00	R\$ 4.700.000,00
23	Fábio Faria	PSD	RN	R\$ 61.010.600,00	R\$ 4.520.000,00
24	Edinho Bez	PMDB	SC	R\$ 61.010.600,00	R\$ 4.300.000,00
25	Fabio Reis	PMDB	SE	R\$ 31.010.600,00	R\$ 3.300.000,00
26	Francisco Escórcio	PMDB	MA	R\$ 44.686.000,00	R\$ 3.150.000,00
27	Domingos Neto	PSB	CE	R\$ 46.324.600,00	R\$ 3.000.000,00
28	Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE	R\$ 61.010.600,00	R\$ 2.800.000,00
29	Otávio Leite	PSDB	RJ	R\$ 61.010.600,00	R\$ 2.550.000,00
30	José Airtton	PT	CE	R\$ 60.998.300,00	R\$ 2.350.000,00
31	Arnon Bezerra	PTB	CE	R\$ 61.010.600,00	R\$ 2.100.000,00
32	Cida Borghetti	PP	PR	R\$ 61.010.600,00	R\$ 2.000.000,00
33	Rubens Bueno	PPS	PR	R\$ 61.010.600,00	R\$ 1.970.000,00
34	Neilton Mulim	PR	RJ	R\$ 30.000.000,00	R\$ 1.850.000,00
35	Nelson Meurer	PP	PR	R\$ 61.010.600,00	R\$ 1.520.000,00
36	Luci Choinacki	PT	SC	R\$ 61.010.600,00	R\$ 1.473.000,00
37	Renzo Braz	PP	MG	R\$ 61.010.600,00	R\$ 1.230.000,00
38	Paulão	PT	AL	R\$ 31.010.600,00	R\$ 500.000,00
39	Abelardo Camarinha	PSB	SP	R\$ 46.010.600,00	R\$ 100.000,00
40	Gera Arruda	PMDB	CE	R\$ 14.686.000,00	R\$ -
41	Magda Mofatto	PR	GO	R\$ 16.324.600,00	R\$ -
42	Rodrigo Bethlem	PMDB	RJ	R\$ 31.324.600,00	R\$ -
43	Simplicio Araújo	SDD	MA	R\$ 31.010.600,00	R\$ -

Fonte: Elaboração própria

A Figura 2.10 abaixo demonstra a rede formada pelos deputados e as áreas de governo para as quais eles destinaram emendas orçamentárias durante a 54ª Legislatura.

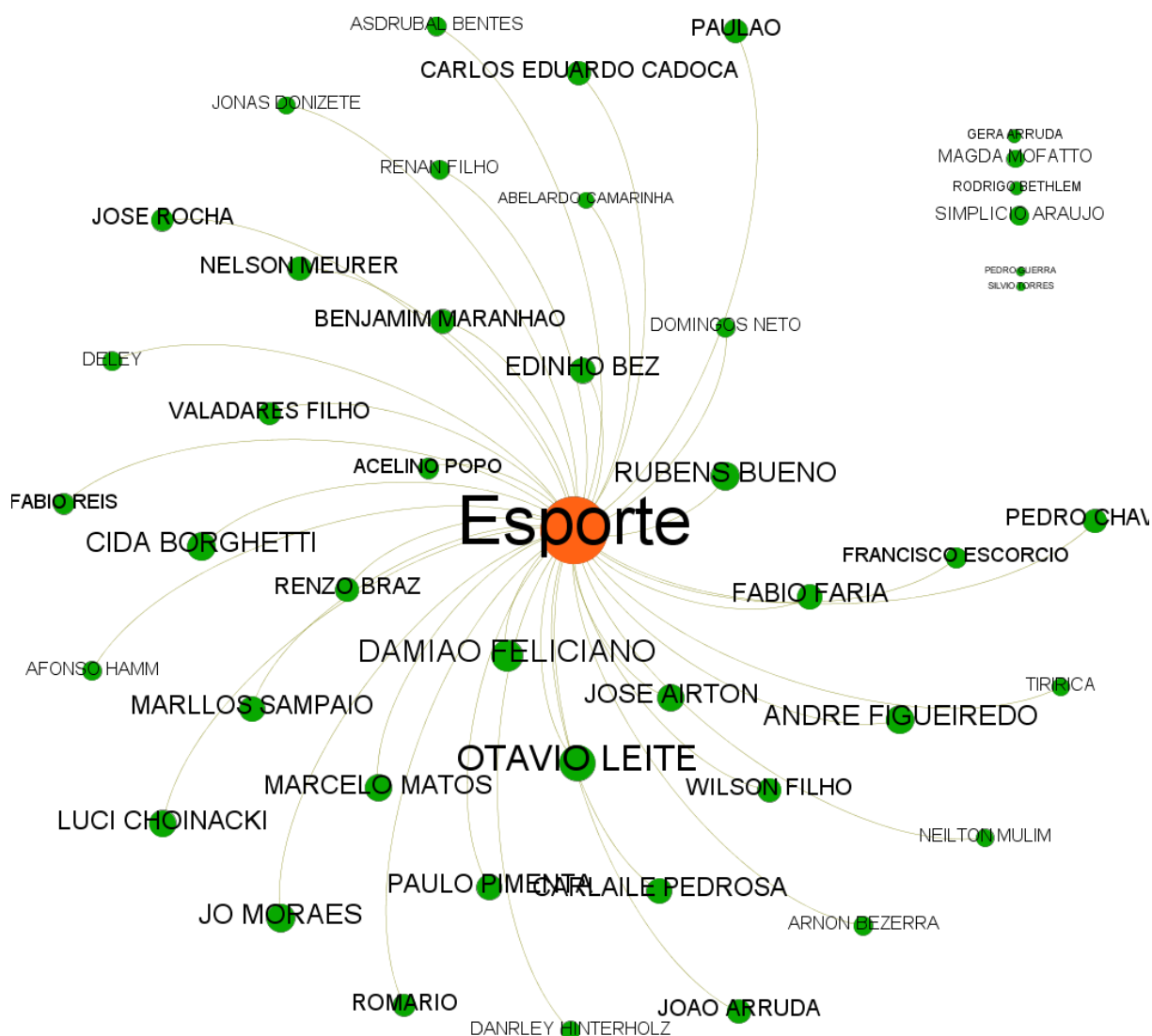
Figura 2.10 – Rede de “Deputados do Esporte” e Áreas de Governo para as quais destinaram emendas durante a 54ª Legislatura.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Mesmo dentre os deputados que fizeram emendas orçamentárias durante a 54ª Legislatura, houve aqueles que sequer propuseram emendas para área esporte, foram os quatro deputados: Gera Arruda do PMDB/CE; Magda Mofatto do PR/GO; Rodrigo Bethlem do PMDB/RJ; Simplício Araújo do SD/MA. Conforme pode ser visto no Quadro 2.4 acima e na Figura 2.11 abaixo, a qual mostra os deputados que destinaram emendas para o esporte (n=39) do total de 45 deputados que compuseram CTD e CESPO na 54ª Legislatura.

Figura 2.11 – Rede de “Deputados do Esporte” que destinaram emendas para Área de Governo Esporte (n=39) durante a 54ª Legislatura.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Em relação as emendas orçamentárias, os maiores montantes foram destinados pelos deputados para às áreas de governo: Saúde; Desenvolvimento Urbano – Habitação; Saneamento e Infraestrutura e Esporte respectivamente, conforme pode ser visto no Quadro 2.5 , embora nosso foco tenha sido a 54ª Legislatura, também identificamos o mesmo padrão de prioridades nas emendas feitas em 2015 para LOA 2016, num teste empírico não considerado e apresentado aqui, haja vista a mudança legal para o orçamento impositivo.

Quadro 2.5 – Áreas de Governo e respectivo valor de emendas orçamentárias destinadas pelos 45 “Deputados do Esporte” durante a 54ª Legislatura (2011-2015).

Área de Governo conforme maior montante em emendas orçamentárias destinadas pelos “Deputados do Esporte”	Valor destinado na 54ª Leg	% da área no total de emendas
Saúde	818.006.400,00	36,76%
Desenv. Urbano - Habit. Saneam. e Infraestrutura	371.736.500,00	16,70%
Esporte	250.013.900,00	11,23%
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	194.891.600,00	8,76%
Turismo	165.523.600,00	7,44%
Irrigação e Integração Nacional	150.876.600,00	6,78%
Educação	68.882.300,00	3,10%
Assistência Social	52.535.300,00	2,36%
Cultura	48.998.300,00	2,20%
Poder Judiciário	26.981.000,00	1,21%
Ciência, Tecnologia e Inovação	17.476.900,00	0,79%
Defesa Nacional	13.370.600,00	0,60%
Trabalho	13.050.000,00	0,59%
Direitos Humanos, de Gênero e de Raça	12.400.000,00	0,56%
Desenv., Indústria e Comércio / Micro e Pequena Empresa	5.600.000,00	0,25%
Previdência Social	5.400.000,00	0,24%
Meio Ambiente e Amazônia Legal	4.450.000,00	0,20%
Aquicultura e Pesca	3.600.000,00	0,16%
Presidência e Relações Exteriores	812.300,00	0,04%
Minas e Energia	350.000,00	0,02%
Encargos da União, OOC e Transferências	200.000,00	0,01%
Transportes - Portos Marítimos	200.000,00	0,01%

Fonte: Elaboração própria

É interessante notar que, quando realizamos a triangulação dos dados, isto é, das áreas de governo para quais os deputados destinaram emendas orçamentárias (Saúde, Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Infraestrutura e Esporte) e as confrontamos com o setor econômico das empresas que financiaram as campanhas dos “Deputados do Esporte” (Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana, Indústria Automobilística e relacionados, Energia Petróleo, Gás e Derivados), observamos que há correspondência entre área de governo de destinação de emendas e setor econômico das empresas financiadoras. Excetuando obviamente a área de Saúde, que tem por exigência o mínimo de 50% estabelecido para destinação de emendas. A segunda área de maior direcionamento de emendas foi a área de governo Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura a qual corresponde ao setor econômico das empresas que mais

financiaram as campanhas eleitorais de 2010, isto é, as empresas de Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana.

Este dado refuta nossa hipótese de que o Esporte seria uma área de governo com destinação prioritária de emendas orçamentárias individuais por parte dos “Deputados do Esporte”. Pois, os dados denotam que estes se utilizam das emendas orçamentárias individuais para prestar um retorno às suas empresas financiadoras, ao destinar emendas que fomentam para uma área de governo que fomentam seu setor econômico, após cumprido o regimento da destinação mínima de emendas à área de saúde.

Nesse íterim, buscamos verificar se as obras que tiveram destinação de emendas nominadas na área de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura poderiam ser obras relacionadas a infraestrutura esportiva. Entretanto ficou comprovado que mesmo em caso de obras de infraestrutura, estas tinham denominação específica de sua área de destinação, isto é, uma obra relacionada à infraestrutura turística por exemplo, não era arrolada na área de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura mas sim na área de governo denominada Turismo. Todas as obras arroladas na área de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura eram obras de pura infraestrutura urbana, todas com a destinação estabelecida como “Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado ou Município X”. No total, para 54ª Legislatura (2011-2015) foram 171 emendas para área de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura, no valor total de R\$ 407.134.100,00.

Em um paralelo com o enfoque de Rennó Junior & Pereira Filho (2013), buscamos verificar quanto das emendas à área de governo Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura foram direcionadas diretamente para municípios e identificamos que apenas 44 das 171 emendas foram direcionadas a municípios especificamente, as demais foram direcionadas ao estado e, portanto, à discricionariedade do governador, o que em si, limita o alcance e direcionamento que se poderia dar para redução de desigualdade entre municípios.

Esperava-se que os “Deputados do Esporte”, por sua proximidade com o tema, exercessem um direcionamento de emendas para o esporte. Contudo, ficou comprovado que os mesmos preteriram o tema esporte, isto é, cumpriram o papel legal de destinar mais emendas à saúde em primeiro lugar, e em segundo lugar destinaram emendas às áreas das empresas de seus financiadores e somente em

terceiro lugar, destinaram emendas ao Esporte. Seguindo assim a mesma linha de prioridades que o restante dos deputados conforme vimos no estudo de Carlomagno (2016), no qual as emendas para Saúde estavam em primeiro lugar, seguidas pelas emendas ao Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura em segundo e empatando no terceiro lugar emendas às áreas de Educação e Cultura, Agricultura, Integração Nacional, Defesa e Justiça e Esporte.

2.2.3 Resultados sobre Empresas Financiadoras de Campanha e Contratos com o Governo

Quando consideramos os contratos obtidos com o governo por parte das empresas financiadoras, os dados mostram que as estas têm um retorno dos financiamentos através de contratos com o governo, o que estabelece uma relação entre atividade legislativa e financiamento de campanha como investimento empresarial, corroborando os dados da literatura como os de Figueiredo Filho (2009), Machado (2013) e especialmente Boas *et al.*, (2014). Cujo estudo se assemelha a este tema (relação entre empresas financiadoras de campanhas e os posteriores contratos destas com o governo). Com exceção dos deputados Pedro Guerra PSD/PR e Silvio Torres PSDB/SP, que não fizeram emendas orçamentárias individuais na 54ª Legislatura, o que não impede que tenham feito outros tipos de emendas orçamentárias, como as coletivas.

Na 54ª Legislatura, das 417 empresas financiadoras de campanha, 98 delas tiveram contratos com o governo, cujo valor superava o valor doado. Das dez empresas que doaram o maior montante para a campanha eleitoral de 2010 dos “Deputados do Esporte” (ver Quadro 15), seis delas obtiveram contratos com o governo⁴. Já na 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, das 157 empresas financiadoras de campanha 97 delas tiveram contratos com o governo. Contudo, se consideramos todas as empresas diferentes (n=574) de todo o período analisado (2011-2015), foram 198 empresas diferentes que tiveram contratos com o governo, sendo que 121 destas obtiveram um valor contratual que superava o valor doado para campanha, isto é, em teoria, receberam mais em contratos do que gastaram

⁴ As seguintes empresas não tiveram contrato com o governo entre 2011-2014, embora tenham estado entre as 10 maiores empresas doadoras de campanhas para “Deputados do Esporte” em 2010, são elas: GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES S/A; ANDRE GUIMARÃES CONSTRUÇÕES, MONTAGENS E SERVIÇOS LTDA; ORLY VEICULOS E PECAS LTDA; e INFRATER ENGENHARIA LTDA.

em doações, pois estas empresas tiveram de executar as obras para as quais foram contratadas.

No Quadro 2.6 abaixo podemos ver a discrepância entre os valores doados (2010) e os valores recebidos em contratos (2011-2014) por tipo de empresa, conforme classificação de setor econômico do DAAP/FGV. É visível que o setor econômico de Construção, Engenharia e Infraestrutura foi não só o maior doador para as campanhas dos “Deputados do Esporte” como foi o setor que teve maior valor recebido em contratos com o governo.

Quadro 2.6 – Empresas por setor econômico, conforme valores doados às campanhas eleitorais dos “Deputados do Esporte” em 2010, e respectivos valores de contratos obtidos com o governo entre 2011 e 2014. As empresas estão dispostas por ordem de valor dos contratos obtidos.

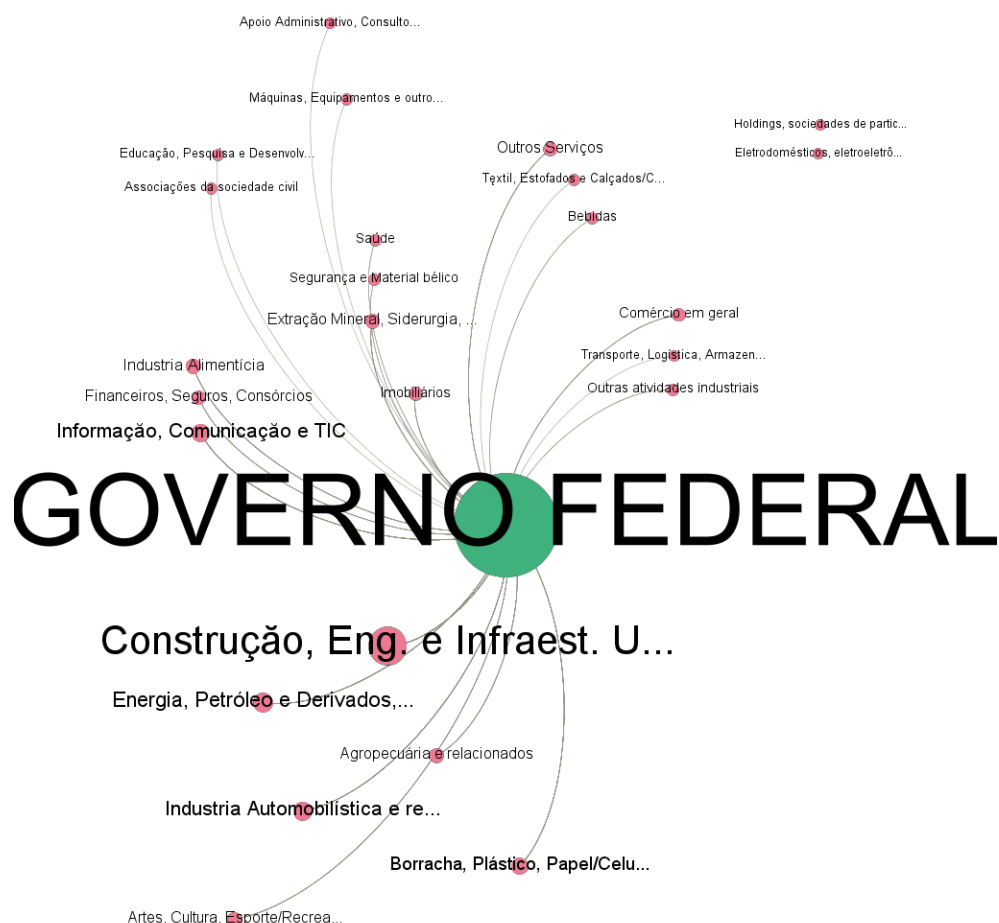
Empresa por setor econômico	Valor doado em 2010	Contratos obtidos entre 2010-2014
Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana	4.683.832,00	8.802.289.378,72
Transporte Logística Armazenagem	801.900,00	3.389.639.867,42
Financeiros Seguros Consórcios	718.875,00	2.312.212.092,63
Outros Serviços	528.607,50	200.695.453,76
Indústria Alimentícia	311.935,00	66.277.718,63
Educação Pesquisa e Desenvolvimento	4.500,00	49.906.869,42
Informação Comunicação e TIC	751.185,75	34.880.461,31
Agropecuária e relacionados	893.350,00	29.836.063,13
Borracha Plástico Papel Celulose e Minerais não metálicos	658.926,84	12.841.726,87
Indústria Automobilística e relacionados	2.242.004,25	12.131.641,79
Apoio Administrativo, Consultoria, Advocacia	119.250,00	6.932.633,08
Energia Petróleo e Derivados Gás	1.124.636,97	6.774.821,58
Segurança Material bélico	52.000,00	5.874.680,97
Extração Mineral Siderurgia Metalurgia Produtos de Metal	655.775,00	2.856.560,22
Comércio em geral	259.600,00	1.602.147,65
Imobiliários	1.016.010,00	1.457.695,15
Máquinas Equipamentos e outros equipamentos de transporte	57.145,00	1.428.560,85
Saúde	97.000,00	222.982,27
Têxtil Estofados Calçados Couro	6.025,00	95.832,68
Outras atividades industriais	175.000,00	80.854,00
Artes Cultura Esporte Recreação Turismo Hoteis	86.873,32	53.804,99
Bebidas	440.000,00	51.475,09
Associações da sociedade civil	25.580,00	774,75

Fonte: Elaboração própria

A Figura 2.12 denota a relação exposta no Quadro 2.6, dispondo as empresas com contratos com o governo conforme setor econômico. As empresas classificadas no setor econômico de eletrodomésticos e eletroeletrônica e holdings, sociedades de

participação, não obtiveram contratos com o governo, embora tenha dispendido valor para financiamento de campanha dos “Deputados do Esporte” em 2010.

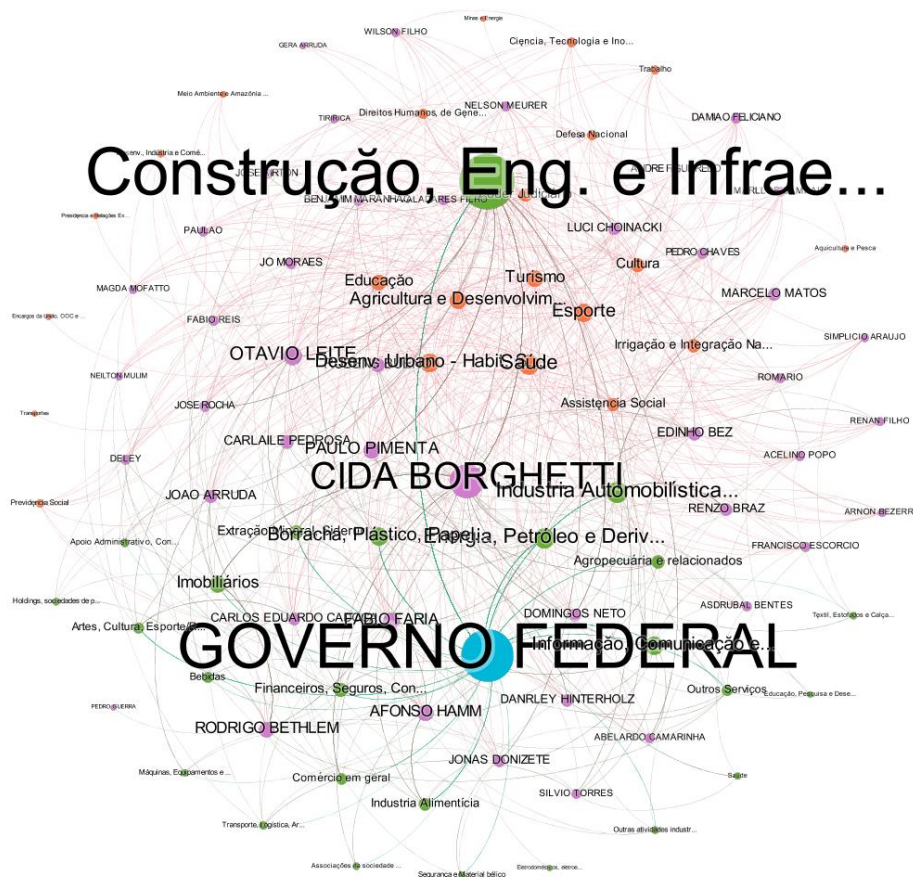
Figura 2.12 – Empresas por Setor Econômico que foram financiadoras da campanha eleitoral dos “Deputados do Esporte” em 2010 e obtiveram contratos com o governo entre 2011 e 2014.



Fonte: Elaboração própria

Esta triangulação de dados entre empresas financiadoras da campanha eleitoral dos “Deputados do Esporte”, os deputados de esporte financiados, as áreas de governo das emendas feitas por eles, e as empresas financiadoras contratadas é apresentada na Figura 2.12 a seguir.

Figura 2.13 – Empresas Financiadoras da Campanha Eleitoral de 2010, “Deputados do Esporte” na 54ª Leg., e áreas de governo para as quais estes destinaram emendas.



Fonte: Elaboração própria

Como um exercício empírico final, examinamos os dez deputados que se mostraram mais centrais na rede, aqueles que receberam mais doações empresariais em suas campanhas e aqueles que destinaram maior valor em emendas para o esporte na 54ª Legislatura. Estes deputados estão expostos no Quadro 2.7 abaixo.

Quadro 2.7 – “Deputados do Esporte” mais centrais na rede - mais financiados por empresas e que destinaram maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura.

n	Deputados mais <u>centrais</u> na Rede “Deputados do Esporte” na 54ª Legislatura	Deputados mais <u>bem financiados</u> pelas empresas	Deputados que destinaram o maior montante em <u>emendas para o esporte</u>
1.	Cida Borghetti PP/PR (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)	Acelino Popó PRB/BA (membro da FPE, CTD e CESPO na 54ª Leg.)	Romário PSB/RJ (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)
2.	Otávio Leite PSDB/RJ (membro da CTD na 54ª Leg.)	Arnon Bezerra PTB/CE (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)	Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg., e da CESPO na 55ª Leg.)
3.	Paulo Pimenta PT/RS (membro da CESPO na 54ª Leg.)	Carlaile Pedrosa PSDB/MG (membro da CTD na 54ª Leg.)	Acelino Popó PRB/BA (membro da FPE, CTD e CESPO na 54ª Leg.)
4.	Afonso Hamm PP/RS (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg. e da CESPO na 55ª Leg.)	Cida Borghetti PP/PR (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)	Marllos Sampaio PMDB/PI (membro da CTD na 54ª Leg.)
5.	Fábio Faria PSD/RN (membro da CTD na 54ª Leg.)	Domingos Neto PROS/CE (membro da CTD na 54ª Leg.)	Jô Moraes PCdoB/MG (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)
6.	Rodrigo Bethlem PMDB/RJ (membro da CESPO na 54ª Leg.)	Silvio Torres PSDB/SP (membro da CESPO na 54ª Leg. e da CESPO na 55ª Leg.)	André Figueiredo PDT/CE (membro da FPE e CTD na 54ª Leg.)
7.	Rubens Bueno PPS/PR (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg. e da CESPO na 55ª Leg.)	Afonso Hamm PP/RS (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg. e da CESPO na 55ª Leg.)	Marcelo Matos PDT/RJ (membro da FPE e CESPO na 54ª Leg.)
8.	Carlaile Pedrosa PSDB/MG (membro da CTD na 54ª Leg.)	Paulo Pimenta PT/RS (membro da CESPO na 54ª Leg.)	Tiririca PR/SP (membro da FPE e CTD na 54ª Leg.)
9.	Edinho Bez PMDB/SC (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg.)	Renan Filho PMDB/AL (membro da FPE e CTD na 54ª Leg.)	Wilson Filho PMDB/PB (membro da FPE e CTD na 54ª Leg.)
10.	João Arruda PMDB/PR (membro da CTD na 54ª Leg.)	Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS (membro da CTD e CESPO na 54ª Leg., e da CESPO na 55ª Leg.)	Valadares Filho PSB/SE (membro da FPE, CTD e CESPO na 54ª Leg. e da CESPO na 55ª Leg.)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Dentre os deputados mais bem financiados, os únicos que não estavam em seu primeiro mandato eram os deputados: Afonso Hamm PP/RS (3º mandato como deputado federal e foi reeleito para 55ª Legislatura); Arnon Bezerra PTB/CE (4º mandato de deputado federal e foi reeleito para 55ª Legislatura); Danrlei Hinterholz PSD/RS (1º mandato mas foi reeleito para 55ª Legislatura); Paulo Pimenta PT/RS (3º mandato como deputado federal e foi reeleito para 55ª Legislatura); Silvio Torres PSDB/SP (5º mandato de deputado federal e foi reeleito para 55ª Legislatura; foi o Relator da CPI CBF/Nike).

Entre os deputados mais centrais chama a atenção, o deputado Otávio Leite PSDB/RJ por ser o Relator dos Projetos de Lei 5201/2013 e 6753/2013, referentes a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte e o Projeto de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos.

Na lista de deputados que destinaram mais emendas para o esporte, é de se esperar os nomes de Acelino Popó PRB/BA, Danrlei Hinterholz PSD/RS, e Romário PSB/RJ, por sua ligação com o esporte para além do mandato. Mas é digno de nota nesta lista o nome do deputado André Figueiredo PDT/CE por ser o autor do Projeto de Lei 5201/2013 referente a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte.

A importância da autoria das emendas individuais aprovadas foi fato crucial para análise apresentada neste estudo. Nesse ínterim, corroboramos a proposta de transparência de Mognatti (2008) a fim de evitar casos de corrupção. Numa pesquisa sobre emendas individuais que foram propostas aos PLOAs de 2004 a 2007, o autor encontrou autoria em somente 64% delas, o que representava conhecer a execução de somente 48% do montante de recursos inseridos no orçamento por meio de emendas parlamentares individuais. Como problematizado por Mognatti (2008), sem identificação de autoria da proposição não se permite inferir a tendência de comportamento do governo quanto à liberação de emendas, bem como tecer relações das intencionalidades dos deputados autores das emendas. Embora haja de um lado, o princípio da impessoalidade da administração pública, no sentido de que não se pode dar publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de forma a caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, por outro, o agente responsável pela execução das emendas deve obedecer tal princípio para que a autoria não seja impeditivo na liberação dos recursos, condicionando a execução ao alinhamento político do autor ou a votações de interesse do executor no Congresso.

2.3 Considerações Finais

O método escolhido para análise dos deputados que integraram as comissões permanentes relacionadas ao esporte – CTD e CESPO – foi o financiamento empresarial de suas campanhas e sua atuação política quando à destinação de emendas orçamentárias individuais.

Esta triangulação de dados nos permitiu inferir que:

(1) As empresas que financiaram os “Deputados do Esporte” em 2010 (n=45) foram em sua maior parte dos setores econômicos de Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana, Indústria Automobilística e relacionados e Energia, Petróleo,

Gás e Derivados. Já em 2014 enquanto toda a Câmara dos Deputados de modo geral foi em sua maior parte financiada por empresas do setor econômico de Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana, Agropecuária e Relacionados e Financeiros, Seguros e Consórcios conforme dados da Fundação Getúlio Vargas⁵, os “Deputados do Esporte” de 2014 (n=26) foram financiados em sua maioria por empresas dos setores econômicos de Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana, Borracha Plástico Papel Celulose e Minerais não metálicos e Transporte Logística Armazenagem;

(2) Os deputados destinam emendas preferencialmente para área de governo (Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura) correspondente ao setor econômico das empresas financiadoras de suas campanhas eleitorais (Construção, Engenharia e Infraestrutura Urbana), depois de cumpridas as regras pertinentes (destino mínimo de 50% para área de Saúde);

(3) O financiamento empresarial de campanhas pode ser um empreendimento empresarial – visto que após a eleição de 2010, 98 das 417 empresas financiadoras tiveram contratos com o governo entre 2011 e 2014, o que representa 23,5%, enquanto após as eleições de 2014, 97 das 157 empresas financiadoras possuíram contratos com o governo durante o ano de 2015, o que representa 61,8%;

(4) Observou-se um padrão dentre as empresas que financiaram as campanhas dos “Deputados do Esporte”, destacaram-se 21 empresas que se repetiram como financiadoras nas eleições de 2010 e 2014, dentre elas empresas ligadas ao patrocínio do futebol (Banco Itaú, Banco BMG e a empresa de bebidas Itaipava) num período em que se discutia nas comissões o endividamento dos clubes de futebol – Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, o PL 5201/2013 e o PL 6753/2013 do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos.

Dentre os achados sobre as emendas parlamentares, destacamos:

– André Figueiredo PDT/CE foi um dos “Deputados do Esporte” que destinou maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura; foi membro

⁵ De acordo com pesquisa da FGV disponível em <http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/camara-transparente/>, acessado em 04 de fevereiro de 2017.

da FPE e da CTD na 54ª Legislatura e também autor do Projeto de Lei 5201/2013, conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte;

– Danrley Hinterholz PSD/RS foi um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas e também um dos que destinou maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura; foi membro da CTD e CESPO na 54ª Legislatura e da CESPO na 55ª Legislatura e teve sua campanha eleitoral de 2010 financiada pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol);

– Otávio Leite PSDB/RJ: apontado como central na rede aqui analisada; foi membro da CTD na 54ª Legislatura; foi Relator dos Projetos de Lei 5201/2013 e 6753/2013 referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte e Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos; foi financiado pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro) nas eleições de 2010;

– Rubens Bueno PPS/PR: apontado como central na rede aqui analisada, foi membro da CTD e CESPO na 54ª Legislatura e da CESPO na 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, teve sua campanha eleitoral de 2010 e 2014 financiada pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014);

– Silvio Torres PSDB/SP: apontado como um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas; foi o Relator da CPI CBF/Nike em 2001; está em seu 6º mandato de deputado federal na 55ª Legislatura (2015-2019) sempre atuando em comissões de esporte, tendo sido membro da CESPO na 54ª e na 55ª Legislaturas.

A análise feita neste capítulo permitiu verificar que, ao contrário da hipótese esperada, os “Deputados do Esporte”, apesar de sua proximidade com o tema esporte pela atuação em comissão específica (CTD/CESPO) inclusive para julgar matérias de forma conclusiva, quando for o caso, não destinaram a maior parte das emendas ao esporte.

Cabe destacar que os deputados Pedro Guerra PSD/PR e Sílvio Torres PSDB/SP, não propuseram qualquer emenda no período analisado. Sendo que o Deputado Silvio Torres do PSDB/SP é um dos cinco deputados que foram

financiados pelas mesmas empresas em 2010 e 2014, foi Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o contrato entre a Nike e a Confederação Brasileira de Futebol em 2001, foi membro titular da Comissão de Esporte (CESPO) na Câmara dos Deputados na 54^a e 55^a Legislatura, e ainda da Comissão Especial para apreciação dos PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE).

Mesmo entre os deputados que fizeram emendas orçamentárias, quatro deles não direcionaram nenhuma delas para o esporte: Gera Arruda PMDB/CE; Magda Mofatto PR/GO; Rodrigo Bethlem PMDB/RJ e Simplício Araújo do SD/MA.

Estes achados permitem um novo olhar para o acompanhamento de projetos de lei, emendas orçamentárias e atuação dos deputados garantindo um controle social maior sobre o desenvolvimento da legislação de esporte no país.

CAPITULO 3 – Mensuração da influência política dos “Deputados do Esporte”

Com a finalidade de mensurar a influência política dos “Deputados do Esporte”, membros da Frente Parlamentar do Esporte e das Comissões Permanentes relacionadas ao tema Esporte (Comissão de Desporto e Turismo – CTD ou Comissão de Esporte – CESPO) durante a 54ª Legislatura (2011-2015) realizamos duas análises neste capítulo, uma geral e uma específica.

A primeira delas, a análise geral, refere-se a atuação destes deputados no pertinente a proposição de projetos de lei para área de esporte e a efetivação destes projetos de lei em legislação de esporte durante a 54ª Legislatura. A segunda análise refere-se a atuação destes deputados na tramitação de um projeto de lei específico relacionado ao Esporte, o Projeto de Lei nº 5201/2013 conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) bem como seu apensado, o Projeto de Lei nº 6753/2013 conhecido como Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE).

Para fins deste capítulo, a expressão “Deputados do Esporte” refere-se a membros da FPE, CTD e CESPO de forma agrupada.

Quando falamos em mensuração da influência política de um grupo, principalmente em frentes parlamentares, Lopes (2013) é a única pesquisa que criou de certa forma algum método para avaliar a influência política de uma frente parlamentar, no caso, a Frente Parlamentar Evangélica. Abaixo pontuamos os três aspectos da análise feita por Lopes (2013), e a partir dela, a análise que faremos neste capítulo:

(1) **Eficácia legislativa.** Lopes (2013,p.74-75) analisou se projetos de lei propostos pela frente foram aprovados. Mas ela não apresentou a proporção entre projetos de lei propostos e projetos de lei que se tornaram efetivamente leis. Apenas diz que a frente teve 3 projetos de lei aprovados no período de duas legislaturas.

Em nosso estudo apresentamos: a quantidade total de projetos de lei da área de esporte propostos e a quantidade de legislação produzida no período analisado (54ª Legislatura) e discriminamos quantos destes foram de autoria de parlamentares da FPE ou de uma das comissões permanentes (CTD ou CESPO).

(2) **Coesão dos membros em votações de projetos de lei que sejam de seu interesse.** Lopes (2013,p.83-90) verificou como os integrantes da Frente

Parlamentar Evangélica votariam em 3 diferentes projetos de lei. Um deles cujo conteúdo coincidia com interesses defendidos pela frente e os dois outros sobre temas diversos. Assim, ela verificou que no projeto de lei que tinha relação com valores defendidos pela frente os parlamentares votaram juntos de forma coesa e unida.

Quando falamos em coesão de voto em grupos políticos, sua análise envolve um complexo cálculo explorado pela literatura (Cordero & Coller, 2015; Desposato, 2005). Para mensurar devidamente a coesão de votação do grupo, seria necessário verificar e confrontar o comportamento de votação de todos os parlamentares em relação a vários projetos de lei relacionados ao esporte e não relacionados ao esporte. Ainda, há várias regras para o processo de votação de determinada legislação, o que por si só, excluiria a possibilidade de influência de membros da FPE, CTD e/ou CESPO. Um exemplo disso é a votação feita em comissões permanentes quando se trata de uma proposição de poder de apreciação conclusiva das comissões, conforme estabelecido na Constituição de 1988, o qual permite que as comissões discutam e votem projetos de lei dispensando a competência do Plenário (Constituição Federal, art. 58, §2º, inciso I), ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 24, inciso II). As proposições que tramitam dessa forma são chamadas de proposições conclusivas. Entretanto, independente da votação ser em comissão ou no plenário, ela raramente é nominal.

Desse modo, verificamos a possibilidade de realizar uma análise simples como a Lopes (2013), apenas para verificar como votaram os parlamentares da FPE, CTD e CESPO em projetos de lei da área de esporte no período analisado, a fim de atestar se votaram juntos (coesão) ou não. Entretanto, a FPE, diferentemente da frente analisada por Lopes (2013), não tem seu estatuto publicado, com a especificação de seus interesses. Nem mesmo os membros da CTD e CESPO têm essa coesão visto que são comissões compostas por proporcionalidade partidária da Câmara dos Deputados e portanto com divergentes visões sobre a legislação. Deste modo, não foi feita análise da coesão de voto.

(3) **Embarreiramento.** Lopes (2013, p.90-100) investigou o uso de estratégias de obstrução de matérias contrárias aos interesses defendidos pela Frente Parlamentar Evangélica. Estas estratégias são diversas, como requerimentos, questões de ordem, verificações de votação, verificação de quórum, comunicações

de lideranças, destaques, emendas, pedidos de vista, entre outros. Normalmente, tal comportamento é destinado a protelar ou impedir certas decisões parlamentares. A autora não cita a diferença entre o número de projetos de lei que eles tentaram bloquear e quantos destes eles efetivamente bloquearam, apenas cita que analisou 4 projetos de lei⁶, dentre os quais em 3 deles as estratégias utilizadas foram eficientes não só para atrasar sua análise dos projetos de lei mas também sua retirada da pauta.

A mensuração do embarreiramento de projetos de lei é um processo ainda mais complexo, pois há vários mecanismos de obstrução que podem ser utilizados por um longo período e por diversos indivíduos. Um projeto de lei pode levar anos para ser aprovado, sofrendo vários procedimentos de obstrução e alteração por seus opositores ao longo de seu processo de tramitação. Ainda, seria necessário saber o que os membros da FPE, CTD e CESPO estabelecem como legislação contrária a seus objetivos.

Desse modo, não foi feita análise de estratégias de obstrução em relação a FPE, CTD e CESPO por dois fatores: (1) o estatuto da FPE não está disponível, o que impossibilita verificar a que projetos eles são contrários; (2) do mesmo modo, em relação aos membros da CTD e CESPO, como dito anteriormente, essa coesão não existe, visto que este grupo se forma não por espontânea vontade, agregados por objetivos comuns como no caso de frentes parlamentares, mas sim mediante regulamentos internos que estabelecem sua composição por proporcionalidade partidária de acordo com a composição da Câmara dos Deputados. Mesmo que fosse possível, uma análise adequada envolveria verificar cada um de todos os projetos que eles seriam contrários, e cada mecanismo de bloqueio utilizado por eles, o que envolve um trabalho hercúleo para outra pesquisa, não possível de concretizar para esta pesquisa, visto que o escopo deste trabalho não se restringe a esta análise.

Por conseguinte, para análise da influência política, nos baseamos em Lopes (2013) para verificar a Eficácia Legislativa, isto é, a proporção entre as proposições legislativas apresentadas e proposições legislativas aprovadas no período analisado,

⁶ Os quatro projetos foram: (1) Projeto de Lei Nº 7.672/2010 – Lei da Palmada, numa articulação da frente evangélica, derrubaram a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) impedindo a aprovação da redação final deste projeto de autoria do Poder Executivo; Projeto Escola sem Homofobia (Kit Gay) – pressões levaram ao veto da presidente; Criminalização da homofobia (PL 5003/2001), barraram o texto na votação; Lei Muwaji (combate a práticas tradicionais entre indígenas).

cujos autores são membros da FPE, CTD e CESPO. Através de uma pesquisa no banco de informação legislativa da Câmara dos Deputados verificou-se a quantidade de legislação de esporte proposta e aprovada no período de 2011-2014, as quais serão apresentadas e analisadas nas duas seções seguintes.

3.1 Análise da Influência Política dos “Deputados do Esporte” quanto à Eficácia Legislativa

Primeiramente, apresentamos a análise geral, referente à atuação destes deputados quanto à eficácia legislativa, isto é, a proposição de projetos de lei para área de esporte e a efetivação desses projetos de lei em legislação de esporte durante a 54ª Legislatura.

3.1.1 Proposição de Legislação de Esporte pelos membros da FPE, CTD e CESPO

Em princípio, utilizando-se o termo “esporte” no campo assunto, encontramos para o período de 2011 a 2014 um total de 239 proposições de legislação no tema esporte. É importante frisar que foram consideradas proposições legislativas apenas aquelas correspondentes à legislação encontrada como produzida no período (2011-2014) e que tem prerrogativa do Legislativo, ou seja, Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP) e Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

São eles:

1. Leis (PL e PLP) – em teoria, projetos de lei são sujeitos a votação seja por uma comissão ou plenário, a depender da matéria legislativa a ser julgada.
2. Decreto Legislativo (PDC) – prerrogativa de autoria do presidente do senado e podem ser sujeitos a votação pelo plenário do Congresso.

Entretanto após uma análise individual de cada proposição, foram selecionadas 153 proposições de legislação que efetivamente tratam de legislar sobre o tema esporte – as demais meramente citavam a palavra esporte em algum trecho, e portanto, foram excluídas.

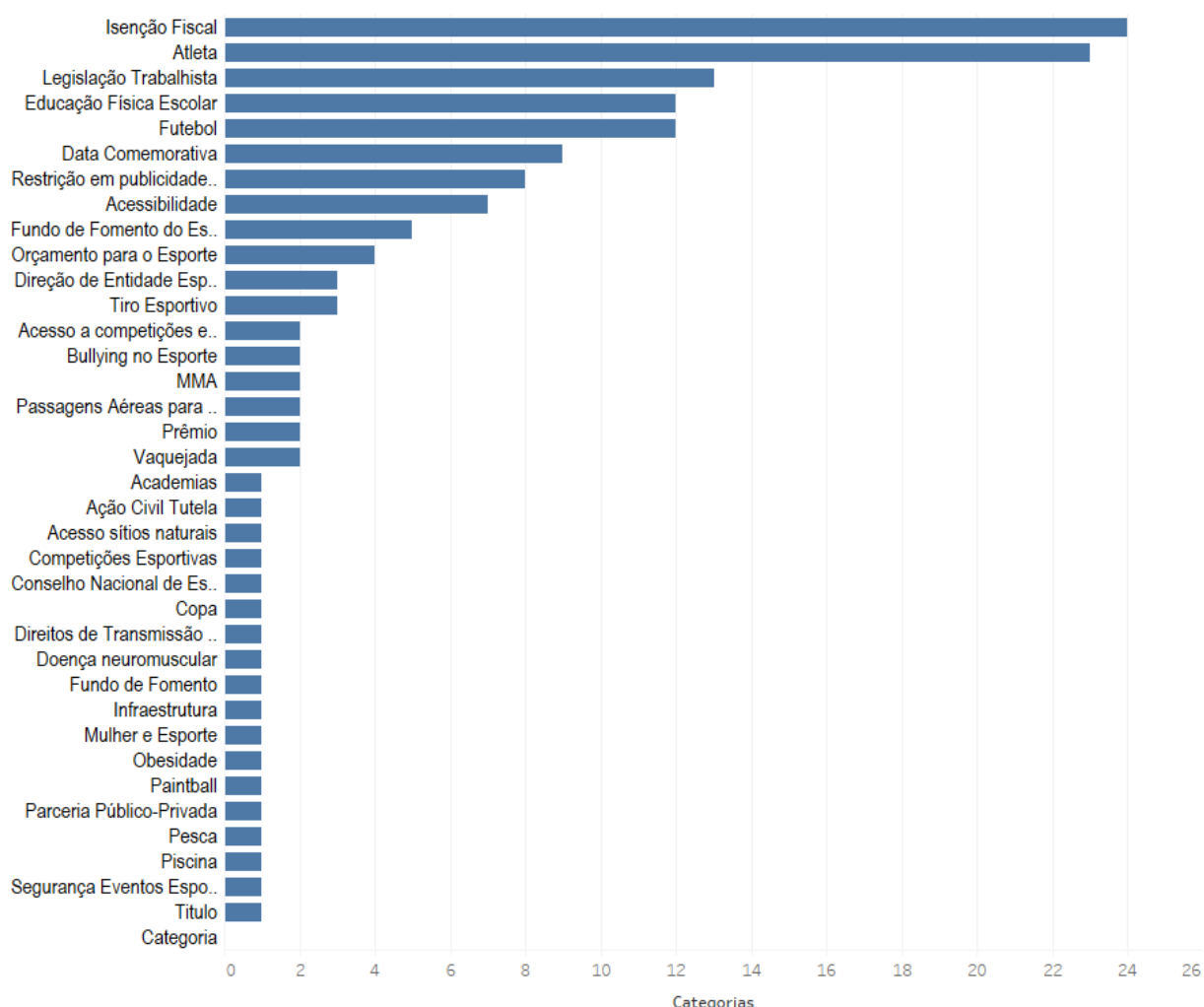
Desse modo, no Anexo 5 é possível verificar um quadro no qual podemos ver: cada uma das proposições por tipo – Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP) e Projeto de Decreto Legislativo (PDC); sua autoria; se o autor foi membro da Frente Parlamentar do Esporte ou de alguma das Comissões Permanentes relacionadas ao esporte na Câmara dos Deputados (Comissão de Desporto e Turismo – CTD ou Comissão de Esporte – CESPO); a categorização da

proposição a partir de sua síntese e o status de tramitação da proposição verificado em dezembro de 2016.

Após análise de cada destas 153 proposições legislativas sobre esporte apresentadas no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura (2011-2015) – isto é, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014 – classificamos cada proposição a partir de seu tema principal em categorias. Esta visualização da temática das proposições legislativas é apresentada na Figura 3.1 a seguir.

Figura 3.1 – Temáticas (Categorias) das Proposições Legislativas (n=153) apresentadas no Congresso Nacional na 54ª Leg.

Categorias das Proposições Legislativas para o Esporte apresentadas durante a 54a Legislatura no Congresso Nacional



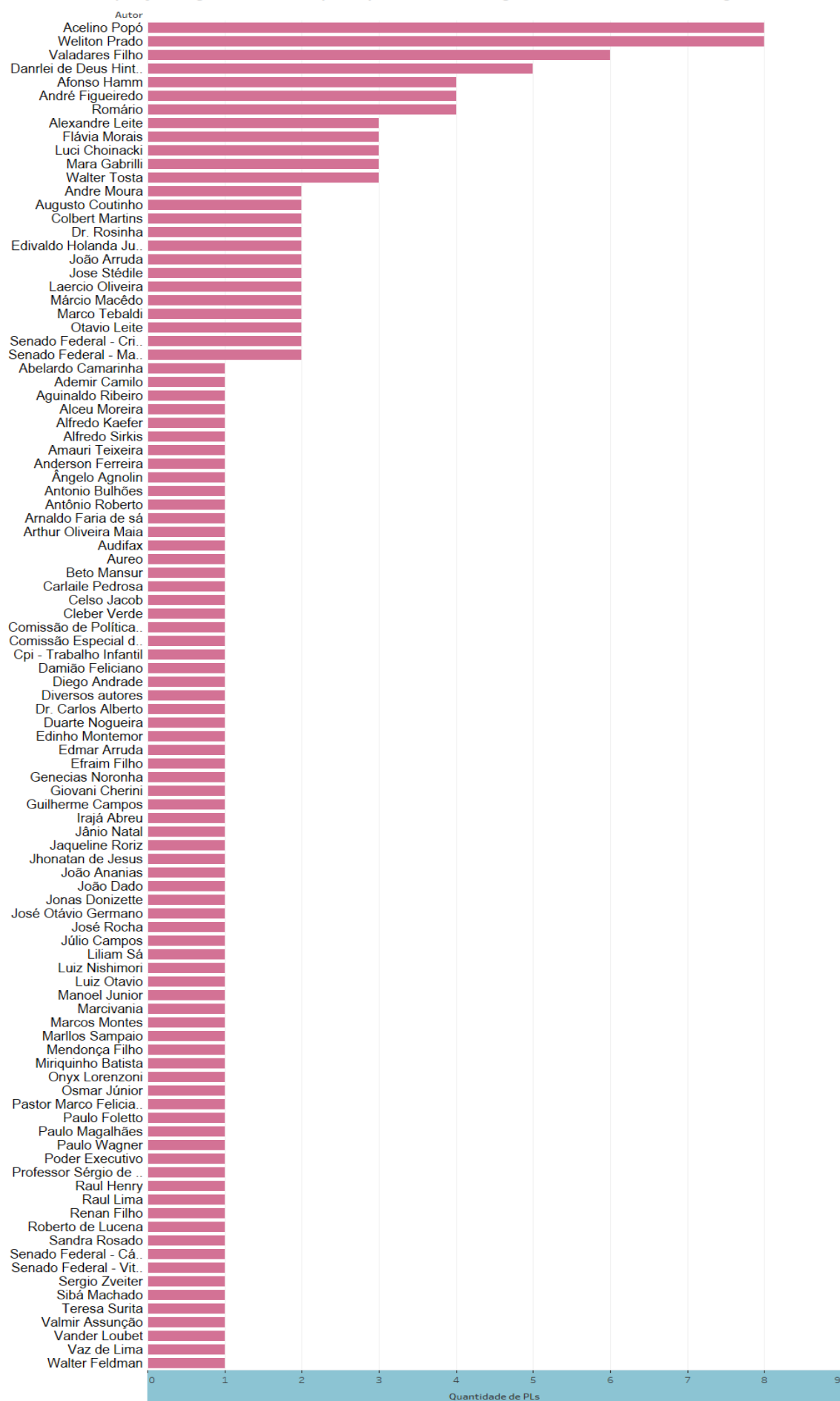
Elaboração própria com base nos dados.

Quanto às temáticas, é possível observar a centralidade de algumas delas como aquelas voltadas para isenção fiscal, atletas profissionais e futebol. Entretanto é interessante notar que outras temáticas necessárias como a legislação trabalhista, educação física escolar, orçamento e fundos de fomento para o esporte venham sendo abordadas também.

Analizamos também a autoria de cada uma das 153 proposições legislativas, e seus autores com a respectiva proporção de proposições de sua autoria podem ser visualizados na Figura 3.2 a seguir.

Figura 3.2 – Autoria das Proposições Legislativas (n=153) apresentadas no Congresso Nacional na 54ª Leg.

Autoria das Proposições Legislativas sobre Esporte apresentadas no Congresso Nacional durante a 54a Legislatura



Soma de Quantidade de PLs para cada Autor. Elaboração própria com base nos dados.

Como pudemos observar na Figura 3.2 os deputados mais propositivos foram os deputados Acelino Popó (PR/BA) e Weliton Prado (PT/MG). Entretanto, como pode ser visto no Anexo 5 ambos deputados embora tenham apresentado 8 proposições legislativas cada um, tiveram propostas idênticas apresentadas.

O Quadro 3.1 abaixo sumariza as proposições legislativas para área de esporte, apresentadas na 54ª Legislatura (2011-2015), isto é, aquelas que foram apresentadas no Congresso Nacional no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, discriminando quais delas foram de autoria dos “Deputados do Esporte” (FPE, CTD e/ou CESPO), bem como seu estado de tramitação até dezembro de 2016.

Quadro 3.1. – Proporção de “Deputados do Esporte” na autoria de proposições legislativas para o esporte propostas na 54ª Leg.

Ano	2011	2012	2013	2014	2011-2014
Núm. total de proposições legislativas na área de esporte	74 (100%)	27 (100%)	28 (100%)	24 (100%)	153 (100%)
Núm. de proposições legislativas na área de esporte feitas por membros da FPE, CTD e/ou CESPO	45 (60,81%)	18 (66,66%)	17 (60,71%)	14 (58,33%)	94 (61,43%)
Núm. de proposições retiradas pelo autor	09	01	0	01	11
Núm. de proposições retiradas pelo autor membro da FPE, CTD e/ou CESPO	05	01	0	01	07
Núm. de proposições arquivadas	34	14	09	03	60
Núm. de proposições arquivadas por autor membro da FPE, CTD e/ou CESPO	14	09	05	03	31
Núm. de proposições em tramitação	31	12	19	20	82
Núm. de proposições em tramitação cujo autor é membro da FPE, CTD e/ou CESPO	18	08	12	10	48

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

Podemos constatar que das 153 propostas legislativas: 11 foram retiradas pelo autor, sendo 7 destas de membros da FPE/CTD/CESPO; 60 foram arquivadas, sendo 31 destas de membros da FPE/CTD/CESPO; e 82 estão em tramitação, das quais 48 são de autoria de membros da FPE/CTD/CESPO, o que corresponde a 58,53% das proposições legislativas em vias de aprovação.

Desse modo, em relação à proposição legislativa total (n=153) os “Deputados do Esporte” (membros da FPE, CTD e/ou CESPO) foram autores de 61,43% (n=94) dos projetos de lei na área de esporte durante a 54ª Legislatura.

A seguir apresentamos alguns destaques e uma discussão das proposições legislativas apresentadas por cada ano, de modo a facilitar o acompanhamento conforme o Anexo 5.

No ano de 2011 das 74 proposições legislativas de esporte, 45 delas são de autoria de membro de uma ou mais das instituições aqui estudadas (FPE, CTD e/ou CESPO), o que corresponde a 60,81% das proposições de 2011. Da análise destas 74 proposições fazemos alguns destaques:

(a) 13 proposições eram repetidas, sendo repetida até mesmo pelo próprio autor. Como por exemplo foi o caso do deputado Weliton Prado (PT/MG), membro da FPE, que emitiu 3 projetos de lei idênticos (PL 7/2011, PL 48/2011 e PL 171/2011) determinando a construção de ginásios poliesportivos específicos para o esporte e lazer de pessoas portadoras de deficiências. Não se sabe se o deputado fez isto por descuido e despreparo ou por estratégia política.

(b) 9 proposições foram retiradas pelo próprio autor sem qualquer justificativa (sendo 5 delas de membros da FPE, CTD e/ou CESPO). Dentre as 9 proposições retiradas pelo próprio autor, destaco três proposições que teriam sido frutíferas para o fomento do esporte no Brasil. A primeira é o PL 2019/2011 de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM/PE) o qual dispõe sobre a regulamentação da venda dos direitos de transmissão de jogos de futebol do campeonato brasileiro pela televisão, o que possivelmente seria rentável aos Clubes e ao Estado além de uma maior democratização e transparência nos procedimentos que envolvem a transmissão destes eventos. A segunda é o PL 2052/2011 de autoria do deputado Acelino Popó (PRB/BA), membro da FPE, CTD e CESPO, o qual tinha o objetivo de alterar a Lei nº 9.615/1998 incluindo uma atribuição ao Conselho Nacional do Esporte, o qual embora tenha prerrogativas constitucionais, estas precisam ser revistas de modo a adequar a funcionalidade deste conselho na gestão da política de esporte, visto que ele no momento é apenas um órgão de conselho sem qualquer poder político (Lorenzo, 2008). E a terceira são os PLs 32/2011 e 46/2011 que pretendiam a criação do Fundo de Fomento ao Esporte, composto de parte da arrecadação dos tributos federais incidentes sobre o fumo e sobre as bebidas alcoólicas.

(c) 34 proposições foram arquivadas, sendo 14 delas de autoria de membros da FPE, CTD e/ou CESPO. Os motivos do arquivamento são diversos, os quais denotam também um despreparo dos legisladores e/ou um sistema legislativo muito complexo: 11 delas com base no Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o qual se refere à tramitação e arquivamento (conforme o tempo da legislatura e outros requisitos como aprovações em determinadas instâncias ou debates prévios); 10 delas por já existir legislação concorrente; 6 delas por inadequação financeira e orçamentária; 4 por desacordo com legislação preexistente; 2 por prejudicialidade conforme Art. 164 do RICD (perda de oportunidade ou pré-julgamento em plenário ou comissão); 1 por estar fora da conformidade (forma).

Dentre as proposições arquivadas, destaco três proposições que seriam favoráveis ao desenvolvimento do esporte. Duas delas foram arquivadas pelo Art.105 do RICD. A primeira é o PL 778/2011 de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT/BA), membro da FPE, o qual propunha proibir mais de uma reeleição aos dirigentes de entidades desportivas beneficiárias de recursos públicos ou de isenção fiscal, o que inclusive foi uma solicitação da organização “Atletas pelo Brasil¹” dentre outras – embora tal questão ainda seja contemplada pelo PL 4464/2012 de autoria do deputado Augusto Coutinho (DEM/PE), membro da FPE, o qual se encontra em trâmite na Câmara dos Deputados.

A segunda é o PL 2368/2011 de autoria do deputado Osmar Júnior (PCdoB/PI), também membro da FPE, a qual altera a Lei nº 9.394/1996 de diretrizes e bases da educação nacional, para tratar da disponibilidade de infraestrutura desportiva nos estabelecimentos de ensino públicos e privados. Esta medida seria extremamente necessária, uma vez que apenas 30% das escolas públicas brasileiras não dispõem de quadra esportiva para prática de aulas de educação física, de acordo com uma pesquisa do IBOPE feita por solicitação da organização não governamental Atletas pela Cidadania, Instituto Ayrton Senna e Instituto Votorantim².

E a terceira proposição, arquivada por inadequação financeira e orçamentária, é o PL 1706/2011, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PSDB/PR) também membro da FPE, a qual tratava de isenção do Imposto de Importação incidente

¹ “Atletas pelo Brasil é uma organização sem fins lucrativos que reúne, em uma iniciativa inédita no mundo, atletas e ex-atletas de diferentes gerações e modalidades pela melhoria do esporte e, por meio do esporte, pelos avanços sociais do país”. Mais informações em: <http://atletaspelobrasil.org.br/>

² Para mais informações ver: <http://aghipertexto.blogspot.com.br/2012/04/pesquisa-aponta-falta-de-quadras.html>

sobre a importação de produtos esportivos não produzidos no Brasil, destinados à Copa do Mundo e Olimpíadas e também para os esportistas amadores.

Outro aspecto digno de nota são os PLs que estipulavam restrições à propaganda de bebidas alcoólicas (não associação ao esporte). Os PLs 590/2011, 1350/2011, 1583/2011, 1664/2011, 2601/2011 e 2931/2011 foram arquivados com base em legislação prévia concorrente, que seria aprovação do PL 5502/2013 transformado na Lei Ordinária 13106/2015, a qual entretanto não trata dos termos propostos pelos PLs arquivados, apenas proíbe a venda de bebida alcoólica a menores e estabelece uma punição penal caso isso ocorra. Já o PL 8058/2011 que estipulava proibição da propaganda de bebidas alcoólicas especificamente em ambiente de eventos esportivos foi arquivado com base no Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, referente a critérios de tramitação.

(d) 31 (42%) dos 74 PLs propostos em 2011 continuam em tramitação, sendo 18 deles de autoria de membros da FPE, CTD e/ou CESPO.

Durante o ano de 2012, houve 27 proposições legislativas para o esporte, sendo 18 delas de autoria de membro de uma ou mais das instituições aqui estudadas (FPE, CTD e/ou CESPO), o que corresponde a 66,66% das proposições de 2012 (vide Anexo 5). Da análise destas 27 proposições, fazemos alguns destaques:

(a) em 2012 não houve proposição repetida no mesmo ano, mas 3 proposições que repetiram proposições do ano anterior. O PL 3192/2012 replica o mesmo projeto apresentado pela mesma deputada, Luci Choinacki - PT/SC, no ano de 2011, o PL 2343/2011 o qual “Institui 2013 como o Ano Nacional do Esporte Feminino”. Neste caso, provavelmente se trata de reapresentação visto que a proposição de 2011 foi arquivada por não se encontrar devidamente formalizada conforme art. 4º da Lei nº 12.345/10. Entretanto, no caso do PL 3516/2012, de autoria do deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), ocorreu repetição, visto que o PL 3516/2012 foi devolvido ao autor por já se encontrar em tramitação na Câmara dos Deputados uma proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar, o PL 2081/2011. Já o PL 3560/2012 de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT/PR), que trata de restrições adicionais à publicidade de bebidas alcoólicas (não

associação a esportes) replicava os 7 PLs de 2011 (590/2011, 1350/2011, 1583/2011, 1664/2011, 2601/2011, 2931/2011 e 8058/2011).

(b) 1 proposição foi retirada pelo autor. Se trata do PL 4680/2012 de autoria do deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), membro da FPE, CTD e CESPO, cuja proposição visava reduzir para 9 (nove) anos a idade mínima para obtenção de bolsas-atleta;

(c) 14 proposições foram arquivadas, sendo 9 delas de membros da FPE, CTD e/ou CESPO. Os arquivamentos ocorreram por motivos diversos: 6 deles foram prejudicados por legislação prévia concorrente; 4 por rejeição nas comissões de mérito conforme Art. 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); 2 por questões relativas a tramitação, conforme Art. 105 do RICD; 1 por não conformidade conforme Art. 137 do RICD; e 1 por inadequação orçamentária e financeira. Dentre as proposições arquivadas em 2012, gostaria de destacar duas delas: o PL 3721/2012 de autoria da Comissão Especial de Bebidas Alcoólicas, cuja composição conta com membros que eram da FPE, CTD e CESPO, visava proibir o consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos; e o PL 3560/2012 de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT/PR), que trata de restrições adicionais à publicidade de bebidas alcoólicas (não associação a esportes) replicando 5 PLs de 2011 (PL 590/2011, PL 1350/2011, PL 1583/2011, PL 1664/2011 e PL 2601/2011); estes dois PLs foram arquivados com base em legislação prévia concorrente, que seria aprovação do PL 5502/2013 transformado na Lei Ordinária 13106/2015, a qual entretanto não trata dos termos propostos pelos PLs arquivados, apenas proíbe a venda de bebida alcoólica a menores e estabelece uma punição penal caso isso ocorra.

(d) 12 (44,5%) das 27 proposições legislativas feitas em 2012 se encontram ainda em tramitação, sendo 8 deles de autoria de membros da FPE, CTD e/ou CESPO.

Durante o ano de 2013 das 28 proposições legislativas que correspondiam ao esporte, 17 delas são de autoria de membro de uma ou mais das instituições aqui estudadas (FPE, CTD e/ou CESPO), o que corresponde a 60,71% das proposições

de 2013 (vide Anexo 5). Da análise destas 28 proposições fazemos alguns destaques:

(a) no ano de 2013 houve repetições de proposições.

O PL 6400/2013 (em tramitação) de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) reproduz o PL 778/2011 de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT/BA), membro da FPE, o qual foi arquivado em 2011 com base nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ambos os PLs criam regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas – embora, como já dito, tal questão é contemplada pelo PL 4464/2012 de autoria do deputado Augusto Coutinho (DEM/PE), membro da FPE, o qual se encontra em trâmite na Câmara dos Deputados.

Três PLs possuíam conteúdo idêntico, referente a prorrogação de prazo para dedução, do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas, dos valores despendidos em projetos desportivos e paradesportivos, são eles: o PL 6537/2013 de autoria do deputado Júlio Campos (DEM/MT); o PL 5036/2013 de autoria do deputado Valadares Filho (PSB/SE) membro da FPE, CTD e CESPO; e o PL 6948/2013 de autoria do deputado Acelino Popó (PRB/BA) também membro da FPE, CTD e CESPO.

Duas outras proposições eram semelhantes: o PL 6451/2013 (em tramitação) de autoria do deputado Andre Moura (PSC/SE) destinava percentual da arrecadação das loterias para as Secretarias Municipais de Esportes; e o PL 7002/2013 (em tramitação) de autoria do deputado Acelino Popó (PRB/BA) membro da FPE, CTD e CESPO estipula aumento do repasse oriundo das receitas das loterias federais e similares para aumentar a disponibilidade de recursos para o Esporte e Educação.

(b) 9 projetos foram arquivados, sendo 2 de membros da FPE e 3 deles de autoria de membros da FPE, CTD e CESPO. Os motivos de arquivamento foram: em 6 deles por questões relativas à tramitação, conforme o Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); 2 deles contrariavam legislação prévia concorrente; e 1 deles por prejudicialidade conforme Art. 164 do RICD (perda de oportunidade ou pré-julgamento em plenário ou comissão).

(c) 19 (68%) das 28 proposições legislativas propostas em 2013 ainda encontram-se em tramitação, sendo 12 deles de autoria de membros da FPE, CTD e CESPO.

Ainda, gostaria de destacar duas proposições de 2013 que seriam favoráveis para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

A primeira delas inclusive é examinada com profundidade nesta tese, como parte da análise da influência política de parlamentares da FPE e das Comissões Permanentes do tema Esporte (CTD, posteriormente CESPO) na legislação de esporte. Trate-se de dois PLs que tramitam apensados, o PL 5201/2013 de autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE) que foi membro da CTD, e o PL 6753/2013 de autoria do deputado Renan Filho (PMDB/AL), membro da FPE e CTD. Estes PLs alteram a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências.

A segunda proposição que teria um impacto positivo no desenvolvimento do esporte no Brasil seria o PL 6389/2013 de autoria do deputado Dr. Carlos Alberto (PMN/RJ), membro da FPE, que institui o Programa Nacional de Formação de Atletas de Base. Entretanto este projeto foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (referente a aspectos da tramitação).

No ano de 2014 das 24 proposições legislativas sobre o esporte, 14 delas são de autoria de membro de uma ou mais das instituições aqui estudadas (FPE, CTD e/ou CESPO), o que corresponde a 58,33% das proposições de 2014 (Anexo 5). Da análise destas 24 proposições fazemos alguns destaques:

(a) no ano de 2014 houve repetições de proposições, inclusive datadas do mesmo ano.

O PL 7254/2014 (em tramitação) de autoria do deputado Alexandre Leite (DEM/SP), membro da FPE, propõe a instituição da meia-entrada em eventos públicos de cultura, esporte e lazer para doadores regulares de sangue, o mesmo que foi proposto pelo PL 3780/2012 do deputado Márcio Macedo (PT/SE), também membro da FPE, o qual foi arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição nas Comissões de mérito).

O PL 7993/2014 de autoria do deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) propõe medidas de controle de acesso aos setores destinados às torcidas organizadas, o

mesmo que o proposto pelo PL 7996/2014 do deputado Ademir Camilo (PROS/MG), passando ambos a tramitar junto ao PL 3703/2012 que estabelece um cadastro para a torcida organizada.

O PL 7514/2014 de autoria do deputado Romário (PSB/RJ), membro da CTD e CESPO propõe o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais, enquanto o PL 7622/2014 de autoria da deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP) propõe o mesmo para atletas olímpicos e paralímpicos. Devido à semelhança estes dois projetos passaram a tramitar juntos com o PL 2997/2015.

Outros quatro PLs não são necessariamente iguais, porém, semelhantes. O PL 7681/2014 (arquivado pelo Art.105 do RICD) de autoria do deputado Raul Henry (PMDB/PE), membro da FPE, propõe regulação sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos, enquanto o PL 2019/2011 (retirado pelo autor) de autoria do deputado Mendonça Filho (DEM/PE) propôs a regulamentação da venda dos direitos de transmissão de jogos de futebol do campeonato brasileiro pela televisão. Outra semelhança ocorre entre o PL 4680/2012 (retirado pelo autor) de autoria do deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), membro da FPE, CTD e CESPO, cuja proposição visava reduzir para 9 (nove) anos a idade mínima para obtenção de bolsas-atleta, e o PL 7511/2014 do deputado Laércio Oliveira (SD/SE), o qual fazia a mesma proposição entretanto com redução para idade de 8 anos (em tramitação).

(b) 1 projeto foi retirado pelo autor, o qual é membro da FPE, trata-se do PL 8154/2014 de autoria do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), sobre aquisição, transferência, e posse de armas, munições e produtos controlados por atletas de tiro desportivo.

(c) 3 foram arquivadas conforme o Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). As três são de autoria de membros da FPE, CDT e/ou CESPO. Estas proposições vão de encontro ao desenvolvimento do esporte e é interessante notar que não tiveram prosseguimento. São elas:

PL 7526/2014 de autoria da deputada Jaqueline Roriz (PMN/DF), membro da FPE, o qual trata de apoiar atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas de alto rendimento para participação em competições regionais, nacionais e internacionais, e dá outras providências. O projeto foi apresentado em 08/05/2014. A última

tramitação foi em 04/06/2014, não consta o parecer do relator [Dep. Flávia Morais (PDT-GO)] e o projeto foi arquivado em 31/01/2015;

PL 7681/2014 de autoria do deputado Raul Henry (PMDB/PE), membro da FPE, que dispõe sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos. O projeto foi apresentado em 05/06/2014. A última tramitação foi em 15/07/2014 na CESPO, o relator [Dep. André Figueiredo (PDT-CE), membro da CTD] foi designado, porém não há seu parecer e o projeto foi arquivado em 31/01/2015.

PL 7817/2014 de autoria do deputado Romário (PSB/RJ), membro da CTD e CESPO, cuja proposta estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro. O projeto foi apresentado em 07/05/2014. A última tramitação foi em 05/11/2014 na CESPO, o relator [Dep. André Figueiredo (PDT-CE), membro da CTD] foi designado porém não há seu parecer e o projeto foi arquivado em 31/01/2015.

(d) 20 (83%) das 24 proposições legislativas apresentadas em 2014 ainda continuam tramitando, sendo 10 delas de autoria de membros da FPE, CTD e/ou CESPO.

3.1.2 Produção de Legislação de Esporte a partir de projetos de lei dos membros da FPE, CTD e CESPO

Conforme exposto na seção anterior, encontramos 153 proposições legislativas de iniciativa do poder legislativo e relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura, entre Projeto Lei Ordinária, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Decreto Legislativo.

No Congresso Nacional, para o mesmo período, foram aprovados 30 itens de Legislação Federal na área do Esporte (23 Leis, seja ela Ordinária ou Complementar, e 7 Decretos Legislativos) apresentados a seguir nos Quadros 3.2 e 3.3. Foi feita a análise minuciosa na qual verificamos para cada tipo de legislação produzida quem era o autor e se este era membro da FPE ou de alguma das Comissões Permanentes pertinentes ao esporte (CTD ou CESPO) no período em análise. Estes itens de Legislação Federal como já explicado, são de prerrogativa autoral do Poder Legislativo.

Quadro 3.2.– Síntese da Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de Esporte produzida na 54ª Legislatura.

Núm.	Legislação 2011-2014	Categoria	Autor	Membro da FPE	Membro de CTD ou CESPO
1.	Lei nº 12.381/2011	LOA 2011	Poder Executivo	-----	-----
2.	Lei nº 12.395/2011	Bolsa Atleta	Poder Executivo	-----	-----
3.	Lei nº 12.410/2011	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----
4.	Lei nº 12.465/2011	LOA 2012	Poder Executivo	-----	-----
5.	Lei nº 12.565/2011	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----
6.	Lei nº 12.577/2011	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo e Legislativo	Projeto apresentado em 2009	
7.	Decreto Legislativo nº 141/2011	Cooperação Cultural	Poder Executivo e Legislativo	Projeto apresentado em 2009	
8.	Decreto Legislativo nº 201/2011	Autorização serviço de radiodifusão	Poder Executivo e Legislativo	Projeto apresentado em 2010	
9.	Decreto Legislativo nº 244/2011	Autorização serviço de radiodifusão	Poder Executivo	-----	-----
10.	Lei nº 12.589/2012	Cargos DAS no Ministério do Esporte	Poder Executivo	-----	-----
11.	Lei nº 12.594/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	Poder Executivo	-----	-----
12.	Lei nº 12.595/2012	LOA 2012	Poder Executivo	-----	-----
13.	Lei nº 12.663/2012	Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol no Brasil	Poder Executivo	-----	-----
14.	Lei nº 12.734/2012	Royalties	Poder Executivo e senador Wellington Dias (PT/PI)	Não	Não
15.	Lei nº 12.749/2012	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----
16.	Lei nº 12.757/2012	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----
17.	Lei nº 12.766/2012	Licitação e Parceria Público-Privada	Poder Executivo	-----	-----
18.	Lei nº 12.780/2013	Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil	Poder Executivo	-----	-----
19.	Lei nº 12.798/2013	LOA 2013	Poder Executivo	-----	-----
20.	Lei nº 12.852/2013	Sistema Nacional de Juventude	Poder Executivo e Legislativo	A comissão autora deste Decreto era de 2004	
21.	Lei nº 12.911/2013	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----

22.	Decreto Legislativo nº 87/2013	Autorização serviço de radiodifusão	Poder Executivo	Sim	-----
23.	Decreto Legislativo nº 305/2013	Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil	Poder Executivo e Legislativo	Sim	
24.	Decreto Legislativo nº 379/2013	Autorização serviço de radiodifusão	Poder Executivo e Legislativo	Sim	-----
25.	Lei nº 13.043/2014	Isenção Fiscal	Poder Executivo e Legislativo	-----	-----
26.	Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação	Poder Executivo	-----	-----
27.	Lei nº 12.969/2014	Abre crédito extraordinário	Poder Executivo	-----	-----
28.	Lei nº 13.046/2014	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente	Poder Executivo e Legislativo	O Deputado autor deste Decreto era de 2008	
29.	Decreto Legislativo nº 175/2014	Autorização serviço de radiodifusão	Poder Executivo e Legislativo	Sim	-----
30.	Lei nº 12.952/2014	LOA 2014	Poder Executivo	-----	-----

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

O Quadro 3.3 abaixo sumariza a legislação de Esporte produzida durante a 54ª Legislatura, isto é, as proposições legislativas que se efetivaram legislação durante a 54ª Legislatura:

Quadro 3.3.– Síntese em números da Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de Esporte produzida na 54ª Legislatura.

Ano	2011-2014
Legislação produzida	30 (100%)
Legislação produzida de autoria do Poder Executivo	25 (83,33%)
Legislação produzida de autoria de membros da FPE, CTD e/ou CESPO	4 (13,33%)
Legislação produzida de autoria de senador não membro da FPE, CTD e/ou CESPO	1 (3,33%)

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

Através da análise da legislação federal relacionada ao Esporte produzida durante a 54ª Legislatura, como pôde ser visto nos Quadros 3.2 e 3.3, foi possível constatar que a produção é baixa, apenas 30 peças legislativas no período de uma legislatura (4 anos). A maior parte da legislação produzida foi de autoria do poder executivo 83,33% (n=25). Das 30 proposições legislativas aprovadas, apenas 10 tiveram participação do legislativo em sua elaboração, sendo que 5 delas haviam sido apresentadas enquanto proposição legislativa entre 2004 e 2010, por vezes tramitando apensado a projetos de iniciativa do Executivo. Deste modo, restam 5 proposições legislativas para análise. Destas 5 proposições legislativas aprovadas, os Deputados do Esporte foram autores de 4 delas, o que corresponde a 80% de efetividade legislativa, e a proposição legislativa restante foi de autoria de um senador que não era membro da FPE, e por ser senador, consequentemente também não era membro da CTD e CESPO.

3.1.3 Considerações Finais sobre a Influência Política dos “Deputados do Esporte” quanto à Eficácia Legislativa

Resumindo os dados encontrados, temos que:

(1) na 54ª Legislatura do Congresso Nacional, houve 153 propostas de legislação na área do esporte, cujo tipo de peça legislativa é em princípio prerrogativa autoria do Poder Legislativo (Lei Ordinária, Lei Complementar e Decreto Legislativo). Desse modo, os parlamentares da FPE, CTD e CESPO, como o Legislativo de um modo geral, poderiam influir nestas proposições. Os “Deputados do Esporte” foram responsáveis por 94 destas 153 proposições legislativas, o que representa 61,43% das proposições.

(2) neste mesmo período, apenas 31 proposições legislativas se tornaram efetivamente leis. É importante notar que 11 destas proposições tiveram origem em período anterior (2004 a 2010) ao nosso período de análise (2011-2014). Os parlamentares da FPE, CTD e CESPO foram autores de 4 destas 31 proposições (24 leis e 7 decretos legislativos), o que seria 12,90%. Enquanto o Poder Executivo foi o autor das demais proposições, totalizando 28 (90,32%), uma predominância já enfatizada na literatura (Pereira & Mueller, 2000). Em sua maioria, estas proposições correspondiam a questões que são de prerrogativa do Executivo, sendo: 7 tratavam de abertura de crédito suplementar ao Ministério do Esporte; 5 delas relacionadas à Lei Orçamentária Anual; 4 relacionadas à autorização de serviço de radiodifusão; 2

sobre questões tributárias; 1 sobre criação de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) no Ministério do Esporte; 1 sobre ampliação do Programa Bolsa Atleta, com a criação dos Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; 1 sobre questões pertinentes a Copa do Mundo; e 1 sobre distribuição de royalties em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

A influência política dos “Deputados do Esporte” (membros da FPE, CTD e CESPO) deve ser considerada tendo em conta a complexidade e morosidade do processo legislativo brasileiro. Quanto à eficácia legislativa, os “Deputados do Esporte” foram autores de 94 (61,43%) dos projetos legislativos da área de esporte, e aprovaram 4 (12,90%) projetos no período de uma legislatura, o que representa uma eficiência de 4,25%. Ainda, no pertinente à eficácia legislativa, se compararmos com a análise de Lopes (2013), o resultado de 4 (12,90%) proposições legislativas aprovadas durante uma legislatura é um fator considerável, dado que a Frente Parlamentar Evangélica estudada por ela, aprovou três projetos de lei durante duas legislaturas.

Desse modo, é possível concluir que os “Deputados do Esporte” exercem influência política na proposição e produção de legislação de esporte no Congresso Nacional brasileiro.

De todo modo, é importante deixar claro que a mensuração da influência política feita neste estudo, se constitui de um exame preliminar que deve ser aprofundado por outros estudos. Isto porque para analisar corretamente a influência política da FPE, dos membros da CTD e CESPO, mesmo somente em relação à Eficácia Legislativa, deveria ser feito um estudo de longo prazo, acompanhando cada proposição legislativa de autoria de seus membros, visto que o processo legislativo brasileiro é extremamente complexo e delongado.

3.2 Análise da Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação do Projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) e do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE)

Esta segunda análise se refere à atuação destes deputados na tramitação de um projeto de lei específico relacionado ao esporte, o Projeto de Lei nº 5201/2013 conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) bem como seu apensado o Projeto de Lei nº 6753/2013 conhecido como Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE) durante a 54ª Legislatura.

3.2.1 Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação da LRFE e PROFORTE

Após uma análise geral da atuação dos “Deputados do Esporte” quanto à proposição e efetiva produção de legislação de esporte na 54ª Legislatura, fazemos aqui uma análise específica de sua atuação política ao examinar a tramitação de um projeto de lei específico. Trata-se do Projeto de Lei n. 5201/2013 de autoria do Deputado André Figueiredo do PDT/CE, também membro da FPE e CTD, o qual ficou conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE). Este projeto foi apensado ao Projeto de Lei 6753/2013 de autoria do Deputado Renan Filho do PMDB/AL, também membro da FPE e CTD, o qual que ficou conhecido como Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE).

Em 20 de março de 2013, o Deputado André Figueiredo do PDT/CE, membro da FPE e da CTD, propôs o Projeto de Lei n. 5201/2013, o qual altera a Lei nº 11.345/2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-lo mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União.

Note-se que a citada Lei nº 11.345/2006 dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico Timemania, o qual é destinado exclusivamente ao desenvolvimento da prática desportiva futebol, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a qual alterou as Leis nºs 8.212/1991 (Lei da Seguridade Social) e 10.522/2002 (estabelece o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais).

Conforme explica na justificativa de seu Projeto de Lei n. 5201/2013, o Deputado André Figueiredo (PDT/CE), as alterações por ele propostas visam

aprimorar a capacidade de arrecadação da Timemania de modo que os clubes de futebol possam ter condições de quitar seus débitos tributários junto à União:

“A Timemania foi criada em 2007 para arrecadar recursos financeiros na forma de apostas em partidas de futebol com o objetivo de liquidar a dívida que os clubes brasileiros de futebol tinham com o governo federal, e que totalizava, à época, R\$ 968,2 milhões. O concurso, no entanto, realizou até o momento um abatimento insignificante, em relação aos débitos com o fisco, que gira em torno de 10% da dívida.

A Câmara dos Deputados, por conta disso, por sua Comissão de Turismo e Desporto, realizou várias audiências públicas para debater o assunto, além de ter criado grupo de trabalho do qual tenho a honra de ter sido designado Relator, com o propósito de realizar um diagnóstico sobre esta espécie de concurso e a possibilidade de modificar suas regras, em especial para melhorar sua arrecadação e, com isso, viabilizar o objetivo originalmente buscado.

Das discussões, ficou assente que a Timemania não chegou a arrecadar nem 1/3 do previsto na época de sua criação, tendo por base a previsão inicial de arrecadação anual que era de cerca de R\$ 500 milhões. Segundo dados da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 2011, foram arrecadados aproximadamente R\$ 160 milhões, tão somente.

De fato, a renda da Timemania representa atualmente apenas 3% do total arrecadado pela CAIXA nas loterias do país, mas, a conclusão a que chegamos, é que tem grande potencial para crescimento, razão do presente projeto.”

Mas o Projeto de Lei n. 5201/2013 estabelece também outras novidades que visam beneficiar clubes esportivos em geral, e não somente clubes de futebol. Abaixo temos uma relação das mudanças propostas inicialmente pelo Deputado André Figueiredo (PDT/CE) à Lei nº 11.345/ 2006 (Timemania):

1. Mantém 46% (quarenta e seis por cento) dos recursos arrecadados com o concurso destinados ao valor do prêmio, porém estabelece que serão "livres de imposto de renda". O autor justifica essa isenção ao dizer que ela tem uma razão de ser própria, que não se estende às demais modalidades de concursos de prognósticos. Primeiro porque os clubes não estavam sujeitos à tributação a que estão sujeitos hoje, tendo sido surpreendidos pela tributação que passaram a suportar em decorrência das alterações legais, se endividaram drasticamente. E segundo porque foi justamente por conta desta peculiaridade que o Governo Federal criou a Timemania.
2. Aumenta de 20% para 27% a remuneração destinada aos clubes de futebol;
3. Reduz de 20% para 15% as despesas de custeio dos serviços (à Caixa Econômica);
4. Para melhorar a atratividade da Timemania estabelece propaganda institucional do concurso, destacando sua finalidade (dirimir dívidas dos clubes) e venda de apostas pela internet;

5. Determina que o repasse antes estabelecido para Confederação Brasileira de Clubes será transferido para Federação Nacional dos Clubes Esportivos (engloba 13.826 clubes sociais);
6. Para efeito de renegociação das dívidas, autoriza a Secretaria da Receita Previdenciária, o Instituto Nacional de Seguro Social, a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a reduzir 90% os valores das multas e dos juros a eles devidos;
7. Estabelece como sanção ao descumprimento de obrigações assumidas (mau pagador) a impossibilidade da entidade desportiva inadimplente de receber novos incentivos fiscais em âmbito federal no prazo de 5 anos;
8. Aplica a Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) ao dirigente de entidades de prática desportiva ou de administração do desporto, sujeitando-os às penalidades nela previstas, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício da União.
- 9.

Note-se que a Timemania, quando de sua criação era de benefício exclusivo aos clubes de futebol. Portanto, o Projeto de Lei 5201/2013 ao alterar a Lei que criou a Timemania influi no futebol, e tais proposições tornam esse projeto de lei controverso. Para se ter um exemplo de uma das razões, era o fato de aplicar a Lei de Improbidade Administrativa em um órgão privado, como é o caso dos clubes de futebol (clube-empresa). Por outro lado, se recebem recursos públicos os clubes de futebol devem estar sujeitos a tal crivo. No Quadro 3.4 abaixo temos a tramitação do PL 5201/2013, e o interior teor da proposição originária do Deputado André Figueiredo PDT/CE consta do Anexo 7 dessa tese.

O Projeto de Lei 5201/2013, que ficou conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, por requerimento do próprio autor, o Deputado André Figueiredo PDT/CE (membro da CTD), passou a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei 6753/2013 de autoria do Deputado Renan Filho do PMDB/AL (membro da FPE e CTD), o qual ficou conhecido como Projeto de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PROFORTE).

O Projeto de Lei 6753/2013 (PROFORTE) traz como novidade o slogan de um “programa de fortalecimento dos esportes olímpicos”, estabelecendo a possibilidade de criação de bolsas nas entidades (clubes sociais), entretanto o projeto dedica maior atenção (18 de seus 23 artigos) ao parcelamento de dívidas dos clubes. Quanto as alterações na Lei nº 11.345/2006 que estabelece o Timemania, para ampliar a atratividade do concurso Timemania o projeto propõe a alteração de 45% para 65% do valor arrecadado para destinação do prêmio com isenção de imposto e de 3% para 11% o valor que é destinado ao Ministério do Esporte, o qual é

redistribuído por estes aos clubes. No Quadro 3.5 abaixo temos a tramitação do PL 6753/2013. A proposta na íntegra se encontra no Anexo 8 dessa tese.

Desse modo com o objetivo de verificar quais atores influíram neste projeto de lei, e se estes eram membros da FPE, CTD ou CESPO, mapeamos quem era o autor e quem fez requerimentos ou outras alterações no decorrer da tramitação do projeto.

Assim, em sequência, os Quadros 3.4 e 3.5 descrevem a tramitação dos PLs 5201/2013 e PL6753/2013, e ao final, a Figura 3.3 a qual mostra a rede de atores envolvida na tramitação dos projetos. E por fim discutimos o processo político envolvido nessa tramitação e seu desfecho.

Quadro 3.4.– Tramitação do Projeto de Lei nº 5201 de 2013 (LRFE)

Data	Instância	Andamento PL 5201/2013	Envolvidos	Forma de Manifestação
20/03/2013	Plenário (PLEN)	Apresentação do Projeto de Lei n. 5201/2013, pelo Deputado André Figueiredo (PDT-CE), que: "Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências".	André Figueiredo (PDT-CE) – membro da FPE e CTD	Autor do Projeto
01/04/2013	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Às Comissões de Turismo e Desporto; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária.	Comissão de Turismo e Desporto (CTD); Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC); Plenário (PLEN)	Julgar Mérito e Art. 54, RICD
03/04/2013	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER) ¹	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/04/13 PÁG 08034 COL 02.	-----	-----
03/04/2013	Comissão do Turismo e Desporto (CTD)	Recebimento pela CTD.	-----	-----
04/04/2013	Comissão do Turismo e Desporto (CTD)	Designado Relator, Dep. Romário (PSB-RJ)	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Relator
29/11/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013	Apresentação do Requerimento n. 18/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a real situação da dívida dos clubes de futebol e confederações e federações olímpicas, com os seguintes jornalistas esportivos: Juca Kfoury (Folha de S. Paulo), José Cruz (UOL), Marcelo Damato (Lance) e Jorge Luís Rodrigues (O Globo)".	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Requerimento – REQ 18/2013 Audiência Pública para debater a real situação da dívida dos clubes de futebol e confederações e federações olímpicas,
06/02/2014	Plenário (PLEN)	Apresentação do Requerimento n. 9407/2014, pelo Deputado André Figueiredo (PDT-CE), que: "Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n. 6753, de 2013 e 5201, de 2013".	André Figueiredo (PDT-CE) – membro da FPE e CTD	Requerimento – REQ 9407/2014 tramitação conjunta com o PL 6753/2013 de autoria do Deputado Renan Filho PMDB/AL

¹ Ambas as siglas CCP e COPER são utilizadas para se referir a Coordenação de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.

14/02/2014	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	<p>Defiro o pedido, contido no Requerimento n. 9.407/2014. Apense-se, pois, o Projeto de Lei n. 6.753/2013 ao Projeto de Lei n. 5.201/2013, nos termos dos arts. 142 e 143, II, b, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por consequência, determino que seja alterado o nome da "Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6.753, de 2013, do Sr. Renan Filho e outros, que "cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos - Proforte; altera a Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o concurso de prognóstico denominado Timemania; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e dá outras providências"" para "Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 5.201, de 2013, do Sr. André Figueiredo, que "altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências", e apensado". Publique-se. Oficie-se.</p> <p>[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO NO PL N. 5.201/2013: À CSSF, CTD, CFT (Mérito e art. 54, RICD) e CCJC (Mérito e art. 54, RICD). Proposição Sujeita à Apreciação pelo Plenário. Regime de Tramitação: Ordinário].</p>	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); Comissão de Turismo e Desporto (CTD); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC)	Julgar Mérito e art. 54, RICD
17/02/2014	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	À CTD o Memorando nº 7/14 - Coordenação de Comissões Permanentes COPER solicitando a devolução deste.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	Requer o PL
19/02/2014	Comissão do Turismo e Desporto (CTD)	Devolvida sem Manifestação. Devolução à CCP ou COPER	Comissão do Turismo e Desporto (CTD) e Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	CTD devolve o PL a COPER sem manifestação
19/02/2014	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	Encaminhado à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201/2013	-----	-----
19/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013	Recebimento do PL5201/2013 pela Comissão. Designado Relator, Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ)	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD	Relator

25/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 9598/2014, pelo Deputado Jovair Arantes (PTB-GO), que: "Requeremos, nos termos do artigo 91, I, do Regimento Interno, que V. Exª. transforme a sessão ordinária da Câmara dos Deputados do dia 12 de março de 2014 em Comissão Geral, para que este Parlamento promova um amplo debate sobre o PL n. 5.201, de 2013, e apensado (PL 6753/13) - PROFORTE".	Jovair Arantes (PTB-GO)	Requerimento – REQ 9598/2014 sessão do Plenário para debate dos PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE)
02/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 9909/2014, pelos Deputados Jovair Arantes, Líder do PTB; André Moura, Líder do PSC; Antônio Imbassahy, Líder do PSDB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Líder do Bloco Parlamentar PR,PTdoB,PRP; Beto Albuquerque, Líder do PSB; Eduardo Cunha, Líder do PMDB; Vicentinho, Líder do PT; Eduardo da Fonte, Líder do Bloco PP,PROS; Fernando Francischini, Líder do SD; Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Mendonça Filho, Líder do DEM; Moreira Mendes, Líder do PSD; Rubens Bueno, Líder do PPS; e Vieira da Cunha, na qualidade de Líder do PDT; que: "Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 5.201, de 2013 e apensado (PL6753/13) - PROFORTE".	Deputados: André Moura, Líder do PSC; Antônio Imbassahy, Líder do PSDB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Líder do Bloco Parlamentar PR,PTdoB,PRP (membro da FPE); Beto Albuquerque, Líder do PSB; Eduardo Cunha, Líder do PMDB; Eduardo da Fonte, Líder do Bloco PP,PROS; Fernando Francischini, Líder do SD (membro da FPE); Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Jovair Arantes, Líder do PTB; Mendonça Filho, Líder do DEM; Moreira Mendes, Líder do PSD; Rubens Bueno, Líder do PPS (membro da CTD e CESPO); Vicentinho, Líder do PT; Vieira da Cunha, na qualidade de Líder do PDT (membro da FPE);	Requerimento – REQ 9909/2014 tramitação em regime de urgência para apreciação dos PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE)
04/04/2014	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	Encaminhado à republicação - Avulso	-----	-----
08/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 PL 5201/2013, pelo Deputado Otávio Leite Parecer do Relator, Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial deste e do	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD	Relator – Voto do Relator (1) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação

	PL 6753/2013	PL 6753/2013, apensado, nos termos do Substitutivo.		financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial
09/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	14:00 Reunião Deliberativa Ordinária Vista conjunta aos Deputados Afonso Hamm, Arnaldo Faria de Sá, Danrlei de Deus Hinterholz, Guilherme Campos, José Rocha, Pedro Fernandes, Rodrigo Maia, Romário, Silvio Torres e Vicente Cândido.	Deputados: Afonso Hamm PP/RS (membro CTD e CESPO); Arnaldo Faria de Sá PTB/SP (membro FPE); Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS (membro FPE, CTD e CESPO); Guilherme Campos PSD/SP; José Rocha PR/BA (membro CTD); Pedro Fernandes PTB/MA; Rodrigo Maia DEM/RJ; Romário PSB/RJ (membro da CTD e CESPO); Silvio Torres PSDB/SP (membro CESPO); Vicente Cândido PT/SP.	Vista conjunta
15/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Prazo de Vista Encerrado	-----	Prazo de Vista Encerrado
22/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 PL 5201/2013, pelo Dep. Otávio Leite Parecer do Relator, Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial deste, e do PL 6753/2013, apensado, com substitutivo.	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD	Relator – Voto do Relator (2) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial. Apensado com substitutivo.
22/04/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	14:30 Reunião Deliberativa Ordinária Iniciada a Discussão. Discutiram a Matéria: Dep. José Rocha (PR-BA), Dep. Silvio Torres (PSDB-SP), Dep. André Figueiredo (PDT-CE), Dep. Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS) e Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ).	André Figueiredo PDT/CE (membro da CTD); Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS (membro FPE, CTD e CESPO); José Rocha PR/BA (membro CTD); Silvio Torres PSDB/SP (membro CESPO); Otávio Leite PSDB/RJ (membro da CTD).	Discutiram a matéria em reunião deliberativa ordinária
28/04/2014	Comissão Especial	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 PL5201/2013, pelo Dep. Otávio	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD	Relator – Voto do Relator (3)

	destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Leite Parecer do Relator, Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial deste, e do PL 6753/2013, apensado, com substitutivo.		pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial. Apensado com substitutivo.
06/05/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	16:00 Reunião Deliberativa Ordinária Encerrada a discussão.	-----	-----
06/05/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 PL520113, pelo Dep. Otávio Leite Parecer com Complementação de Voto, do Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial deste e do PL 6753/2013, apensado, com Substitutivo.	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD	Relator – Complementação de Voto
07/05/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	14:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado o Parecer com Complementação de Voto. Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra o voto do Deputado Romário.	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Relator – Aprovado parecer de complementação de voto. Romário – Voto vencido
08/05/2014	Plenário (PLEN)	Apresentação do Recurso contra decisão de Presidente de Comissão em Questão de Ordem (Art. 57, XXI c/c art. 17, III, f, RICD) REC n. 285/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Contra a decisão do Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201/2013, sobre questão de ordem levantada pelo autor".	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Recurso – contra decisão sobre sua questão de ordem feita pelo presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013
14/05/2014	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP ou COPER)	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013. Publicado em avulso e no DCD de 15/05/14 PAG 619 COL 01, Letra A.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013	Parecer – da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013
14/05/2014	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Despacho exarado no REC n. 285/2014, conforme o seguinte teor: "Ao Senhor Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 5.201/2013, para se manifestar no prazo de três sessões. Publique-se".		
07/07/2014	Mesa Diretora da	DECISÃO DA PRESIDÊNCIA: "[...] Não cabe, portanto, à Mesa Diretora ou	Presidente da Comissão: Deputado Jovair	Questão de Ordem, REC n.

	Câmara dos Deputados (MESA)	à Presidência da Câmara ou de Comissão considerar em branco voto de deputado, a partir de presunção de que ele teria possível interesse particular na matéria em apreciação. Tal providência, decerto, configuraria violação a uma das mais importantes prerrogativas do mandato, o voto parlamentar, assegurada pelo caput do art. 53 da Constituição e pelo inciso 1 do ad. 226 do RICD. Por essas razões, forte no entendimento firmado na Questão de Ordem n. 10.153/1 989 e posteriormente reafirmado nas Questões de Ordem ns. 598/2005 e 701/2006, nego provimento ao Recurso n. Recurso n. 285/2014, do Senhor Deputado ROMÁRIO. [...]".	Arantes, Líder do PTB; Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	285/2014
02/09/2014	Plenário (PLEN)	18:30 Sessão Deliberativa Extraordinária Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).	-----	Matéria não é apreciada por falta de quórum no Plenário da Câmara dos Deputados
03/09/2014	Plenário (PLEN)	09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).	-----	Pela 2ª vez a matéria não é apreciada por falta de quórum no Plenário da Câmara dos Deputados
25/02/2015	Plenário (PLEN)	Requerimento 643/2015 para tramitação do PL em regime de urgência	Vicente Cândido PT/SP	Requerimento – REQ 643/2015 tramitar PL em regime de urgência
26/02/2015	Plenário (PLEN)	Aprovado, por unanimidade, o Requerimento n. 9909/2014, dos Deputados Jovair Arantes, Líder do PTB; André Moura, Líder do PSC; Antônio Imbassahy, Líder do PSDB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Líder do Bloco Parlamentar PR,PTdoB,PRP; Beto Albuquerque, Líder do PSB; Eduardo Cunha, Líder do PMDB; Vicentinho, Líder do PT; Eduardo da Fonte, Líder do Bloco PP,PROS; Fernando Francischini, Líder do SD; Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Mendonça Filho, Líder do DEM; Moreira Mendes, Líder do PSD; Rubens Bueno, Líder do PPS; e Vieira da Cunha, na qualidade de Líder do PDT; que: "requer regime de urgência na apreciação do PL 5201/2013 e apensado PL 6753/2013 - PROFORTE".	Deputados: André Moura, Líder do PSC; Antônio Imbassahy, Líder do PSDB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Líder do Bloco Parlamentar PR,PTdoB,PRP (membro da FPE); Beto Albuquerque, Líder do PSB; Eduardo Cunha, Líder do PMDB; Eduardo da Fonte, Líder do Bloco PP,PROS; Fernando Francischini, Líder do SD (membro da FPE); Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Jovair Arantes, Líder do PTB; Mendonça Filho, Líder do DEM; Moreira Mendes, Líder do PSD; Rubens Bueno, Líder do PPS (membro da CTD e CESPO); Vicentinho, Líder do PT; Vieira da Cunha, na qualidade de Líder do	Requerimento aceito – tramitação em regime de urgência para apreciação dos PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE)

			PDT (membro da FPE);	
03/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.	-----	Pela 3ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
10/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	-----	Pela 4ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
10/03/2015	Plenário (PLEN)	20:01 Sessão Deliberativa Extraordinária Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.	-----	Pela 5ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
10/03/2015	Comissão do Esporte (CESPO)	Apresentação do Requerimento n. 8/2015, pelo Deputado Afonso Hamm (PP-RS), que: "Requer que seja convidado o deputado Otávio Leite, relator do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013 para debater sobre o PROFORTE - Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos".	Afonso Hamm PP/RS (membro CTD e CESPO);	Requerimento – REQ 08/2015 Esclarecimentos pelo Relator, o Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD
11/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	-----	Pela 6ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
12/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Discussão em turno único. Votação do Requerimento que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei. Aprovado o Requerimento. Retirado de pauta a requerimento de deputado. DCD de 13/03/15 PÁG 189 COL 01.	Foi publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 13/03/2015, Páginas 188-189: "requerimento de retirada de pauta, assinado por vários Líderes e pelo Deputado Jovair Arantes"	Retirado de Pauta
17/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	-----	Pela 7ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
18/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	-----	Pela 8ª vez, a apreciação da matéria é adiada no Plenário da Câmara dos Deputados
19/03/2015	Plenário (PLEN)	14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício.	-----	Pela 2ª vez a matéria é retirada de Pauta.

Fonte: Elaboração própria

Em 14 de fevereiro de 2014 foi deferido o Requerimento n. 9.407/2014, que gerava a tramitação conjunta dos PLs 5201/2013 e 6753/2013, entretanto eles continuaram cada um com seu trâmite em tela, recebendo requerimentos individualmente.

Quadro 3.5. – Tramitação do Projeto de Lei nº 6753 de 2013 (PROFORTE)

Data	Instância	Andamento PL 6753/2013	Envolvidos	Forma de Manifestação
13/11/2013	Plenário (PLEN)	Cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos - Proforte; altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o concurso de prognóstico denominado Timemania; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e dá outras providências.	Deputado Renan Filho PMDB/AL – membro da FPE e CTD	Autor do Projeto
13/11/2013	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Às Comissões de Seguridade Social e Família; Turismo e Desporto; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Em razão da distribuição a mais de três comissões de mérito, determino a criação de Comissão Especial para analisar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária	-----	-----
14/11/2013	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/11/13 PÁG 54365 COL 02.	-----	-----
14/11/2013	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Recebimento pela CSSF	-----	-----
19/11/2013	PLENÁRIO (PLEN)	Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.	-----	-----
26/11/2013	PLENÁRIO (PLEN)	Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	-----
27/11/2013	Comissão de	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	-----	-----

	Seguridade Social e Família (CSSF)	Devolução à CCP		
27/11/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	<p>Recebimento pela PL675313.</p> <p>Designado Relator, Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ)</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 1/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a instituição de Fundos, através de Loterias, para fomento ao Esporte, com a presença do Sr. Duílio Monteiro Alves, Diretor de Futebol do Sport Club Corinthians Paulista".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 2/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com Representantes das séries B, C e D e segunda divisão do campeonato Brasileiro de Futebol, indicados pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 3/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Walter Pitombo Laranjeiras, Presidente da CBV - Confederação Brasileira de Voleibol".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 4/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Rinaldo José Martorelli, presidente da FENAPAF - Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 5/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor José Maria Marin, Presidente da CBF - Confederação Brasileira de Futebol, com o objetivo de debater o endividamento dos Clubes Brasileiros".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 6/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do COB - Comitê Olímpico Brasileiro".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 7/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Carlos Nunes, Presidente da CBB - Confederação Brasileira de Basketball".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 8/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Wilson da Silva Piazza, Presidente da FAAP - Federação das Associações de Atletas Profissionais".</p>	<p>Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD</p> <p>Vicente Cândido (PT-SP)</p>	<p>Relator</p> <p>Requerimentos, 16 no total, solicitando audiências públicas com a presença de diferentes atores, são eles:</p> <p>REQ 1/2013 Sr. Duílio Monteiro Alves, Diretor de Futebol do Sport Club Corinthians Paulista" (1a vez)</p> <p>REQ 2/2013 Representantes das séries B, C e D e segunda divisão do campeonato Brasileiro de Futebol, indicados pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol".</p> <p>REQ 3/2013 Sr. Walter Pitombo Laranjeiras, Presidente da CBV - Confederação Brasileira de Voleibol".</p> <p>REQ 4/2013 Senhor Rinaldo José Martorelli, presidente da FENAPAF - Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol</p> <p>REQ 5/2013 Senhor José Maria Marin, Presidente da CBF - Confederação Brasileira de Futebol</p> <p>REQ 6/2013 Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do COB - Comitê Olímpico Brasileiro</p> <p>REQ 7/2013 Senhor Carlos Nunes, Presidente da CBB -</p>

	<p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 9/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Aivaldo Boscolo, Presidente dos FENACLUBES - Federação Nacional dos Clubes".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 10/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Francisco Antônio Fraga, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 11/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de apresentar um quadro financeiro dos Clubes de Futebol do Brasil, com a presença do Sr. Raul Corrêa da Silva, Diretor de Finanças do Sport Club Corinthians Paulista".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 12/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com Representantes das séries B,C e D dos Seguintes Estados: Rio Grande do Sul; Pará; São Paulo; Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, indicados por suas respectivas Federações".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 13/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com Representantes da série A dos Estados do Mato Grosso, Amazonas e do Distrito Federal, indicados por suas respectivas federações".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 14/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Fábio Cleto, Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal e Gilson César Pereira, Superintendente das Loterias da Caixa Econômica Federal".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 15/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, Ministro do Esporte Sr. Ricardo Garcia Cappelli, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Sr. Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 16/2013, pelo Deputado Vicente Cândido (PT-SP), que: "Requer a realização de Audiência</p>		<p>Confederação Brasileira de Basketball REQ 8/2013 Senhor Wilson da Silva Piazza, Presidente da FAAP - Federação das Associações de Atletas Profissionais REQ 9/2013 Senhor Aivaldo Boscolo, Presidente dos FENACLUBES - Federação Nacional dos Clubes REQ 10/2013 Senhor Francisco Antônio Fraga, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes REQ 11/2013 Sr. Raul Corrêa da Silva, Diretor de Finanças do Sport Club Corinthians Paulista (2ª vez) REQ 12/2013 Representantes das séries B,C e D dos Seguintes Estados: Rio Grande do Sul; Pará; São Paulo; Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, indicados por suas respectivas Federações REQ 13/2013 Representantes da série A dos Estados do Mato Grosso, Amazonas e do Distrito Federal, indicados por suas respectivas federações REQ 14/2013 Sr. Fábio Cleto, Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal e Gilson César Pereira, Superintendente das Loterias da Caixa Econômica Federal. REQ 15/2013 Sr. José Aldo</p>
--	--	--	---

		Pública com três representantes das Federações Estaduais de Futebol, dentre as vinte e sete, indicados pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol".		Rebello Figueiredo, Ministro do Esporte, Sr. Ricardo Garcia Cappelli, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento REQ 16/2013 três representantes das Federações Estaduais de Futebol, dentre as vinte e sete, indicados pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol
29/11/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 17/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir histórico, perfil e estrutura da dívida dos clubes de futebol, das confederações e federações dos esportes olímpicos, com a presença de representantes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PDFN), da Caixa Econômica Federal e da Secretaria da Receita Federal". Apresentação do Requerimento n. 18/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a real situação da dívida dos clubes de futebol e confederações e federações olímpicas, com os seguintes jornalistas esportivos: Juca Kfourri (Folha de S. Paulo), José Cruz (UOL), Marcelo Damato (Lance) e Jorge Luís Rodrigues (O Globo)". Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 19/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o conceito do Fair Play Financeiro fiscal e trabalhista no âmbito do PROFORTE, com representantes do Bom Senso Futebol Clube".	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Requerimento, 3 requerimentos solicitando audiências públicas com 3 atores diferentes, são eles: REQ 17/2013 representantes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PDFN), da Caixa Econômica Federal e da Secretaria da Receita Federal REQ 18/2013 jornalistas esportivos: Juca Kfourri (Folha de S. Paulo), José Cruz (UOL), Marcelo Damato (Lance) e Jorge Luís Rodrigues (O Globo)". REQ 19/2013 - representantes do Bom Senso Futebol Clube
02/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 20/2013, pelo Deputado Afonso Hamm (PP-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a formação de atletas no Brasil, com representantes dos clubes de futebol, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Ministério do Esporte".	Afonso Hamm PP/RS (membro CTD e CESPO);	Requerimento – REQ 20/2013 Audiência Pública com representantes de clubes de futebol e Ministério do Esporte

		<p>Audiência Pública com a presença do Senhor Carlos Nunes, Presidente da CBB - Confederação Brasileira de Basketball.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Wilson da Silva Piazza, Presidente da FAAP - Federação das Associações de Atletas Profissionais.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Arialdo Boscolo, Presidente dos FENACLUBES - Federação Nacional dos Clubes.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Francisco Antônio Fraga, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de apresentar um quadro financeiro dos Clubes de Futebol do Brasil, com a presença do Sr. Raul Corrêa da Silva, Diretor de Finanças do Sport Club Corinthians Paulista.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com Representantes das séries B,C e D dos Seguintes Estados: Rio Grande do Sul; Pará; São Paulo; Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, indicados por suas respectivas Federações.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com Representantes da série A dos Estados do Mato Grosso, Amazonas e do Distrito Federal, indicados por suas respectivas federações.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Fábio Cleto, Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal e Gilson César Pereira, Superintendente das Loterias da Caixa Econômica Federal.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:</p> <p>Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, Ministro do Esporte</p> <p>Sr. Ricardo Garcia Cappelli, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;</p> <p>Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor;</p> <p>Sr. Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer a realização de Audiência Pública para debater a real situação da dívida dos clubes de futebol e confederações e federações olímpicas, com os seguintes</p>		(exceto o REQ 17)
--	--	--	--	-------------------

		<p>jornalistas esportivos: Juca Kfour (Folha de S. Paulo), José Cruz (UOL), Marcelo Damato (Lance) e Jorge Luís Rodrigues (O Globo).</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer a realização de Audiência Pública para discutir o conceito do Fair Play Financeiro fiscal e trabalhista no âmbito do PROFORTE, com representantes do Bom Senso Futebol Clube.</p>		
04/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	<p>Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor DAGOBERTO FERNANDO DOS SANTOS, Diretor Presidente da DFS GOL Business.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor ANDREW PARSONS, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública com a presença de 2 (dois) dos 6 (seis) clubes que fazem parte da comissão formada pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol, para discutir as formas de pagamento de suas dívidas.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública com o Professor PEDRO TENGROUSE, da Fundação Getúlio - FGV.</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 26/2013, pelo Deputado Hugo Leal (PROS-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 330/2011 que, 'Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para impor limite ao horário de início das partidas e competições'".</p>	<p>José Rocha PR/BA – membro da CTD</p> <p>Hugo Leal (PROS-RJ)</p>	<p>Requerimento – aprovados os 4 requerimentos (22 a 25) feitos por José Rocha</p> <p>Requerimento 26/2013 – Audiência Pública para discutir PL 330/2011 que, 'Altera a Lei nº 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor para impor limite ao horário de início das partidas e competições'".</p>
06/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	<p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 27/2013, pelo Deputado José Rocha (PR-BA), que: "Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor MUSTAFÁ CONTURSI, ex-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras e atual Presidente do Sindicato de Clubes de Futebol, para possibilitar o amplo debate do PL nº 6753/2013".</p> <p>Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 28/2013, pelo Deputado José Rocha (PR-BA), que: "Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor MÁRCIO BRAGA, ex-presidente do Clube de Regatas Flamengo, para possibilitar o debate acerca do PL nº</p>	José Rocha PR/BA – membro da CTD	<p>Requerimento – requerimentos 27 a 28 solicitando audiências públicas com os atores: REQ 27/2013 Senhor MUSTAFÁ CONTURSI, ex-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras e atual Presidente do Sindicato de Clubes de Futebol, para possibilitar o amplo debate do</p>

		6753/2013".		PL nº 6753/2013 REQ 28/2013 Senhor MÁRCIO BRAGA, ex-presidente do Clube de Regatas Flamengo, para possibilitar o debate acerca do PL nº 6753/2013".
09/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 29/2013, pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB), que: "Requer a realização de seminário, a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís, para debater o Projeto de Lei nº 6.753/13, que cria o PROFORTE".	Wilson Filho PTB-PB – membro da FPE e CTD	Requerimento – REQ 29/2013 solicitando seminário em São Luís/MA, para debater o PL 6753/2013
10/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 30/2013, pelo Deputado Jovair Arantes, que: "Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com a presença do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ex-Governador José Serra para debater o PROFORTE". Apresentação do Requerimento n. 31/2013, pelo Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que: "(PL 6753/2013) Que 'requer a realização de Audiência Pública com a presença do Presidente do Clube Coritiba e integrantes da Comissão da Confederação Brasileiras de Futebol para discutir as dívidas dos Clubes". Apresentação do Requerimento n. 32/2013, pelo Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que: "(6753/2013) - Que 'requer a realização de Seminários Regionais para debate o PL n.º 6753/2013 - PROFORTE, com os Clubes das Séries A, B, C e D". Aprovado requerimento do Sr. Vicente Cândido que requer a realização de Audiência Pública com três representantes das Federações Estaduais de Futebol, dentre as vinte e sete, indicados pela CBF - Confederação Brasileira de Futebol. Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor MUSTAFÁ CONTURSI, ex-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras e atual Presidente do Sindicato de Clubes de Futebol, para possibilitar o amplo debate do PL nº 6753/2013. Aprovado requerimento do Sr. José Rocha que requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor MÁRCIO BRAGA, ex-presidente do Clube de Regatas Flamengo, para possibilitar o debate acerca do PL nº 6753/2013.	Jovair Arantes PTB/GO Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD Vicente Cândido (PT-SP) José Rocha PR/BA – membro da CTD	Requerimento – REQ 30/2013 de Jovair Arantes PTB/GO solicita debater PL com Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ex-Governador José Serra para debater o PROFORTE Requerimento – dois requerimentos de Otávio Leite: REQ 31/2013 Audiência Pública com Presidente do Clube Coritiba e integrantes da Comissão da Confederação Brasileiras de Futebol REQ 32/2013 Realização de Seminários Regionais para debate o PL n.º 6753/2013 - PROFORTE, com os Clubes das Séries A, B, C e D". Aprovado REQ 16 de Vicente Candido PT/SP

		Aprovado requerimento do Sr. Wilson Filho que requer a realização de seminário, a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís, para debater o Projeto de Lei nº 6.753/13, que cria o PROFORTE.	Wilson Filho PTB/PB – membro da FPE e CTD	Aprovado REQ 27 e REQ 28 de José Rocha PR/BA – membro da CTD Aprovado REQ 29 de Wilson Filho PTB-PB – membro da FPE e CTD
11/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	<p>Apresentação do Requerimento n. 33/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública, com a presença de representantes das Federações de Futebol dos estados do RJ, RS, PR e BA".</p> <p>Apresentação do Requerimento n. 34/2013, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer a realização de reunião de Audiência Pública na Comissão Especial que analisa o PL 6753/2013, para o debate real da situação econômica dos clubes de Futebol no Brasil, das Confederações e das Federações Olímpicas, com os seguintes especialistas em orçamento esportivo: Sr. Gil Castelo Branco (Presidente da ONG Contas Abertas); Sr. Fernando Ferreira (Diretor da Pluri Consultoria) e Sr. Amir Somoggi (Especialista em Marketing e Gestão Esportiva)".</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Jovair Arantes que requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com a presença do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ex-Governador José Serra para debater o PROFORTE.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Otávio Leite que (PL 6753/2013) Que "requer a realização de Audiência Pública com a presença do Presidente do Clube Coritiba e integrantes da Comissão da Confederação Brasileiras de Futebol para discutir as dívidas dos Clubes.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Otávio Leite que (6753/2013) - Que "requer a realização de Seminários Regionais para debate o PL n.º 6753/2013 - PROFORTE, com os Clubes das Séries A, B, C e D".</p>	<p>Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO</p> <p>Jovair Arantes PTB/GO</p> <p>Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD</p>	<p>Requerimento REQ 33/2013 Audiência Pública com representantes das Federações de Futebol dos estados do RJ, RS, PR e BA</p> <p>REQ 34/2013 Audiência Pública para averiguar dívidas de clubes de futebol, confederações e federações olímpicas com os seguintes especialistas em orçamento esportivo: Sr. Gil Castelo Branco (Presidente da ONG Contas Abertas); Sr. Fernando Ferreira (Diretor da Pluri Consultoria) e Sr. Amir Somoggi (Especialista em Marketing e Gestão Esportiva)".</p> <p>Aprovado REQ 30 de Jovair Arantes PTB/GO</p> <p>Aprovado REQ 31 e REQ 32 de Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD</p>
17/12/2013	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL	Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer a realização de Audiência Pública, com a presença de representantes das Federações de Futebol dos estados do RJ, RS, PR e BA.	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Aprovados os RQ 33 e REQ 34 de Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO

	6753/2013	Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer a realização de reunião de Audiência Pública na Comissão Especial que analisa o PL 6753/2013, para o debate real da situação econômica dos clubes de Futebol no Brasil, das Confederações e das Federações Olímpicas, com os seguintes especialistas em orçamento esportivo: Sr. Gil Castelo Branco (Presidente da ONG Contas Abertas); Sr. Fernando Ferreira (Diretor da Pluri Consultoria) e Sr. Amir Somoggi (Especialista em Marketing e Gestão Esportiva).		
04/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento de Informação n. 1/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Solicita informações relativas às reuniões do PROFORTE ao presidente do BNDES Luciano Coutinho, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, ao presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini, ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloysio Mercadante e ao Ministro do Esporte Aldo Rebelo, acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos". Inteiro teor	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	REQ INFO 1 – sobre débitos oficiais dos clubes de futebol. Solicita informações sobre reuniões do PROFORTE ao presidente do BNDES Luciano Coutinho, ao Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, ao presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini, ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloysio Mercadante e ao Ministro do Esporte Aldo Rebelo
06/02/2014	PLENÁRIO (PLEN)	Apresentação do Requerimento n. 9407/2014, pelo Deputado André Figueiredo (PDT-CE), que: ""Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n. 6753, de 2013 e 5201, de 2013.""	André Figueiredo (PDT-CE) – membro da FPE e CTD	Apensação PL 5201/2013 ao PL 6753/2013
12/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento de Informação n. 2/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Solicita informações relativas às reuniões do PROFORTE ao Presidente do Banco Central, acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos". Apresentação do Requerimento de Informação n. 3/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Solicita informações relativas às reuniões do PROFORTE ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Aloysio Mercadante e ao Ministro do Esporte, Sr. Aldo Rebelo, acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos". Apresentação do Requerimento n. 35/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer realização de Audiência Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 para discutir o levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos, com a presença do	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO	Requerimentos: REQ INFO 2 - relativas às reuniões do PROFORTE ao Presidente do Banco Central, acerca de levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol REQ INFO 3 – sobre reunião entre Ministério do Trabalho e Emprego, Casa Civil, Ministério do Esporte sobre dívida dos clubes de futebol REQ 35/2014 – Audiência Pública com Presidente da

		<p>Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda".</p> <p>Apresentação do Requerimento n. 36/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer realização de Audiência Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 para discutir o levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de Futebol com o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias; com o Ministro-chefe da Casa Civil, Sr. Aloysio Mercadante e com o Ministro do Esporte, Sr. Aldo Rebelo". Inteiro teor</p> <p>Apresentação do Requerimento n. 37/2014, pelo Deputado Romário (PSB-RJ), que: "Requer realização de Audiência Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 com o presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini".</p>		<p>CAIXA e do BNDES</p> <p>REQ 36/2014 – Audiência Pública com Ministério do Trabalho e Emprego, Casa Civil, Ministério do Esporte</p> <p>REQ 37/2014 – Audiência Pública com o presidente do Banco Central</p>
14/02/2014	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Deferido o Requerimento n. 9407/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o pedido, contido no Requerimento n. 9.407/2014. Apense-se, pois, o Projeto de Lei n. 6.753/2013 ao Projeto de Lei n. 5.201/2013. Por consequência, determino seja alterado o nome da "Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6.753, de 2013 para "Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 5.201, de 2013 e apensado PL 6753/2013	-----	Deferido o Requerimento n. 9407/2014 para apensação dos PLs 5201/2013 e 6753/2013
17/02/2014	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	A Comissão Especial o Memorando nº 8/14 - COPER informando sobre a apensação deste ao de nº 5201/13.	-----	-----
18/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013 e apensado PL 6753/2013	Apresentação do Requerimento n. 38/2014, pelos Deputados Otávio Leite (PSDB-RJ) e Vicente Cândido (PT-SP), que: "Solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Sr. Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, com o objetivo de esclarecer a situação da dívida dos clubes de futebol perante a entidade.	Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD e Vicente Cândido (PT-SP)	REQ 38/2014 – Audiência Pública com presidente do Banco Central
19/02/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013 e apensado PL 6753/2013	<p>Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer realização de Audiência Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 com o presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini.</p> <p>Aprovado requerimento dos Srs. Otávio Leite e Vicente Cândido que solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Sr. Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, com o objetivo de esclarecer a situação da dívida dos clubes de futebol perante a entidade.</p>	<p>Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO</p> <p>Otávio Leite (PSDB-RJ) – membro da CTD e Vicente Cândido (PT-SP)</p>	<p>Aprovado REQ 37 de Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO</p> <p>Aprovado REQ 38 de Otávio Leite (PSDB-RJ) e Vicente Cândido (PT-SP)</p>
12/03/2014	Comissão Especial	Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer realização de Audiência	Romário (PSB-RJ) – membro	Aprovado REQ 35 e REQ 36 de

	destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5201, de 2013 e apensado PL 6753/2013	<p>Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 para discutir o levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de futebol junto aos cofres públicos, com a presença do Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda.</p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Romário que requer realização de Audiência Pública na Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6753/2013 para discutir o levantamento de débitos reais e oficiais dos clubes de Futebol com o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias; com o Ministro-chefe da Casa Civil, Sr. Aloysio Mercadante e com o Ministro do Esporte, Sr. Aldo Rebelo.</p>	da CTD e CESPO	Romário (PSB-RJ) – membro da CTD e CESPO
--	---	--	----------------	--

Fonte: Elaboração própria

A Comissão Especial responsável por apreciar os Projetos de Lei nº 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE) e nº 6753/2013 (Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – PROFORTE), ficou conhecida como “PL 5201/13 – PROFORTE”, era formada por 21 titulares e 21 suplentes.

Contudo, dentre os 21 deputados titulares que faziam parte da Comissão mas no entanto não constam como atuando politicamente na tramitação dos PLs, estão os 7 seguintes deputados: Alfredo Kaefer PSDB/PR; Gabriel Guimarães PT/MG; Geraldo Thadeu PSD/MG; Guilherme Mussi PP/SP; Francisco Tenório PMN/AL; Paulão PT/AL; e Stepan Nercessian PPS/RJ. E dentre os 21 deputados suplentes que faziam parte da Comissão e no entanto não constam como atuando politicamente na tramitação dos PLs estão 8 seguintes os deputados: Edinho Bez PMDB/SC; Flávia Moraes PDT/GO; Márcio Macedo PT/SE; Osmar Júnior PCdoB/PI; Policarpo PT/DF; Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE, Sandes Júnior PP/GO; Sarney Filho PV/MA.

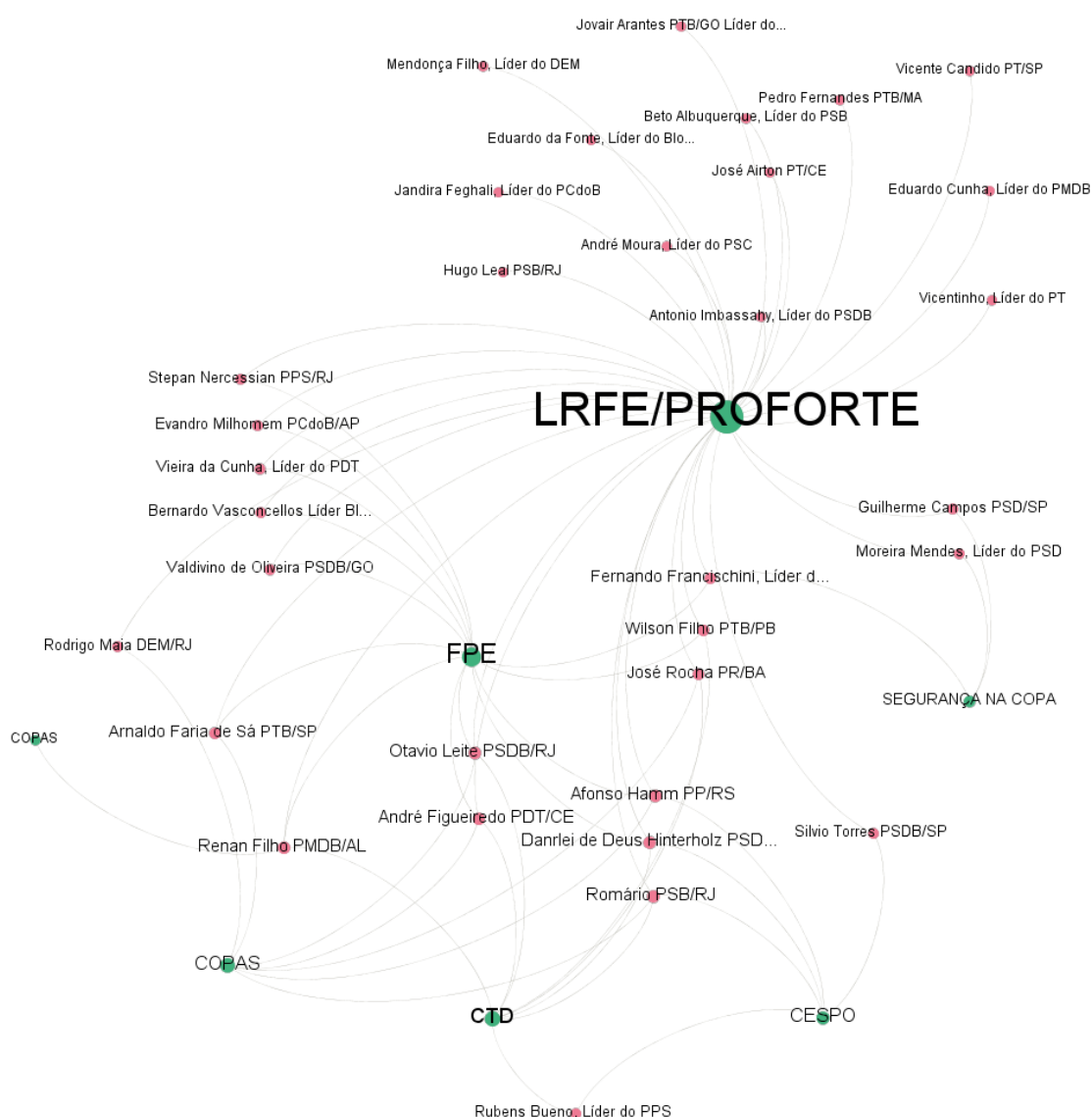
Efetivamente 31 deputados estiveram politicamente envolvidos na tramitação dos PLs LRFE/PROFORTE, independentemente de estarem na Comissão Especial responsável pelos PLs. Estes 31 deputados estão representados na Figura 10.

Perceber quem são cada um dos 31 parlamentares que participam da tramitação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 (LRFE) e nº 6753/2013 (PROFORTE) é fator crucial para entender a ação por eles executada no trâmite do projeto. Estes 33 deputados podiam não só ser da Comissão Especial responsável por discutir os PLs, mas simultaneamente podiam ser também membros de outras comissões de esporte como a CTD, CESPO ou FPE (n=18), COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES (PL 2330/11), SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA (SUBSEGCO - CSPCCO).

No Quadro 3.6, a seguir, será possível observar um resumo da ação política de intervenção na tramitação dos projetos realizada por cada um deles. Em geral, os deputados só retardaram o processo inclusive com requerimentos repetidos de audiências públicas. Aparentemente apenas 13 deputados se empenharam em dar andamento ao processo, visto que em 02/04/2014 assinaram juntos o Requerimento 9909/2014 no qual solicitavam o regime de urgência para tramitação dos PLs LRFE/PROFORTE, o qual foi aprovado somente em 26/02/2015. Estes 13 deputados são: Jovair Arantes, Líder do PTB (Presidente da Comissão Especial para apreciar os PLs LRFE/PROFORTE e responsável pelo seu arquivamento de ofício);

André Moura, Líder do PSC; Antônio Imbassahy, Líder do PSDB; Bernardo Santana de Vasconcellos, Líder do Bloco Parlamentar PR, PT do B, PRP; Beto Albuquerque, Líder do PSB; Eduardo Cunha, Líder do PMDB; Eduardo da Fonte, Líder do Bloco PP, PROS; Fernando Francischini, Líder do SD; Jandira Feghali, Líder do PCdoB; Mendonça Filho, Líder do DEM; Moreira Mendes, Líder do PSD; Rubens Bueno, Líder do PPS; Vicentinho, Líder do PT e Vieira da Cunha, na qualidade de líder do PDT.

Figura 3.3 – Envolvidos na tramitação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 e nº 6753/2013.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

O primeiro fato observável é a diferença basal entre os dois Projetos de Lei. O PL 5201/2013 de autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE), corretamente denominado a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, estabelece razoáveis padrões para dirimir a dívida dos clubes, ao mesmo tempo em que impõe a estes alguns requisitos básicos de transparência e fiscalização para que continuem a usufruir de recursos públicos e auxiliem o estado na promoção do esporte, não só o futebol. Já o PL 6753/2013 de autoria do deputado Renan Filho PMDB/AL, é inapropriadamente chamado de Projeto de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos, visto que seu teor se atém única e exclusivamente a facilitar o pagamento da dívida dos clubes de futebol com o erário público.

No Quadro 3.6, a seguir, será possível observar um resumo da ação política de intervenção na tramitação dos projetos.

Quadro 3.6 – Parlamentares envolvidos na tramitação dos Projetos de Lei nº 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte) e nº 6753/2013 (Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos). O que na tabela é chamado de Comissão Especial se refere à comissão responsável por julgar ambos os PLs apensados LRFE e PROFORTE.

* Deputados titulares na Comissão Especial para apreciação dos PLs LRFE/PROFORTE.

“Deputados do Esporte”, isto é, foram da FPE, CTD e CESPO na 54ª Legislatura.

n	Parlamentar	Histórico	Ação na tramitação	Resultado
1.	Afonso Hamm PP/RS*# Esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o Esporte	Esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte; 4º mandato de deputado federal (55ª Leg); foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial para julgar os PLs LRFE/PROFORTE, PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES, PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL e Comissão de Turismo e Desporto (CTD); ainda, Comissão do Esporte (CESPO) na 54ª e 55ª Leg; 4º mandato como deputado federal (55ª Leg); esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte. Adiou tramitação dos PLs com solicitações de audiências públicas que já haviam sido realizadas anteriormente	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 02/12/2013 – no PL 6753/2013 solicitou requerimento de audiência pública com representantes dos clubes de futebol, requerimento que já havia sido feito; 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária; 10/03/2015 – o PL 5201/2013 já tinha tido 5 apreciações adiadas, quando ia ser novamente apreciado, o Deputado Afonso Hamm faz requerimento solicitando esclarecimentos ao relator Dep. Otávio Leite PSDB/RJ	Adiou tramitação dos PLs com solicitações de audiências públicas que já haviam sido realizadas anteriormente
2.	André Figueiredo PDT/CE*# Autor do PL 5201/2013 (LRFE)	Deputado André Figueiredo (PDT/CE) no 2º mandato de deputado federal na 54ª Leg.; autor do Projeto de Lei nº 5201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte) mas absteve-se de atuação na tramitação do projeto; ele não possui envolvimento extraparlamentar declarado com o esporte, sempre foi filiado ao mesmo partido, exerceu por oito vezes cargos partidários, exerceu 31 mandatos em 20 comissões diferentes, incluindo o Conselho de Ética e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos do Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura. Foi titular de diversas comissões na 54ª Leg com destaque para Comissão Especial para julgar os PLs LRFE/PROFORTE, da FPE, CTD e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 20/03/2013 – autor PL 5201/2013 (LRFE); 06/02/2014 – Requerimento 9407/2014 – Apensação do PL 6753/2013 (PROFORTE) ao PL 5201/2013 (LRFE); 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
3.	André Moura, Líder do PSC*	2º mandato de deputado federal (55ª Leg); foi membro titular de várias comissões na 54ª Leg com destaque para a Comissão Especial para julgar os PLs LRFE/PROFORTE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
4.	Antônio Imbassahy, Líder do PSDB	2º mandato de deputado federal (55ª Leg); foi titular de diversas comissões na 54ª Leg.	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento

			26/02/2015	9909/2014 que solicitava regime de urgência
5.	Arnaldo Faria de Sá PTB/SP#	Membro Suplente da Comissão Especial para julgar os PLs e da FPE na 54ª Leg.; deputado federal constituinte e está em seu 8º mandato (55ª Leg); titular em várias outras comissões, com destaque para Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi titular da CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;	-----
6.	Bernardo Vasconcellos Líder Bloco PR/PTdoB/PRP#	1º mandato como deputado federal na 54ª Leg, deixou o cargo ainda em janeiro de 2015 para assumir Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais; foi da FPE na 54ª Leg.	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
7.	Beto Albuquerque, Líder do PSB	4º mandato como deputado federal na 54ª Leg.;); titular em várias outras comissões, com destaque para Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) na 54ª Leg	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
8.	Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS*# Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE	Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi atleta profissional de futebol; um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010, foi o único financiado pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol) em 2010; é também um dos “Deputados do Esporte” que destinou maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura; foi titular da CTD, CESPO e FPE durante a 54ª Legislatura; e titular da CESPO na 55ª Legislatura, em seu 2º mandato de deputado federal; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE na 54ª Legislatura	Vice-Presidente da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária; 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária	-----
9.	Eduardo Cunha, Líder do PMDB Foi Presidente da Câmara dos Deputados na 55ª Leg. e teve mandato cassado ainda em 2016	Foi cassado durante o 4º mandato de deputado federal (55ª Leg.); dentre as comissões em que foi titular na 54ª Leg. destaque para PEC19612 - PEC 196/12 - VOTO ABERTO PARA PERDA DE MANDATO; PL710814 - PL 7108/14 - ARBITRAGEM	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
10.	Eduardo da Fonte, Líder do	3º mandato de deputado federal na 55ª Leg; foi titular de comissões	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do	Contribuiu para o

	Bloco PP,PROS	centrais no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura com destaque para MESA - Mesa Diretora; COETICA - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR; CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
11.	Evandro Milhomem PCdoB/AP*#	4º mandatos como deputado federal até 54ª Leg.; foi titular de várias comissões na 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial responsável pelos PLs LRFE/PROFORTE; FPE; CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA; COETICA - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR;	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE	-----
12.	Fernando Francischini, Líder do SD#	2º mandato como deputado federal (na 55ª Leg); foi titular em várias comissões durante a 54ª Leg com destaque para FPE; COETICA - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR; CEALCOOL - BEBIDAS ALCOÓLICAS; SUBSEGCO - CSPCCO-SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA; CEXPETRO - INVESTIGAÇÕES SOBRE A SBM OFFSHORE E A PETROBRAS	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
13.	Guilherme Campos PSD/SP Teve doações para sua campanha eleitoral em 2010 do Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e do Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016)	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; teve doações para sua campanha eleitoral em 2010 do Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e do Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016); 2º mandato como deputado federal durante a 54ª Leg.; foi titular e suplente em diversas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORT e SUBSEGCO - CSPCCO-SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA; foi Titular da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE.	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;	-----
14.	Hugo Leal PSB/RJ	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; 3º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); membro titular de diversas comissões durante a 54ª Leg.	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 04/12/2013 Fez o Requerimento 26/2013 solicitando Audiência Pública para discutir PL 330/2011 que, 'Altera a Lei nº 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor para impor limite ao horário de início das partidas e competições'".	Adiou andamento do PL com requerimento não relacionado a Comissão Especial sobre PLs LRFE/PROFORTE
15.	Jandira Feghali, Líder do	Exercendo 6º mandato como deputada federal (na 55ª Leg.); foi titular de	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do	Contribuiu para o

	PCdoB	várias comissões na 54ª Leg. com destaque para CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE	Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
16.	José Airton PT/CE*#	3º mandato como deputado federal (na 55ª Leg.); em sua atuação na 54ª Leg. destaque para atuação na CTD; como Suplente nas comissões PL520113 - PL 5201/13 – PROFORTE e CESPO – ESPORTE, sendo titular na CTUR – TURISMO; CESPO na 55ª Leg.	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE	-----
17.	José Rocha PR/BA* #	6º mandato como deputado federal (na 55ª Leg.); sua campanha eleitoral em 2010 foi financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro e da CBF) e da Construtora Camargo Correia (envolvida na Operação Lava Jato da Polícia Federal); foi titular de diversas comissões na 54ª Leg. com destaque para a CTD; Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES. Adiou andamento do processo com requerimentos de audiências públicas com atores que já haviam sido contemplados anteriormente	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 03/12/2013 – 4 requerimentos de audiências públicas (com DFS Gol; CPB; CBF e FGV) aprovados no dia seguinte em 04/12/2013, com atores (CBF e CPB) que já haviam comparecido em audiência públicas anteriores na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE. 06/12/2013 – novamente solicitou dois requerimentos de audiências públicas (com dirigentes do Palmeiras e Flamengo), aprovadas com celeridade em 10/12, com atores que já haviam sido contemplados em audiências anteriores, como os Requerimentos de nº 1 a nº 16 feitos por Vicente Cândido PT/SP 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária; 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária	Adiou andamento do processo com requerimentos de audiências públicas com atores que já haviam sido contemplados anteriormente
18.	Jovair Arantes PTB/GO Líder do PTB* Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE Assinou requerimento de retirada de pauta dos PLs LRFE/PROFORTE	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; não teve doadores que tenham relação direta com o futebol; foi Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; 6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); foi membro de algumas comissões como titular na 54ª Leg.; Adiou andamento do processo com requerimento de audiência pública equivocada; a matéria não foi examinada em 8 reuniões quase todas consecutivas e sempre por encerramento da sessão, e ele enquanto presidente não entrevistou; Contribuiu para o andamento dos PLs em 02/04/2014 Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência; MAS.....em 12/03/2015 assinou requerimento de retirada de pauta dos PLs LRFE/PROFORTE, junto com vários Líderes	Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 10/12/2013 – Requerimento de audiência pública com José Serra e Lula 25/02/2014 - REQ 9598/2014 => PL 5201/2013 Requerimento de Transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral 02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs	Adiou andamento do processo com requerimento de audiência pública, equivocado. Contribuiu para o andamento dos PLs em 02/04/2014 Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de

			<p>LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;</p> <p>07/07/2014 – Na votação de Complementação de Voto do Parecer do Relator da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE recusou questão de ordem do Deputado Romário PSB/RJ que solicitava que os votos de deputados envolvidos com o futebol deveriam ser considerados votos em branco. Respondeu a questão de ordem dizendo que não poderia considerar votos de outrem em branco.</p> <p>12/03/2015 – Foi publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 13/03/2015, Páginas 188-189: “requerimento de retirada de pauta, assinado por vários Líderes e pelo Deputado Jovair Arantes”</p>	<p>urgência</p> <p>MAS.....em 12/03/2015 assinou requerimento de retirada de pauta, junto com vários Líderes</p>
19.	Mendonça Filho, Líder do DEM	3º mandato de deputado federal (na 55ª Leg); foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA; foi Titular da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE.	<p>Foi membro da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE</p> <p>02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015</p>	<p>Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência</p>
20.	Moreira Mendes, Líder do PSD	2º mandato de deputado federal na 54ª Leg; foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para SUBSEGCO - CSPCCO-SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA	<p>02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015</p>	<p>Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência</p>
21.	<p>Otávio Leite PSDB/RJ*#</p> <p>Relator dos PLs LRFE/PROFORTE. Teve campanha eleitoral de 2010 financiado pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e pela Itaipava</p>	<p>foi o único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); também teve financiamento de campanha pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro) nas eleições de 2010; está no 4º mandato de Deputado Federal (na 55ª Leg.); um dos membros centrais na rede de “Deputados do Esporte” que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; membro da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA onde tramitaram os PLs</p>	<p>Foi Relator da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE;</p> <p>08/04/2014 - 1o Voto do Relator</p> <p>22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária</p> <p>22/04/2014 - 2o Voto do Relator</p> <p>28/04/2014 - 3o Voto do Relator</p> <p>06/05/2014 - 1a Complementação de voto, aprovada em 07/05/2014</p> <p>08/04/2014 - Substitutivo 1</p> <p>22/04/2014 - Substitutivo 2</p> <p>28/04/2014 - Substitutivo 3</p> <p>06/05/2014 - Substitutivo 4</p>	<p>Relator bastante indeciso, alterou os votos, os relatórios e o teor da proposta original várias vezes</p>

	(patrocinadora do futebol brasileiro) nas eleições de 2010;	LRFE/PROFORTE; Foi Relator da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; Relator bastante indeciso, alterou os votos, os relatórios e o teor da proposta original várias vezes 08/04/2014 - 1o Voto do Relator 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária 22/04/2014 - 2o Voto do Relator 28/04/2014 - 3o Voto do Relator 06/05/2014 - 1a Complementação de voto, aprovada em 07/05/2014 08/04/2014 - Substitutivo 1 22/04/2014 - Substitutivo 2 28/04/2014 - Substitutivo 3 06/05/2014 - Substitutivo 4		
22.	Pedro Fernandes PTB/MA*	completou 4º mandato de deputado federal na 54ª Leg.; foi titular em algumas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE;	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;	-----
23.	Renan Filho PMDB/AL#	Autor do PL 6753/2013 (PROFORTE). Renunciou seu primeiro mandato de Deputado Federal, na 54ª Legislatura 2011-2015, para assumir o mandato de Governador do Estado de Alagoas, em 1 de janeiro de 2015. Foi titular em algumas comissões durante seu mandato com destaque para FPE; PL520113 - PL 5201/13 - PROFORTE; PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; L617013 - PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL; Suplente - CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	-----	Autor do PL 6753/2013 (PROFORTE).
24.	Rodrigo Maia DEM/RJ* Teve sua campanha eleitoral de 2010 patrocinada pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; teve realmente como doador em sua campanha eleitoral de 2010 o Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); 5º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); atualmente é titular da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; foi titular de algumas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES	Foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;	-----
25.	Romário PSB/RJ *#	1º mandato de deputado federal na 54ª Leg. foi eleito senador na 55ª Leg.; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª	04/04/2013 – nomeado Relator PL 5201/2013 (LRFE) 29/11/2013 – 3 Requerimentos aprovados de audiência pública para debater dividas dos clubes de futebol com	Entre 04/04/2013 quando foi nomeado Relator do PL

	<p>Foi o primeiro Relator do PL 5201/2013 (LRFE)</p> <p>Campanha eleitoral de 2010 financiada pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro), e teve sua campanha a senador em 2014 financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro)</p>	<p>Legislatura; foi membro de outras comissões na 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi um dos 2 “Deputados do Esporte” a ter sua campanha eleitoral de 2010 financiada pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro), e teve sua campanha a senador em 2014 financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro) Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014; foi nomeado o primeiro Relator do PL 5201/2013 (LRFE) em 04/04/2013 porém nada fez até 29/11/2013, quando iniciou uma série de requerimentos repetitivos de audiências públicas; pediu a anulação de voto de alguns colegas por crer que tinham interesses no PL em trâmite por pertencerem a “Bancada da Bola” – os acusados foram: o presidente da Comissão, deputado Jovair Arantes (PTB/GO), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Guilherme Campos (PSB/SP) e Vicente Cândido (PT/SP) dizendo que estes estavam interessados em aprovar o Proforte, conforme os interesses da CBF</p>	<p>confederações e federações olímpicas, jornalistas, Procuradoria Geral da Fazenda</p> <p>11/12/2013 – 2 Requerimentos aprovados de audiências públicas com federações de futebol, ONG contas abertas, e outros dois especialistas</p> <p>04/02/2014 – Requerimento de Informação 1 sobre débitos dos clubes de futebol e solicitação de reunião do PROFORTE com BNDES, Ministério do Trabalho, Ministério do Esporte, Banco Central, Caixa, Ministro da Casa Civil</p> <p>12/02/2014 – Requerimento de Informação 2 e 3 sobre débitos dos clubes em reunião do Proforte com Banco Central; sobre débitos dos clubes em reunião com Ministério do Trabalho, Ministério do Esporte e Casa Civil;</p> <p>12/02/2014 – 3 Requerimentos aprovados de audiências públicas com Caixa, BNDES, Ministério do Trabalho, Ministério do Exorte, Casa Civil e Banco Central</p> <p>09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária;</p> <p>07/05/2014 – Voto vencido na votação de Complementação de Voto do Parecer do Relator, emitiu questão de ordem querendo que o presidente da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE, Jovair Arantes PTB/GO considerasse branco os votos de deputados que tem envolvimento com o futebol; presidente disse que não podia fazer isso</p> <p>08/05/2014 – entra com recurso ao plenário pela questão de ordem não acatada na comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; Jovair mantém a resposta de que não poderia considerar em branco os votos de outrem</p>	<p>5201/2013 (LRFE) nada fez até 29/11/2013. Depois dessa data só fez requerimentos repetitivos e foi voto vencido na comissão, acusando colegas de participarem da “Bancada da Bola” – os acusados foram: o presidente da Comissão, deputado Jovair Arantes (PTB/GO), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Guilherme Campos (PSB/SP) e Vicente Cândido (PT/SP) dizendo que estes estavam interessados em aprovar o Proforte, conforme os interesses da CBF.</p>
26.	<p>Rubens Bueno, Líder do PPS#</p> <p>Único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo</p>	<p>Está no 4º mandato de Deputado Federal (na 55ª Leg.); um dos membros centrais na rede de “Deputados do Esporte” que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi membro titular também da PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi o único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela</p>	<p>02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015</p>	<p>Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência</p>

	Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)	campanha Brasil Sede da Copa 2014)		
27.	Silvio Torres PSDB/SP*# Foi Relator da CPI CBF/Nike em 2001; um dos "Deputados do Esporte" mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010 (66,12%); só atuou na CESPO durante a 54ª Leg. e não fez uma emenda para nenhuma área, nem mesmo para o esporte!	6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); um dos "Deputados do Esporte" mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010 (66,12%), principalmente por uma das empresas que foi a número 1 em financiamento de "Deputados do Esporte" em 2010 e 2014 – GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES S/A; não fez nenhuma emenda na 54ª Legislatura, sendo que a única comissão em que atuou como titular foi a Comissão de Esporte na 54ª Leg; foi o Relator da CPI CBF/Nike em 2001; está em seu 6º mandato de deputado federal na 55ª Legislatura (2015-2019) sempre atuando em comissões de esporte, tendo sido membro da CESPO na 54ª e na 55ª Legislaturas.	09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária; 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária	-----
28.	Vicente Cândido PT/SP* Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; é vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de Marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF.	Acusado por Romário e pela imprensa de ser da Bancada da Bola e da Bancada dos Cartolas; a prestação de contas de seu financiamento de campanha em geral era de si para si ou proveniente da campanha de outros candidatos, o que não possibilitou rastrear empresas doadoras; 1º Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; é vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF; 2º mandato como Deputado Federal na 55ª Leg.; foi também titular de outras comissões durante a 54ª Leg. com destaque para as comissões PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. A comissão do PL 5201/2013 foi criada em 20/03/2013 e somente em 27/11/2013 ele, que era o 1º Vice-Presidente, foi solicitar 16 requerimentos solicitando audiências públicas com diversos atores, embora pertinentes, vieram tarde.	Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 27/11/2013 – emite 16 requerimentos (todos aprovados) solicitando audiências públicas para debater as questões de dívida dos clubes de futebol 09/04/2014 – sendo da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE teve vista ao processo em reunião deliberativa ordinária; 25/02/2015 – Solicitou requerimento em regime de urgência dos PLs LRFE/PROFORTE, mas isso já havia sido solicitado por um grupo de deputados em 02/04/2014 pelo Req. 9909/2014 o qual foi atendido em 26/02/2015	A comissão foi criada em 20/03/2013 e somente em 27/11/2013 ele foi solicitar 16 requerimentos solicitando audiências públicas com diversos atores, pertinentes. Acusado por Romário e pela imprensa de ser da Bancada da Bola e da Bancada dos Cartolas.
29.	Vicentinho, Líder do PT	4º mandato de deputado federal na 55ª Leg.; foi titular de algumas comissões durante a 54ª Leg.	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	Contribuiu para o andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
30.	Vieira da Cunha, Líder do	2º mandato de Deputado Federal na 54ª Leg.; foi titular de algumas	02/04/2014 – autor junto com outros deputados do	Contribuiu para o

	PDT	comissões durante a 54ª Leg. com destaque para comissão de CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.	Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência para apreciação dos PLs, o qual foi aprovado em 26/02/2015	andamento dos PLs Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência
31.	Wilson Filho PTB/PB#	1º mandato de deputado federal na 54ª Leg.; membro da FPE e CTD na 54ª Leg.; Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e na comissão PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; Titular nas comissões SUBECOPA - CDU - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA COPA E OLIMPÍADAS; L617013 - PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL; CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	Suplente na Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE 09/12/2013 – Requerimento de audiência pública em São Luís no Maranhão para discutir PROFORTE, sendo deputado da Paraíba	Adiou andamento do processo com requerimento equivocado.

Fonte: Elaboração própria

3.2.2 Considerações Finais sobre a Influência Política dos “Deputados do Esporte” na tramitação da LRFE e PROFORTE

O primeiro projeto, o PL 5201/2013, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT/CE), “Deputado do Esporte” que mais destinou emendas para o esporte, foi corretamente denominado Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE), porque previa que os clubes de futebol e a CBF, recebendo dinheiro público, estariam sujeitos à prestação de contas públicas e fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União) e CGU (Controladoria Geral da União). Ainda, o projeto estipulava que a CBF deveria destinar 10% da renda publicitária obtida pela seleção brasileira para a formação de novos atletas em um fundo criado para isso, com recursos também uma nova raspadinha futebolística a ser lançada pela Caixa.

O segundo projeto, o PL 6753/2013 (PROFORTE) incentivado pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), de autoria do deputado Renan Filho (PMDB-AL), o qual servia unicamente a clubes de futebol, unificava todas as dívidas com o INSS, Imposto de Renda, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), Receita Federal, Timemania e Banco Central em um valor único, previa anistia de 90% da dívida dos clubes, o pagamento de 10% da dívida poderia ser parcelado em 20 anos, e não falava em controle ou imposto sobre a CBF. Posteriormente alteraram proposta colocando que o débito seria quitado através de investimentos na formação de atletas olímpicos, incluindo assim as federações e confederações esportivas, além dos clubes formadores de atleta. Depois, alteraram dizendo que 100% do débito seria pago parcelado em até 25 anos. As estimativas indicavam que o valor total das dívidas dos clubes de futebol com o governo era entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões, estando os clubes grandes com dívida de cerca de 3 milhões em tributos federais.

Num sumário da tramitação dos PLs LRFE/PROFORTE, podemos dizer que:

- O PL 5201/2013 (LRFE) foi iniciado em 20/03/2013;
- O PL 6753/2013 (PROFORTE) foi iniciado 13/11/2013 e somente três meses depois passou a tramitar em conjunto com o PL 5201/2013 (LRFE), em 14/02/2014;
- Ambos foram encerrados dois anos depois em 19/03/2015 (“retirado de pauta de ofício”), durante esse período ocorreram:
- 47 Requerimentos;

- 3 Requerimentos de Informação;
- Durante 8 sessões a matéria não foi apreciada por falta de quórum;
- O Relator fez seu Voto de Relator 3 vezes, ainda com 1 Complementação de Voto e 4 Substitutivos.

Sobre o encerramento da tramitação apenas consta no Diário Oficial da Câmara dos Deputados no dia 13/02/2015, páginas 189 e 190, o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 5.201-A, DE 2013

(Do Sr. André Figueiredo)

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.201-A, de 2013, que altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação parcial deste e do de nº 6.753/2013, **apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Otávio Leite).** (PROFORTE) (t 62 e T64) **Tendo apensado o PL nº 6.753/13***

*O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – **Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, assinado por vários Líderes e pelo Deputado Jovair Arantes.***

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Há um consenso de este projeto ficar para a semana que vem, porque não foi concluída a negociação.

O SR. ALIEL MACHADO (PCdoB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Aliel Machado votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Em votação o requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

APROVADO.

O SR. OTÁVIO LEITE – Sr. Presidente, por favor, tenho um esclarecimento, como Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Pois não, Deputado Otávio Leite.

*O SR. OTÁVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós, e aí eu falo do conjunto dos Deputados, **de maneira suprapartidária vimos discutindo esse tema há mais de ano e meio. Há um relatório pronto e há, ao mesmo tempo, uma emenda substitutiva global que vem sendo***

construída a mil mãos dentro desta Casa, o que eu acho um processo extremamente saudável, para podermos oferecer uma lei estruturante para o futebol brasileiro. Nós íamos votar ontem o projeto. V.Exa., inclusive, tem sido um animador desse processo. Aliás, falam de presidencialismo, falam de parlamentarismo, mas, diga-se de passagem, eu queria sublinhar que se instalou um novo condicionamento doutrinário constitucional brasileiro, que é uma espécie de congressual-presidencialismo, na gestão de V.Exa. Seguindo nessa esteira, rapidamente eu queria dizer que aguardamos uma manifestação oficial do Governo até terça-feira. Do contrário, nós votaremos o projeto, que está pronto. A todos os Líderes, mais uma vez, quero avisar: a matéria está em aberto para que possam ser oferecidas sugestões, emendas. Esse projeto é da maior relevância para que os clubes tenham uma saída do atoleiro em que se encontram – todos, grandes, médios, pequenos –, impondo-lhes uma série de restrições de responsabilidade fiscal e gestão democrática e transparente. Então, eu gostaria de ressaltar que esta talvez tenha sido a última volta do ponteiro. É indispensável que votemos a matéria na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) – Estará na pauta.

Houve mais duas sessões, em 17 e 18 de março de 2015, quando a matéria não foi apreciada por encerramento da sessão. Até que em 19 de março de 2015 ela foi “retirada de pauta de ofício”.

No fim das contas, a Medida Provisória nº 671/2015, fruto do compromisso estabelecido entre a então presidente Dilma Rousseff e o movimento de atletas profissionais de futebol denominado Bom Senso Futebol Clube, foi apresentada em 20/03/2015 ao Congresso Nacional e convertida na Lei nº 13.155/2015 denominada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte em 04/08/2015.

A Lei nº 13.155 de 2015 visa:

- Estabelecer princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol;
- Instituiu parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União;
- Criou a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT), vinculada ao Ministério do Esporte, com a finalidade fiscalizar e disciplinar o cumprimento das condições de manutenção no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT);
- O PROFUT trata-se de uma série de princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática

que os clubes têm de seguir para terem direito ao parcelamento especial das dívidas com a União;

- Dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais (dirigentes de clubes passam a ter responsabilidade civil e penal por atos de sua gestão);

- Cria a Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX, tendo como tema marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual – e substituição a Timemania;

- Alterou as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.

Quanto à influência política dos “Deputados do Esporte” (membros da FPE, CTD e CESPO) durante os dois anos de tramitação dos PLs LRFE/PROFORTE, podemos dizer que, o fato de ter sido criada a comissão especial para apreciar o projeto (n=42), na qual os “Deputados do Esporte” eram minoria (n=15), fez com que outros deputados, presentes em maior número, tivessem maior prioridade (pela ocupação de cargos na comissão) e pró-atividade (atuação política) na tramitação. Foi o caso de Jovair Arantes (PTB/GO) presidente da Comissão Especial, e Vicente Cândido (PT/SP) 1º Vice-Presidente da Comissão Especial.

Dos 31 deputados atuantes na tramitação dos PLs LRFE/PROFORTE, tivemos 15 como sendo “Deputados do Esporte”, com destaque para atuação política de: André Figueiredo (PDT/CE) como autor do PL 5201/2013 (LRFE); Danrlei Hinterholz PSD/RS como 3º Vice-Presidente; Otávio Leite (PSDB/RJ) como Relator; Romário (PSB/RJ) como inicialmente primeiro Relator e atuante politicamente; José Rocha (PR/BA) atuante politicamente.

Dentre os 13 deputados que pediram tramitação em regime de urgência dos PLs, nenhum deles é classificado como “Deputado do Esporte” (isto é, membro da FPE, CTD ou CESPO).

Apesar de terem sido engavetados os PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE), a atuação dos deputados durante seus dois anos de tramitação é digna de observação, pois nos conduz a quem seriam os deputados da Bancada da Bola, a qual discutimos no tópico a seguir.

3.2.3 “Deputados do Esporte” e a Bancada da Bola

Vimos que os dos PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE) tinham como foco resolver “a situação” de endividamento de clubes de futebol e secundariamente promover o esporte em geral. O futebol, tema privilegiado na legislação de esporte desde o seu devir, continua sendo o balizador das políticas de esporte no Brasil, relegando outros esportes a menor fomento e prestígio, dificultando assim a efetivação do esporte como um direito social estabelecido na constituição brasileira. É mais do que necessária uma reforma política que traga mais transparência ao processo eleitoral e legislativo. Investigações sobre supostos membros da “Bancada da Bola” devem ser exploradas, de modo a confrontar denúncias com dados.

A “Bancada da Bola” – parlamentares com comprovado patrocínio de campanhas eleitorais pelos mesmos patrocinadores do futebol brasileiro – identificada neste estudo teve como base todas as análises feitas. A análise sobre os deputados apontados como centrais na Análise de Rede feita entre os 206 membros da FPE, e também as análises sobre financiamento e emendas dos 61 deputados que compuseram as Comissões Permanentes do tema Esporte (CTD e CESPO) na 54^a Legislatura – totalizando 237 parlamentares diferentes (posto que muitos estiveram na CTD, CESPO e FPE). Ainda, a análise do financiamento dos parlamentares apontados em acusações, bem como dos envolvidos no trâmite dos Projetos de Lei 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE). Estas análises permitiram identificar os integrantes da “Bancada da Bola” na 54^a Legislatura. Contudo, antes de sumarizar os dados desta tese que nos levaram a nomear a Bancada da Bola na 54^a Legislatura conforme é apresentada no Quadro 3.7, convém citar dois fatos:

- O Deputado Romário foi nomeado o primeiro Relator do PL 5201/2013 (LRFE) em 04/04/2013 porém nada fez até 29/11/2013, quando iniciou uma série de requerimentos repetitivos de audiências públicas; pediu a anulação de voto de alguns colegas por crer que tinham interesses no PL em trâmite

por pertencerem a “Bancada da Bola” – seriam eles o presidente da Comissão, deputado Jovair Arantes (PTB/GO), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Guilherme Campos (PSB/SP) e Vicente Cândido (PT/SP) dizendo que estes estavam interessados em aprovar o PROFORTE, conforme os interesses da CBF;

– O seguinte Relator, o Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) chegou a declarar: "Recebi um pedido do presidente da Câmara [Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)] para que o texto não tenha a CBF, porque senão ele não será aprovado quando subir ao plenário", explicou o deputado. "O ministro do Esporte [Aldo Rebelo] também manifestou sua preocupação de que o projeto fosse ficar empacado caso trouxesse os pontos relativos à entidade e que seria melhor separar as coisas e tratar dela separadamente, depois".¹

Note-se que o deputado Romário (PSB/RJ) foi financiado pela Itaipava em 2010 e pela AMBEV em 2014, quando foi então eleito senador. Sobre os deputados que Romário (PSB/RJ) acusa: Jovair Arantes (PTB/GO) não teve doadores que tenham relação direta com o futebol; Rodrigo Maia (DEM/RJ) teve realmente como doador em sua campanha eleitoral de 2010 o Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); já Guilherme Campos (PSB/SP) teve doações para sua campanha eleitoral em 2010 do Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e do Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016); enquanto o deputado Vicente Cândido (PT/SP) publicamente é conhecido por ser vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de Marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF.

¹ Conforme divulgado no link: <http://josecruz.blogosfera.uol.com.br/tag/proforte/> Disponível em 15/01/2017.

Quadro 3.7 – Bancada da Bola na 54ª Legislatura

n	Deputados	Partido	UF	Evidências
1.	Afonso Hamm	PP	RS	Esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte; 4º mandato de deputado federal (55ª Leg); foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial para julgar os PLs LRFE/PROFORTE, PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES, PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL e Comissão de Turismo e Desporto (CTD); ainda, Comissão do Esporte (CESPO) na 54ª e 55ª Leg; 4º mandato como deputado federal (55ª Leg); esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte. Adiou tramitação dos PLs com solicitações de audiências públicas que já haviam sido realizadas anteriormente
2.	Danlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi atleta profissional de futebol; um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010, foi o único financiado pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol) em 2010; é também um dos “Deputados do Esporte” que destinou maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura; foi titular da CTD, CESPO e FPE durante a 54ª Legislatura; e titular da CESPO na 55ª Legislatura, em seu 2º mandato de deputado federal; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE na 54ª Legislatura
3.	Fábio Reis	PMDB	SE	Membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura, permanecendo membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi um dos 2 “Deputados do Esporte” a ter sua campanha eleitoral de 2014 financiada pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)
4.	Guilherme Campos	PSD	SP	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; teve doações para sua campanha eleitoral em 2010 do Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014) e do Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016); 2º mandato como deputado federal durante a 54ª Leg.; foi titular e suplente em diversas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORT e SUBSEGCO - CSPCCO-SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA NA COPA; foi Titular da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na qual tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE.
5.	José Rocha	PR	BA	6º mandato como deputado federal (na 55ª Leg.); sua campanha eleitoral em 2010 foi financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro e da CBF) e da Construtora Camargo Correia (envolvida na Operação Lava Jato da Polícia Federal); foi titular de diversas comissões na 54ª Leg. com destaque para a CTD; Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES. Adiou andamento do processo com requerimentos de audiências públicas com atores que já haviam sido contemplados anteriormente
6.	Jovair Arantes	PTB	GO	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; não teve doadores que tenham relação direta com o futebol; foi Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; 6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); foi membro de algumas comissões como titular na 54ª Leg.; Adiou andamento do processo com requerimento de audiência pública equivocada; a matéria não foi examinada em 8 reuniões quase todas consecutivas e sempre por encerramento da sessão, e ele enquanto presidente não entrevistou; Contribuiu para o andamento dos PLs em 02/04/2014 Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência; MAS.....em 12/03/2015 assinou requerimento de retirada de pauta dos PLs LRFE/PROFORTE, junto com vários Líderes
7.	Otávio Leite	PSDB	RJ	Foi o único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); também teve financiamento de campanha pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro) nas eleições de 2010; está no 4º mandato de Deputado Federal (na 55ª Leg.); um dos membros centrais na rede de “Deputados do Esporte” que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; membro da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA onde tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE; Foi Relator da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; Relator bastante indeciso, alterou os votos, os relatórios e o teor da proposta original

				várias vezes 08/04/2014 – 1º Voto do Relator 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária 22/04/2014 – 2º Voto do Relator 28/04/2014 – 3º Voto do Relator 06/05/2014 – 1ª Complementação de voto, aprovada em 07/05/2014 08/04/2014 - Substitutivo 1 22/04/2014 - Substitutivo 2 28/04/2014 - Substitutivo 3 06/05/2014 - Substitutivo 4
8.	Renan Filho	PMDB	AL	Autor do PL 6753/2013 (PROFORTE). Renunciou seu primeiro mandato de Deputado Federal, na 54ª Legislatura 2011-2015, para assumir o mandato de Governador do Estado de Alagoas, em 1 de janeiro de 2015. Foi titular em algumas comissões durante seu mandato com destaque para FPE; PL520113 - PL 5201/13 - PROFORTE; PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; L617013 - PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL; Suplente - CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.
9.	Rodrigo Maia	DEM	RJ	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; teve realmente como doador em sua campanha eleitoral de 2010 o Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); 5º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); atualmente é titular da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; foi titular de algumas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES.
10.	Deputado Rubens Bueno	PPS	PR	Um dos membros centrais na rede de "Deputados do Esporte" que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi o único "Deputado do Esporte" a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)
11.	Deputado Romário	PSB	RJ	1º mandato de deputado federal na 54ª Leg. foi eleito senador na 55ª Leg.; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura; foi membro de outras comissões na 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi um dos 2 "Deputados do Esporte" a ter sua campanha eleitoral de 2010 financiada pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro), e teve sua campanha a senador em 2014 financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro) Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014; foi nomeado o primeiro Relator do PL 5201/2013 (LRFE) em 04/04/2013 porém nada fez até 29/11/2013, quando iniciou uma série de requerimentos repetitivos de audiências públicas; pediu a anulação de voto de alguns colegas por crer que tinham interesses no PL em trâmite por pertencerem a "Bancada da Bola" – os acusados foram: o presidente da Comissão, deputado Jovair Arantes (PTB/GO), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Guilherme Campos (PSB/SP) e Vicente Cândido (PT/SP) dizendo que estes estavam interessados em aprovar o Proforte, conforme os interesses da CBF.
12.	Deputado Sarney Filho*	PV	MA	É irmão de Fernando Sarney, vice-presidente da CBF para o Nordeste. Não teve financiamento de campanha de patrocinadores de futebol nas eleições de 2010 e 2014, porém declarou maior parte do seu patrimônio constante nos Bancos Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); atualmente foi reeleito e está em seu 9º mandato como Deputado Federal.
13.	Deputado Silvio Torres	PSDB	SP	6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); um dos "Deputados do Esporte" mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010 (66,12%), principalmente por uma das empresas que foi a número 1 em financiamento de "Deputados do Esporte" em 2010 e 2014 – GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES S/A; não fez nenhuma emenda na 54ª Legislatura, sendo que a única comissão em que atuou como titular foi a Comissão de Esporte na 54ª Leg; foi o Relator da CPI CBF/Nike em 2001; está em seu 6º mandato de deputado federal na 55ª Legislatura (2015-2019)

				sempre atuando em comissões de esporte, tendo sido membro da CESPO na 54ª e na 55ª Legislaturas.
14.	Deputado Valdivino Oliveira	PSDB	GO	Presidente do Atlético Goianense; na 54ª Leg foi membro da FPE. Em 2010 teve sua campanha financiada pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol); foi titular na Comissão que julgou os PLs 5201/2013 (LRFE) e 6753/2013 (PROFORTE)
15.	Deputado Vicente Cândido	PT	SP	Acusado por Romário e pela imprensa de ser da Bancada da Bola e da Bancada dos Cartolas; a prestação de contas de seu financiamento de campanha em geral era de si para si ou proveniente da campanha de outros candidatos, o que não possibilitou rastrear empresas doadoras; 1º Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; é vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF; 2º mandato como Deputado Federal na 55ª Leg.; foi também titular de outras comissões durante a 54ª Leg. com destaque para as comissões PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. A comissão do PL 5201/2013 foi criada em 20/03/2013 e somente em 27/11/2013 ele, que era o 1o Vice-Presidente, foi solicitar 16 requerimentos solicitando audiências públicas com diversos atores, embora pertinentes, vieram tarde.

Fonte: Elaboração própria

* Deputados que também foram da Bancada da Bola na 54ª Legislatura.

Ainda com base nos dados, foi possível apontar também os integrantes da “Bancada da Bola” na 55ª Legislatura, conforme pode ser visto no Quadro 3.8 a seguir:

Quadro 3.8 – Bancada da Bola na 55ª Legislatura

n	Parlamentar			Evidências
1.	Deputado Afonso Hamm*	PP	RS	Esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte; 4º mandato de deputado federal (55ª Leg); foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial para julgar os PLs LRFE/PROFORTE, PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES, PL 6170/13 - REGULAMENTA O MARKETING MULTINÍVEL e Comissão de Turismo e Desporto (CTD); ainda, Comissão do Esporte (CESPO) na 54ª e 55ª Leg; 4º mandato como deputado federal (55ª Leg); esteve entre 10 “Deputados do Esporte” mais bem financiados por empresas em 2010, porém destinando pouco montante em emendas para o esporte. Adiou tramitação dos PLs com solicitações de audiências públicas que já haviam sido realizadas anteriormente
2.	Deputado Danrlei de Deus Hinterholz*	PSD	RS	Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi atleta profissional de futebol; um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010, foi o único financiado pelo Banco BMG (o maior patrocinador do futebol brasileiro, estampando sua marca no uniforme de 39 clubes de futebol) em 2010; é também um dos “Deputados do Esporte” que destinou maior montante em emendas para o esporte na 54ª Legislatura; foi titular da CTD, CESPO e FPE durante a 54ª Legislatura; e titular da CESPO na 55ª Legislatura, em seu 2º mandato de deputado federal; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE na 54ª Legislatura
3.	Deputado Fábio Reis*	PMDB	SE	Membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura, permanecendo membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi um dos 2 “Deputados do Esporte” a ter sua campanha eleitoral de 2014 financiada pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)
4.	Deputado João Derly	REDE	RS	Membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi um dos 2 “Deputados do Esporte” a ter sua campanha eleitoral de 2014 financiada pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)
5.	Deputado José Rocha*	PR	BA	6º mandato como deputado federal (na 55ª Leg.); sua campanha eleitoral em 2010 foi financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro e da CBF) e da Construtora Camargo Correia (envolvida na Operação Lava Jato da Polícia Federal); foi titular de diversas comissões na 54ª Leg. com destaque para a CTD; Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE e PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES. Adiou andamento do processo com requerimentos de audiências públicas com atores que já haviam sido contemplados anteriormente
6.	Deputado Jovair Arantes*	PTB	GO	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; não teve doadores que tenham relação direta com o futebol; foi Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; 6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); foi membro de algumas comissões como titular na 54ª Leg.; Adiou andamento do processo com requerimento de audiência pública equivocada; a matéria não foi examinada em 8 reuniões quase todas consecutivas e sempre por encerramento da sessão, e ele enquanto presidente não entrevistou; Contribuiu para o andamento dos PLs em 02/04/2014 Requerimento 9909/2014 que solicitava regime de urgência; MAS.....em 12/03/2015 assinou requerimento de retirada de pauta dos PLs LRFE/PROFORTE, junto com vários Líderes
7.	Deputado Marcelo Aro	PHS	MG	Membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura sendo, dentre os “Deputados do Esporte”, o que mais recebeu financiamento empresarial (84,43%), o único “Deputado do Esporte” a ter sua campanha de 2014 financiada pelo Banco BMG
8.	Deputado Otávio Leite*	PSDB	RJ	Foi o único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); também teve financiamento de campanha pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro) nas eleições de 2010; está no 4º mandato de Deputado Federal (na 55ª Leg.); um dos membros centrais na rede de “Deputados do Esporte” que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte

				na 55ª Legislatura; membro da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi titular de várias comissões durante a 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CSSF - SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA onde tramitaram os PLs LRFE/PROFORTE; Foi Relator da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; Relator bastante indeciso, alterou os votos, os relatórios e o teor da proposta original várias vezes 08/04/2014 - 1o Voto do Relator 22/04/2014 – PLs discutidos na Comissão Especial LRFE/PROFORTE a qual era deliberativa ordinária 22/04/2014 - 2o Voto do Relator 28/04/2014 - 3o Voto do Relator 06/05/2014 - 1a Complementação de voto, aprovada em 07/05/2014 08/04/2014 - Substitutivo 1 22/04/2014 - Substitutivo 2 28/04/2014 - Substitutivo 3 06/05/2014 - Substitutivo 4
9.	Deputado Rodrigo Maia*	DEM	RJ	Acusado por Romário de ser da Bancada da Bola; teve realmente como doador em sua campanha eleitoral de 2010 o Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); 5º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); atualmente é titular da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; foi titular de algumas comissões durante a 54ª Leg. com destaque para Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; e PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES.
10.	Deputado Rubens Bueno*	PPS	PR	Está no 4º mandato de Deputado Federal (na 55ª Leg.); um dos membros centrais na rede de “Deputados do Esporte” que participaram de Comissões Permanentes do Esporte (CTD e CESPO) na 54ª Legislatura; permaneceu membro da Comissão de Esporte na 55ª Legislatura; foi membro titular também da PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi o único “Deputado do Esporte” a ter suas duas campanhas eleitorais (2010 e 2014) financiadas pelo Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014)
11.	Senador Romário*	PSB	RJ	1º mandato de deputado federal na 54ª Leg. foi eleito senador na 55ª Leg.; foi da Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; foi membro da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Esporte na 54ª Legislatura; foi membro de outras comissões na 54ª Leg. com destaque para PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES; foi um dos 2 “Deputados do Esporte” a ter sua campanha eleitoral de 2010 financiada pela Itaipava (patrocinadora do futebol brasileiro), e teve sua campanha a senador em 2014 financiada pela AMBEV (patrocinadora do futebol brasileiro) Banco Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014; foi nomeado o primeiro Relator do PL 5201/2013 (LRFE) em 04/04/2013 porém nada fez até 29/11/2013, quando iniciou uma série de requerimentos repetitivos de audiências públicas; pediu a anulação de voto de alguns colegas por crer que tinham interesses no PL em trâmite por pertencerem a “Bancada da Bola” – os acusados foram: o presidente da Comissão, deputado Jovair Arantes (PTB/GO), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Guilherme Campos (PSB/SP) e Vicente Cândido (PT/SP) dizendo que estes estavam interessados em aprovar o Proforte, conforme os interesses da CBF
12.	Deputado Sarney Filho*	PV	MA	É irmão de Fernando Sarney, vice-presidente da CBF para o Nordeste. Não teve financiamento de campanha de patrocinadores de futebol nas eleições de 2010 e 2014, porém declarou maior parte do seu patrimônio constante nos Bancos Bradesco (patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016) e Banco Itaú (patrocinador do Futebol e do Futebol de Areia, e responsável pela campanha Brasil Sede da Copa 2014); atualmente foi reeleito e está em seu 9º mandato como Deputado Federal.
13.	Deputado Silvio Torres*	PSDB	SP	6º mandato de deputado federal (na 55ª Leg.); um dos “Deputados do Esporte” mais bem financiado por empresas nas eleições de 2010 (66,12%), principalmente por uma das empresas que foi a número 1 em financiamento de “Deputados do Esporte” em 2010 e 2014 – GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES S/A; não fez nenhuma emenda na 54ª Legislatura, sendo que a única comissão em que atuou como titular foi a

				Comissão de Esporte na 54ª Leg; foi o Relator da CPI CBF/Nike em 2001; está em seu 6º mandato de deputado federal na 55ª Legislatura (2015-2019) sempre atuando em comissões de esporte, tendo sido membro da CESPO na 54ª e na 55ª Legislaturas.
14.	Deputado Vicente Cândido	PT	SP	Acusado por Romário e pela imprensa de ser da Bancada da Bola e da Bancada dos Cartolas; a prestação de contas de seu financiamento de campanha em geral era de si para si ou proveniente da campanha de outros candidatos, o que não possibilitou rastrear empresas doadoras; 1º Vice-Presidente Comissão Especial dos PLs LRFE/PROFORTE; é vice da Federação Paulista de Futebol e sócio em escritório de advocacia de marco Polo Del Nero, presidente eleito da CBF; 2º mandato como Deputado Federal na 55ª Leg.; foi também titular de outras comissões durante a 54ª Leg. com destaque para as comissões PL233011 - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES e CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA. A comissão do PL 5201/2013 foi criada em 20/03/2013 e somente em 27/11/2013 ele, que era o 1º Vice-Presidente, foi solicitar 16 requerimentos solicitando audiências públicas com diversos atores, embora pertinentes, vieram tarde.

Fonte: Elaboração própria

* Deputados que também foram da “Bancada da Bola” na 54ª Legislatura.

Desvelamos assim como agem os “Deputados do Esporte”, infelizmente não em prol do esporte. A produção legislativa na área de esporte é pífia, há ineficiência seja por um processo legislativo moroso ou pela incompetência dos parlamentares em lidar com o processo legislativo e as demandas sociais para o esporte de forma eficaz. A proposição legislativa é truncada, repetitiva, conflitante, em desacordo até com a norma. As efetivas leis que atendem à demanda social para o esporte, como foi o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, evidenciam os grupos de interesse envolvidos e os entraves à política de esporte e mesmo uma evolução política e democrática no Congresso Nacional brasileiro. Isso sem falar de projetos de lei interessantes que tramitam de forma demorada e “morrem antes de chegar à praia”.

Há vários aspectos a serem explorados no estudo de políticas de esporte, espero que este trabalho tenha sido um incentivo a novas pesquisas e ao aprimoramento também do fazer política de esporte.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desta tese, estudamos os parlamentares que compuseram a Frente Parlamentar Mista do Esporte (FPE) no Congresso Nacional Brasileiro na 54^a Legislatura. Notamos que as Frentes Parlamentares são pouco estudadas, e este foi o primeiro estudo sobre a FPE. O problema colocado foi o de verificar o potencial político dessa frente (rede). Desse modo, buscamos verificar se os membros da FPE individualmente ou coletivamente (enquanto rede de atores no Congresso Nacional) possuem capital político para buscar efetivá-lo em influência política na legislação de esporte.

Qual o capital político individual e coletivo dos membros da FPE? Qual é sua expertise política, sua credibilidade partidária, sua especialização no tema esporte e suas relações com o esporte para além de seu papel parlamentar no congresso nacional? Quem são os membros centrais da rede? O que determina essa centralidade?

A hipótese era de que, coadunando com o objetivo de uma frente parlamentar, estes membros ocupariam espaços decisórios pertinentes a legislação de esporte, e teriam capital político individual e coletivo para isso. Ainda, que os membros com maior especialização no tema esporte e associativismo a instituições de esporte fora do Congresso Nacional seriam os membros mais centrais na rede.

O método utilizado foi o da análise prosopográfica (perfil político) e análise de rede. Destacamos como contribuição deste estudo: a criação de um método para análise de uma frente parlamentar, o qual incluiu (a) a mensuração do capital político individual específico dos membros (o qual constituiu 4 fatores) e também o (b) capital político coletivo dos membros (ocupação de espaços decisórios – o que constituiu a rede), (c) mesclando os dois métodos (prosopografia e análise de rede).

Como esperado na hipótese pertinente a rede: sim, os membros possuem capital político individual e coletivo para buscar efetivar sua influência na legislação de esporte. Porém, quanto a segunda hipótese, os fatores determinantes para centralidade na rede são a *expertise* política, isto é, políticos profissionais, e em segundo lugar, a especialização no tema, isto é, maior atuação parlamentar e formação na área de esporte.

A contribuição deste primeiro capítulo foi a de desvelar o funcionamento da rede FPE e sua real possibilidade de influência na legislação de esporte bem como a disponibilização de um novo método para estudo de frentes parlamentares.

No Capítulo 2 estudamos os deputados que compuseram a Comissão Permanente referente ao tema esporte na Câmara dos Deputados. Durante a 54ª Legislatura, o tema esporte transitou entre duas comissões permanentes, a Comissão de Turismo e Desporto (do início da legislatura até fevereiro de 2014) e a Comissão de Esporte (de fevereiro de 2014 até o fim da legislatura).

Dentre as diversas formas que poderíamos abordar a ação política dos deputados do esporte, escolhemos analisar sua atuação no pertinente a destinação de emendas parlamentares, se estas eram destinadas ao esporte em sua maioria ou se estes deputados destinavam-nas a outras áreas, e o que motivaria isso. Para tanto analisamos seu financiamento empresarial de campanha, de modo a verificar se as emendas, quando não destinadas em sua maioria ao esporte, poderiam estar sendo utilizadas como retorno às empresas financiadoras, por meio do destino das emendas ao setor econômico de atuação destas empresas. Ainda, se estas empresas teriam contratos com o governo no período pós eleitoral.

A hipótese era de que os deputados do esporte destinariam mais emendas ao esporte. O método consistiu em examinar o financiamento empresarial de campanha, as emendas orçamentárias individuais e os contratos do governo federal com as empresas financiadoras no período pós eleição, utilizando a análise de rede.

O estudo desenvolvido neste capítulo foi (1) o primeiro a abordar o financiamento de campanha de uma forma específica, isto é, pelo foco de deputados que atuam numa área específica (esporte), (2) observando sua atuação parlamentar em um nicho específico (emendas parlamentares), e (3) verificando toda a cadeia relacionada a essa atuação política, isto é, a relação entre empresas financiadoras, deputados e suas emendas, e contratos de empresas financiadoras com o governo.

No pertinente a destinação de emendas, constatamos que os deputados, contrariando a hipótese, destinavam a maioria das emendas (após primeiramente cumprirem a prerrogativa legal do estabelecido para saúde) para a área de governo correspondente ao setor econômico das empresas que financiaram suas campanhas (Infraestrutura / Construtoras) e somente depois para o esporte.

A contribuição deste segundo capítulo foi a de elucidar meandros da política de esporte no pertinente a relação entre empresas financiadoras, atuação política de deputados financiados quanto as emendas orçamentárias e possível benefício a estas empresas por meio de contratos com o governo. Além de apresentar um método para estudo de financiamento de campanha e atuação parlamentar.

No Capítulo 3, buscamos mensurar a influência política dos “Deputados do Esporte”, isto é, os que atuaram na FPE e/ou em alguma das Comissões Permanentes (CTD ou CESPO) destinadas a tratar o tema esporte na Câmara dos Deputados durante a 54ª Legislatura.

Seja na frente ou na comissão, estes deputados buscavam de forma informal e formal influenciar a legislação de esporte. O problema aqui colocado é: Estes deputados exerceram efetivamente alguma influência política na legislação de esporte? Quantas e quais proposições legislativas fizeram na 54ª Legislatura? Quantas e quais proposições se efetivaram como leis? No pertinente a alguma proposição legislativa específica, de que forma eles atuaram? Em prol do esporte ou de algum grupo de interesse?

A hipótese era de que os deputados do esporte atuariam de forma efetiva na legislação de esporte, isto é, seriam os responsáveis pela maioria das proposições legislativas na área de esporte, buscando efetivar estas proposições legislativas, e com respeito a uma proposição legislativa específica, sua atuação política seria em prol do esporte em geral.

Dentre as diversas formas que poderíamos verificar se estes deputados exerceram influência na legislação esportiva, optamos por uma apontada na literatura, porém a realizamos de forma aperfeiçoada. Isto porque buscamos saber: (1) o total de proposições legislativas apresentadas na área de esporte, quantas e quais dessas proposições foram feitas pelos deputados do esporte; (2) ainda, quantas e quais proposições legislativas se efetivaram leis, e quais delas eram de autoria dos deputados do esporte; (3) ainda, a atuação destes deputados na tramitação de uma proposição legislativa específica, a qual beneficiaria o esporte de uma forma global, a qual foi muito debatida no congresso, no meio esportivo (atletas, clubes, federações, ministério do esporte, etc) e na sociedade, o projeto conhecido como PROFORTE – que na realidade era a proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (PL 5201/2013) e seu adendo, o Projeto de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (PL 6357/2013).

Este foi o primeiro estudo que abordou de forma determinante a influência política de deputados que atuam na área de esporte, isto é, sua atuação política quanto a emendas orçamentárias e legislação sobre o tema; (2) o primeiro estudo sobre deputados do esporte; (3) foi feito confronto entre os resultados encontrados da atuação política – proposição e efetivação de legislação esportiva, e atuação na

tramitação do PROFORTE – com os resultados dos capítulos anteriores sobre centralidade na FPE, financiamento de campanha e emendas parlamentares, bem como as denúncias feitas da tão falada “Bancada da Bola”.

Verificamos que sim, eles atuaram de forma a influenciar a política de esporte.

Primeiro porque propuseram a maioria das proposições legislativas; entretanto, a efetivação das mesmas não ocorreu como esperado devido a grande influência do Executivo na agenda política do congresso e também devido a morosidade do processo legislativo. Digno de nota são as matérias dos projetos de lei que não são levados à concretude, principalmente quando associados aos setores econômicos que financiam os deputados do esporte.

Em segundo lugar, ao examinar o PROFORTE, verificamos que eles atuaram não em prol ao esporte como esperado, mas em prol de um grupo de interesse, seus financiadores (patrocinadores da CBF e clubes de futebol brasileiro), atuando assim como “Bancada da Bola”. Posto que, vetaram como puderam o projeto que beneficiaria o esporte em geral em “detrimento” do futebol, isto é, das regalias que o futebol possui em termos de financiamento e crescente tolerância a sua sonegação fiscal. Ainda, este cruzamento de dados permitiu identificar quem foram os deputados que compuseram a Bancada da Bola na 54ª Legislatura e início da 55ª Legislatura.

A contribuição deste capítulo foi revelar a influência política na legislação de esporte por parte dos deputados que atuam no tema esporte, oferecendo um método mais acurado para o estudo de influência política num tema legislativo específico.

Há uma série infindável de questões a serem colocadas sobre a política de esporte brasileira, e com certeza muitas delas ainda inexploradas. Reconhecer a gênese dos estudos em políticas públicas na área de Ciência Política nos possibilita conhecer novos métodos e olhares ao nosso objeto de estudo, este *savoir faire* se bem aplicado pode propiciar um frutífero campo de pesquisa em políticas de esporte. A concreção dessa tese num programa interdisciplinar de pós-graduação como este, com professores e colegas de áreas diversas, como Ciência Política, Direito, Economia, Relações Internacionais e outras, foi extremamente enriquecedor a este trabalho.

Anexo 1 – Lista dos Parlamentares do Esporte

Foram 237 os parlamentares envolvidos com o tema esporte no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura.

Primeiramente são apresentados os Deputados que foram de Comissões Permanentes relacionadas ao Esporte (CTD e/ou CESPO) na Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura, demarcando aqueles que também eram da FPE neste mesmo período.

Em seguida, seguem os deputados e senadores que eram parte da FPE na 54ª Legislatura, porém não foram da CTD e/ou CESPO.

n	PARLAMENTAR	DEP/SEN	PARTIDO	UF	CTD 2011-2013	CESPO 2014	FPE 54ª Leg.
1.	ABELARDO CAMARINHA	DEP.	PSB	SP	CTD	-----	FPE
2.	ACELINO POPÓ	DEP.	PRB	BA	CTD	CESPO	FPE
3.	AFONSO HAMM	DEP.	PP	RS	CTD	CESPO	-----
4.	ANDRÉ FIGUEIREDO	DEP.	PDT	CE	CTD	-----	FPE
5.	ARNON BEZERRA	DEP.	PTB	CE	CTD	CESPO	-----
6.	ASDRUBAL BENTES	DEP.	PMDB	PA	CTD	CESPO	FPE
7.	BENJAMIN MARANHÃO	DEP.	SD	PB	CTD	-----	FPE
8.	CARLAILE PEDROSA	DEP.	PSDB	MG	CTD	-----	-----
9.	CARLOS EDUARDO CADOCA	DEP.	PCdoB	PE	CTD	CESPO	FPE
10.	CIDA BORGHETTI	DEP.	PROS	PR	CTD	CESPO	-----
11.	DAMIÃO FELICIANO	DEP.	PDT	PB	-----	CESPO	-----
12.	DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	DEP.	PSD	RS	CTD	CESPO	FPE
13.	DELEY	DEP.	PTB	RJ	CTD	CESPO	FPE
14.	DOMINGOS NETO	DEP.	PROS	CE	CTD	-----	-----
15.	EDINHO BEZ	DEP.	PMDB	SC	CTD	CESPO	-----
16.	FÁBIO FARIA	DEP.	PSD	RN	CTD	-----	-----
17.	FABIO REIS	DEP.	PMDB	SE	CTD	CESPO	-----
18.	FRANCISCO ESCÓRCIO	DEP.	PMDB	MA	CTD	CESPO	-----
19.	GERA ARRUDA	DEP.	PMDB	CE	CTD	-----	-----
20.	JÔ MORAES	DEP.	PCdoB	MG	CTD	CESPO	-----
21.	JOÃO ARRUDA	DEP.	PMDB	PR	CTD	-----	-----
22.	JONAS DONIZETTE	DEP.	PSB	SP	CTD	-----	-----
23.	JOSÉ AIRTON	DEP.	PT	CE	CTD	-----	-----
24.	JOSÉ ROCHA	DEP.	PR	BA	CTD	-----	-----
25.	LUCI CHOINACKI	DEP.	PT	SC	CTD	-----	FPE
26.	MAGDA MOFATTO	DEP.	PR	GO	CTD	-----	-----
27.	MARCELO MATOS	DEP.	PDT	RJ	-----	CESPO	FPE
28.	MARLLOS SAMPAIO	DEP.	PMDB	PI	CTD	CESPO	-----

29.	NEILTON MULIM	DEP.	PR	RJ	CTD	-----	-----
30.	NELSON MEURER	DEP.	PP	PR	CTD	-----	FPE
31.	OTAVIO LEITE	DEP.	PSDB	RJ	CTD	-----	-----
32.	PAULÃO	DEP.	PT	AL	CTD	-----	-----
33.	PAULO PIMENTA	DEP.	PT	RS	-----	CESPO	-----
34.	PEDRO CHAVES	DEP.	PMDB	GO	-----	CESPO	FPE
35.	PEDRO GUERRA	DEP.	PSD	PR	CTD	-----	-----
36.	RENAN FILHO	DEP.	PMDB	AL	CTD	-----	FPE
37.	RENZO BRAZ	DEP.	PP	MG	CTD	-----	FPE
38.	RODRIGO BETHLEM	DEP.	PMDB	RJ	-----	CESPO	-----
39.	ROMÁRIO	DEP.	PSB	RJ	CTD	CESPO	-----
40.	RUBENS BUENO	DEP.	PPS	PR	CTD	CESPO	-----
41.	SILVIO TORRES	DEP.	PSDB	SP	-----	CESPO	-----
42.	SIMPLÍCIO ARAÚJO	DEP.	SD	MA	-----	CESPO	-----
43.	TIRIRICA	DEP.	PR	SP	CTD	-----	FPE
44.	VALADARES FILHO	DEP.	PSB	SE	CTD	CESPO	FPE
45.	WILSON FILHO	DEP.	PTB	PB	CTD	-----	FPE
46.	ABELARDO LUPION	DEP.	DEM	PR	-----	-----	FPE
47.	ALEXANDRE LEITE	DEP.	DEM	SP	-----	-----	FPE
48.	ALEXANDRE ROSO	DEP.	PSB	RS	-----	-----	FPE
49.	ALEXANDRE TOLEDO	DEP.	PSB	AL	-----	-----	FPE
50.	ALFREDO KAEFER	DEP.	PSDB	PR	-----	-----	FPE
51.	ALMEIDA LIMA	DEP.	PMDB	SE	-----	-----	FPE
52.	AMAURI TEIXEIRA	DEP.	PT	BA	-----	-----	FPE
53.	ANDRE VARGAS	DEP.	PT	PR	-----	-----	FPE
54.	ÂNGELO AGNOLIN	DEP.	PDT	TO	-----	-----	FPE
55.	ANSELMO DE JESUS	DEP.	PT	RO	-----	-----	FPE
56.	ANTHONY GAROTINHO	DEP.	PR	RJ	-----	-----	FPE
57.	ANTONIO BALHMANN	DEP.	PROS	CE	-----	-----	FPE
58.	ANTONIO BULHÕES	DEP.	PRB	SP	-----	-----	FPE
59.	ARIOSTO HOLANDA	DEP.	PROS	CE	-----	-----	FPE
60.	ARMANDO VERGÍLIO	DEP.	SD	GO	-----	-----	FPE
61.	ARNALDO FARIA DE SÁ	DEP.	PTB	SP	-----	-----	FPE
62.	ARNALDO JORDY	DEP.	PPS	PA	-----	-----	FPE
63.	ARTHUR OLIVEIRA MAIA	DEP.	SD	BA	-----	-----	FPE
64.	ARTUR BRUNO	DEP.	PT	CE	-----	-----	FPE
65.	ASSIS CARVALHO	DEP.	PT	PI	-----	-----	FPE
66.	ASSIS DO COUTO	DEP.	PT	PR	-----	-----	FPE
67.	ASSIS MELO	DEP.	PCdoB	RS	-----	-----	FPE
68.	AUGUSTO COUTINHO	DEP.	SD	PE	-----	-----	FPE
69.	BENEDITA DA SILVA	DEP.	PT	RJ	-----	-----	FPE
70.	BERNARDO VASCONCELLOS	DEP.	PR	MG	-----	-----	FPE
71.	BIFFI	DEP.	PT	MS	-----	-----	FPE
72.	BOHN GASS	DEP.	PT	RS	-----	-----	FPE
73.	BRUNA FURLAN	DEP.	PSDB	SP	-----	-----	FPE

74.	CAMILO COLA	DEP.	PMDB	ES	-----	-----	FPE
75.	CARLOS SOUZA	DEP.	PSD	AM	-----	-----	FPE
76.	CARLOS ZARATTINI	DEP.	PT	SP	-----	-----	FPE
77.	CELSO ALENCAR RAMOS JACOB	DEP.	PMDB	RJ	-----	-----	FPE
78.	CESAR COLNAGO	DEP.	PSDB	ES	-----	-----	FPE
79.	CHICO LOPES	DEP.	PCdoB	CE	-----	-----	FPE
80.	CLEBER VERDE	DEP.	PRB	MA	-----	-----	FPE
81.	DANIEL ALMEIDA	DEP.	PCdoB	BA	-----	-----	FPE
82.	DARCÍSIO PERONDI	DEP.	PMDB	RS	-----	-----	FPE
83.	DAVI ALCOLUMBRE	DEP.	DEM	AP	-----	-----	FPE
84.	DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	DEP.	PR	MA	-----	-----	FPE
85.	DÉCIO LIMA	DEP.	PT	SC	-----	-----	FPE
86.	DELEGADO PROTÓGENES	DEP.	PCdoB	SP	-----	-----	FPE
87.	DILCEU SPERAFICO	DEP.	PP	PR	-----	-----	FPE
88.	DIMAS FABIANO	DEP.	PP	MG	-----	-----	FPE
89.	DR. ADILSON SOARES	DEP.	PR	RJ	-----	-----	FPE
90.	DR. CARLOS ALBERTO	DEP.	PMN	RJ	-----	-----	FPE
91.	DR. GRILO	DEP.	SD	MG	-----	-----	FPE
92.	EDINHO ARAÚJO	DEP.	PMDB	SP	-----	-----	FPE
93.	EDMAR ARRUDA	DEP.	PSC	PR	-----	-----	FPE
94.	EDSON EZEQUIEL	DEP.	PMDB	RJ	-----	-----	FPE
95.	EDSON SANTOS	DEP.	PT	RJ	-----	-----	FPE
96.	EDSON SILVA	DEP.	PROS	CE	-----	-----	FPE
97.	EDUARDO AZEREDO	DEP.	PSDB	MG	-----	-----	FPE
98.	EDUARDO BARBOSA	DEP.	PSDB	MG	-----	-----	FPE
99.	EFRAIM FILHO	DEP.	DEM	PB	-----	-----	FPE
100.	ERIKA KOKAY	DEP.	PT	DF	-----	-----	FPE
101.	ERIVELTON SANTANA	DEP.	PSC	BA	-----	-----	FPE
102.	ESPERIDIÃO AMIN	DEP.	PP	SC	-----	-----	FPE
103.	EVANDRO MILHOMEN	DEP.	PCdoB	AP	-----	-----	FPE
104.	FÁBIO TRAD	DEP.	PMDB	MS	-----	-----	FPE
105.	FERNANDO FRANCISCHINI	DEP.	SD	PR	-----	-----	FPE
106.	FERNANDO LUCIO GIACOBO	DEP.	PR	PR	-----	-----	FPE
107.	FRANCISCO CHAGAS	DEP.	PT	SP	-----	-----	FPE
108.	GABRIEL CHALITA	DEP.	PMDB	SP	-----	-----	FPE
109.	GENECIAS NORONHA	DEP.	SD	CE	-----	-----	FPE
110.	GEORGE HILTON	DEP.	PRB	MG	-----	-----	FPE
111.	GERALDO RESENDE	DEP.	PMDB	MS	-----	-----	FPE
112.	GIOVANNI QUEIROZ	DEP.	PDT	PA	-----	-----	FPE
113.	GIVALDO CARIMBÃO	DEP.	PROS	AL	-----	-----	FPE
114.	GLADSON CAMELI	DEP.	PP	AC	-----	-----	FPE
115.	GORETE PEREIRA	DEP.	PR	CE	-----	-----	FPE
116.	HÉLIO SANTOS	DEP.	PSDB	MA	-----	-----	FPE
117.	HENRIQUE AFONSO	DEP.	PV	AC	-----	-----	FPE

118.	HENRIQUE OLIVEIRA	DEP.	SD	AM	-----	-----	FPE
119.	HUGO MOTTA	DEP.	PMDB	PB	-----	-----	FPE
120.	HUGO NAPOLEÃO	DEP.	PSD	PI	-----	-----	FPE
121.	JAIME MARTINS	DEP.	PSD	MG	-----	-----	FPE
122.	JAQUELINE RORIZ	DEP.	PMN	DF	-----	-----	FPE
123.	JHONATAN DE JESUS	DEP.	PRB	RR	-----	-----	FPE
124.	JOÃO BITTAR	DEP.	DEM	MG	-----	-----	FPE
125.	JOÃO CARLOS BACELAR	DEP.	PR	BA	-----	-----	FPE
126.	JOÃO MAGALHÃES	DEP.	PMDB	MG	-----	-----	FPE
127.	JOÃO PAULO LIMA	DEP.	PT	PE	-----	-----	FPE
128.	JORGINHO MELLO	DEP.	PR	SC	-----	-----	FPE
129.	JOSÉ AUGUSTO MAIA	DEP.	PROS	PE	-----	-----	FPE
130.	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	DEP.	PSD	BA	-----	-----	FPE
131.	JOSÉ GUIMARÃES	DEP.	PT	CE	-----	-----	FPE
132.	JOSÉ HUMBERTO	DEP.	PSD	MG	-----	-----	FPE
133.	JOSÉ NUNES	DEP.	PSD	BA	-----	-----	FPE
134.	JOSÉ PRIANTE	DEP.	PMDB	PA	-----	-----	FPE
135.	JOSE STÉDILE	DEP.	PSB	RS	-----	-----	FPE
136.	JOSUÉ BENGTSON	DEP.	PTB	PA	-----	-----	FPE
137.	JÚLIO DELGADO	DEP.	PSB	MG	-----	-----	FPE
138.	JÚNIOR COIMBRA	DEP.	PMDB	TO	-----	-----	FPE
139.	LAURIE TE RODRIGUES PINTO	DEP.	PSC	ES	-----	-----	FPE
140.	LÁZARO BOTELHO	DEP.	PP	TO	-----	-----	FPE
141.	LEONARDO MONTEIRO	DEP.	PT	MG	-----	-----	FPE
142.	LEOPOLDO MEYER	DEP.	PSB	PR	-----	-----	FPE
143.	LILIAM SÁ	DEP.	PROS	RJ	-----	-----	FPE
144.	LINCOLN PORTELA	DEP.	PR	MG	-----	-----	FPE
145.	LUCIO VIEIRA LIMA	DEP.	PMDB	BA	-----	-----	FPE
146.	LUIS CARLOS HEINZE	DEP.	PP	RS	-----	-----	FPE
147.	LUIZ ALBERTO	DEP.	PT	BA	-----	-----	FPE
148.	LUIZ CARLOS	DEP.	PSDB	AP	-----	-----	FPE
149.	LUIZ FERNANDO MACHADO	DEP.	PSDB	SP	-----	-----	FPE
150.	LUIZ NISHIMORI	DEP.	PR	PR	-----	-----	FPE
151.	MAJOR FÁBIO	DEP.	PROS	PB	-----	-----	FPE
152.	MANATO	DEP.	SD	ES	-----	-----	FPE
153.	LUIZ HENRIQUE MANDETTA	DEP.	DEM	MS	-----	-----	FPE
154.	MANOEL JUNIOR	DEP.	PMDB	PB	-----	-----	FPE
155.	MANOEL SALVIANO	DEP.	PSD	CE	-----	-----	FPE
156.	MARCELO AGUIAR	DEP.	DEM	SP	-----	-----	FPE
157.	MÁRCIO FRANÇA	DEP.	PSB	SP	-----	-----	FPE
158.	MÁRCIO MACÊDO	DEP.	PT	SE	-----	-----	FPE
159.	MÁRCIO MARINHO	DEP.	PRB	BA	-----	-----	FPE
160.	MARCOS MEDRADO	DEP.	SD	BA	-----	-----	FPE
161.	MARCUS PESTANA	DEP.	PSDB	MG	-----	-----	FPE
162.	MILTON MONTI	DEP.	PR	SP	-----	-----	FPE

163.	MIRIQUINHO BATISTA	DEP.	PT	PA	-----	-----	FPE
164.	MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	DEP.	PP	SP	-----	-----	FPE
165.	NAZARENO FONTELES	DEP.	PT	PI	-----	-----	FPE
166.	NELSON MARCHEZAN JUNIOR	DEP.	PSDB	RS	-----	-----	FPE
167.	NELSON PELLEGRINO	DEP.	PT	BA	-----	-----	FPE
168.	NEWTON LIMA	DEP.	PT	SP	-----	-----	FPE
169.	NICE LOBÃO	DEP.	PSD	MA	-----	-----	FPE
170.	OLIVEIRA FILHO	DEP.	PRB	PR	-----	-----	FPE
171.	ONOFRE SANTO AGOSTINI	DEP.	PSD	SC	-----	-----	FPE
172.	ONYX LORENZONI	DEP.	DEM	RS	-----	-----	FPE
173.	OSMAR JÚNIOR	DEP.	PCdoB	PI	-----	-----	FPE
174.	OTONIEL LIMA	DEP.	PRB	SP	-----	-----	FPE
175.	OZIEL OLIVEIRA	DEP.	PDT	BA	-----	-----	FPE
176.	PADRE TON	DEP.	PT	RO	-----	-----	FPE
177.	PASTOR EURICO	DEP.	PSB	PE	-----	-----	FPE
178.	PASTOR MARCO FELICIANO	DEP.	PSC	SP	-----	-----	FPE
179.	PAULO ABI-ACKEL	DEP.	PSDB	MG	-----	-----	FPE
180.	PAULO FOLETTO	DEP.	PSB	ES	-----	-----	FPE
181.	PAULO FREIRE	DEP.	PR	SP	-----	-----	FPE
182.	PAULO RUBEM SANTIAGO	DEP.	PDT	PE	-----	-----	FPE
183.	PAULO WAGNER	DEP.	PV	RN	-----	-----	FPE
184.	PROFESSOR SETIMO	DEP.	PMDB	MA	-----	-----	FPE
185.	PROFESSORA DORINHA	DEP.	DEM	TO	-----	-----	FPE
186.	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	DEP.	PSDB	CE	-----	-----	FPE
187.	RAUL HENRY	DEP.	PMDB	PE	-----	-----	FPE
188.	REGINALDO LOPES	DEP.	PT	MG	-----	-----	FPE
189.	REGUFFE	DEP.	PDT	DF	-----	-----	FPE
190.	REINALDO AZAMBUJA	DEP.	PSDB	MS	-----	-----	FPE
191.	RICARDO IZAR	DEP.	PSD	SP	-----	-----	FPE
192.	ROBERTO BRITTO	DEP.	PP	BA	-----	-----	FPE
193.	ROGÉRIO MENDONÇA	DEP.	PMDB	SC	-----	-----	FPE
194.	RONALDO CAIADO	DEP.	DEM	GO	-----	-----	FPE
195.	RONALDO NOGUEIRA	DEP.	PTB	RS	-----	-----	FPE
196.	ROSANE FERREIRA	DEP.	PV	PR	-----	-----	FPE
197.	ROSINHA DA ADEFAL	DEP.	PTdoB	AL	-----	-----	FPE
198.	RUY CARNEIRO	DEP.	PSDB	PB	-----	-----	FPE
199.	SANDRA ROSADO	DEP.	PSB	RN	-----	-----	FPE
200.	SANDRO ALEX	DEP.	PPS	PR	-----	-----	FPE
201.	SÉRGIO BRITO	DEP.	PSD	BA	-----	-----	FPE
202.	SIBÁ MACHADO	DEP.	PT	AC	-----	-----	FPE
203.	STEPAN NERCESSIAN	DEP.	PPS	RJ	-----	-----	FPE
204.	SUELI VIDIGAL	DEP.	PDT	ES	-----	-----	FPE
205.	TAUMATURGO LIMA	DEP.	PT	AC	-----	-----	FPE
206.	TIRIRICA	DEP.	PR	SP	-----	-----	FPE

207.	TONINHO PINHEIRO	DEP.	PP	MG	-----	-----	FPE
208.	VALADARES FILHO	DEP.	PSB	SE	-----	-----	FPE
209.	VALDIVINO DE OLIVEIRA	DEP.	PSDB	GO	-----	-----	FPE
210.	VALMIR ASSUNÇÃO	DEP.	PT	BA	-----	-----	FPE
211.	VANDER LOUBET	DEP.	PT	MS	-----	-----	FPE
212.	VAZ DE LIMA	DEP.	PSDB	SP	-----	-----	FPE
213.	VICENTE ARRUDA	DEP.	PROS	CE	-----	-----	FPE
214.	VIEIRA DA CUNHA	DEP.	PDT	RS	-----	-----	FPE
215.	VILALBA	DEP.	PP	PE	-----	-----	FPE
216.	VITOR PAULO	DEP.	PRB	RJ	-----	-----	FPE
217.	WALDENOR PEREIRA	DEP.	PT	BA	-----	-----	FPE
218.	WALTER IHOSHI	DEP.	PSD	SP	-----	-----	FPE
219.	WALTER TOSTA	DEP.	PSD	MG	-----	-----	FPE
220.	WANDENKOLK GONÇALVES	DEP.	PSDB	PA	-----	-----	FPE
221.	WASHINGTON REIS	DEP.	PMDB	RJ	-----	-----	FPE
222.	WELITON PRADO	DEP.	PT	MG	-----	-----	FPE
223.	WILLIAM DIB	DEP.	PSDB	SP	-----	-----	FPE
224.	WILSON FILHO	DEP.	PTB	PB	-----	-----	FPE
225.	WLADIMIR COSTA	DEP.	SD	PA	-----	-----	FPE
226.	WOLNEY QUEIROZ	DEP.	PDT	PE	-----	-----	FPE
227.	ZÉ GERALDO	DEP.	PT	PA	-----	-----	FPE
228.	ZEQUINHA MARINHO	DEP.	PSC	PA	-----	-----	FPE
229.	ZOINHO	SEN	PR	RJ	-----	-----	FPE
230.	Ciro Nogueira	SEN	PP	PI	-----	-----	FPE
231.	Eduardo Amorim	SEN	PSC	CE	-----	-----	FPE
232.	Gim Argello	SEN	PTB	DF	-----	-----	FPE
233.	Humberto Costa	SEN	PTB	PE	-----	-----	FPE
234.	José Pimentel	SEN	PTB	CE	-----	-----	FPE
235.	Paulo Paim	SEN	PTB	RS	-----	-----	FPE
236.	Vanessa Grazziotin	SEN	PCdoB	AM	-----	-----	FPE
237.	Vital do Rêgo	SEN	PMDB	PB	-----	-----	FPE

Anexo 2 – Lista dos Membros da CESPO na 1ª Sessão Legislativa da 55ª Leg. (n=26)

1ª Sessão Legislativa da 55ª Leg

CESPO (20150)				FPE (55ª Leg.)
N	DEPUTADO	PARTIDO	UF	FPE
1	AFONSO HAMM	PP	RS	FPE
2	ALEXANDRE VALLE	PMB	RJ	FPE
3	ANDRES SANCHEZ	PT	SP	FPE
4	ANGELA ALBINO	PCdoB	SC	-----
5	BENJAMIN MARANHÃO	SD	PB	FPE
6	CARLOS EDUARDO CADOCA	PCdoB	PE	-----
7	DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PSD	RS	-----
8	DELEY	PTB	RJ	FPE
9	EFRAIM FILHO	DEM	PB	FPE
10	EVANDRO ROMAN	PSD	PR	FPE
11	FABIO REIS	PMDB	SE	FPE
12	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE	FPE
13	HÉLIO LEITE	DEM	PA	FPE
14	HIRAN GONÇALVES	PMB	RR	-----
15	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	-----
16	JOÃO DERLY	REDE	RS	FPE
17	JOSÉ AIRTON CIRILO	PT	CE	FPE
18	MARCELO ARO	PHS	MG	-----
19	MÁRCIO MARINHO	PRB	BA	-----
20	ROBERTO GÓES	PDT	AP	FPE
21	ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN	-----
22	RUBENS BUENO	PPS	PR	-----
23	SILVIO TORRES	PSDB	SP	FPE
24	TENENTE LÚCIO	PSB	MG	FPE
25	VALADARES FILHO	PSB	SE	FPE
26	WADSON RIBEIRO	PCdoB	MG	FPE

Anexo 3 – Lista dos Membros da Comissão de Turismo e Desporto (CTD) e Comissão de Esporte na 54ª e 55ª Legislatura (n=10)

n	Membros da CTD (2011-2013) e CESPO (2014) na 54ª Leg., e da CESPO (2015) na 55ª Leg.	PARTIDO	UF	FPE 54a Leg.	FPE 55a Leg.
1	AFONSO HAMM	PP	RS	FPE	FPE
2	BENJAMIN MARANHÃO	SD	PB	FPE	FPE
3	CARLOS EDUARDO CADUCA	PCdoB	PE	FPE	-----
4	DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	PSD	RS	FPE	-----
5	DELEY	PTB	RJ	FPE	FPE
6	FABIO REIS	PMDB	SE	-----	FPE
7	JOSÉ AIRTON CIRILO	PT	CE	-----	FPE
8	RUBENS BUENO	PPS	PR	-----	-----
9	SILVIO TORRES	PSDB	SP	-----	FPE
10	VALADARES FILHO	PSB	SE	FPE	FPE

Anexo 4 – Lista das 21 empresas que se repetiram como financiadoras de campanha dos Deputados do Esporte nas eleições de 2010 e 2014. Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

N	EMPRESAS	CNPJ	CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA POR ATIVIDADE ECONÔMICA	Valor Total Doado em 2010 e 2014	Valor Doado em 2010	Soma do Valor dos Contratos obtidos entre 2011-2014	Valor Doado em 2014	Soma do Valor dos Contratos obtidos em 2015
1.	GRANCARGA TRANSPORTES DE GUINDASTES AS	51.556.223/0001-70	Transporte Logística Armazenagem	R\$ 1.133.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 777.044.647,36	R\$ 100.000,00	R\$ 41.956.166,83
2.	SEMPRE EDITORA LTDA	26.198.515/0004-84	Borracha Plástico Papel Celulose e Minerais não metálicos	R\$ 323.480,35	R\$ 50.000,00	R\$ -	R\$ 60.000,00	R\$ -
3.	ITAU UNIBANCO SA	60.701.190/0001-04	Financeiros Seguros Consórcios	R\$ 295.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 2.009.919,98	R\$ 80.000,00	R\$ -
4.	GALVAO ENGENHARIA SA	01.340.937/0001-79	Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana	R\$ 250.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ 80.000,00	R\$ -
5.	DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA	03.092.799/0001-81	Construção Engenharia e Infraestrutura Urbana	R\$ 230.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 3.493.800,00	R\$ 35.000,00	R\$ -
6.	JAPUNGU AGROINDUSTRIAL SA	09.357.997/0001-06	Agropecuária e relacionados	R\$ 225.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 19.336.035,20	R\$ 105.000,00	R\$ -
7.	COMPANHIA METALURGICA PRADA LTDA	56.993.900/0001-31	Extração Mineral Siderurgia Metalurgia Produtos de Metal	R\$ 175.000,00	R\$ 8.806,34	R\$ 1.460,00	R\$ 27.000,00	R\$ -
8.	TRACTEBEL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA	04.100.556/0001-00	Energia Petróleo e Derivados Gas	R\$ 170.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ -	R\$ 123.600,00	R\$ -
9.	METALSIDER LTDA	17.635.277/0001-93	Extração Mineral Siderurgia Metalurgia Produtos de Metal	R\$ 163.600,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 50.000,00	R\$ -
10.	CARBONIFERA CRICIUMA SA	83.647.909/0001-63	Energia Petróleo e Derivados Gas	R\$ 132.895,00	R\$ 50.000,00	R\$ -	R\$ 10.000,00	R\$ -
11.	BANCO BMG SA	61.186.680/0001-74	Financeiros Seguros Consórcios	R\$ 121.000,00	R\$ 61.960,00	R\$ 918.552,75	R\$ 261.520,35	R\$ 205.696,82
12.	FIBRIA CELULOSE	60.643.228/0001-21	Borracha Plástico Papel Celulose e Minerais não metálicos	R\$ 120.000,00	R\$ 760.000,00	R\$ -	R\$ 373.000,00	R\$ -
13.	ASA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.551.272/0001-42	Outras atividades industriais	R\$ 110.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ 75.000,00	R\$ -
14.	COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	77.637.684/0001-61	Industria Automobilística e relacionados	R\$ 74.496,65	R\$ 80.000,00	R\$ 2.734.283,97	R\$ 40.000,00	R\$ -
15.	INDUSTRIA CARBONIFERA RIO DESERTO LTDA	83.286.500/0001-69	Extração Mineral Siderurgia Metalurgia Produtos de Metal	R\$ 73.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 1.939.779.312,23	R\$ 195.000,00	R\$ 726.004.270,45
16.	ABC AGRICULTURA PECUARIA SA	19.929.074/0001-35	Agropecuária e relacionados	R\$ 60.000,00	R\$ 51.000,00	R\$ 200.526,26	R\$ 70.000,00	R\$ 6.969,02

17.	ALESAT COMBUSTIVEIS SA	23.314.594/0001-00	Energia Petróleo e Derivados Gas	R\$ 60.000,00	R\$ 10.826,69	R\$ -	R\$ 63.669,96	R\$ -
18.	MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA SA	09.090.259/0001-45	Industria Alimentícia	R\$ 48.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ 43.000,00	R\$ -
19.	CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA	11.234.954/0001-85	Borracha Plástico Papel Celulose e Minerais não metálicos	R\$ 35.806,34	R\$ 105.895,00	R\$ -	R\$ 27.000,00	R\$ -
20.	COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA	93.015.006/0001-13	Comercio em geral	R\$ 35.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 71.788,50	R\$ 2.000,00	R\$ 1.693,71
21.	INTRAL SA INDUSTRIA DE MATERIAIS ELETRICOS	88.611.264/0001-22	Outras atividades industriais	R\$ 7.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 414,54	R\$ 15.000,00	R\$ 6.400,40

Fonte: Elaboração própria com base nos dados.

Anexo 5 – Lista das proposições legislativas na área de esporte, apresentadas durante a 54ª Legislatura (2011-2014).

Quadro A.1 – Projetos de Lei relacionados ao esporte propostos NA 54ª Legislatura (2011-2014). Fonte: Elaboração própria

n	Proposição Legislativa	Categoria	Estado de Tramitação em Dezembro de 2016	Autor	Partido	UF	FPE	CTD e CESPO
1	PL 7/2011	Acessibilidade	Pronta para pauta	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
2	PL 48/2011	Acessibilidade	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
3	PL 171/2011	Acessibilidade	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
4	PL 32/2011	Fundo de Fomento do Esporte	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
5	PL 46/2011	Fundo de Fomento do Esporte	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
6	PL 68/2011	Educação Física Escolar	Arquivado	Otávio Leite	PSDB	RJ	Não	CTD
7	PL 82/2011	Acesso a competições esportivas	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
8	PL 98/2011	Acesso a competições esportivas	Arquivado	Walter Tosta	PMG	MG	FPE	Não
9	PL 140/2011	Data Comemorativa	Retirado pelo autor	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
10	PL 142/2011	Educação Física Escolar	Aguardando Deliberação do Recurso	Weliton Prado	PT	MG	FPE	Não
11	PL 321/2011	Acessibilidade	Arquivado	Walter Tosta	PMG	MG	FPE	Não
12	PL 414/2011	Passagens Aéreas para Competição	Tramitando em Conjunto	Genecias Noronha	PMDB	SE	FPE	Não
13	PL 1969/2011	Passagens Aéreas para Competição	Tramitando em Conjunto	Audifax	PSB	ES	Não	Não
14	PL 411/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Diego Andrade	MG	PR	Não	Não
15	PL 528/2011	Atleta	Arquivado	Walter Tosta	PMG	MG	FPE	Não
16	PL 590/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcóolicas	Arquivado	Aureo	PRTB	RJ	Não	Não
17	PL 598/2011	Academias	Devolução (art. 105)	Otávio Leite	PSDB	RJ	FPE	CTD
18	PL 616/2011	Título	Retirado pelo Autor	Marco Tebaldi	PSDB	SC	Não	Não
19	PL 742/2011	Legislação Trabalhista	Aguardando Designação de Relator	André Figueiredo	PDT	CE	FPE	CTD
20	PL 765/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Marllos Sampaio	PMDB	PI	Não	CTD e CESPO
21	PL 778/2011	Direção de Entidade	Arquivado	Amauri Teixeira	PT	BA	FPE	Não

		Esportiva						
22	PL 875/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Anderson Ferreira	PR	PE	Não	Não
23	PL 886/2011	Acesso sítios naturais	Retirado pelo autor	Alfredo Sirkis	PV	RJ	Não	Não
24	PL 889/2011	Isenção Fiscal	Aguardando Designação de Relator	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
25	PL 928/2011	Educação Física Escolar	Tramitando em Conjunto	Paulo Wagner	PV	RN	FPE	Não
26	PL 982/2011	Educação Física Escolar	Tramitando em Conjunto	Romário	PSB	RJ	FPE	CTD e CESPO
27	PL 1006/2011	Educação Física Escolar	Tramitando em Conjunto	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
28	PL 1132/2011	Atleta	Arquivado	Jânio Natal	PRP	BA	Não	Não
29	PL 1158/2011	Educação Física Escolar	Tramitando em conjunto	Senado Federal - Cristovam Buarque	PDT	DF	Não	Não
30	PL 1273/2011	Educação Física Escolar	Arquivado	Cleber Verde	PRB	MA	FPE	Não
31	PL 1289/2011	Data Comemorativa	Arquivado	Abelardo Camarinha	PSB	SP	FPE	CTD
32	PL 1295/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Edmar Arruda	PSC	PR	FPE	Não
33	PL 1230/2011	Data Comemorativa	Arquivado	Giovani Cherini	PDT	RS	Não	Não
34	PL 1331/2011	Data Comemorativa	Arquivado	Roberto de Lucena	PV	SP	Não	Não
35	PL 1448/2011	Tiro Esportivo	Arquivado	Dr. Rosinha	PT	PR	Não	Não
36	PL 1350/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Arquivado	João Ananias	PCdoB	CE	Não	Não
37	PL 1583/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Retirado pelo autor	Edivaldo Holanda Junior	PTC	MA	Não	Não
38	PL 1664/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Arquivado	Edivaldo Holanda Junior	PTC	MA	Não	Não
39	PL 2601/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Arquivado	João Dado	PDT	SP	Não	Não
40	PL 1516/2011	Educação Física Escolar	Aguardando Análise de Parecer na Comissão	Senado Federal - Marisa Serrano	PSDB	MS	Não	Não
41	PL 1548/2011	Tiro Esportivo	Aguardando Análise de Parecer na Comissão	Alexandre Leite	DEM	SP	FPE	Não
42	PL 1604/2011	Fundo de Fomento	Arquivado	Sibá Machado	PT	AC	FPE	Não
43	PL 1656/2011	Doença neuromuscular	Pronta para Pauta	Mara Gabrilli	PSDB	SP	Não	Não
44	PL 1682/2011	Futebol	Tramitando em conjunto	Danrlei de Deus Hinterholz	PTB	RS	FPE	CTD e CESPO
45	PL 1702/2011	Atleta	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Jose Stédile	PSB	RS	FPE	Não
46	PL 1706/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Luiz Nishimori	PSDB	PR	FPE	Não
47	PL 1709/2011	Acessibilidade	Tramitando em conjunto	Romário	PSB	RJ	FPE	CTD e

								CESPO
48	PL 1756/2011	Orçamento para o Esporte	Arquivado	Marcivanias	PT	AP	Não	Não
49	PL 1872/2011	Prêmio	Pronta para Pauta	Senado Federal - Marisa Serrano	PSDB	MS	Não	Não
50	PL 1962/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Teresa Surita	PMDB	RR	Não	Não
51	PL 2028/2011	Isenção Fiscal	Pronta para Pauta	Augusto Coutinho	DEM	PE	FPE	Não
52	PL 2019/2011	Futebol	Retirado pelo Autor	Mendonça Filho	DEM	PE	Não	Não
53	PL 2051/2011	MMA	Tramitando em conjunto	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
54	PL 2052/2011	Conselho Nacional de Esporte	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
55	PL 2081/2011	Atleta	Tramitando em conjunto	Danlei de Deus Hinterholz	PTB	RS	FPE	CTD e CESPO
56	PL 2111/2011	Atleta	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
57	PL 2112/2011	Atleta	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
58	PL 2129/2011	Bullying no Esporte	Arquivado	Vaz de Lima	PSDB	SP	FPE	Não
59	PL 2136/2011	Isenção Fiscal	Pronta para Pauta	João Arruda	PMDB	PR	Não	CTD
60	PL 2210/2011	Futebol	Aguardando apreciação pelo Senado Federal	Andre Moura	PSC	SE	Não	Não
61	PL 2311/2011	Isenção Fiscal	Arquivado	Alfredo Kaefer	PSDB	PR	FPE	Não
62	PL 2330/2011	Copa	Transformado em Lei	Poder Executivo	-----	-----	-----	-----
63	PL 2343/2011	Data Comemorativa	Arquivado	Luci Choinacki	PT	SC	FPE	CTD
64	PL 2368/2011	Educação Física Escolar	Arquivado	Osmar Júnior	PCdoB	PI	FPE	Não
65	PL 2387/2011	Competições Esportivas	Aguardando Sanção	Senado Federal - Cristovam Buarque	PDT	DF	Não	Não
66	PL 2523/2011	Atleta	Pronta para Pauta na Comissão	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
67	PL 2537/2011	Piscina	Arquivado	Miriquinho Batista	PT	PA	FPE	Não
68	PL 2452/2011	Vaquejada	Aguardando Parecer do Relator	Efraim Filho	DEM	PB	FPE	Não
69	PL 3024/2011	Vaquejada	Tramitando em conjunto	Paulo Magalhães	PSD	BA	Não	Não
70	PL 2730/2011	Parceria Público-Privada	Arquivado	Valmir Assunção	PT	BA	FPE	Não
71	PL 2931/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Arquivado	Comissão de Políticas Públicas de Combate às Drogas	-----	-----	FPE	CTD e CESPO
72	PL 2993/2011	Atleta	Devolução (art. 105)	Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	Não	Não
73	PL 8058/2011	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Devolução (art. 105)	Edinho Montemor	PPS	SP	Não	Não

74	PLP 115/2011	Isenção Fiscal	Aguardando Análise de Parecer na Comissão	Beto Mansur	PP	SP	Não	Não
75	PL 3192/2012	Data Comemorativa	Aguardando Designação de Relator	Luci Choinacki	PT	SC	FPE	CTD
76	PL 3210/2012	Prêmio	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Pastor Marco Feliciano	PSC	SP	Não	Não
77	PL 3531/2012	Fundo de Fomento do Esporte	Pronta para Pauta	Irajá Abreu	PSD	TO	Não	Não
78	PL 3516/2012	Atleta	Repetida	Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	FPE	CTD e CESPO
79	PL 3560/2012	Atleta	Arquivado	Dr. Rosinha	PT	PR	Não	Não
80	PL 3611/2012	Atleta	Arquivado	Jonas Donizette	PSB	SP	Não	CTD
81	PL 3645/2012	Acessibilidade	Arquivado	Carlaile Pedrosa	PSDB	MG	Não	CTD
82	PL 3703/2012	Futebol	Tramitando	Guilherme Campos	PSD	SP	Não	Não
83	PL 3715/2012	Legislação Trabalhista	Arquivado	André Figueiredo	PDT	CE	FPE	CTD
84	PL 3721/2012	Restrição em publicidade de bebidas alcólicas	Arquivado	Comissão Especial de Bebidas Alcoólicas	-----	-----	FPE	CTD e CESPO
85	PL 3780/2012	Isenção Fiscal	Arquivado	Márcio Macêdo	PT	SE	FPE	Não
86	PL 3876/2012	Isenção Fiscal	Arquivado	Antonio Bulhões	PRB	SP	FPE	Não
87	PL 3920/2012	Isenção Fiscal	Aguardando Parecer do Relator	Afonso Hamm	PP	RS	Não	CTD e CESPO
88	PL 3921/2012	Educação Física Escolar	Tramitando em conjunto	Afonso Hamm	PP	RS	Não	CTD e CESPO
89	PL 4011/2012	Legislação Trabalhista	Aguardando Designação de Relator	José Otávio Germano	PP	RS	Não	Não
90	PL 4062/2012	Legislação Trabalhista	Tramitando em conjunto	Manoel Junior	PMDB	PB	FPE	Não
91	PL 4129/2012	Educação Física Escolar	Aguardando Designação de Relator	Diversos autores	-----	-----	FPE	CTD e CESPO
92	PL 4204/2012	Educação Física Escolar	Arquivado	Márcio Macêdo	PT	SE	FPE	Não
93	PL 4012/2012	Data Comemorativa	Arquivado	Laercio Oliveira	PR	SE	Não	Não
94	PL 4464/2012	Direção de Entidade Esportiva	Aguardando Designação de Relator	Augusto Coutinho	DEM	PE	FPE	Não
95	PL 4484/2012	Ação Civil Tutela	Arquivado	Antônio Roberto	PV	MG	Não	Não
96	PL 4546/2012	Paintball	Aguardando Parecer do Relator	Alexandre Leite	DEM	SP	FPE	Não
97	PL 4599/2012	Isenção Fiscal	Arquivado	João Arruda	PMDB	PR	Não	CTD
98	PL 4677/2012	Pesca	Arquivado	Marco Tebaldi	PSDB	SC	Não	Não

99	PL 4680/2012	Atleta	Retirado pelo Autor	Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	FPE	CTD e CESPO
100	PL 4798/2012	Futebol	Arquivado	Professor Sérgio de Oliveira	PSC	PR	Não	Não
101	PL 4808/2012	Fundo de Fomento do Esporte	Arquivado	Ângelo Agnolin	PDT	TO	FPE	Não
102	PDC 917/2013	Orçamento para o Esporte	Arquivado	Colbert Martins	PMDB	BA	Não	Não
103	PL 4932/2013	Data Comemorativa	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
104	PL 5084/2013	Isenção Fiscal	Arquivado	Walter Feldman	PSDB	SP	Não	Não
105	PL 5201/2013	Futebol	Pronta para Pauta	André Figueiredo	PDT	CE	Não	CTD
106	PL 6753/2013	Futebol	Tramitando em Conjunto	Renan Filho	PMDB	AL	FPE	CTD
107	PL 5269/2013	Legislação Trabalhista	Tramitando em Conjunto	Paulo Foletto	PSB	ES	FPE	Não
108	PL 5276/2013	Data Comemorativa	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
109	PL 5307/2013	Futebol	Aguardando Designação de Relator	Jose Stédile	PSB	RS	FPE	Não
110	PL 5372/2013	Atleta	Arquivado	Sandra Rosado	PSB	RN	FPE	Não
111	PL 5435/2013	Isenção Fiscal	Aguardando Deliberação de Comissão	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
112	PL 5714/2013	Atleta	Arquivado	Sergio Zveiter	PSD	RJ	Não	Não
113	PL 6204/2013	Atleta	Pronta para Pauta	Flávia Moraes	PDT	GO	Não	Não
114	PL 6219/2013	Mulher e Esporte	Tramitando em Conjunto	Liliam Sá	PR	RJ	FPE	Não
115	PL 6260/2013	Atleta	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Flávia Moraes	PDT	GO	Não	Não
116	PL 6389/2013	Atleta	Arquivado	Dr. Carlos Alberto	PMN	RJ	FPE	Não
117	PL 6400/2013	Direção de Entidade Esportiva	Aguardando Parecer do Relator	Senado Federal - Cássio Cunha Lima	PSDB	PB	Não	Não
118	PL 6403/2013	Atleta	Tramitando em Conjunto	Flávia Moraes	PDT	GO	Não	Não
119	PL 6451/2013	Orçamento para o Esporte	Aguardando Deliberação de Comissão	Andre Moura	PSC	SE	Não	Não
120	PL 7002/2013	Orçamento para o Esporte	Tramitando em Conjunto	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
121	PL 6537/2013	Isenção Fiscal	Arquivado	Júlio Campos	DEM	MT	Não	Não
122	PL 6948/2013	Isenção Fiscal	Arquivado	Acelino Popó	PRB	BA	FPE	CTD e CESPO
123	PL 5036/2013	Isenção Fiscal	Aguardando Parecer do Relator	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
124	PL 6599/2013	Isenção Fiscal	Tramitando em Conjunto	Raul Lima	PP	RR	Não	Não
125	PL 6617/2013	Futebol	Pronta para Pauta	Jhonatan de Jesus	PRB	RR	FPE	Não

126	PL 6683/2013	Legislação Trabalhista	Pronta para Pauta	Senado Federal - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PB	Não	Não
127	PL 6708/2013	Legislação Trabalhista	Tramitando em Conjunto	André Figueiredo	PDT	CE	FPE	CTD
128	PL 6974/2013	Acessibilidade	Pronta para Pauta	Afonso Hamm	PP	RS	Não	CTD e CESPO
129	PL 7006/2013	Legislação Trabalhista	Pronta para Pauta	Celso Jacob	PMDB	RJ	FPE	Não
130	PLP 406/2014	Legislação Trabalhista	Tramitando em Conjunto	Marcos Montes	PSD	MG	Não	Não
131	PL 7113/2014	Legislação Trabalhista	Tramitando em Conjunto	Arthur Oliveira Maia	SDD	BA	FPE	Não
132	PL 7170/2014	Isenção Fiscal	Aguardando Designação de Relator	Valadares Filho	PSB	SE	FPE	CTD e CESPO
133	PL 7254/2014	Isenção Fiscal	Aguardando Designação de Relator	Alexandre Leite	DEM	SP	FPE	Não
134	PL 7265/2014	MMA	Tramitando em Conjunto	Colbert Martins	PMDB	BA	Não	Não
135	PL 7278/2014	Isenção Fiscal	Tramitando em Conjunto	Danlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	FPE	CTD e CESPO
136	PL 7383/2014	Bullying no Esporte	Aguardando Parecer do Relator	Alceu Moreira	PMDB	RS	Não	Não
137	PL 7511/2014	Atleta	Aguardando Parecer em Comissão	Laercio Oliveira	SD	SE	Não	Não
138	PL 7514/2014	Atleta	Tramitando em Conjunto	Romário	PSB	RJ	Não	CTD e CESPO
139	PL 7622/2014	Atleta	Tramitando em Conjunto	Mara Gabrilli	PSDB	SP	Não	Não
140	PL 7520/2014	Infraestrutura	Tramitando em Conjunto	Afonso Hamm	PP	RS	Não	CTD e CESPO
141	PL 7526/2014	Atleta	Arquivado	Jaqueline Roriz	PMN	DF	FPE	Não
142	PL 7560/2014	Legislação Trabalhista	Pronta para Pauta	José Rocha	PR	BA	Não	CTD
143	PL 7621/2014	Obesidade	Tramitando em Conjunto	Luiz Otavio	PMDB	PA	Não	Não
144	PL 7681/2014	Direitos de Transmissão Eventos Esportivos	Arquivado	Raul Henry	PMDB	PE	FPE	Não
145	PL 7739/2014	Legislação Trabalhista	Aguardando Deliberação de Recurso	Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	FPE	Não
146	PL 7797/2014	Atleta	Aguardando Parecer do Relator	Mara Gabrilli	PSDB	SP	Não	Não
147	PL 7817/2014	Futebol	Arquivado	Romário	PSB	RJ	Não	CTD e CESPO
148	PL 7874/2014	Segurança Eventos Esportivos	Aguardando Designação de Relator	Vander Loubet	PT	MS	FPE	Não
149	PL 7993/2014	Futebol	Tramitando em Conjunto	Duarte Nogueira	PSDB	SP	Não	Não
150	PL 7996/2014	Futebol	Tramitando em Conjunto	Ademir Camilo	PROS	MG	Não	Não
151	PL 8154/2014	Tiro Esportivo	Retirado pelo Autor	Onyx Lorenzoni	DEM	RS	FPE	Não
152	PL 8175/2014	Fundo de Fomento do	Pronta para Pauta	Damião Feliciano	PDT	PB	Não	CESPO

		Esporte						
153	PL 8287/2014	Legislação Trabalhista	Tramitando em Conjunto	Cpi - Trabalho Infantil	-----	-----	FPE	Não

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

Anexo 6 – Lista da Legislação na área de esporte produzida durante a 54ª Legislatura (2011-2014).

Quadro A.2 – Legislação (Decreto Legislativo, Lei Ordinária e Lei Complementar) da área de esporte produzida na 54ª Legislatura.

n	Legislação 2011	Ementa	Autor	Membro da FPE	Membro de CTD ou CESPO
1.	Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011)	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.	Poder Executivo	-----	-----
2.	Lei nº 12.395/2011	Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a <u>Bolsa-Atleta</u> ; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.	Proposição Originária era MPV 502/2010 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
3.	Lei nº 12.410/2011	Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica.	Proposição Originária era MPV 515/2010 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
4.	Lei nº 12.465/2011 (LOA 2012)	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.	Poder Executivo	-----	-----
5.	Lei nº 12.565/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do <u>Esporte</u> e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 949.733.022,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Poder Executivo	-----	-----
6.	Lei nº 12.577/2011	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do <u>Esporte</u> , crédito especial no valor de R\$ 54.266.793,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Poder Executivo	-----	-----
7.	Decreto Legislativo nº 141/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.	Proposição originária MSC 911/2009 de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e PDC 2646/2010 ambos de autoria do Poder Executivo	A comissão autora deste Decreto era de 2009 e, portanto, não engloba o período e os mesmos indivíduos dessa análise	
8.	Decreto Legislativo nº 201/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COROACIENSE DE DESPORTOS (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.	Proposição originária era o PDC 2203/2009 de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e MSC 735/2009 e TVR 1890/2009 de autoria do Poder Executivo	A comissão autora deste Decreto era de 2009 e, portanto, não engloba o período e os mesmos indivíduos dessa análise	
9.	Decreto Legislativo nº 244/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.	Proposição originária era PDC 2802/2010 de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia,	A comissão autora deste Decreto era de 2010 e, portanto, não engloba o período e os mesmos indivíduos dessa análise	

			Comunicação e Informática, e TVR 2309/2010 e MSC 100/2010 ambos de autoria do Poder Executivo		
n	Legislação 2012	Ementa	Autor	Membro da FPE	Membro de CTD ou CESPO
10.	Lei nº 12.589/2012	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte.	Proposição originária era o PL 3950/2008 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
11.	Lei nº 12.594/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Proposição originária era o PL 1627/2007 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
12.	Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012)	Lei Orçamentária Anual 2012 (LOA 2012) Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.	Poder Executivo	-----	-----
13.	Lei nº 12.663/2012 - <u>Lei Geral da Copa</u>	Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.	A Proposição Originária era o PL 2330/2011 e AV 585/2011 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
14.	Lei nº 12.734/2012	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.	A Proposição Originária era o PL 2565/2011 e PLS 448/2011 de autoria do Senador Wellington Dias (PT/PI)	Não	Não
15.	Lei nº 12.749/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do <u>Esporte</u> e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.789.182.545,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Proposição originária era PLN 15/2012 CN de autoria do Poder Executivo	-----	-----
16.	Lei nº 12.757/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do <u>Esporte</u> e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.600.911,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Proposição originária era PLN 38/2012 CN de autoria do Poder Executivo	-----	-----
17.	Lei nº 12.766/2012	Altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público- privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado,	A Proposição Originária era a MPV 575/2012 de autoria do Poder Executivo	-----	-----

		10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.			
N	Legislação 2013	Ementa	Autor	Membro da FPE	Membro de CTD ou CESPO
18.	Lei nº 12.780/2013	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos <u>Jogos Olímpicos</u> de 2016 e dos <u>Jogos Paraolímpicos</u> de 2016.	A Proposição Originária era a MPV 584/2012 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
19.	Lei nº 12.798/2013 (LOA 2013)	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.	A Proposição Originária era a PLN 24/2012 CN de autoria do Poder Executivo	-----	-----
20.	Lei nº 12.852/2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	A Proposição Originária era o PL 4529/2004 de autoria da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude.	A comissão autora deste Decreto era de 2004 e, portanto, não engloba o período e os mesmos indivíduos dessa análise	
21.	Lei nº 12.911/2013	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	A Proposição Originária era a PLN 26/2013 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
22.	Decreto Legislativo nº 87/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ONG - INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA PARÁ - INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.	A Proposição Originária era o PDC 2513/2010 de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e TVR 2024/2009 de autoria do Poder Executivo	Alguns membros dessa comissão em 2012, eram também membros da FPE ¹	-----
23.	Decreto Legislativo nº 305/2013	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010	A Proposição Originária era a PDC 564/2012 de autoria da Representação Brasileira no	Alguns membros dessa comissão em 2012, eram também membros da FPE e CESPO ²	

¹ Membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática que eram também membros da FPE: Ariosto Holanda PROS/CE (FPE); Efraim Filho DEM/PB (FPE); Evandro Milhomen PCdoB/AP (FPE); Marcelo Aguiar DEM/SP (FPE); Nelson Marchezan Junior PSDB/RS (FPE); Newton Lima PT/SP (FPE); Padre Ton PT/RO (FPE); Paulo Abi-ackel PSDB/MG (FPE); Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (FPE); Ruy Carneiro PSDB/PB (FPE); Sandro Alex PPS/PR (FPE); Sibá Machado PT/AC (FPE); Silas Câmara PSD/AM; Takayama PSC/PR.

² Membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e também membros da FPE e CESPO: Benedita da Silva PT/RJ (FPE); Dr. Carlos Alberto PMN/RJ (FPE); DiLceu Sperafico PP/PR (FPE); Eduardo Azeredo PSDB/MG (FPE); George Hilton PRB/MG (FPE); José Stédile PSB/RS (FPE); Mandetta DEM/MS (FPE); Paulo Freire PR/SP (FPE); Raul Henry PMDB/PE (FPE); Reinaldo Azambuja PSDB/MS (FPE); Vieira da Cunha PDT/RS (FPE); Paulo Pimenta PT/RS (CESPO)

			Parlamento do Mercosul e MSC 43/2012 de autoria do Poder Executivo		
24.	Decreto Legislativo nº 379/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.	A Proposição Originária era o PDC 785/2012 de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e TVR 81/2012 de autoria do Poder Executivo	Alguns membros dessa comissão em 2012, eram também membros da FPE ³	-----
n	Legislação 2014	Ementa	Autor	Membro da FPE	Membro de CTD ou CESPO
25.	Lei nº 13.043/2014	Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a <u>isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias</u> ; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712, de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775,	A Proposição Originária era a MPV 651/2014 de autoria do Poder Executivo	-----	-----

³ Membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática que eram também membros da FPE: Ariosto Holanda PROS/CE (FPE); Efraim Filho DEM/PB (FPE); Evandro Milhomen PCdoB/AP (FPE); Marcelo Aguiar DEM/SP (FPE); Nelson Marchezan Junior PSDB/RS (FPE); Newton Lima PT/SP (FPE); Padre Ton PT/RO (FPE); Paulo Abi-ackel PSDB/MG (FPE); Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (FPE); Ruy Carneiro PSDB/PB (FPE); Sandro Alex PPS/PR (FPE); Sibá Machado PT/AC (FPE); Silas Câmara PSD/AM; Takayama PSC/PR.

		de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências.			
26.	Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	A Proposição Originária era a PL 8035/2010 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
27.	Lei nº 12.969/2014	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.978.600.000,00, para os fins que especifica.	A Proposição Originária era a MPV 637/2013 de autoria do Poder Executivo	-----	-----
28.	Lei nº 13.046/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.	A Proposição Originária era a PL 4569/2008 de autoria do Senador Marcelo Crivella - PRB/RJ	O Deputado autor deste Decreto era de 2008 e, portanto, não engloba o período e os mesmos indivíduos dessa análise	
29.	Decreto Legislativo nº 175/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA E ESPORTE DE AIUABA - AMICEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiubá, Estado do Ceará.	A Proposição Originária era a PDC 1006/2013 de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e TVR 513/2013 de autoria do Poder Executivo	Alguns membros dessa comissão em 2012, eram também membros da FPE ⁴	-----
30.	Lei nº 12.952/2014 (LOA 2014)	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.	A Proposição Originária era a PLN 9/2013 CN de autoria do Poder Executivo	-----	-----

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

⁴ Membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática que eram também membros da FPE: Ariosto Holanda PROS/CE (FPE); Efraim Filho DEM/PB (FPE); Evandro Milhomen PCdoB/AP (FPE); Marcelo Aguiar DEM/SP (FPE); Nelson Marchezan Junior PSDB/RS (FPE); Newton Lima PT/SP (FPE); Padre Ton PT/RO (FPE); Paulo Abi-ackel PSDB/MG (FPE); Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (FPE); Ruy Carneiro PSDB/PB (FPE); Sandro Alex PPS/PR (FPE); Sibá Machado PT/AC (FPE); Silas Câmara PSD/AM; Takayama PSC/PR.

Anexo 7 – Projeto de Lei nº 5201 de 2013 proposta original do deputado André Figueiredo PDT/CE

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. André Figueiredo – PDT/CE)

Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para modificar a destinação dos valores arrecadados no concurso de prognóstico denominado Timemania com o objetivo de torná-la mais atraente para seus apostadores e de aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Esta lei tem por objeto a modificação da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, a fim de tornar o concurso de prognóstico denominado Timemania mais atraente para seus apostadores, aumentar a capacidade de pagamento das entidades desportivas quanto às suas dívidas fiscais junto à União e de autorizar a renegociação das dívidas das entidades de prática desportivas, na forma em que especifica.

Art. 2º A Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

- 27% (vinte e sete por cento), para remuneração das entidades de prática desportiva da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, escudos, marcas, emblemas, hinos ou símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico;

- 15% (quinze por cento), para o custeio e manutenção do serviço;”

- 1/3 (um terço), para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES;

“§ 1º O prêmio a que se refere o inciso I do caput deste artigo é isento do imposto sobre a renda previsto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.”

.....
“§7º Na venda de apostas lotéricas pelo canal internet contemplando todas as modalidades do portfólio das Loterias, a Caixa Econômica Federal fará propaganda em página exclusivamente criada para:

- fomentar o envolvimento solidário dos torcedores;
- permitir a realização de apostas online; e

- destacar o objetivo do concurso mediante o uso da imagem da entidade de prática desportiva participante.

§8º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a negociar com as entidades de prática desportiva o desenvolvimento de novo formato do concurso de prognóstico de que trata esta Lei com o fim de torná-lo mais atrativo.” (NR)

“Art. 3º

III - a cessão do direito de uso de sua denominação, emblema, hino, marca ou de seus símbolos durante o período estipulado no instrumento de adesão de que trata o caput deste artigo, que não poderá ser inferior ao prazo máximo de parcelamento fixado nos termos desta Lei.” (NR)

“Art. 10-A As entidades de prática desportiva poderão requerer a renegociação de seus débitos parcelados na forma dos arts. 4º, 5º, 6º e 6º-A, com antecedência mínima de sessenta meses do termo final do respectivo contrato.

Parágrafo único. Para efeito da renegociação prevista no caput, ficam a Secretaria da Receita Previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, autorizados a reduzirem em até 90% os valores das multas e dos juros aplicados aos respectivos créditos de que são titulares.” (NR)

“Art. 15-A Aplica-se ao dirigente de entidade de prática desportiva o disposto na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.” (NR)

“Art. 15-B No caso de descumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Lei, as entidades de prática desportiva ficam impedidas de receber novos incentivos fiscais, no âmbito federal, pelo prazo de cinco anos, sem prejuízo das sanções desportivas determinadas pela Confederação Brasileira de Futebol.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Timemania foi criada em 2007 para arrecadar recursos financeiros na forma de apostas em partidas de futebol com o objetivo de liquidar a dívida que os clubes brasileiros de futebol tinham com o governo federal, e que totalizava, à época, R\$ 968,2 milhões. O concurso, no entanto, realizou até o momento um abatimento insignificante, em relação aos débitos com o fisco, que gira em torno de 10% da dívida.

A Câmara dos Deputados, por conta disso, por sua Comissão de Turismo e Desporto, realizou várias audiências públicas para debater o assunto, além de ter criado grupo de trabalho do qual tenho a honra de ter sido designado Relator, com o propósito de realizar um diagnóstico sobre esta espécie de concurso e a

possibilidade de modificar suas regras, em especial para melhorar sua arrecadação e, com isso, viabilizar o objetivo originalmente buscado.

Das discussões, ficou assente que a Timemania não chegou a arrecadar nem 1/3 do previsto na época de sua criação, tendo por base a previsão inicial de arrecadação anual que era de cerca de R\$ 500 milhões. Segundo dados da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 2011, foram arrecadados aproximadamente R\$ 160 milhões, tão-somente.

De fato, a renda da Timemania representa atualmente apenas 3% do total arrecadado pela CAIXA nas loterias do país, mas, a conclusão a que chegamos, é que tem grande potencial para crescimento, razão do presente projeto.

Aprovada a proposta que ora apresento, do total dos recursos arrecadados com a realização do concurso, 46% (quarenta e seis por cento), livres de imposto de renda, serão destinados para o valor do prêmio. Segundo cálculos apresentados pela CAIXA, comparando-se o modelo vigente (IR 30% e Prêmio Bruto 46%) com um modelo que fosse isento do Imposto de Renda, o prêmio seria incrementado em 15,62%.

Segundo estudos feitos pela CAIXA, com a isenção do imposto sobre a renda previsto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, dada pelo projeto, “esse aumento significativo na premiação refletiria diretamente no desempenho da Timemania, gerando mais atratividade para o produto e estimulando as vendas, com o consequente aumento dos repasses feitos aos clubes, na forma da legislação da Timemania”.

Além disso, aprovada a proposta, 27% (vinte e sete por cento) da arrecadação serão destinados para remuneração das entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, escudos, marcas, emblemas, hinos ou símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico, contra os atuais 22% (vinte e dois por cento). Serão 5% a mais de renda para os clubes participantes que, certamente, ensejarão uma maior efetividade na liquidação de seus débitos com o Fisco federal, na medida em que suas respectivas capacidades de pagamento terão incremento na ordem de 22,72% em relação à atual distribuição a que têm direito.

Para tanto, a proposta reduz o percentual destinado a despesas de custeio e de manutenção de serviços de 20% (vinte por cento) para 15% (quinze por cento), mantendo as demais destinações. Considerando que o incremento ao valor do

prêmio na ordem de 15,62% também se reflete na parcela que cabe à CAIXA, a isenção acabará por aumentar, reflexamente, o valor distribuído a ela, tornando possível a redução sem afetar a viabilidade econômica da administração do concurso. Ou seja, apenas com a isenção de IR dado pelo projeto, os 15% propostos correspondem a 17,34% sem quaisquer incrementos nas apostas. Com elas, até mesmo a CAIXA, a despeito da redução de sua taxa de administração, ganhará com o projeto.

Outra importante inovação diz respeito à propaganda institucional do concurso. Com a aprovação da presente proposta, quando da venda de apostas lotéricas pelo canal internet já existente e que contempla todas as modalidades do portfólio das Loterias, a CAIXA fará propaganda em página exclusivamente criada para fomentar o envolvimento solidário dos torcedores e a realização de apostas online, bem como se prestará ao destaque do objetivo do concurso, o que, acreditamos, também pode promover efeito positivo nas vendas do produto.

Registro, também, que, aprovado o projeto, a participação da entidade de prática desportiva na Timemania continuará condicionando-se à celebração de instrumento instituído pela CAIXA, do qual constará a adesão aos termos estabelecidos em regulamento; a autorização para a destinação da parte que lhes cabe para pagamento de débitos com a União; e a cessão do direito de uso de sua denominação, emblema, hino, marca ou de seus símbolos durante prazo não inferior ao prazo máximo de parcelamento de suas dívidas.

Destacamos que o repasse, já estabelecido na atual Lei, do Ministério do Esporte para a Confederação Brasileira de Clubes – CBC será, no entanto, transferido para a Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES, atingindo assim um número muito mais representativo de clubes esportivos sociais, uma vez que a FENACLUBES foi reconhecida no dia 06 de março de 2012, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, como entidade sindical de grau superior.

Portanto, a FENACLUBES é representante oficial da categoria econômica dos 13.826 clubes esportivos de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior e tem a missão de representar a categoria econômica em todo o território nacional.

Também, para efeito das renegociações, a Secretaria da Receita Previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço – FGTS ficarão autorizados a reduzir em até 90% os valores das multas e dos juros aplicados aos respectivos créditos de que são titulares.

Como forma de estabelecimento de sanção ao mau pagador, o descumprimento das obrigações assumidas impossibilitará a entidade desportiva inadimplente de receber novos incentivos fiscais, no âmbito federal, pelo prazo de até cinco anos.

Além disso, aprovado o projeto, aplicar-se-á ao dirigente de entidades de prática desportiva ou de administração do desporto o disposto na Lei nº 8.429, de 1992, conhecida como Lei da Improbidade Administrativa, já que, na forma do parágrafo único de seu art. 1º, também estão sujeitos às penalidades nela previstas, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício da União.

Ademais, disso, as entidades de prática desportiva ou de administração do desporto ficarão impedidas de receber novos incentivos fiscais, no âmbito federal, pelo prazo de cinco anos, sem prejuízo das sanções desportivas determinadas pela Confederação Brasileira de Futebol, no caso de descumprimento das obrigações assumidas nos termos da Lei.

Com a aprovação da presente proposta, abrir-se-á, também, às entidades desportivas abrangidas pela Lei, o direito de participar da concepção do formato do concurso de prognósticos, inclusive propondo novas regras quanto ao formato das apostas, a fim de dar maior atratividade à Timemania.

Essas são algumas sugestões que faço independentemente de outras que possam surgir do Grupo de Trabalho e entidades parceiras para se agregarem a essas.

Por último, quero registrar que a isenção do Imposto de Renda previsto em nossa proposta tem uma razão de ser própria, que não se estende às demais modalidades de concursos de prognósticos. Primeiro porque os clubes não estavam sujeitos à tributação a que estão sujeitos hoje. Surpreendidos pela tributação que passaram a suportar, em decorrência das alterações legais, endividaram-se sobremaneira e drasticamente. Foi por conta desta peculiaridade que o Governo Federal, sensibilizado com esta circunstância, criou a Timemania.

Portanto, a Timemania tem um aspecto distintivo das demais loterias. Além das razões de ponderação entre a realidade de isenção tributária para outra de carga tributária importante que levaram à sua criação, este concurso é um meio de

viabilizar o recebimento de valores devidos ao Fisco; é um meio de fazer com que mais recursos sejam direcionados para os cofres públicos, resultado que não pode ser obtido com isenção de Imposto de Renda concedida a outras modalidades lotéricas.

Isto posto, acreditando estar contribuindo para o aperfeiçoamento do concurso de prognóstico denominado Timemania, dando condições às entidades de prática desportiva dela participantes para que, efetivamente, tenham capacidade de pagamento de suas dívidas com a União, espero apoio dos nobres Pares em sua rápida aprovação.

Salas das Sessões, em de de 2013.

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**
PDT/CE

Anexo 8 – Projeto de Lei nº 6753 de 2013 proposta original do deputado Renan Filho PMDB/AL

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. Renan Filho e outros)

Cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – Proforte; altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o concurso de prognóstico denominado Timemania; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Iniciais

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – Proforte, definindo as condições de participação e execução do Programa pelas entidades que menciona; altera dispositivos da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, a fim de tornar o concurso de prognóstico denominado Timemania mais atraente para seus apostadores e de propiciar o aumento da capacidade de pagamento, pelas entidades desportivas, de suas dívidas fiscais para com a União, na forma que especifica; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para fortalecer mecanismos de assistência social e educacional a atletas profissionais, ex-atletas e atletas em formação.

CAPÍTULO II

Do Proforte

Art. 2º Em relação ao Proforte, as entidades a que se refere o art. 1º desta Lei são as mencionadas nos incisos III a VII do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que, observadas as exigências e formalidades previstas nesta Lei ou na legislação pertinente, aderirem ao Programa.

§ 1º O objetivo do Programa instituído nesta Lei é o de fomentar a prática e o desenvolvimento dos esportes olímpicos no País, estabelecendo condições para que as entidades referidas neste artigo possam atuar na formação de atletas olímpicos, visando, especialmente:

– à recuperação dos créditos tributários da União;

– ao aumento da capacidade de atividade esportiva de cada uma das entidades beneficiadas pelo Programa, com ampliação ou manutenção dos segmentos especificamente voltados para os esportes olímpicos, nestes abrangidos os de alto rendimento, os de iniciação esportiva e o esporte educacional, até o limite possível dessa capacidade; e

– à criação ou ampliação, em cada uma das entidades beneficiadas pelo Programa, de sistema de oferta de bolsas para esportes olímpicos, voltadas a crianças e jovens comprovadamente carentes, atendidos os critérios, quantitativos e condições estabelecidos nesta Lei, reservado o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento), para os esportes paraolímpicos.

§ 2º Podem ser criadas bolsas para esportes olímpicos destinadas a atletas já em formação e desenvolvimento em suas carreiras esportivas, em percentual que não exceda a 20% (vinte por cento) do total do estoque daquelas a que se refere o inciso III do §1º deste artigo.

Art. 3º O Proforte será implementado por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e concessão de parcelamento de dívidas tributárias federais, nos termos do art. 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, em benefício das entidades de que trata o art. 2º desta Lei que estejam em grave situação econômico-financeira.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se em estado de grave situação financeira a entidade beneficiada pelo Proforte que apresente montante de dívidas tributárias federais vencidas, inscritas ou não em Dívida Ativa da União, ajuizadas ou não, mesmo com exigibilidade suspensa até a data de publicação desta Lei, em valor igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 4º A adesão ao Proforte implica a necessidade de autorização prévia para:

– criação, expansão, modificação e extinção de atividades ou modalidades esportivas nas respectivas entidades beneficiadas pelo Programa; e

– criação, ampliação ou diminuição de correspondentes bolsas para esportes olímpicos, em cada entidade beneficiada.

Parágrafo único. A autorização prévia de que trata este artigo será concedida pelo Ministério do Esporte.

Art. 5º O parcelamento abrangerá todas as dívidas tributárias federais da entidade, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na condição de contribuinte ou responsável, vencidas até a data de publicação desta Lei, apuradas da seguinte forma:

I – aplicam-se aos débitos os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, aos juros moratórios e aos demais encargos, determinados nos termos da legislação;

II – aplica-se ao total apurado redução equivalente a 40% (quarenta por cento) das multas de mora e de ofício, dos juros moratórios e dos demais encargos.

§ 1º Enquanto não deferido o pedido, o devedor fica obrigado a recolher, a cada mês, a título de amortização da dívida consolidada, valor correspondente a 2% (dois por cento) de sua receita bruta.

§ 2º As entidades que aderirem ao Proforte terão 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de publicação desta Lei, para adaptação aos termos desta Lei.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo, somente poderão organizar e participar de competições profissionais, nos termos definidos pelo art. 26 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades que apresentarem certidões negativas de

débitos tributários federais ou certidões positivas com efeitos de negativa.

Art. 6º A concessão do parcelamento é condicionada à apresentação da seguinte documentação por parte da entidade beneficiada:

- requerimento com a fundamentação do pedido;
- estatutos sociais e atos de designação;
- demonstrações financeiras e contábeis, nos termos da legislação aplicável;
- parecer de empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras e contábeis;
- plano de recuperação econômica e tributária em relação a todas as dívidas vencidas na data de publicação desta Lei;
- demonstração do alcance da capacidade de autofinanciamento ao longo do Proforte, atestada por empresa de auditoria independente, considerando eventual uso da prerrogativa disposta no art. 12 desta Lei;
- apresentação dos indicadores de qualidade das práticas esportivas e respectivo aproveitamento das bolsas concedidas ou a conceder; e
- relação discriminada de todos os bens e direitos, bem como a relação de todos os bens e direitos de seus controladores e representantes legais devidamente eleitos na forma dos respectivos Estatutos ou Contratos Sociais, discriminando a data de aquisição, a existência de ônus, encargo ou restrição de penhora ou alienação, legal ou convencional, com a indicação da data de sua constituição e da pessoa a quem ele favorece.

Parágrafo único. A alteração dos controladores, administradores, gestores e representantes legais da entidade beneficiada pelo Proforte implicará nova apresentação da relação de bens e direitos prevista no inciso VIII do caput deste artigo.

Art. 7º A permanência da entidade beneficiada no Proforte será condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- regular recolhimento espontâneo de todos os tributos federais não contemplados no requerimento de parcelamento;
- integral cumprimento do plano de recuperação econômica e tributária;
- demonstração periódica da capacidade de autofinanciamento e da melhoria da gestão, considerando a sustentabilidade do uso da prerrogativa prevista no art. 12 desta Lei, nos termos estabelecidos pelo Ministério do Esporte; e
- manutenção dos indicadores de qualidade das atividades esportivas.

Art. 8º O plano de recuperação econômica e tributária deverá indicar, detalhadamente:

- a projeção da receita bruta mensal e os respectivos fluxos de caixa até o mês do vencimento da última parcela do parcelamento de que trata o art. 9º desta Lei;
- a relação de todas as dívidas tributárias objeto do requerimento de parcelamento;
- a relação de todas as demais dívidas; e
- a proposta de uso da prerrogativa prevista no art. 11 desta Lei e sua viabilidade, tendo em vista a capacidade de autofinanciamento.

Art. 9º Os débitos discriminados no requerimento de parcelamento serão consolidados na data do requerimento e deverão ser pagos em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e sucessivas, a partir mês subsequente ao do deferimento do pedido.

§ 1º Cada parcela do parcelamento será calculada observando-se os seguintes percentuais mínimos aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

- da 1ª (primeira) à 12ª (décima segunda) parcelas: 0,104% (cento e quatro milésimos por cento);
- da 13ª (décima terceira) à 24ª (vigésima quarta) parcelas: 0,208% (duzentos e oito milésimos por cento);
- da 25ª (vigésima quinta) à 36ª (trigésima sexta) parcelas: 0,313% (trezentos e treze milésimos por cento);
- da 37ª (trigésima sétima) à 48ª (quadragésima oitava) parcelas: 0,417% (quatrocentos e dezessete milésimos por cento);
- da 49ª (quadragésima nona) à 60ª (sexagésima) parcelas: 0,521% (quinhentos e vinte e um milésimos por cento);
- da 61ª (sexagésima primeira) à 72ª (septuagésima segunda) parcelas: 0,625% (seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento);
- da 73ª (septuagésima terceira) à 84ª (octogésima quarta) parcelas: 0,833% (oitocentos e trinta e três milésimos por cento);
- da 85ª (octogésima quinta) à 118ª (centésima décima oitava) parcelas: 0,729% (setecentos e vinte e nove milésimos por cento);
- da 119ª (centésima décima nona) à 141ª (centésima quadragésima primeira) parcelas: 0,625% (seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento);
- da 142ª (centésima quadragésima segunda) à 163ª (centésima sexagésima terceira) parcelas: 0,521% (quinhentos e vinte e um milésimos por cento);
- da 164ª (centésima sexagésima quarta) à 186ª (centésima octogésima sexta) parcelas: 0,417% (quatrocentos e dezessete milésimos por cento);
- da 187ª (centésima octogésima sétima) à 209ª (ducentésima nona) parcelas: 0,313% (trezentos e treze milésimos por cento);
- da 210ª (ducentésima décima) à 239ª (ducentésima trigésima nona) parcelas: 0,208% (duzentos e oito milésimos por cento); e
- na 240ª (ducentésima quadragésima) parcela: o saldo devedor remanescente.

§ 2º A entidade que quitar antecipadamente o seu débito parcelado terá desconto a ser calculado sobre o respectivo saldo devedor, a título de incentivo à antecipação, observado o seguinte escalonamento:

- do 1º (primeiro) até o 7º (sétimo) anos iniciais do parcelamento, 25% (vinte e cinco por cento);
- do 8º (oitavo) até o 10º (décimo) anos iniciais do parcelamento, 20% (vinte por cento);
- do 9º (nono) até o 12 (décimo segundo) anos iniciais, 15% (quinze por cento); e
- do 13º (décimo terceiro) até o 15 (décimo quinto) anos iniciais, 10% (dez por cento).

Art. 10. Será permitida a inclusão de débitos remanescentes de parcelamento ativo, desde que a entidade beneficiada apresente, formalmente, pedido de desistência do parcelamento anterior.

§ 1º O pedido de desistência do parcelamento implicará:

- a sua rescisão, considerando-se a entidade optante como notificada da extinção dos referidos parcelamentos, dispensada qualquer outra formalidade; e
- o encaminhamento dos saldos dos débitos para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, o encargo de que trata o art.

1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, somente será exigido se houver a exclusão do Proforte com a rescisão do parcelamento.

Art. 11. Poderão ser incluídos no Proforte os débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, estejam ou não submetidos à causa legal de suspensão de exigibilidade, desde que a respectiva entidade beneficiada desista expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto ou da ação judicial e, cumulativamente, renuncie a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem os referidos processos administrativos ou judiciais.

Parágrafo único. Os débitos oriundos de fiscalização que abranja o período contemplado pelo Proforte poderão ser incluídos no Programa, por requerimento das entidades aderentes, seguindo-se em relação a estes a mesma sistemática definida no caput deste artigo.

Art. 12. É facultado o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de que trata o art. 9º desta Lei mediante utilização de certificados do Tesouro Nacional, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas e aos investimentos do Proforte.

§ 1º O valor do certificado será mensalmente apurado e corresponderá ao total de bolsas para esportes olímpicos concedidas no mês imediatamente anterior, multiplicado pelo valor da bolsa como definido de acordo com os critérios estabelecidos no art. 13 desta Lei, além dos investimentos efetuados pelas entidades aderentes em equipamentos e estrutura.

§ 2º O valor mensal não liquidado com o certificado deverá ser pago em moeda corrente.

§ 3º O certificado, que será nominativo e não poderá ser transferido para terceiros, terá suas características definidas em ato do Ministro de Estado do Esporte, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação das parcelas de que trata o art. 9º desta Lei, observado o disposto no caput deste artigo.

§ 4º Nos casos em que o valor do certificado exceder ao percentual máximo estabelecido no caput deste artigo, as entidades beneficiadas poderão utilizar o saldo remanescente para pagamento das prestações vincendas, desde que respeitado o pagamento mínimo em moeda corrente.

Art. 13. O requerimento de parcelamento deverá ser apresentado na unidade da PGFN do domicílio do estabelecimento sede da entidade beneficiada pelo Proforte até o último dia do 6º (sexto) mês subsequente ao da publicação desta Lei, acompanhado de toda a documentação referida no art. 6º desta Lei.

§ 1º O requerimento de parcelamento constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário, podendo a exatidão dos valores da dívida ser objeto de verificação.

§ 2º Na hipótese de haver dívidas não constituídas, a entidade beneficiada poderá confessá-las perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

§ 3º Se houver dívidas no âmbito da RFB, a entidade beneficiada poderá requerer, perante esse órgão, o encaminhamento dessas dívidas para inscrição em Dívida Ativa da União, inclusive aquelas objeto do § 2º deste artigo e da desistência prevista no art. 11 desta Lei, com vistas a compor a relação de que trata o inciso II do art. 8º desta Lei.

§ 4º Na hipótese do § 3º deste artigo, o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 1969, somente será exigido se houver a exclusão do

programa de que trata esta Lei com a rescisão do parcelamento.

Art. 14. Para os fins desta Lei, o valor da bolsa para esportes olímpicos será definido pela própria entidade, atendido um limite mínimo e um limite máximo, que poderão ser diferenciados por região do País, a serem estabelecidos pelo Ministério do Esporte, levando-se em conta, especialmente, o seguinte:

- a complexidade da modalidade de esporte olímpico praticada no espaço da entidade esportiva beneficiada, ou por ela mantido, ocupado ou, de todo modo, usado;

- as exigências quanto a material e nível de dedicação necessários à prática da atividade esportiva olímpica e paraolímpica;

- o grau de profissionalismo e correspondente remuneração profissional na prática da respectiva modalidade esportiva;

- a exclusão do cômputo do valor a ser estabelecido do apoio financeiro já concedido ao atleta, seja de origem privada ou pública, considerada, igualmente, para exclusão do cálculo, qualquer remuneração recebida pelo beneficiário da bolsa a título de direitos de imagem;

- a natureza, coletiva ou individual, da modalidade esportiva olímpica ou paraolímpica, cujos praticantes venham a ser beneficiados com a respectiva bolsa; e

- a quantidade de atletas atendidos pela entidade beneficiada.

Parágrafo único. Os investimentos efetuados pelas entidades aderentes nos equipamentos e estruturas das modalidades olímpicas e paraolímpicas deverão ser mensalmente comprovados junto ao Ministério do Esporte e por este validados.

Art. 15. O titular da unidade regional da PGFN proferirá, até o último dia útil do mês subsequente ao da apresentação do requerimento de parcelamento, devidamente instruído, ou de sua complementação, despacho fundamentado acerca do deferimento ou indeferimento do pedido.

§ 1º Será considerado automaticamente deferido, sob condição resolutiva, o requerimento, quando, decorrido o prazo de que trata o caput deste artigo, a unidade da PGFN não se tenha pronunciado.

§ 2º Em relação aos requerimentos deferidos, a PGFN fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de concessão, com a indicação da entidade beneficiada, da data de seu deferimento e da data a partir da qual produzirá efeitos.

§ 3º A entidade beneficiada poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do indeferimento, apresentar manifestação de inconformidade, em instância única, ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, inclusive apresentando complementação de documentos, se for o caso.

§ 4º Na análise da manifestação de inconformidade apresentada pela entidade beneficiada, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional observará o disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º O titular da unidade regional da PGFN poderá delegar a competência de que trata o caput deste artigo.

Art. 16. Deferido o pedido e havendo opção pelo uso da prerrogativa prevista no art. 11 desta Lei, a entidade beneficiada deverá realizar a oferta das bolsas do Proforte em sistema eletrônico de informações, mantido pelo Ministério do Esporte, a cada semestre do período do parcelamento.

Parágrafo único. O Ministério do Esporte disporá sobre os procedimentos operacionais para a oferta das bolsas e a seleção dos bolsistas, especialmente quanto aos critérios para preenchimento de vagas eventualmente remanescentes.

Art. 17. A concessão do parcelamento de que trata esta Lei não implica a liberação dos bens e direitos da entidade beneficiada ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários.

Art. 18. Na hipótese de extinção, incorporação, fusão ou cisão da entidade beneficiada, o parcelamento será rescindido.

Art. 19. O indeferimento do plano de recuperação econômica e tributária, a exclusão da entidade beneficiada do Proforte ou a rescisão do seu parcelamento implicarão o restabelecimento dos juros vigentes sobre o saldo devedor, relativamente ao período compreendido entre o pedido e o deferimento do parcelamento.

Art. 20. Em relação ao disposto nos incisos III e IV do art. 7º desta Lei, o Ministério do Esporte fará, periodicamente, auditorias de conformidade com os padrões estabelecidos e, se for o caso, representará à PGFN para a rescisão do parcelamento.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, a PGFN informará ao Ministério do Esporte o montante consolidado da dívida parcelada nos termos do art. 9º desta Lei, bem como o regular cumprimento das obrigações previstas nos incisos I e II do art. 7º desta Lei.

Art. 21. Aplica-se ao parcelamento de que trata esta Lei o disposto nos arts. 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 22. Não se aplicam ao parcelamento de que trata esta Lei:

- o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000;
- o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 23. Uma vez ocorrido o implemento do benefício instituído nesta Lei, o surgimento e respectiva cobrança de novas dívidas de natureza tributária e previdenciária implicarão, independentemente da apuração das cabíveis responsabilidades dos dirigentes esportivos que lhes tenham dado causa ou origem e além da perda do próprio benefício, observando-se neste caso o disposto no art. 19 desta Lei, a aplicação de penalidades às entidades de prática e administração desportiva mencionadas no art. 2º desta Lei, julgadas e adotadas pelos tribunais desportivos de cada modalidade, na forma de:

- perda de pontos em competições, campeonatos ou torneios que disputam, ou nas de próximos calendários, a depender do momento da adoção da penalidade e conforme o decidido;
- rebaixamento de campeonato, torneio, categoria ou faixa, por prazo a ser definido na respectiva decisão; ou
- impedimento de participação em novas competições, no período a que se aplicar a decisão.

Parágrafo único. Em matéria de penalidades, aplica-se no que, onde e como couber o disposto no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

CAPÍTULO III

Da Alteração da Lei nº 11.345, de 2006 (Timemania)

Art. 24. O § 1º do art. 2º da Lei nº 11.345, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....
.....”

§1º O prêmio a que se refere o inciso I do caput deste artigo é isento do imposto sobre a renda previsto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

.....”
(NR)

Art. 25. A Lei nº 11.345, de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 2º.....

§ 1º-A. A isenção de que trata o § 1º deste artigo aplica-se a todas as modalidades de loteria administradas pela Caixa Econômica Federal que utilizam a imagem das entidades esportivas da modalidade futebol em seus concursos ou emissões.

.....
”

“Art. 6º-B. Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a negociar com as entidades esportivas o pagamento pela utilização de escudos ou marcas nas emissões das modalidades de Loterias que não preveem, na sua distribuição legal, percentual específico para tal destinação, podendo ser utilizados recursos do Fundo Especial previsto no art. 31 da Portaria nº 130, de 26 de maio de 1981, do Ministério da Fazenda, obedecida a destinação a que alude o § 2º do art. 6º desta Lei.”

“Art. 15-A. Aplica-se ao dirigente de entidades de prática desportiva o disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que disciplina as sanções cabíveis contra os agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.”

“Art. 15-B. As entidades de prática desportiva ficam impedidas de receber novos incentivos fiscais pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções desportivas determinadas pela Confederação Brasileira de Futebol, no caso de descumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Lei.”

“Art. 15-C. Enquanto houver dívidas das entidades de prática

esportiva com os credores estabelecidos na legislação, os recursos oriundos das loterias que utilizam a imagem dos clubes em suas programações serão integralmente repassados a esses credores, independentemente do período em que tenha sido contraída a dívida e da situação legal das entidades e dos respectivos dirigentes.”

“Art. 15-D. Somente as entidades esportivas participantes das modalidades de Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal que comprovem sua quitação perante os credores e cumpram as obrigações desta Lei receberão os recursos que fizerem jus diretamente em conta de livre movimentação.

§ 1º O direito para a entidade de prática esportiva resgatar os recursos na forma do disposto neste artigo decai em 90 (noventa) dias, a contar da data da disponibilização dos recursos pela Caixa Econômica Federal.

§ 2º Os recursos que não forem resgatados no prazo estipulado no § 1º deste artigo serão repassados ao Ministério do Esporte para aplicação em programas referentes à política nacional de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva.”

CAPÍTULO IV

Da Loteria Federal Instantânea do Brasil

Art. 26. Fica autorizada a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a forma instantânea, como modalidade da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, em todo o território nacional.

Art. 27. Da arrecadação total serão deduzidos 65% (sessenta e cinco por cento), em média, para pagamento de prêmios, 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, conforme o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, 15% (quinze por cento) para as despesas de custeio e manutenção, 11% (onze por cento) destinados ao Ministério do Esporte e o restante formará a renda líquida, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º O prêmio a que se refere este artigo é isento do imposto sobre a renda previsto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º Aplica-se ao disposto no caput deste artigo e no art. 26 desta Lei a autorização a que se refere o art. 6º-B da Lei nº 11.345, de 2006, nos termos definidos pela alteração produzida pelo art. 25 desta Lei.

CAPÍTULO V

Da Alteração da Lei nº 9.615, de 1998 (Normas Gerais do Desporto)

Art. 28. O art. 57 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

57.

.....

I –

0,5% (cinco décimos por cento) do salário mensal de cada atleta profissional;

R\$ 1,00 (um real) a ser acrescido ao valor do ingresso, nas competições promovidas pelas entidades nacionais do desporto;

R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a ser acrescido ao valor do ingresso, nas competições promovidas pelas entidades regionais do desporto.

.....

§ 1º A entidade responsável pelo registro de contratos e de transferências de atleta profissional de entidade de prática desportiva para outra deverá exigir, sob pena de sua não efetivação, além dos documentos necessários, o comprovante do recolhimento dos valores fixados neste artigo.

§ 2º Os recursos de que tratam este artigo serão integralmente aplicados em conformidade com programa de assistência social e educacional previamente aprovado pelas entidades de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, nos termos de seus estatutos, cabendo à FAAP, prioritariamente:

- promover a adaptação do atleta profissional ao mercado de trabalho, durante e após o encerramento de suas atividades, mediante cursos regulares e profissionalizantes;
- manter o vínculo previdenciário do atleta, durante o período em que estiver se capacitando a outra profissão; e
- auxiliar no tratamento de saúde.

§ 3º Os recursos definidos na alínea ‘c’ do inciso I do caput deste artigo serão retidos e recolhidos à FAAP pelas entidades de prática e os definidos nas alíneas ‘d’ e

‘e’ do inciso I do caput deste artigo serão retidos e recolhidos à FAAP pelas entidades responsáveis pela arrecadação.” (NR)

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 29. A Caixa Econômica Federal desenvolverá sistemas de venda de

loterias, especialmente a de modalidade instantânea, pela rede mundial de computadores.

Art. 30. Caberá ao Ministério da Fazenda a aprovação dos Planos de Premiação da forma instantânea da Loteria Federal.

Art. 31. A regulamentação dos Capítulos III e IV desta Lei será feita por ato do Ministério da Fazenda e a regulamentação do Capítulo II desta Lei será feita por ato do Ministério do Esporte.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 215 da Constituição Federal dispõe que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”. O presente projeto de lei está diretamente relacionado com o cumprimento desse dispositivo, com dois grandes objetivos.

O primeiro objetivo é favorecer a sustentabilidade financeira e fomentar as atividades das entidades desportivas que atuam no campo dos esportes olímpicos, considerados os de alto rendimento, os de iniciação desportiva e o esporte educacional. De um lado, prevê-se plano de recuperação tributária e concessão de parcelamento de dívidas tributárias federais dessas entidades, de acordo com rigorosas condições. Alteram-se disposições da Timemania, tornando-a mais atraente para os apostadores, o que deve ampliar suas receitas, os prêmios e os recursos destinados às entidades beneficiárias. Incluem-se normas destinadas a promover a boa gestão dos recursos destinados a essas entidades e à penalização da gestão inadequada. Autoriza-se a Caixa Econômica Federal a executar e explorar serviços de Loteria Federal sob a forma instantânea, destinando parte das receitas para o setor do esporte. De outro lado, estimula-se a concessão de bolsas para esportes olímpicos, prioritariamente destinadas a crianças e jovens comprovadamente carentes.

O segundo objetivo é expandir os recursos destinados à assistência social e educacional aos atletas profissionais, aos ex-atletas e aos atletas em formação, mediante a criação de um pequeno desconto sobre o salário mensal de cada atleta profissional e de um adicional sobre o valor do ingresso nas competições promovidas por entidades nacionais e regionais do desporto. Prevê-se destinação prioritária dos recursos para a preparação do atleta profissional para o exercício de novas ocupações no mercado de trabalho, quando deixar as atividades desportivas, especialmente mediante cursos regulares e profissionalizantes; a manutenção do

vínculo previdenciário do atleta, durante o período de capacitação; e auxílio para tratamento de saúde.

O projeto, portanto, propõe medidas relacionadas a três eixos centrais de políticas públicas voltadas para o esporte: o acesso da população, garantindo o exercício de um direito; a estabilidade das entidades que promovem as práticas desportivas; e justo amparo social àqueles que realizam as práticas desportivas.

A relevância dessa matéria certamente haverá de ser reconhecida pelos ilustres Pares, emprestando-lhe o necessário apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado RENAN FILHO
Deputado RODRIGO MAIA
Deputado GABRIEL GUIMARÃES

Anexo 9 – Modelo Estatístico utilizado no Capítulo 1 sobre a FPE

A estatística apresentada no Capítulo 1 relaciona dois métodos distintos, a análise de rede e a prosopografia. As variáveis prosopográficas foram agrupadas em fatores (variáveis proxy) de modo a serem relacionadas à centralidade da rede a fim de testar hipóteses por uma análise de regressão linear, de modo a verificar que fatores do perfil político (análise prosopográfica) eram determinantes para centralidade na rede de influência Frente Parlamentar do Esporte (FPE) no Congresso Nacional. Este processo é explicado passo a passo a seguir.

Para elaboração da rede de influência formada pelos parlamentares da FPE no Congresso Nacional, utilizamos como variável de referência, o mandato em Comissões de Esporte que foram vigentes durante a 54ª Legislatura, um total de 10 comissões conforme exposto no Capítulo 1. Deste modo, a conexão entre os membros ocorria pela ocupação de cargos nas mesmas comissões, e o tipo e grau desta conexão determinava os diferentes graus de centralidade na rede destinado a cada parlamentar.

Assim, a variável dependente é a centralidade na rede FPE durante a 54ª Legislatura. A centralidade foi mensurada com o uso do software Gephi, e são divididas em três tipos, conforme são descritas na tabela abaixo:

Quadro A.3 – Medidas de Centralidade (Variável Dependente).

Variável	Descrição
Grau de Centralidade	Mostra com quantos atores o ator <i>i</i> é conectado em relação ao número total de atores
Grau de Proximidade	A proximidade vai somar todas as "distâncias mais curtas" entre o ator <i>i</i> e todos os outros atores e fará uma ponderação.
Grau de Intermediação	Considera se o ator <i>i</i> é um ator que "conecta" outros atores.

As variáveis do perfil político dos parlamentares da FPE foram agrupados em 4 variáveis proxy na tentativa de mensurar as dimensões *expertise*, credibilidade, especialização e associativismo, seguindo em parte o modelo preconizado por Silva Jr. *et al.* (2013). Deste modo, as variáveis independentes que formam estas dimensões são descritas no quadro abaixo.

Quadro A.4 – Variáveis prosopográficas (Variável Independente).

Variável	Descrição	Dimensão
A. Antiguidade Congressual	Número de mandatos no Congresso Nacional	Expertise
B. Experiência política	Número de mandatos eletivos em outras arenas decisórias (Peso 1 = Municipal; Peso 2 = Estadual, Peso 3 = Federal)	
C. Status do candidato	Incumbent ou challenger	
D. Presença em comissões-chave no Congresso Nacional	Número de cargos ocupados dentre as 4 seguintes instâncias (valor de 0-4): Mesa Diretora; Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; Procuradoria Parlamentar	
E. Atividade Parlamentar	Número de mandatos em comissões no congresso durante a 54ª Legislatura	
F. Migração partidária	Enraizamento partidário (filiação única) ou migração partidária (número de filiações partidárias)	Credibilidade
G. Experiência partidária	Ocupação de cargos na executiva do partido	
H. Escolaridade na área de saúde	Escolaridade na área de saúde (o que inclui esportes) ou não	Especialização
I. Exclusividade	Exclusividade de participação na Frente Parlamentar do Esporte ou atua em outras frentes	
J. Atuação em comissões ligadas ao esporte	Participação nas 10 comissões relacionadas ao esporte durante a 54ª Legislatura (0-10)	
K. Atividade sindical, representativa de classe e associativa	Participação ou não em atividade externa ao congresso relacionada ao esporte	Associativismo

Para o primeiro passo da análise, a elaboração das dimensões (fatores), foi feita análise fatorial das variáveis independentes com o objetivo de reduzi-las às dimensões teóricas. A análise fatorial tem como objetivo principal de explicar a correlação ou covariância, entre um conjunto de variáveis, que podem refletir variáveis não-observáveis. Essas variáveis não-observáveis ou fatores são calculados pela combinação linear das variáveis originais observáveis. Frequentemente um pequeno número de fatores pode ser usado, em lugar das variáveis originais, nas análises de regressões e análises de agrupamentos por exemplo. Os fatores são extraídos na ordem do mais explicativo para o menos explicativo. Teoricamente, o número de fatores é sempre igual ao número de variáveis. Entretanto, alguns poucos fatores são responsáveis por grande parte da explicação total.

Para formação dos fatores foi utilizado o programa SPSS 22 com o seguinte comando:

ANALYSE > DIMENSION REDUCTION > FACTOR > seleciona-se em DESCRIPTIVES as opções “INITIAL SOLUTION” + “KMO AND BARTLETT'S OF SPHERICITY TEST” e em SCORES seleciona-se as opções “SAVE AS VARIABLES” + “REGRESSION” + “DISPLAY FACTOR SCORE COEFFICIENT MATRIX”.

Na janela de visualização de dados no SPSS será apresentada uma nova coluna cuja denominação inicia com “FAC”.

Nos resultados é preciso atentar para o resultado das Comunalidades, do teste de Kmo and Bartlett's of Sphericity Test, para Variância Total Explicada e para a Matrix de Componentes.

As Comunalidades representam o peso relativo de cada variável na construção do indicador, sendo o valor mínimo aceitável recomendado é 0,4.

O teste de Kmo and Bartlett's of Sphericity Test é uma medida de adequação dos dados ao que é proposto. Seu resultado varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais adequados estão os dados, sendo o valor mínimo aceitável recomendado igual a 0,6.

A Variância Total Explicada evidencia o quanto de informação você tem em cada componente (variável independente que formará o fator), se utilizar todos os componentes aí você tem 100% da informação. Ocorre aqui um trade-off, ganha-se em eurística analítica (parcimônia) mas perde-se um pouco de informação, pois se há uma baixa comunalidade, a variável pode ser excluída. Essa medida nada mais é do que a soma de extração de carregamentos ao quadrado. O valor apresentado como Total representa o peso da variável na formação da dimensão/fator. Já o valor Percentual é o percentual explicativo daquela variável naquele conjunto de variáveis.

A Matrix de Componentes é a relação entre as variáveis. O sinal positivo ou negativo apenas mostra que os valores negativos se agrupam em um sentido oposto aos valores positivos. A partir dessa matrix é sugerida a formação das dimensões (fatores).

No caso da análise fatorial realizada, as primeiras cinco variáveis correspondentes ao fator *expertise*, por exemplo, tiveram como sugestão pela análise fatorial, a formação de dois fatores/dimensões. Deste modo, os dois fatores formados, posteriormente foram somados, após terem seus resultados multiplicados

pelo seu respectivo peso, dado pelo valor Total da Variância Total Explicada, formando assim um único fator, a expertise.

Desse modo, no caso de EXPERTISE foi feito o cálculo: $[(FAC\ 1 \times PESO\ FAC1) + (FAC\ 2 \times PESO\ FAC2)]$

Este peso é extraído do Valor Total apresentado na tabela “Variância total explicada”. Abaixo se tem o resultado da análise fatorial.

Factor Analysis

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.546
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	335.607
	df
	55
	Sig.
	.000

Communalities

	Initial	Extraction
Número de Legislaturas	1.000	.828
Pontuação sobre cargos anteriores	1.000	.654
1º Mandato ou Reeleito	1.000	.856
Participação em Comissões Chave (Mesa Diretora, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ética e Procuradoria Parlamentar	1.000	.594
Atividade Parlamentar no Congresso (Comissões)	1.000	.657
Filiação única ou múltipla	1.000	.426
Possuiu cargos no partido	1.000	.751
Escolaridade na área de saúde	1.000	.321
Atuação exclusiva na FPE ou em outras frentes	1.000	.834
Participação em Comissões de Esporte no Congresso	1.000	.589
Associação a organizações de esporte externas ao Congresso	1.000	.634

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2.154	19.586	19.586	2.154	19.586	19.586
2	1.675	15.232	34.817	1.675	15.232	34.817
3	1.193	10.841	45.659	1.193	10.841	45.659
4	1.099	9.995	55.653	1.099	9.995	55.653
5	1.023	9.303	64.956	1.023	9.303	64.956
6	.933	8.480	73.437			
7	.828	7.529	80.965			
8	.789	7.169	88.134			
9	.637	5.794	93.928			
10	.443	4.023	97.952			
11	.225	2.048	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component				
	1	2	3	4	5
Número de Legislaturas	.746	-.489	.075	.076	-.146
Pontuação sobre cargos anteriores	.418	.489	-.177	.234	-.394
1º Mandato ou Reeleito	.680	-.594	-.024	.084	-.183
Participação em Comissões Chave (Mesa Diretora, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ética e Procuradoria Parlamentar	.376	.424	-.305	-.246	.346
Atividade Parlamentar no Congresso (Comissões)	.429	.495	.266	-.388	.075
Filiação única ou múltipla	.315	-.274	.079	-.494	.039
Possuiu cargos no partido	.519	.400	-.272	.498	.004
Escolaridade na área de saúde	.427	.038	.140	-.250	.236
Atuação exclusiva na FPE ou em outras frentes	.105	-.288	-.366	.249	.738
Participação em Comissões de Esporte no Congresso	.267	.304	.597	.170	.198
Associação a organizações de esporte externas ao Congresso	-.048	-.087	.634	.418	.219

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 5 components extracted.

RESULTADOS

EXPERTISE	ANTIGUIDADE CONGRESSUAL (número de legislaturas)
	EXPERIÊNCIA POLÍTICA (pontuação por cargos anteriores)
	STATUS DO CANDIDATO (1º mandato ou reeleito)
	PRESENÇA EM COMISSÕES CHAVE - mandato na CCJ MD, PP, CE
	ATIVIDADE PARLAMENTAR - mandatos em comissões no congresso

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		.497
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	211.948
	df	10
	Sig.	.000

Communalities

	Initial	Extraction
Número de Legislaturas	1.000	.881
Pontuação sobre cargos anteriores	1.000	.338
1º Mandato ou Reeito	1.000	.883
Participação em Comissões Chave (Mesa Diretora, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ética e Procuradoria Parlamentar)	1.000	.494
Atividade Parlamentar no Congresso (Comissões)	1.000	.610

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1.790	35.792	35.792	1.790	35.792	35.792
2	1.416	28.318	64.110	1.416	28.318	64.110
3	.883	17.651	81.761			
4	.682	13.632	95.393			
5	.230	4.607	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component	
	1	2
Número de Legislaturas	.921	-.180
Pontuação sobre cargos anteriores	.219	.539
1º Mandato ou Reeleito	.894	-.290
Participação em Comissões		
Chave (Mesa Diretora, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ética e Procuradoria Parlamentar	.180	.679
Atividade Parlamentar no Congresso (Comissões)	.249	.740

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

RESULTADOS

CREDIBILIDADE	ENRAIZAMENTO PARTIDÁRIO (filiação única ou número de filiações)
	EXPERIÊNCIA PARTIDÁRIA (nº de cargos no partido)

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.500
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	df
	Sig.
	.616
	1
	.433

Communalities

	Initial	Extraction
Filiação única ou múltipla	1.000	.527
Possuiu cargos no partido	1.000	.527

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1.055	52.748	52.748	1.055	52.748	52.748
2	.945	47.252	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component
	1
Filiação única ou múltipla	.726
Possuiu cargos no partido	-.726

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

RESULTADOS

ESPECIALIZAÇÃO	ESCOLARIDADE NA ÁREA DE SAÚDE (sim ou não)
	EXCLUSIVIDADE DE ATUAÇÃO NA FRENTE DO ESPORTE
	ATUAÇÃO EM COMISSÕES LIGADAS AO ESPORTE (0-10)
	ATIVIDADE SINDICAL, REP CLASSE E ASSOCIATIVA (sim ou não)

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.473
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	6.732
	df
	6
	Sig.
	.346

Communalities

	Initial	Extraction
Escolaridade na área de saúde	1.000	.656
Atuação exclusiva na FPE ou em outras frentes	1.000	.468
Participação em Comissões de Esporte no Congresso	1.000	.622
Associação a organizações de esporte externas ao Congresso	1.000	.473

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1.152	28.809	28.809	1.152	28.809	28.809
2	1.066	26.660	55.468	1.066	26.660	55.468
3	.968	24.206	79.674			
4	.813	20.326	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component	
	1	2
Escolaridade na área de saúde	.278	.761
Atuação exclusiva na FPE ou em outras frentes	-.185	.658
Participação em Comissões de Esporte no Congresso	.785	.071

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

RESULTADOS

ASSOCIATIVISMO	ATIVIDADE SINDICAL, REP CLASSE E ASSOCIATIVA
----------------	--

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.473
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	6.732
	df
	6
	Sig.
	.346

Communalities

	Initial	Extraction
Associação a organizações de esporte externas ao Congresso	1.000	.473

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	.813	20.326	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component	
	1	2
Associação a organizações de esporte externas ao Congresso	.651	-.222

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 component extracted.

O segundo passo realizado foi a classificação da amostra no pertinente aos fatores expertise, credibilidade, especialização e associativismo da amostra tendo como base a existência de grupos diferentes – atores centrais na rede e atores não centrais na rede, de modo a correlacionar com as medidas de centralidade. Assim através dessa correlação por regressão linear foi possível verificar as hipóteses e mostrar que fatores determinaram a centralidade na rede.

Abaixo se tem o resultado da regressão logística binária realizada com os 4 fatores do perfil políticos dos parlamentares da FPE para cada uma das 3 medidas de centralidade.

Comando

```
LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Centrality_Degree
  /METHOD=ENTER          EXPERTISE_FACTOR          CREDIBILITY_FACTOR
SPECIALIZATION_FACTOR ASSOCIATION_FACTOR
  /PRINT=CI(95)
  /CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).
```

Logistic Regression (Grau de Centralidade)

		Notes
Output Created		30-MAR-2016 20:35:55
Comments		
Input	Data	C:\Users\psad9\Dropbox\Doutorado\Dados\FPE\Estatística\2016-03-07 - ScoreZ Anal Fat Regressao FPE - TESTE.sav
	Active Dataset	DataSet1
	Filter	<none>
	Weight	<none>
	Split File	<none>
	N of Rows in Working Data File	198
Missing Value Handling	Definition of Missing	User-defined missing values are treated as missing
Syntax		LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Centrality_Degree /METHOD=ENTER EXPERTISE_FACTOR CREDIBILITY_FACTOR SPECIALIZATION_FACTOR ASSOCIATION_FACTOR /PRINT=CI(95) /CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).
Resources	Processor Time	00:00:00.02
	Elapsed Time	00:00:00.02

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	198	100.0
	Missing Cases	0	.0
	Total	198	100.0

Unselected Cases	0	.0
Total	198	100.0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
Sua posição de centralidade na rede está abaixo da média	0
Possui posição de centralidade na rede acima da média	1

Block 0: Beginning Block

Classification Table^{a,b}

		Predicted	
		Centralidade Acima e Abaixo da Média	
Observed		Sua posicao de centralidade na rede está abaixo da média	Possui posição de centralidade na rede acima da média
Step 0	Centralidade Acima e Abaixo da Média	0	80
		0	118
Overall Percentage			

Classification Table^{a,b}

		Predicted
		Percentage Correct
Observed		
Step 0	Centralidade Acima e Abaixo da Média	.0
		100.0
Overall Percentage		59.6

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is .500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0						
Constant	.389	.145	7.202	1	.007	1.475

Variables not in the Equation

		Score	df	Sig.
Step 0	Variables			
	EXPERTISE_FACTOR	19.804	1	.000
	CREDIBILITY_FACTOR	.108	1	.742
	SPECIALIZATION_FACTOR	33.489	1	.000
	ASSOCIATION_FACTOR	.001	1	.979
Overall Statistics		53.883	4	.000

Block 1: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	66.757	4	.000
	Block	66.757	4	.000
	Model	66.757	4	.000

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	200.391 ^a	.286	.386

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than .001.

Classification Table^a

			Predicted	
			Centralidade Acima e Abaixo da Média	
			Sua posição de centralidade na rede está abaixo da média	Possui posição de centralidade na rede acima da média
Observed				
Step 1	Centralidade Acima e Abaixo da Media	Sua posição de centralidade na rede está abaixo da média	54	26
		Possui posição de centralidade na rede acima da média	22	96
Overall Percentage				

Classification Table^a

			Predicted
Observed			Percentage Correct
Step 1	Centralidade Acima e Abaixo da Media	Sua posição de centralidade na rede está abaixo da média	67.5
		Possui posição de centralidade na rede acima da média	81.4
	Overall Percentage		75.8

a. The cut value is .500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	-.432	.098	19.606	1	.000
	CREDIBILITY_FACTOR	-.184	.180	1.045	1	.307
	SPECIALIZATION_FACTOR	.838	.168	24.834	1	.000
	ASSOCIATION_FACTOR	-.043	.159	.075	1	.784
	Constant	.677	.195	12.017	1	.001

Variables in the Equation

		Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
			Lower	Upper
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	.649	.536	.786
	CREDIBILITY_FACTOR	.832	.585	1.184
	SPECIALIZATION_FACTOR	2.311	1.662	3.214
	ASSOCIATION_FACTOR	.957	.702	1.307
	Constant	1.967		

a. Variable(s) entered on step 1: EXPERTISE_FACTOR, CREDIBILITY_FACTOR, SPECIALIZATION_FACTOR, ASSOCIATION_FACTOR.

Comando

```
LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Closeness_Centrality
/METHOD=ENTER EXPERTISE_FACTOR CREDIBILITY_FACTOR SPECIALIZATION_FACTOR
ASSOCIATION_FACTOR
/PRINT=CI(95)
/CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).
```

Logistic Regression (Grau de Proximidade)

Notes

Output Created	30-MAR-2016 21:11:44	
Comments		
Input	Data	C:\Users\psad9\Dropbox\Doutorado\Dados\FPE\ Estatística\2016-03-07 - ScoreZ Anal Fat Regressao FPE - TESTE.sav
	Active Dataset	DataSet1
	Filter	<none>
	Weight	<none>
	Split File	<none>
	N of Rows in Working Data File	198
Missing Handling Syntax	Value Definition of Missing	User-defined missing values are treated as missing LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Closeness_Centrality /METHOD=ENTER EXPERTISE_FACTOR CREDIBILITY_FACTOR SPECIALIZATION_FACTOR ASSOCIATION_FACTOR /PRINT=CI(95) /CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).
Resources	Processor Time	00:00:00.02
	Elapsed Time	00:00:00.01

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	198	100.0
	Missing Cases	0	.0
	Total	198	100.0
Unselected Cases		0	.0
Total		198	100.0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
Proximidade com outros atores está abaixo da média	0
Sua proximidade com outros atores está acima da média	1

Block 0: Beginning Block

Classification Table^{a,b}

Observed	Predicted	
	Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quão próximo o ator está dos demais	
	Proximidade com outros atores está abaixo da média	Sua proximidade com outros atores está acima da média

Step 0	Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quanto próximo o ator está dos demais	Proximidade com outros atores está abaixo da média	0	89
		Sua proximidade com outros atores está acima da média	0	109
	Overall Percentage			

Classification Table^{a,b}

			Predicted
	Observed		Percentage Correct
Step 0	Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quanto próximo o ator está dos demais	Proximidade com outros atores está abaixo da média	.0
		Sua proximidade com outros atores está acima da média	100.0
	Overall Percentage		

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is .500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0						
Constant	.203	.143	2.013	1	.156	1.225

Variables not in the Equation

			Score	df	Sig.
Step 0	Variables	EXPERTISE_FACTOR	17.139	1	.000
		CREDIBILITY_FACTOR	.068	1	.794
		SPECIALIZATION_FACTOR	38.555	1	.000
		ASSOCIATION_FACTOR	.109	1	.742
	Overall Statistics		56.174	4	.000

Block 1: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	69.451	4	.000
	Block	69.451	4	.000
	Model	69.451	4	.000

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	203.012 ^a	.296	.396

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than .001.

Classification Table^a

Observed			Predicted	
			Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quanto próximo o ator está dos demais	
			Proximidade com outros atores está abaixo da média	Sua proximidade com outros atores está acima da média
Step 1	Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quanto próximo o ator está dos demais	Proximidade com outros atores está abaixo da média	66	23
		Sua proximidade com outros atores está acima da média	28	81
Overall Percentage				

Classification Table^a

Observed			Predicted
			Percentage Correct
Step 1	Grau de Proximidade Relativa Acima e Abaixo da Média - O quanto próximo o ator está dos demais	Proximidade com outros atores está abaixo da média	74.2
		Sua proximidade com outros atores está acima da média	74.3
Overall Percentage			74.2

a. The cut value is .500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	-.393	.095	17.100	1	.000
	CREDIBILITY_FACTOR	-.125	.177	.500	1	.479
	SPECIALIZATION_FACTOR	.877	.166	27.938	1	.000
	ASSOCIATION_FACTOR	-.097	.158	.377	1	.539
	Constant	.426	.188	5.131	1	.024

Variables in the Equation

		Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
			Lower	Upper
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	.675	.560	.813
	CREDIBILITY_FACTOR	.882	.623	1.249
	SPECIALIZATION_FACTOR	2.403	1.736	3.326
	ASSOCIATION_FACTOR	.908	.666	1.237
	Constant	1.531		

a. Variable(s) entered on step 1: EXPERTISE_FACTOR, CREDIBILITY_FACTOR, SPECIALIZATION_FACTOR, ASSOCIATION_FACTOR.

Comando

LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Betweenness_Centrality
 /METHOD=ENTER EXPERTISE_FACTOR CREDIBILITY_FACTOR SPECIALIZATION_FACTOR
 ASSOCIATION_FACTOR
 /PRINT=CI(95)
 /CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).

Logistic Regression (Grau de Intermediação)

Notes

Output Created		30-MAR-2016 21:18:58
Comments		
Input	Data	C:\Users\psad9\Dropbox\Doutorado\Dados\FPE \Estatística\2016-03-07 - ScoreZ Anal Fat Regressao FPE - TESTE.sav
	Active Dataset	DataSet1
	Filter	<none>
	Weight	<none>
	Split File	<none>
	N of Rows in Working Data File	198
Missing Value Handling	Definition of Missing	User-defined missing values are treated as missing
Syntax		LOGISTIC REGRESSION VARIABLES Betweenness_Centrality /METHOD=ENTER EXPERTISE_FACTOR CREDIBILITY_FACTOR SPECIALIZATION_FACTOR ASSOCIATION_FACTOR /PRINT=CI(95) /CRITERIA=PIN(0.05) POUT(0.10) ITERATE(20) CUT(0.5).
Resources	Processor Time	00:00:00.02
	Elapsed Time	00:00:00.02

Case Processing Summary

Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	198	100.0
	Missing Cases	0	.0
	Total	198	100.0
Unselected Cases		0	.0
Total		198	100.0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
Atuação como intermediador entre outros atores está abaixo da média	0
Sua atuação como intermediador entre outros atores esta acima da média	1

Block 0: Beginning Block

Classification Table^{a,b}

		Predicted	
		Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	
Observed		Atuação como intermediador entre outros atores está abaixo da média	Sua atuação como intermediador entre outros atores está acima da média
Step 0	Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	101	0
		97	0
Overall Percentage			

Classification Table^{a,b}

		Predicted
		Percentage Correct
Step 0	Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	100.0
		.0
Overall Percentage		51.0

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is .500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-.040	.142	.081	1	.776	.960

Variables not in the Equation

			Score	df	Sig.
Step 0	Variables	EXPERTISE_FACTOR	10.698	1	.001
		CREDIBILITY_FACTOR	.016	1	.898
		SPECIALIZATION_FACTOR	27.222	1	.000
		ASSOCIATION_FACTOR	.511	1	.475
	Overall Statistics		38.496	4	.000

Block 1: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	42.852	4	.000
	Block	42.852	4	.000
	Model	42.852	4	.000

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	231.554 ^a	.195	.260

a. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than .001.

Classification Table^a

			Predicted	
			Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	
			Atuação como intermediador entre outros atores esta abaixo da média	Sua atuação como intermediador entre outros atores está acima da média
Observed				
Step 1	Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	Atuação como intermediador entre outros atores está abaixo da média	75	26
		Sua atuação como intermediador entre outros atores está acima da média	35	62
Overall Percentage				

Classification Table^a

Observed	Predicted
----------	-----------

			Percentage Correct
Step 1	Grau de Intermediação Acima e Abaixo da Média - Conecta atores	Atuação como intermediador entre outros atores está abaixo da média	74.3
		Sua atuação como intermediador entre outros atores está acima da média	63.9
	Overall Percentage		69.2

a. The cut value is .500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	.273	.084	10.576	1	.001
	CREDIBILITY_FACTOR	.004	.165	.001	1	.979
	SPECIALIZATION_FACTOR	.566	.119	22.802	1	.000
	ASSOCIATION_FACTOR	.100	.152	.432	1	.511
	Constant	.010	.161	.004	1	.952

Variables in the Equation

		Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
			Lower	Upper
Step 1 ^a	EXPERTISE_FACTOR	.761	.646	.897
	CREDIBILITY_FACTOR	1.004	.727	1.387
	SPECIALIZATION_FACTOR	1.762	1.396	2.223
	ASSOCIATION_FACTOR	1.105	.820	1.489
	Constant	.990		

a. Variable(s) entered on step 1: EXPERTISE_FACTOR, CREDIBILITY_FACTOR, SPECIALIZATION_FACTOR, ASSOCIATION_FACTOR.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S.H.H. de, (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 31(1), pp.5–38.
- ALCOFORADO, M.F., (2010). *Cenas da Política: Uma Etnografia do Plenário do Senado Federal* (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília.
- ALMEIDA, B. S. de, & MARCHI JR., W. (2011). O Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Do Esporte* B1, 33(1), 163–179.
- ALMEIDA, B.S. de et al., 2012. Federal government funding and sport: the case of Brazil 2004–2009. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 4(3: Special Olympic and Paralympic Policy), pp.411–426.
- AMARAL, S. C. F., RIBEIRO, O. C. F., & Silva, D. S. (2014). Produção Científico-Acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. *Motrivivência*, 26(42), 27–40.
- AMORIM NETO, O. & SANTOS, F., (2003). O segredo ineficiente revisito: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados*, 46(4), pp.449–479.
- ANDREFF, W., & SZYMANSKI, S. (2008). *Handbook on the Economics of Sport*. Vasa. Northampton: Edward Elgar. Retrieved from <http://medcontent.metapress.com/index/A65RM03P4874243N.pdf>
- ANSELL, C., BICHIR, R. & ZHOU, S., (2015). Who Says Networks, Says Oligarchy? Oligarchies as “Rich Club” Networks. *Connections*, 35(2), pp.20–32.
- ARAÚJO, S. M. V. G. de, & SILVA, R. S. e. (2016). Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. In 10 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (pp. 1–29).
- ARON, R., 1986. Match, Power, Puissance: Democratic Process or Demoniactal Poetry. In S. LUKES, ed. *Power (Readings in Social & Political Theory)*. New York: New York University Press, pp. 253–277.
- ATHAYDE, P. F. A. (2009). *Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos*. (Dissertação de Mestrado em Educação Física). Brasília: Universidade de Brasília.
- BALESTRIN, A. & VARGAS, L.M., (2004). A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(spe), pp.203–227.
- BANDA, D. (2010). Zambia: government’s role in colonial and modern times. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2(2), 237–252. <http://doi.org/10.1080/19406940.2010.488072>
- BATISTA, M., (2015). *A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na*

alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010). *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 4(1), pp.3–16.

BERGSGARD, N. A. et al. (2007). *Sport Policy: a comparative analysis of stability and change*. Oxford: Elsevier.

BOAS, T. C., HIDALGO, F. D., & RICHARDSON, N. P. (2014). The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, 76(2), 415–429. <http://doi.org/10.1017/S002238161300145X>

BOMBIG, J.A., (2014). CPI da CBF / Nike termina sem relatório. *FOLHA DE SÃO PAULO*, 14 de junho, pp.1–3. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1406200137.htm. Acessado em: 02 janeiro 2016.

BORGES, T.D.P., 2012. Os Partidos Políticos e o Financiamento Empresarial das Campanhas Legislativas para a Câmara dos Deputados: um Estudo sobre as Doações Empresariais e as Carreiras nas Eleições de 2006.

BOSSCHER, V. D., SHIBLI, S., KNOP, P. D. & TRUYENS, J. (2010). Developing a Method for Comparing the Elite Sport Systems and Policies of Nations : A Mixed Research Methods Approach. *Journal of Sport Management*, 567–600.

BOUDENS, E. (2002). *Recursos para o Desporto na vigência da Lei Pelé*. Brasília: Câmara dos Deputados.

BRASIL, (2002). Decreto n. 4.201, de 18 de abril de 2002. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Disponível em: www.esporte.gov.br [Acessado em 8 de Agosto, 2013].

BRASIL, (2008). Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 - Ministério do Esporte - Caderno 19, Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Ministério+do+esporte#2> [Acessado em 8 de Agosto, 2013].

BRASIL, Esporte. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/esporte> [Acessado em 6 de Agosto, 2013].

BRASIL-A. (2013). Esporte cria programa Bolsa Técnico para apoio aos atletas brasileiros. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/21/bolsa-tecnico-previsto-para-o-orcamento-de-2013>. Acessado em 4 de Julho de 2013

BRASIL-B. (2013). Brasil quer ficar entre os dez países com mais medalhas nas Olimpíadas Rio 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/13/brasil-quer-ficar-entre-os-dez-paises-com-mais-medalhas-nas-olimpiadas-rio-2016>. Acessado em 24 de Julho de 2013

BRASIL-C. (2013). Programa de Formação Esportiva Escolar Atleta na Escola.

Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acessado em 24 de Julho de 2013.

- BRUSCO, D. E. (2006). Histórico das comissões permanentes da câmara dos deputados 1823-2004. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados.
- BUENO, L., (2008). Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- BURGOS, M.B. & TELLES, S.S., (2014). Elites burocráticas, dirigentes públicos e política no Poder Executivo do Brasil (1995-2012). In M. C. D'ARAUJO, ed. Redemocratização e Mudança Social no Brasil. FGV, pp. 205–229.
- BURT, R.S., (1995). The social structure of competition. In Structural holes: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, pp. 57–91.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2001). Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a Nike. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinike/informacoes-sobre-a-cpi>. Acessado em: 02 janeiro 2016.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2005a). Ato da Mesa no 69 de 10/11/2005 - Website of Chamber of Deputies. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd.html>. Acessado em: 02 janeiro 2016.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2005b). Diário da Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Year LX, Issue 197, p.237.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2014). Resolução da Câmara dos Deputados no 54 de 2014. Diário da Câmara dos Deputados, Suplemento, p.3.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2015). Relator da MP do Futebol (Otávio Leite do PSDB/RJ) comenta escândalo envolvendo FIFA e CBF. 29/05/2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/489129-RELATOR-DA-MP-DO-FUTEBOL-COMENTA-ESCANDALO-ENVOLVENDO-FIFA-E-CBF.html>. Acessado em: 01 abril 2016.
- CARLOMAGNO, M.C., (2016). Como os deputados federais alocam os recursos públicos? Análise das emendas parlamentares propostas ao orçamento 2016. Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, 3(1), pp.1–22.
- CARTA CAPITAL, (2015). Entenda o escândalo da Fifa e da CBF. 27/05/2015, pp.1–5. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-o-escandalo-da-fifa-e-da-cbf->. Acessado em: 02 janeiro 2016.
- CASTELLANI FILHO, L. (1985). O Esporte e a Nova República APEF/SP, no 4, pp. 07 - 10, abril/1985. Corpo & Movimento APEF/SP, (4), 7–10.

- CASTELLANI FILHO, L., (1988). Educação Física no Brasil: a história que não se conta, Papirus.
- CASTRO, S.B.E. de et al., (2012). O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). *Pensar a Prática*, 15(2), pp.272–550.
- CERVI, E.U., HOROCHOVSKI, R.R. & JUNCKES, I.J., (2015). Redes de Doadores e Financiamento Político em 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados*, (18), pp.80–100.
- CHALIP, L.H., JOHNSON, A.T. & STACHURA, L., (1996). *National Sports Policies: An International Handbook* L. H. CHALIP, A. T. JOHNSON, & L. STACHURA, Eds., Greenwood.
- CHAPPELET, J.L. (2010). Switzerland. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2(1), 99–110. <http://doi.org/10.1080/19406941003634065>
- CHASERANT, C., 2003. Cooperation, Contracts and Social Networks: From a Bounded to a Procedural Rationality Approach. *Journal of Management and Governance*, 7(2), pp.163–186.
- CODATO, A., BOLOGNESI, B. & ROEDER, K.M., (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ S. V., KAYSEL A. & CODAS G., eds. *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 115–144.
- COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO, (2014). CTD encerra semestre legislativo e apresenta balanço de suas atividades. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/ctd-encerra-semestre-legislativo-e-apresenta-balanco-de-suas-atividades> [Accessed August 12, 2014].
- COMISSAO DO ESPORTE, (2014a). Câmara analisa novas regras de trabalho para técnicos de futebol. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/noticias/camara-analisa-novas-regras-de-trabalho-para-tecnicos-de-futebol> [Acessado em 12 de Agosto, 2014].
- COMISSAO DO ESPORTE, (2014b). Notícias. , (28). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/noticias> [Acessado em 13 de Agosto, 2014].
- CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA. (2016) *Entenda o Orçamento*, Brasília. Disponível em: www.camara.gov.br/ [Acessado em 6 de Junho, 2016].
- CORADINI, O.L., (2010). Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*, pp.241–256.
- CORDERO, G. & COLLIER, X., (2015). Cohesion and Candidate Selection in

Parliamentary Groups. *Parliamentary Affairs*, 68(3), pp.592–615.

COUTO, A. C., COUTO, M., BOSHI, C., & LEMOS, K. (2013). Brazil. In: HALLMANN, K. & Petry, K. (Eds.), *Comparative Sport Development: Systems, Participation and Public Policy* (pp. 301–310). New York: Springer.

CRUZ, J., (2014). Quem é quem na “ bancada da bola ” -. UOL Esporte. Disponível em: <http://josecruz.blogosfera.uol.com.br/2014/05/quem-e-quem-na-bancada-da-bola-2/> [Acessado em 11 de Junho, 2014].

D'AMICO, R. L. de. (2012). Policy in Venezuela. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 4(1), 139–151. <http://doi.org/10.1080/19406940.2011.627364>

DACOSTA, L. P. (1996). The State versus Free Enterprise in Sports Policy: the case of Brazil. In L. CHALIP, A. JOHNSON, & L. STACHURA (Eds.), *National Sports Policies: an International Handbook* (pp. 23–38). Greenwood.

DACOSTA, L.P., (2006a). Instalações esportivas por estado. In L. P. DaCOSTA, ed. *ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL*. Rio de Janeiro, pp. 5.27–5.29.

DACOSTA, L.P., (2006b). Clubes esportivos e recreativos. In L. P. DaCOSTA, ed. *ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL*. Rio de Janeiro, pp. 6.7–6.12.

DAMATO, M. & RESENDE, M., (2014). CBF remonta bancada da bola em Brasília. In: LANCE NET. Disponível em: <http://blogs.lancenet.com.br/deprima/2012/05/23/cbf-remonta-bancada-da-bola-em-brasilia/>. Acessado em: 02 janeiro 2016.

DANTAS, B.S. do A., (2011). Religião e Política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica na Câmara Federal (Tese de Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DESPOSATO, S.W., (2005). Correcting for Small Group Inflation of Roll-Call Cohesion Scores. *British Journal of Political Science*, 35(4), pp.731–744.

DOUSTI, M. et al., (2013). Sport policy in Iran. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 5(1), pp.151–158. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19406940.2013.766808> [Acessado em 24 de Julho, 2013].

DUARTE, T. dos S., (2011). “A casa dos ímpios se desfará , mas a tenda dos retos florescerá”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro (Tese de Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília.

DUARTE, T. dos S., (2012). A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. *Ciências Sociais e Religião*, 14(17), pp.53–76.

EIRAS, S. B. (2011). Significados de um Projeto Social Esportivo: o caso do Projeto Esporte em Ação – Núcleo Vila Torres. Universidade Federal do Paraná.

FARIA, C. A. P. de. (2003). *Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas - Um inventário*

sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 21–29.

FERNANDES, A. J. S., et al., (2011). Sport policy in Portugal. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 3(1), 133–141. <http://doi.org/10.1080/19406940.2011.548136>

FERRI, C.F.S. de & VALLE, J.C. de F., 2006. *Poder Legislativo do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados.

FIGUEIREDO FILHO, D.B., (2009). *O Elo Corporativo? Grupos de Interesse, Financiamento de Campanha e Regulação Eleitoral*. Universidade Federal de Pernambuco.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F., (1995). Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, pp.175–200.

FIGUEIREDO, A.C. & LIMONGI, F., (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 45(2), pp.303–344.

FIGUEIREDO, A.C., (2010). Executivo e Burocracia. In C. B. MARTINS & R. LESSA, eds. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla, pp. 191–216.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ATIVIDADE FISICA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO (2013). Disponível em: <http://www.fpdatividadefisica.com.br/wp/> [Acessado em 13 de Agosto, 2014].

GANJERA, M. A. N. (2007). *A Comparative and Historical Analysis of Elite Sport Programs in Australia and Pakistan 1947-2007* (Tese de Doutorado). Victoria University, Melbourne.

GLOBO, (2015). J . Hawilla , Traffic e contrato da Nike estão no meio do escândalo da Fifa. 27/05/2015, pp.4–7. Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/escandalo-fifa-envolve-j-hawilla-> [Acessado em 1 de Junho, 2015].

GODOY, L. (2013). *O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GOMES, D.A., (2010). O desporto e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Contribuição ao estudo do direito desportivo. *Jus Navigand*, pp.1–28. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17563> [Acessado em 4 de Julho, 2013].

GOMES, F. de B.C., (2011). Interações entre o Legislativo e o Executivo federal do Brasil na definição de políticas de interesse amplo: uma abordagem sistêmica com aplicação na saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GOODIN, R. E., REIN, M., & MORAN, M. (2009). Overview of Public Policy: the public and its policies. In R. E. Goodin (Ed.), *The Oxford Handbook or Political*

- Science* (pp. 885–918). Oxford University Press.
- GOULD, R. V., (1989). Power and Social Structure in Community Elites. *Social Forces*, 68(2), pp.531–552.
- GRATTON, C., TAYLOR, P., & ROWE, N. (2013). UK: England. In: HALLMANN, K. & PETRY, K. (Eds.), *Comparative Sport Development: Systems, Participation and Public Policy* (pp. 167–180). New York: Springer.
- GREEN, M. & HOULIHAN, B., (2008). *Comparative Elite Sport Development: sustems, structures and public policy* 1a ed., Oxford: Elsevier/Butterworth-Heinemann.
- GREEN, M. (2007). Olympic glory or grassroots development? Sport policy priorities in Australia, Canada and the United Kingdom, 1960-2006. *The International Journal of the History of Sport*, 24(7), 921–953. <http://doi.org/10.1080/09523360701311810>
- GUIMARÃES, A.S., (2009). A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários? Análise do período 2005-2008 (Estudo Tecnico da Consultoria Legislativa). Brasília: Senado Federal.
- HALL, P. A., & TAYLOR, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, (58), 193–223. Retrieved from <http://mylibrary.medi.u.edu.my:8181/xmlui/handle/123456789/4640>
- HALL, P.A., (1986). *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*, New York: Oxford University Press.
- HALLMANN, K., & PETRY, K. (2013a). *Comparative Sport Development: Systems, Participation and Public Policy* (Vol. 8). New York: Springer. <http://doi.org/10.1007/978-1-4614-8905-4>
- HALLMANN, K., & PETRY, K. (2013b). Germany. In K. HALLMANN & K. PETRY (Eds.), *Comparative Sport Development: Systems, Participation and Public Policy* (pp. 75–86). New York: Springer.
- HARRIS, S., & HOULIHAN, B. (2014). Delivery networks and community sport in England. *International Journal of Public Sector Management*, 27(2), 113–127. <http://doi.org/10.1108/IJPSM-07-2013-0095>
- HARVEY, A. (2004). *The Beginnings of a Commercial Sporting Culture in Britain, 1793-1850*. Aldershot: Ashgate.
- HAWILLA J., (2015). Traffic e contrato da Nike estão no meio do escândalo da Fifa. 27/05/2015, pp.4–7. In: GLOBO. Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/escândalo-fifa-envolve-j-hawilla->. Acessado em: 02 janeiro 2016.

- HEINEMANN, K. (1996). Sports Policy in Germany. In L. CHALIP, A. JOHNSON, & L. STACHURA (Eds.), *National Sports Policies: an International Handbook* (pp. 161–186). Greenwood.
- HIRATA, E., (2011). A Mercantilização do Futebol e os subterrâneos da Legislação Esportiva Brasileira (1980-2010). In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Associação Nacional de História (ANPUH), pp. 1–13.
- HOCHMANN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (2012). *Políticas públicas no Brasil (1a)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- HOROCHOVSKI, R.R. et al., (2015). Redes de partidos políticos tecidas por financiadores: um estudo das eleições de 2010 no Brasil. *Teoria & Sociedade*, 23(2), pp.49–78.
- HOULIHAN, B. (1996). Sport in the United Kingdom. In L. CHALIP, A. JOHNSON, & L. STACHURA (Eds.), *National Sports Policies: an International Handbook* (pp. 370–403). Greenwood.
- HOULIHAN, B. (1997a). Sport, national identity and public policy. *Nations and Nationalism*, 3(1), 113–137. <http://doi.org/10.1111/j.1354-5078.1997.00113.x>
- HOULIHAN, B. (1997b). *Sport, Policy and Politics*. Abingdon, UK: Taylor & Francis. <http://doi.org/10.4324/9780203288955>
- HOULIHAN, B. (2003). Politics, Power, Policy and Sport. In B. HOULIHAN (Ed.), *Sports & Society: a student introduction* (pp. 28–48). London: SAGE.
- HOULIHAN, B. (2005). Public Sector Sport Policy: Developing a Framework for Analysis. *International Review for the Sociology of Sport*, 40, 163–185. <http://doi.org/10.1177/1012690205057193>
- HOULIHAN, B. (2006). Government objectives and sport. In W. ANDREFF & S. SZYMANSKI (Eds.), *Handbook on the Economics of Sport* (pp. 254–259). Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- HOULIHAN, B. (2012). Sport policy convergence: a framework for analysis. *European Sport Management Quarterly*, 12(2), 111–135. <http://doi.org/10.1080/16184742.2012.669390>
- HOULIHAN, B., & Green, M. (2007). *Comparative Elite Sport Development*. Routledge.
- HOULIHAN, B., & Green, M. (2008). *Comparative Elite Sport Development: Systems, Structure and Public Policy*. Oxford: Elsevier.
- HOWETT, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Política Pública - Seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HOYE, R., Nicholson, M., & Houlihan, B. (2010). *Sport and Policy: Issues and Analysis*. Policy. Elsevier/Butterworth-Heinemann.

- IIZUKA, T. M. F. (2015). Análise dos determinantes da decisão do financiamento corporativo: o caso dos deputados federais no Brasil. Fundação Getúlio Vargas. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- IKENBERRY, G.J., (1988). Conclusion: An Institutional Approach to American Foreign Economic Policy. *International Organization*, 42(1), pp.219–243.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), (2007). Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Rio de Janeiro.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, (2014). A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral, São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- INTINI, J.M. & FERNANDES, U.F., (2012). Bancada Ruralista: a Face Política do Agronegócio. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, pp.70–86.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2012). O Conselho Nacional de Saúde na Visão de seus Conselheiros. Brasília.
- KRASNER, S.D., (1984). Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics. *Comparative Politics*, 16(2), pp.226–246.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. de A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica (5a). São Paulo: Atlas.
- LEÃO JÚNIOR, F.P. de S., (2004). Corporativismo e conflitos na Gestão do Futebol Brasileiro. *Mediação*, 5(4), pp.31–51.
- LEMES, R. da R. (2011). A Política Nacional do Esporte e sua Relação entre o Global e o Local, 117.
- LIMA, N. L. de. (2009). Análise da atividade legislativa da Comissão de Seguridade Social e Família de acordo com as vertentes distributivista e informacional. *E-Legis-Revista Eletrônica Do Programa de Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados*, 3(3), 6–22.
- LIMONGI, F., & FIGUEIREDO, A. C. (2001). Em Busca do Orçamento Perdido: Primeiros Rugidos. *Inteligência*, (14), 64–72.
- LIMONGI, F. & FIGUEIREDO, A., (2005). Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 48(4), pp.737–776.
- LINDSEY, I., & HOULIHAN, B. (2013). Sport policy in Britain. New York: Routledge.
- LINHALES, M.A., (1996). A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Universidade Federal de Minas Gerais.
- LOPES, N.A., (2013). A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados (Monografia em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

- LORENZO, M.C. de, (2008). Análise das práticas de participação em conselhos deliberativos de política: o caso do Conselho Nacional do Esporte. Dissertação de Mestrado em Administração. Brasília: Universidade de Brasília.
- LOWI, T. J. (1964). American business, public policy, case-studies, and political theory. *World Politics*, 16(4), 677–715.
- LOWI, T. J. (1994). O Estado e a ciência política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. *BIB*, 38(2), 3–14.
- MACHADO, M., (2013). Doação ou Investimento? A atuação legislativa de parlamentares da Bancada Ruralista e a questão do financiamento de campanhas (Monografia em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.
- MANCUSO, W.P. & FIGUEIREDO FILHO, D.B., (2014). Financiamento Empresarial nas campanhas para Deputado Federal no Brasil (2002-2010): determinantes e consequências. In 38o Encontro Anual Da ANPOCS. Caxambu, p. 21.
- MANCUSO, W.P., (2014). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), pp.155–183.
- MANHÃES, E.D., (2002). Política de Esportes no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARINHO, I.P., (1952). História da educação física e dos desportos no Brasil, Ministério da Educação e Saúde.
- MARTINS, L., (1985). Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MASQUIETTO, C.D., SARCOMANO NETO, M. & GIULIANI, A.C., (2011). Centralidade e Densidade em Redes de Empresas: um estudo no arranjo produtivo local do álcool. *Revista de Administração e Inovação*, 8(1), pp.122–147.
- MATA, Á. A. R. da. (2011). Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade de João Pessoa/Paraíba: uma análise do ordenamento legal. Universidade Federal da Paraíba.
- MEIRA, T. de B., BASTOS, F. da C., & BOHME, M. T. S. (2012). Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Física E Esporte*, 26(2), 251–262.
- MEIRELES, F., (2014). Composição Das Comissões Legislativas No Brasil: Problemas Analítico- Metodológicos. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, 2(2), pp.39–53.
- MENDES, A. D. (2013). Política Pública de Esporte: considerações sobre Gestão, Instituições Políticas e Método de Pesquisa no Brasil. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 3 (Suplemento 1). Trabalho apresentado no V Cong.

Brasileiro sobre Gestão do Esporte: Vicissitudes, Limites e Formação, p. 1–19. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=1067&path%5B%5D=781>. Acesso em: Dezembro 2013.

- MENDES, A. & CODATO, A., (2014). Institutional System of the State and Public Policy: The Structure of Sports Management in Brazil. In 14th Annual International Conference on Sports: Economic, Management, Marketing & Social Aspects. Atenas: Athens Institute for Education and Research, pp. 1–37.
- MENDES, A. D., & CODATO, A. N. (2015). The Institutional Configuration of Sport Policy in Brazil: Organization, Evolution and Dilemmas. *Revista de Administração Pública*, 49(3).
- MENEZES, D.C. & PEDERIVA, J.H., (2015). Orçamento Impositivo: Elementos para Discussão. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(4), pp.178–186.
- MESQUITA, L. et al., 2014. Emendas Individuais e concentração de votos: uma análise exploratória. *Teoria & Pesquisa - Revista de Ciência Política*, 23(2), pp.82–106.
- MESQUITA, L., (2008). Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira. Universidade de São Paulo.
- MESQUITA, R.B. de et al., (2008). Análise de redes sociais informais: aplicação na análise da escola inclusiva. *Interface*, 12(26), pp.549–562.
- MEZZADRI, F. M., & STAREPRAVO, F. A. (2008). A estrutura dos projetos de esporte e lazer nos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária. In 1o ENCONTRO DA ALESDE - Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas. Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.redecedes.ufpr.br/Artigos/3.pdf>. Acesso em: Julho 2013
- MEZZADRI, F. M., & SILVA, M. M. e. (2014). Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. In F. M. MEZZADRI (Ed.), *Políticas Públicas e Esporte* (1a (27/07/, pp. 15–31). Várzea Paulista: Fontoura.
- MIGUEL, R. G., & STAREPRAVO, F. A. (2008). Análise das Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Guarapuava-PR. In 1o ENCONTRO DA ALESDE - Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014. Ministério do Esporte. Disponível em: www.esporte.gov.br [Acessado em 2 de Agosto, 2013].
- MOGNATTI, M.C. de F., (2008). Transparência e Controle na Execução das Emendas Parlamentares ao Orçamento da União. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal.
- MUCINHATO, R. M. D. (2014). Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do

perfil biográfico de 1986 a 2012. In J. Á. Moisés (Ed.), *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo* (pp. 61–88). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

NASCIMENTO, E.O. do, (2013). O sistema de comissões brasileiro : elementos para uma agenda de pesquisa. *Teoria & Pesquisa - Revista de Ciência Política*, 21(2), pp.61–72.

NAUL, R., & HARDMAN, K. (2002). *Sport and Physical Education in Germany*. London: Routledge.

NICHOLSON, M., & HOYE, R. (2008). *Sport and Social Capital*. Vasa (1a). Elsevier/Butterworth-Heinemann. Retrieved from <http://medcontent.metapress.com/index/A65RM03P4874243N.pdf>

NORDLINGER, E.A., THEODORE, J.L. & FABBRINI, S., (1988). The return to the state: Critiques. *American Political Science Review*, 82(3), pp.875–901.

PANEBIANCO, A., (2005). Profissionalismo político e burocracia. In *Modelos de Partido - Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PARREIRA, L.M.R., (2012). *Frentes Parlamentares: O caso da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área de Saúde (Monografia de Especialização do Curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento)*. Brasília: Câmara dos Deputados.

PAULO, O.E.D.S., (2012). Em sua maioria, Bancada da Bola e reprovada nas urnas. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,em-sua-maioria-bancada-da-bola-e-reprovada-nas-urnas,942507> [Acessado em 11 de Junho, 2014].

PEREIRA, C., & MUELLER, B. (2000). Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), 45–67. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092000000200004>

PERISSINOTTO, R. & CODATO, A. eds., (2015). *Como estudar elites*, Curitiba: Editora UFPR.

PERRONE, R., (2013). Deputado fala em receita anual de R\$ 1 bi para clubes com lei polêmica. UOL Esporte. Disponível em: <http://blogdoperrone.blogosfera.uol.com.br/2013/11/deputado-fala-em-receita-anual-de-r-1-bi-para-clubes-com-lei-polemica/>. Acessado em: 02 janeiro 2016.

PETERS, B.G., (2003). *El nuevo institucionalismo. La teoría institucional en ciencia política*, Barcelona: Gedisa.

PETRY, K., STEINBACH, D., & BURK, V. (2008). Germany. In B. HOULIHAN & M. GREEN (Eds.), *Comparative Elite Sport Development: systems, structures and*

public policy (pp. 115–146). New York: Elsevier.

POWELL, W.W. & SMITH-DOERR, L., (1994). Networks and Economic Life. In N. J. Smelser & R. Swedberg, eds. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press, pp. 368–402.

PROVENZANO, T. D., SCHWARTZ, G. M., RODRIGUES, N. H., & TAVARES, G. H. (2014). Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte: incidência temática em pesquisas acadêmicas. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*, 3(3), 66–76. <http://doi.org/10.5585/podium.v3i3.100>

PUIG, N., MARTINEZ, J., & GARCIA, B. (2010). Sport policy in Spain. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2(3), 381–390. <http://doi.org/10.1080/19406940.2010.519343>

RASELLA, D. et al., (2013). Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, 382(9886), 57–64. *The Lancet*, 382(9886), pp.57–64.

REBELLO, A. & CRUZ, J., (2014). “Bancada da Bola” faz pressão e tira CBF de projeto sobre dívida dos times. Coluna UOL Esporte Futebol. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2014/04/29/bancada-da-bola-faz-pressao-e-tira-cbf-de-projeto-sobre-divida-dos-times.htm> [Acessado em 29 de Abril, 2014].

REVISTA TEORIA E SOCIEDADE, (2015). Dossiê Financiamento Eleitoral e Partidário no Brasil. *Revista Teoria & Sociedade*, p.258.

RIBEIRO, H.C.M. & CORRÊA, R., (2013). Redes Sociais: um estudo em uma instituição de ensino superior privado. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 3(2), pp.110–128.

RIMMER, J. H., & MARQUES, A. C. (2012). Policies to promote physical activity in Brazil. *The Lancet*, 380(9838), 195–196. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)61041-1](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)61041-1)

ROCHA, M.M. Da & BARBOSA, C.F., (2008). Regras, incentivos e comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul. *Revista de Sociologia e Política*, 16, pp.93–104.

RODRIGUES, L.M., (2009). Partidos, ideologia e Composição social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: USP.

ROSS, S.A., (1973). The economic theory of agency: The principal’s problem. *The American Economic Review*, 63(2), pp.134–139.

SAMPAIO, P., (2014). Romário – Marin e Del Nero deveriam estar presos. Blog do Sampaio. Disponível em: <http://blogdosampaio.com/2014/07/10/romario-marin-e-del-nero-deveriam-estar-presos/>. Acessado em: 02 janeiro 2016.

SAMUELS, D. J. (2002). Progressive Ambition, Federalism, and Pork-Barreling in Brazil. In B. Nacif & S. Morgenstern (Eds.), *Legislative Politics in Latin America*.

New York: Cambridge University Press.

- SANTOS, M. L. (2014). Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda Legislativa da Indústria. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 3(1), 52–70.
- SANTOS, M. L., Silva, M. B. da, Figueiredo Filho, D. B., & Rocha, E. C. da. (2015). Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, 21(1), 33–59. <http://doi.org/10.1590/1807-019121133>
- SARTORI, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, 64(4), 1033–1053. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/1958356>
- SENA, V.P., (2007). Frentes Parlamentares Proliferam no Legislativo. Portal do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: <http://www.diap.org.br> [Acessado em 10 de Junho, 2014].
- SENADO FEDERAL, (2014). Subcomissão Permanente do Esporte. , 728, pp.8–10. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?6&codcol=728> [Acessado em 13 de Agosto, 2014].
- SHIBLI, S., BINGHAM, J., & HENRY, I. (2010). Measuring the sporting success of nations. In I. HENRY & Institut of Sport & Leisure Policy (Eds.), *Transnational and Comparative Research in Sport* (pp. 61–81). New York: Routledge.
- SHIBLI, S., WESTERBEEK, H., BOSSCHER, V. de, & BOTTENBURG, M. van. (2015). Successful Elite Sport Policies: An International Comparison of the Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 Nations. Aachen: Meyer & Meyer Sport.
- SILVA JR., A. et al., (2013). Quem controla o Legislativo? *Paraná Eleitoral*, 2(2), pp.283–308.
- SILVA, T.M. da, (2013). A Bancada da Bola no Legislativo Carioca: concepções, evidências e estratégias de uma representação singular (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SKILLE, E. Å., & SAFVENBOM, R. (2011). Sport policy in Norway. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 3(2), 289–299. <http://doi.org/10.1080/19406940.2010.547867>
- SKOCPOL, T. (1985). Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In P. B. EVANS, D. RUESCHEMEYER, & T. SKOCPOL (Eds.), *Bringing the State Back In*. Vol. 25. (pp. 3–37). Cambridge: Cambridge University Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9780511628283>
- SOUSA, W. L. L. de, SILVA, R. H. dos R., & SILVA, T. O. da. (2013). O “Estado da Arte” em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – 2007 / 2012. Brasília. Disponível em:

<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/paper/view/5545/2472>. Acesso em: Agosto 2013.

- SOUZA, C. (2003). “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 7. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>
- SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20–45. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>
- SOUZA, C. (2012). Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In G. HOCHMAN, M. ARRETCHE, & E. MARQUES (Eds.), *Políticas públicas no Brasil* (1a, p. 398). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- SOUZA, J. de, MEDEIROS, C. C. C. de, ALMEIDA, B. S. de, & MARCHI JUNIOR, W. (2012). Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Sociologia do Esporte na Universidade Federal do Paraná: o programa investigativo do Centro De Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade. *Motrivivência*, 24(38), 247–261. <http://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p247>
- SOUZA, P.H.G.F. de & OSÓRIO, R.G., (2013). O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In T. CAMPELLO & M. C. NERI, eds. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, pp. 139–156.
- SOUZA, W. L. L. de. (2014). Em busca do elo perdido: a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Universidade Estadual de Campinas.
- SPECK, B. W. (2012). O financiamento político e a corrupção no Brasil. In *Temas de corrupção política no Brasil*. (pp. 49–97). São Paulo: Balão Editorial.
- SPECK, B.W. & Marciano, J.L., (2015). O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. In A. Sathler & R. Braga, eds. *Legislativo Pós-1988 - Reflexões e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, pp. 267–292.
- SPECK, B.W., (2016). Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. *Revista de Estudios Brasileños*, 3(4), pp.125–135.
- SPECK, B.W. & PRALON, W., (2015). Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial. In P. R. N. Costa & J. V. Pont, eds. *Empresários, Desenvolvimento, Cultura e Democracia*. Curitiba/PR: UFPR, pp. 217–229.
- STAREPRAVO, F. A. (2011). *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná.
- STAREPRAVO, F. A., SOUZA, J. de, & MARCHI JUNIOR, W. (2011). *Políticas*

Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. *Movimento*, 14(3), 233–251.

STAREPRAVO, F. A., SOUZA, J. de, & MARCHI JUNIOR, W. (2012). A teoria dos jogos competitivos de Norbert Elias como alternativa à leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física E Esporte*, 26(4), 657–665.

STAREPRAVO, F. A., SOUZA, J. de, & MARCHI JUNIOR, W. (2013). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: Uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciência E Esporte*, 35(3), 785–798.

STEINMO, S., (2001). The New Institutionalism. In P. B. CLARK & J. FOWERAKER, eds. *The Encyclopedia of Democratic Thought*. London: Routledge.

STEINMO, S., THELEN, K. & LONGSTRETH, F., (1992). *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. S. STEINMO, K. THELEN, & F. LONGSTRETH, eds., Cambridge University Press.

STONE, L., (2011). Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), pp.115–137.

SUPPO, H. (2004). Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais *, 34(2), 397–433.

TAN, T.-C., CHENG, C.-F., LEE, P.-C., & KO, L.-M. (2009). Sport policy in Taiwan, 1949–2008: a brief history of government involvement in sport. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 1(1), 99–111. <http://doi.org/10.1080/19406940802681293>

TICHY, N.M., TUSHMAN, M.L. & FOMBRUN, C., (1979). Social network analysis for organizations. *Academy of management review*, 4(4), pp.507–519.

TOMAÉL, M.I. & MARTELETO, R.M., (2006). Redes Sociais: posição dos atores no fluxo da informação. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia, e Ciência da Informação*, 1o Semestre (Especial), pp.75–91.

TREVISAN, J., (2013). A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. *Revista de estudos e pesquisa da religião*, 16(1), pp.581–609.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), (2010). *Manual Técnico de Arrecadação e Aplicação de Recursos e de Prestação de Contas*, Brasília.

TUBINO, M. J. G. (1987). *Teoria Geral do Esporte*. São Paulo: IBRASA.

TUBINO, M.J.G., (1996). *O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias*, São Paulo: IBRASA.

TUBINO, M. J. G. (2002). *500 Anos de Legislação esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Shape.

- VERONEZ, L.F.C., (2005). Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição federal de 1988 (Tese de Doutorado em Educação Física). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- VERONEZ, L. F. C. (2007). O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte (pp. 1–11). Recife Wasserman, S., & Faust, K. (1994). Social Network Analysis: Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press.
- VIGNA, E., (2001). Bancada Ruralista: um grupo de interesse. Argumento No 8 - Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), (8), pp.01–52.
- VIGNA, E., (2007). Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Ano VII (No 12), pp.1–16.
- VOGEL, L.H., (2005). As frentes parlamentares e a cultura política em defesa dos direitos humanos. Câmara dos Deputados.
- VOLPE, R.A. & CAMBRAIA, T., (2015). A experiência do orçamento impositivo na lei de diretrizes orçamentárias para 2014. In Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Brasília, pp. 100–131.
- WASSERMAN, S. & FAUST, K., (1994). Social Network Analysis: Methods and Applications., Cambridge: Cambridge University Press.
- WOLF, F., (2008). O comportamento dos deputados na Câmara Federal: uma abordagem de redes sociais.
- YAMAMOTO, M. Y.-Y. (2012). Development of the sporting nation: sport as a strategic area of national policy in Japan. International Journal of Sport Policy and Politics, 4(2), 277–296. <http://doi.org/10.1080/19406940.2012.685489>
- ZAMPIERI, E., (2013). Ação dos Grupos de Pressão no processo decisório das Comissões Permanentes do Congresso Nacional. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, (12), pp.122–136.
- ZURBRIGGEN, C., (2006). El institucionalismo centrado en los actores: una perspectiva analítica en el estudio de las políticas públicas. Revista de Ciência Política - Santiago, 26(1), pp.67–83.